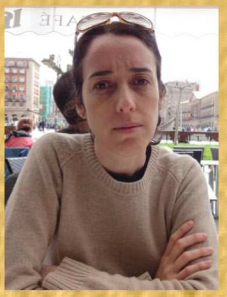
Migração internacional e trabalho doméstico

Mulheres peruanas em Brasília

Delia Dutra

Secretaria Nacional de Justiça
Ministério da Justiça
CSEM
IOM casa editorial



Delia Dutra (1972). Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, Brasil. Pesquisadora do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, CSEM. Atualmente, tem como principal área de pesquisa a migração internacional contemporânea, com ênfase na problemática da mulher migrante. Suas principais áreas de estudo são: sociologia das migrações, sociologia urbana e teorias de gênero.

Migração internacional e trabalho doméstico

Mulheres peruanas em Brasília

Conselho Editorial

Osvando J. de Morais
Presidente

Afrânio Catani – USP
António Fidalgo – UBI - Portugal
Antônio Hohlfeldt – PUCRS
Cicilia Peruzzo – UMESP
Clóvis de Barros Filho - USP
Jerônimo Carlos Santos Braga- PUCRS
Jorge Pedro Sousa – UFP - Portugal
José Esteves Rei – UTAD - Portugal
José Marques de Melo – Cátedra UNESCO/UMESP
Luiz Alberto Farias – USP
Maria Crstina Gobbi – UNESP - Bauru
Mauro de Souza Ventura – UNESP - Bauru
Paulo B. C. Schettino – UFRN / ASL

Série Migrações - 17

Migração internacional e trabalho doméstico

Mulheres peruanas em Brasília

Delia Dutra

1ª Edição

OJM & CSEM
São Paulo
2013

Migração internacional e trabalho doméstico. Mulheres peruanas em Brasília
Copyright © 2013 da autora do texto, cedido para esta edição à CSEM - Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios e à OJM - Casa Editorial.

Editor
Osvando J. de Morais

Direção Editorial
Osvando J. de Morais

Projeto Gráfico e Diagramação
Mariana Real

Capa
Marina Real e Mariana Real

Revisão
Flávio Augusto Queiroz e Silva

Ficha Catalográfica

Dutra, Delia
DD Migração internacional e trabalho doméstico. Mulheres peruanas em Brasília / Delia Dutra. – Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.
352 p.

Inclui bibliografias.
ISBN: 978-85-87823-22-9

1. Migração internacional. 2. Mulheres. 3. Peruanas. 4. Trabalhadoras domésticas. 5. Brasília. I. Dutra, Delia. II. Título.

CDU-304.8

Todos os direitos desta edição reservados à

CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios
Ed. Brasília Rádio Center
SRTVN Qd 702 Conj. "P" Sobrelojas 01/02
CEP: 70719-900 – Brasília-DF – Brasil

OJM – Casa Editorial
Av. General Carneiro, 1793 Sala 21 – Cerrado
CEP: 18043-004 – Sorocaba-SP – Brasil
Tel: (15) 3418-0005

Para todas elas, mulheres migrantes
que nos confiaram suas histórias,
mulheres que vivem para servir
e lutam para um dia viver
suas próprias histórias.

Para Pedro, companheiro de vida
e de aventuras migratórias.
Para Chiara, nossa filha,
pequena mulher migrante.

Sumário

Apresentação 14

Prefácio 17

Introdução 25

1. O debate teórico das migrações nas ciências sociais: uma leitura sociológica de algumas correntes teóricas 32

1.1 Significados de ser estrangeiro, de ser migrante 34

1.2 Estados Unidos: desafios teóricos da nova sociedade 42

1.2.1 Assimilação e integração 45

1.2.2 Multiculturalismo e pluralismo étnico e cultural 48

1.2.3 Diásporas, assimilação segmentada e transnacionalismo 49

1.3 A sociologia de Chicago 52
1.3.1 Thomas e Znaniecki: as atitudes, o objeto social e a desorganização social 54
1.3.2 Robert Park: o "homem marginal" e a cidade como "laboratório" 60
1.3.3 Proposta metodológica e "interacionismo simbólico" 63

1.4 Socioeconomia das migrações 66
1.4.1 Explicação neoclássica 66
1.4.2 Nova Economia das migrações a trabalho 67
1.4.3 Mercado dual de trabalho 69
1.4.4 Teoria do sistema mundial 70

1.5 A perpetuação de alguns fluxos migratórios 71
1.5.1 Teoria das redes e do capital social 71

1.6 Reflexões finais do capítulo 73

2. O Objeto de estudo: sobre processos de (des)construção 76

2.1 Contextualização: notas para a construção do objeto 81
2.1.1 Migração sul-sul: o continente sul-americano 83
2.1.2 Peru: mosaico de culturas e país de emigração 86
2.1.3 O Brasil e a imigração 94
2.1.4 Brasília: polo de atração silencioso 98

2.2 Objeto de estudo: recortes gerais 102
2.2.1 Migrações internacionais de mulheres 102
2.2.2 O trabalho doméstico e a mulher migrante 106
2.3 Objeto de estudo: recortes específicos 108
2.3.1 Mulheres migrantes internacionais no Distrito Federal 108
2.3.2 As mulheres peruanas, trabalhadoras domésticas no DF 111
2.4 O Problema e as Premissas da Pesquisa 114

3. Passo a passo na pesquisa: sobre escolhas, decisões e estratégias de aproximação ao empírico 117
3.1 Primeira fase: observação da realidade em que vivem as migrantes 122
3.2 Segunda fase: reconhecendo limites e recortando nosso objeto de estudo 128
3.3 Terceira fase: as entrevistas com seus avanços e limites 132
3.3.1 A análise das entrevistas 137
3.4 As migrantes em Brasília: espaços de encontro 139
3.4.1 O perfil das migrantes 142
3.4.1.1 Amelia 149
3.4.1.2 Teresa 153
3.4.1.3 Elena 156

3.4.1.4 Carmen 158
3.4.1.5 Maria 160
3.4.1.6 Marta 163
3.4.1.7 Diana 165
3.4.1.8 Eloisa 168
3.4.1.9 Lucía 171
3.4.1.10 Mariana..... 173

3.4.2 Reflexões sobre o perfil das migrantes 175

4. A Problemática da Mulher Migrante: trabalhadoras domésticas peruanas em Brasília 177

4.1 O lugar da mulher na cultura andina: origens, mudanças e estereótipos..... 187

4.2 Identidades e fronteiras sociais étnicas..... 195

4.3 A divisão sexual do trabalho: os impactos na vida das migrantes..... 207
4.3.1 Insegurança no emprego: o medo como sustento da servidão 215

4.4 Trabalho doméstico remunerado: enclave étnico e ausência de mobilidade profissional 219

4.5 Reflexões finais do capítulo..... 223

5. A produção do espaço na vida das migrantes..... 227

5.1 O espaço como produto da interação social 230
5.1.1 O espaço psicofísico 233
5.1.2 Classe, honra e status..... 235
5.1.3 Espaço de formação e qualificação 242

5.1.4 O estigma e a discriminação:
o sofrimento de "las cholas" 244
5.1.5 A construção do/a outro/a 250
5.1.6 A cidade: o isolamento 253
5.1.7 Os meios de comunicação:
desafiando os limites do isolamento 259

5.2 Migrantes desterritorializadas? 266

5.3 Reflexões finais do capítulo 270

6. A dinâmica do tempo-espaço na vida em migração 272

6.1 Histórias de Mulheres 273
6.1.1 Carmen. De micro-empresária têxtil
a trabalhadora doméstica migrante 276

6.1.1.1 Origens 277
6.1.1.2 Educação, profissão e família 279
6.1.1.3 Ser masculino vs. ser
feminino 283
6.1.1.4 Aquilo que marca: repensar
seu "lugar" como mulher 284
6.1.1.5 Interações com outras migrantes:
reflexos da autointeração 287

6.1.2 Maria. De camelô em Lima para "Natacha"
em Brasília 291

6.1.2.1 Integração ao mercado de trabalho
em Brasília: o recurso de
serem "primas" 294

6.1.2.2 O vazio de honra: o mito da Natacha 296
6.1.2.3 Os "nativos", a cidade e o racismo 298
6.1.2.4 Discriminação: o uniforme e a briga pelo reconhecimento 302
6.2 Sonhos de Mulheres: ficar, retornar... envelhecer 304
6.3 Reflexões finais do capítulo 311

Conclusão 313
Referências 325

Apresentação

É significativo e profundo o entrecruzamento de rotas que a obra da pesquisadora Delia Dutra da Silveira revela e visita, e que a Secretaria Nacional de Justiça, em parceria com o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios tem o prazer de trazer nesta produção editorial integrante da Série Migrações.

Migração Internacional e trabalho doméstico – mulheres peruanas em Brasília apresenta ao público não apenas uma reflexão densamente embasada sobre o fenômeno da migração internacional no Brasil contemporâneo, como lança luz nas estruturas mais complexas que vinculam questões étnico-raciais, de gênero e culturais no mosaico social brasileiro.

Ao abordar os modos de agir a partir do, de se relacionar no e de participar da reprodução do espaço físico e social trazidos pelas histórias de trabalhadoras domésticas peruanas, mulheres e migrantes em Brasília, a autora articula um movimento complexo e dialético. Por um lado, aproxima o distante e o próximo, naturaliza e familiariza a experiência do deslocamento e do choque entre

os projetos de vida e os campos de possibilidades em mudança e transformação. Por outro, induz em um segundo fluxo a uma experiência distinta, que desnaturaliza e problematiza as tensões impostas pelo papel e pelas expectativas sociais desempenhadas na relação de trabalho doméstico, com toda carga histórica e cultural que este opera e também na divisão sexual e social do trabalho, e seu impacto sobre as vidas e trajetórias migrantes, que produz.

É com essa riqueza e detalhe que *Migração Internacional e trabalho doméstico* delineia diferentes caminhos, convergências e afastamentos tomados a partir da compreensão da voz e do olhar de distintas mulheres, representadas através de cuidadosa reconstrução analítica de corte qualitativo profundo e sensível, tendo como pano de fundo e protagonista a cidade de Brasília e as assimetrias e relações de poder que contrapõem na dimensão privada e doméstica os anseios igualitários do projeto urbano.

Com essa complexidade e densidade, *Migração Internacional e trabalho doméstico* serve de inspiração a esta Secretaria Nacional de Justiça, no seu projeto presente de rearticulação e de refundação da política migratória brasileira, projeto orientado pela preocupação com a escala do humano, valorizaçãoda plena realização dos projetos de vida migrantes, alicerçados na relação entre radicalização da garantia de direitos e plena integração social no Brasil, em especial, integração aos compromissos nacionais de erradicação da pobreza, supressão de violações de direito e superação de tantas assimetrias como as de gênero, raça, origem regional, entre outras.

Um tal projeto partilha com a presente obra demandas de adensamento crítico e metodológico e aproximação do empírico. Estes são traços presentes na pesquisa de Delia Dutra, que ressaltam, nas opções metodológicas tomadas, o interesse e o compromisso com a escuta e com o olhar da mulher migrante trabalhadora doméstica.

Estes são exatamente tempos em que temos que exaltar essa combinação feliz e precisa de elementos: o compromisso com o conhecimento transformador da realidade, o compromisso com a atividade crítico-reflexiva teoricamente orientada e a atividade empírica direcionada ao conhecimento que nos aproxima da alteridade.

Estes compromissos são mais que satisfeitos no trabalho que se abre, e propícios a este momento de escuta participativa e de revisão institucional em direção a uma política migratória socialmente orientada.

Paulo Abrão Pires Junior
Secretário Nacional de Justiça
Ministério da Justiça

Prefácio

É com satisfação que apresento o presente texto de Delia Dutra, versando sobre a relação entre imigração e trabalho, tomando como ilustração empírica o exemplo de mulheres peruanas que trabalham em Brasília-DF. Permito-me algumas digressões que o convite para prefaciar este livro me garante.

Estamos diante do resultado de uma pesquisa original que oferece a possibilidade de tratamento de fenômenos contemporâneos, se calcando metodologicamente em recortes originais. De um lado, tratar aspectos da migração intercontinental na América Latina que, apesar do seu recrudescimento nessas últimas décadas, ainda carece de estudos empíricos mais profundos, especialmente na América do Sul. De outro, o recorte de gênero no tratamento da problemática migratória no continente se somando a uma boa quantidade de estudos feministas que vêm se desenvolvendo em nossos países. Finalmente, o foco sobre uma das modalidades de manifestação de processos de mudança social em curso no continente, onde assume formas peculiares. Vejamos algumas dimensões que o presente texto nos suscita.

As sociedades provocam ou se submetem continuamente a estímulos externos ou internos que modificam sua natureza, sua orientação e seu destino. Todas estão sujeitas a processos de mudança permanentes que, de maneira imprevista ou respondendo a ações racionais, lenta ou rapidamente, lhes conferem uma historicidade. Assim, o fenômeno societário só se torna compreensível à luz do entendimento dos eventos históricos que lhe provoca mudanças. Os processos sociais se inserem em movimentos históricos que transformam seus membros, o meio e outras sociedades com as quais se interage. Nesse sentido, sociedade, além de ação social dos indivíduos plurais que a formam, é também movimento. Portanto, fatores de mudança são basilares para compreensão da dinâmica societária e colocam implícita ou explicitamente as questões essenciais que orientam as pesquisas na sociologia: o que muda? como muda? e, porque muda? a lógica de reprodução social.

Diferentes sociólogos insistem sobre a importância de distinguir "evolução social" e "mudança social". De fato, os nossos clássicos com seus grandes modelos explicativos se debruçam, sobretudo, sobre fenômenos ligados à evolução social, na medida em que estavam interessados em explicar as tendências seculares das sociedades de então. Em contrapartida, a sociologia de hoje está mais voltada a explicar processos de mudança social, o que poderia justificar a posição relativamente secundária que os grandes e abrangentes sistemas analíticos passaram a ocupar na contemporaneidade. Cabe, portanto, oferecer uma definição de mudança social a fim de organizar nossos argumentos: consiste, sobretudo, em transformações observáveis e verificáveis em períodos curtos de tempo, localizadas geograficamente e sociologicamente de tal maneira que podemos analisar o fenômeno em seu movimento.

A discussão desta problemática é complexa e para focar o nosso objetivo aqui, basta lembrar que o fator demográfico é um elemento

importante no processo de mudança social. Sabemos que a sociedade de mercado se insere em contextos sociais de forma desigual e combinada. A divisão social do trabalho vai, em seu movimento de mudança, destruindo formas pré-existentes de relações produtivas e simultaneamente implantando novas modalidades de relações no mundo do trabalho. Uma série de fatores é então considerada nesse movimento, tais como: o avanço técnico, o grau de desenvolvimento do próprio mercado e a monetarização das relações sociais, sobretudo em contextos específicos. Interessa-nos aqui a variável demográfica que sofre efeitos diretos desses processos de mudança desiguais e combinados e que irão induzir/dinamizar migrações de mão de obra à procura de inserção na lógica sistêmica.

E. Durkheim é sem dúvida o que leva mais à frente a discussão sobre a variável demográfica nos processos de mudança. Em outros termos, é ele quem discute o caráter demográfico das sociedades: populações rarefeitas e dispersas sobre um vasto território podem sobreviver sem recorrer a uma divisão de trabalho complexa; famílias e grupos podem se distribuir sobre o território utilizando recursos (naturais, agrícolas, pecuários, etc.) sem maior complexidade técnica. Ao contrário, sociedades com elevada densidade populacional são pressionadas a aumentar as relações de interdependência entre indivíduos e grupos, complexificando a divisão social do trabalho.

Essa problemática, tratada de forma ampla, é o pano de fundo de onde se constrói os argumentos do presente estudo. Tomando como referência a cidade de Brasília (DF), a pesquisa privilegia um segmento do mercado de trabalho aí existente e se debruça sobre sua lógica intrínseca. De fato, trata-se de um ambiente particular: cidade nova, sem tradições firmes e consolidadas, na qual o mercado de trabalho é de natureza complexa e heterogênea, tendo em

vista as funções que a cidade desempenha. Por um lado, um segmento desse mercado é completamente inserido na lógica formal/monetária, num contexto de elevada competitividade; por outro lado, formas "arcaicas" de relações de trabalho se reproduzem no seio desses contextos formais. É sobre essa segunda lógica que a presente pesquisa se debruçou.

A partir de um grupo de mulheres peruanas, as quais moram em Brasília e trabalham em serviços domésticos, construiu-se uma problemática onde, através de pesquisa empírica, decodifica-se o cotidiano na cidade e os mecanismos de interação social ali existentes. A base de referência do objeto da pesquisa é, portanto, a imigração feminina. Uma temática relativamente ainda pouco trabalhada, mesmo se considerarmos a tradição de estudos migratórios na sociologia. Metodologicamente, a abordagem centra no que a autora denomina de espaço psicofísico: as motivações individuais, as relações familiares, a origem social e cultural, o grupo de referência, o status da profissão exercida, a experiência urbana no presente e passado e as relações sociais de gênero dentro e fora do núcleo familiar. Percebe-se que o universo dessas mulheres migrantes é tratado de forma totalizante, cobrindo diversas dimensões de vida e que, no conjunto, são elementos de uma identidade em processo de adaptação.

Cabe insistir na localização dessas imigrantes em Brasília-DF, pois esse é um recorte que toma posição de uma variável importante para entendimento da questão que é colocada na análise. Uma cidade nova, com um desenho peculiar, onde as interações sociais que aí ocorrem são fortemente condicionadas pelo modelo urbanístico adotado, atua então como um elemento a mais a ser controlado. A cidade fraciona os grupos sociais tanto por nível de renda, como é corriqueiro em sociedades de mercado, mas também por

profissões, por nível intelectual ou mesmo por origem. A pesquisa detectou que essas imigrantes peruanas, com perfil socioeconômico restrito, para disputar lugar em certos segmentos do mercado de trabalho, vão ter nas embaixadas e nas representações diplomáticas, que se situam na cidade, o foco de atuação privilegiado. Desempenhando funções domésticas corriqueiras, têm o trunfo da língua de origem, embora vivam em condição de extrema vulnerabilidade que as fragilizam e as fazem se submeter a relações peculiares no ambiente de trabalho. A migração se apresenta como um meio para mudar de vida através da chance que a divisão sexual do trabalho lhes oferece para se empregar no setor doméstico. A análise é desenvolvida em uma perspectiva interacionista procurando compreender os processos de integração social dessas migrantes na cidade.

Estamos, portanto, diante de um objeto de analise sociológica peculiar: por sua inserção nos processos de mudança que ocorrem na sociedade em geral, e em Brasília em particular, e por seu potencial de garantir a entrada por novos circuitos dos estudos migratórios que caracterizam a realidade de Brasília. Temos, então, que discutir ainda alguns aspectos do fenômeno migratório para subsidiar a leitura do presente trabalho.

Casos como o de mulheres peruanas em Brasília, tal qual analisado, nos falam de uma mobilidade territorial que, no limite, não está significando um deslocamento. Sim, porque o que o estudo mostra é o profundo isolamento que caracteriza a condição de mulher peruana, doméstica em Brasília, o que faz com que simbolicamente elas nunca cheguem de fato à cidade. Estão permanentemente ligadas às origens numa espécie de alienação do lugar. Daí a dificuldade que o estudo aponta em se pensar a migrante como uma cidadã, membro de um corpo social. Sim, porque não há paralelo entre a condição de mulher migrante, oriunda de um

país vizinho, inserida numa relação obscura de trabalho e a possibilidade de inscrevê-la numa lógica de "novas cidadanias" tal como ocorre na Europa, onde em geral o migrante tem uma cidadania "menor". Essa condição de cidadania de exceção, um "espectador do mundo" ao redor como mostrou Hannah Arendt, é que faz dessas mulheres sem condições de inserção efetiva e que, portanto, continuam a viver a realidade da origem num país estrangeiro.

Está aí um dos aspectos originais do estudo ora em mãos: ao invés de privilegiar a esfera política – que interroga sobre maneiras de conceder a nacionalidade ou cidadania – pergunta sobre condições possíveis para se pensar a imigração como uma experiência comum. O trabalho empírico elaborado rompe com essa ideia recorrente na sociologia que constrói a figura do migrante como herói imaginário da modernidade cosmopolita. Foca a imigrante como um ser real na medida em que constrói o seu perfil a partir de suas competências: competência de trocar os códigos, competências de domínio de outra língua, competências de se justificar suas condutas, sua presença e sua trajetória e seus projetos. Como o trabalho mostra, são competências rotineiramente demandadas e são elas que fazem do imigrante uma personagem pública antes mesmo de ser um ator político.

A especificidade da sociologia é decodificar os mecanismos que estruturam os vínculos sociais, ou seja, como se dão as interações entre indivíduos e grupos. Essa foi a perspectiva a partir da qual se elaborou a problemática da pesquisa. O resultado que ora temos em mãos desvenda um mundo social invisível com grandes dificuldades de discernir a lógica da cidade de destino, o que leva a uma sensação de impotência diante da realidade que lhes apresenta. Essa dificuldade de inserção na sociedade de Brasília tem razões que a autora vai buscar na própria realidade de origem das

migrantes estudadas. Não custa ressaltar que a estratificação social em linhas étnicas é demarcada no Peru, criando ali uma fratura social profunda. Lembremos que no Peru parcela significativa da população tem como língua materna quéchua ou o aymará – diferente do Espanhol. São códigos linguísticos peculiares a certos meios sociais de lá, justamente de onde se originam boa parte das domésticas que vêm trabalhar em Brasília. Portanto, temos por parte dessas mulheres um contexto peculiar desvendado na pesquisa, que é justamente o acúmulo de dificuldades que enfrentam para sair dessa situação de invisibilidade, resultando um forte vazio de honra e falta de estima social, associado pelas próprias migrantes à profissão de trabalhadora doméstica. Apesar disso, as migrantes dão continuidade aos seus projetos e sonhos alimentando, dessa forma, o trabalho diário e as estratégias de sobrevivência num contexto onde o sentimento de isolamento está presente.

Retomando nossa argumentação inicial sobre a mudança social, o presente estudo nos comprova que estamos diante de um fenômeno de mudança que se pratica a partir de grupos sociais peculiares, que encontram dificuldades estruturais e, muitas vezes, insuspeitas para ultrapassar barreiras para a mobilidade social. Insistimos nessa dimensão de mudança, pois a decisão de partir, tomada por elas, implica numa ruptura quase radical com o status-quo da origem. As implicações dessa partida são de tal envergadura que dificilmente retornariam ao mesmo modelo e papel social que tinham na origem. Se permanecem em condições subalternas no contexto de Brasília, tal qual acontecia no país de origem, isso não tira a característica de que passaram por processos de mudança – mesmo se conservadora.

A metodologia qualitativa utilizada no trabalho enriquece-o na medida em que nos mostra quase que corporalmente os efeitos de uma decisão aparentemente simples, porém plena de significados

individuais, sobre a partida para o estrangeiro à procura de melhoria de vida. Os meandros através dos quais os vínculos sociais se costuram dentro de um puzlle vão, aos poucos, tomando forma e sentido. Inclusive nos aponta para a especificidade de Brasília, onde as imigrantes transitam em ambientes também de estrangeiros, que guardam valores sacralizados e se reproduzem numa rígida estrutura social, com suas regras próprias de reprodução. É neste cenário, onde impera uma estabilidade mórbida, cuja estrutura tem forte dose de conservadorismo, que brotam as dificuldades de inserção social captadas na pesquisa pela estreita decodificação das subjetividades das mulheres entrevistadas. A densidade de algumas vai em paralelo à fragilidade de outras, e no fundo, estão refletindo certo comodismo e a reprodução estática dos códigos e das trajetórias nas sociedades tradicionais de origem. Isso é regra quase segura em ambientes conservadores onde certas personagens não se esforçam no desempenho de novos papéis sociais, pois obedecem as regras já escritas a priori. Outras personagens, ao contrário, estão em permanente conflito com o status quo, procurando novos caminhos, recusando a assumir e desempenhar um papel que foi escrito por outros. Querem construir a sua própria história e para isso vivem a grande aventura da vida, plena de contradição. O que é instigante nesse cenário é o recado dado de que ninguém escapa da sociedade, mesmo quando se decide partir ao estrangeiro, e viver nela pressupõe sempre uma dose de sofrimento, onde consciência e inconsciência se misturam num tempo que não se pode controlar.

Brasilmar Ferreira Nunes[1]

1. Professor Titular do Departamento de Sociologia da UnB. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Introdução

Compreender como um grupo de dez mulheres migrantes, peruanas, trabalhadoras domésticas em Brasília, vive e explica sua experiência migratória na cidade constituiu-se no farol-guia dessa pesquisa. Através de entrevistas em profundidade realizadas com dez mulheres migrantes peruanas que trabalham, ou já trabalharam, no setor de serviço doméstico em Brasília, buscamos identificar como elas explicam a sua integração à cidade e suas vivências no dia-a-dia do trabalho, que estão permanentemente afetadas pelas suas histórias passadas e pelos projetos de futuro. Para isso, analisamos como elas produzem o seu espaço de vida em migração, que nós denominamos de espaço psicofísico das mulheres migrantes.

Trata-se de dez mulheres que já viveram (passado) ou estão nesse momento (presente) vivenciando a experiência de morar no mesmo local em que trabalham, longe das suas famílias, dos seus afetos e das suas referências culturais do país de origem. Nesse contexto, dá-se uma situação de confinamento e de isolamento, resultado tanto de longas jornadas de trabalho e o reduzido espaço físico de que dispõem para

descansar, quanto das características históricas e urbanas da cidade de Brasília[1] que dificultam o seu "atravessamento".

Essas migrantes explicam o que significa para elas esse tempo presente em Brasília, apoiando-se e alimentando-se de lembranças e projetos. Nesses relatos observamos como se entretecem as especificidades das relações sociais com os "outros" tanto no núcleo familiar e comunitário de origem, quanto no contexto presente na cidade; como são explicados seus valores, suas crenças, seus medos, seus sonhos, e que acabam lhes outorgando um lugar como mulheres, mães, esposas, filhas que sustentam e que cuidam dos outros. E isso é feito à distância. Longe das suas coisas, das suas histórias, dos seus vínculos, porém, perto delas próprias, de outras faces de si próprias que só em Brasília, no âmbito da migração, elas conseguem descobrir.

Nessas descobertas, elas constroem histórias de mulheres migrantes próprias e específicas a cada uma, onde podemos identificar elementos que são comuns não só a elas, as dez que contribuíram com nossa pesquisa, como também a outras cujas histórias podem chegar a se "espelhar" nesse estudo.

Outras mulheres, muitas, aliás, que também fazem parte desse fluxo de migração internacional feminina por trabalho doméstico. Tal situação é mais uma evidência da pobreza e falta de oportunidades que milhares de mulheres no mundo sofrem. Se bem que para muitas delas a divisão internacional e sexual do trabalho lhes ofe-

1. Compreendemos a cidade como estado de espírito, como corpo de costumes, tradições, sentimentos e atitudes organizados, seguindo a proposta de Robert Park (1979). Isto é, a cidade não é meramente uma construção artificial e um mecanismo, pois ela está envolvida nos processos vitais dos seus habitantes – na sua vida mental, explicava Simmel (1979), daí que ela é produto da natureza humana.

reça uma "saída" – ou encruzilhada – a uma situação de exclusão social nas suas comunidades de origem, não podemos desconhecer a situação de precarização das condições de trabalho em que elas se encontram, pela falta de políticas migratórias e trabalhistas adequadas capazes de garantir condições mínimas dignas para a mulher trabalhadora doméstica migrante internacional.

Nessa linha, observamos que embora muitas mulheres ao redor do mundo acabem decidindo migrar como alternativa para escapar de situações de pobreza e exclusão do mercado de trabalho, não todas aquelas que se encontram em tais situações tomam a decisão de migrar. E justamente é nesse ponto que encontramos o desafio e a relevância de realizar pesquisas sobre migração internacional feminina focadas no microssocial e que busquem ir além das causas e consequências deste fenômeno migratório, para assim compreender as vivências dessas mulheres a partir das suas próprias perspectivas.

Tendo como base para a análise os depoimentos dessas dez migrantes, observamos que a profissão de trabalhadora doméstica carece da estima social que elas desejariam deter tanto em Brasília quanto em Lima, cidade da qual partiram. Sentem a falta de um reconhecimento formal por parte da sociedade pelo trabalho feito, um trabalho que requer qualificação, porém uma qualificação considerada exclusivamente "feminina" e adquirida no denominado "espaço reprodutivo". Portanto, isso tira delas, em grande medida, chances de obter um lugar de reconhecimento na sociedade tanto do ponto de vista da retribuição econômica quanto do status social associado à profissão na divisão internacional do trabalho.

Organizamos esse livro em seis capítulos que refletem os movimentos realizados durante o processo de pesquisa. No primeiro, nos propomos à tarefa de recuperar elementos constitutivos de um saber

construído sobre a migração na sociologia, identificando obras e autores que não somente são considerados clássicos para os estudos das migrações como, notadamente, para esse campo científico.

O capítulo dois apresenta nosso percurso feito para a construção do objeto de estudo assim como o problema e as premissas da pesquisa. Realizamos uma contextualização que abrange elementos da migração dentro do continente sul-americano, do Peru como país multicultural e de emigração, do Brasil e de Brasília como destino dessas migrantes. Também contextualizamos sobre as migrações femininas a trabalho doméstico no âmbito internacional e para o Distrito Federal.

No que tange à pesquisa de campo, decisões, estratégias de aproximação às mulheres migrantes e escolhas feitas, todo o processo é detalhado no terceiro capítulo, onde também explicamos como foram feitas as entrevistas, as categorias definidas para sua análise, assim como o perfil de cada uma das dez entrevistadas.

O capítulo quatro é dedicado à problemática da mulher peruana, migrante e trabalhadora doméstica em Brasília. Para isso, entendemos ser fundamental buscar conhecer: qual o lugar da mulher na cultura de origem delas, a cultura andina; como as próprias mulheres explicam suas identidades e a relação com os "outros", seja em Brasília ou no Peru; e como o trabalho doméstico se constitui como profissão que "sofre" com a ausência de mobilidade social.

A produção do espaço das migrantes é o tema do quinto capítulo. Sempre tendo como base para análise as perspectivas das próprias mulheres, buscamos definir o conceito de espaço como produto da interação social, levantando para isso várias dimensões do espaço que consideramos ser fundamentais seguindo a definição do nosso problema de pesquisa.

No capítulo seis, analisamos como a dinâmica do tempo presente-passado-futuro aparece nas narrativas de duas migrantes

para explicar suas vivências durante suas vidas de migrantes trabalhadoras domésticas na cidade de Brasília. Isto é, procuramos entender os significados que elas outorgam ao seu passado, presente e futuro, nesse momento de vida de trabalhadora doméstica em migração. Trata-se de duas irmãs com perfis que por momentos se assemelham, mas que também se contrapõem. Elas, apesar de serem irmãs, têm matrizes de leitura e visões de mundo em comum porém diversas, resultando em interpretações da experiência migratória diferenciadas.

Seguindo a proposta metodológica interacionista, indivíduos que moram numa mesma cidade ou num mesmo bairro, ou integrantes de uma mesma família, podem ter visões de mundos diferenciadas, já que a natureza do meio em que se vive – nós denominamos o espaço psicofísico das migrantes – é dada pelo significado que cada uma lhe confere (Blumer, 1998). Analisamos, também, os projetos e os sonhos de cada uma das dez migrantes que conformam o nosso universo de pesquisa, suas expectativas com aquilo que está por vir.

Nesse sentido, entendemos a migração como uma ação social que envolve um conjunto de significações que, por sua vez, geram outros e novos significados – dependendo do lugar que ocupa na estrutura do social o/a ator/a que a interpreta. Por isso, desde o nosso lugar de pesquisadora da problemática de mulher migrante, estamos em condições de sustentar que a mulher migrante existe desde sempre apesar de que praticamente só na segunda metade do século XX ela foi identificada como "sujeito" de pesquisa nas ciências sociais.

À categoria "mulher migrante" podem ser associadas outras categorias, como a da "trabalhadora doméstica" – tal o caso da nossa investigação, elemento que demanda do/a leitor/a operações cognitivas de classificação e categorização adicionais. Nesse sentido, ao pensarmos as mulheres migrantes trabalhadoras domésticas

originárias da cultura peruana e residentes em Brasília, podemos rapidamente associá-las à situação de pobreza, desemprego, exclusão social, falta de oportunidades, pouca ou inexistente educação formal, etc.

No entanto, por que não pensá-las como mulheres empreendedoras, determinadas a superar limites materiais e emocionais para melhorar de vida? Mulheres capazes de tomar decisões apesar das muito poucas alternativas que possam ter ao longo das suas vidas? Dito de outra forma, mulheres que procuram "dar a volta por cima" lançando mão daquela chance de trabalho que alguém lhes falou existir numa cidade como Brasília.

Uma cidade que, atualmente, também opera como um polo de atração "silencioso" para esse tipo de mão de obra migrante considerada "não-qualificada" e, graças à qual, homens e mulheres "altamente qualificados" – seguindo a lógica do mercado global de trabalho – conseguem esquecer as tarefas do espaço doméstico para se concentrar nas suas profissões e manter o seu padrão de vida. E isso simplesmente "graças" a que existam mulheres que migram pelas metrópoles do mundo "vendendo" anos de suas vidas, para cuidar dos filhos e das casas dos outros e já não mais cuidar no dia-a-dia da sua própria família.

O que nos interessa, como pesquisadora engajada com essa problemática que "toca" e mexe sentimentos que não nos são tão alheios, é tomar consciência dessas imagens que nos precedem e nos acompanham durante o processo de estudo e pesquisa. Pois essas não são outra coisa do que ideias prévias sobre aquilo que costumamos chamar de objeto da pesquisa, ideias que não precisam ser censuradas, porém sim explicitadas para repensá-las.

* * *

A realização dessa pesquisa foi possível graças à bolsa recebida do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que nos foi outorgada pelo período de quatro anos para a realização do doutorado no âmbito do programa de pós-graduação em Sociologia na Universidade de Brasília.

Agradecemos particularmente ao professor Dr. Brasilmar Ferreira Nunes, pela orientação, amizade e apoio incondicional recebido em todos os momentos. À professora Dra. Lourdes Bandeira, por nos apresentar à realidade vivida por essas mulheres migrantes em Brasília e pelo entusiasmo contagioso de pesquisadora engajada com problemática da mulher. Às migrantes que compartilharam suas vivências de forma tão generosa, sem elas nada disso teria sido possível. Ao CSEM, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, espaço que nos acolheu desde os nossos primeiros momentos de migrante em Brasília, pelo carinho de toda a equipe, pelas discussões e leituras compartilhadas. Aos queridos amigos que fiz nesta cidade, todos e todas fazem com que essa experiência de vida de migrante valha à pena. À minha família que está longe, ao Pedro e à Chiara com quem compartilho minha vida, sem eles nunca teria chegado até aqui.

1.
O debate teórico das migrações nas ciências sociais: uma leitura sociológica de algumas correntes teóricas

Os fluxos de seres humanos são históricos e não um fenômeno recente, como se poderia pensar em decorrência da relevância mediática que na era atual da globalização as migrações detêm enquanto fato social que mobiliza fatores culturais, históricos, políticos e econômicos geradores de conflitos entre países, regiões e grupos de interesses. Além do mais, ao mesmo tempo em que os fluxos migratórios podem ser vistos como consequência de contextos socioeconômicos historicamente determinados, entendemos que sua pertinência para o campo da sociologia passa por compreendê-los como participantes de processos de mudanças sociais de extrema relevância.

As pesquisas tanto sobre as migrações internas quanto as internacionais vêm sendo desenvolvidas entre os fogos cruzados daqueles que, por um lado, entendem a migração não somente como sintoma de subdesenvolvimento, mas também como a causa da sua

perpetuação e, por outro, que veem na migração tanto uma válvula segura de curto prazo quanto um instrumento potencial de longo prazo para o crescimento sustentável (Portes, 2007: 74).

Por outro lado, e de acordo com Portes (1997), as investigações sobre os fluxos migratórios internacionais têm se caracterizado pelo enorme acúmulo de dados quanti-qualitativos que poucas vezes levaram a um avanço verdadeiramente significativo, no sentido de que atualmente existe muita informação que continuamos produzindo e que não necessariamente conduz à inovação do conhecimento. Patarra (2005), por exemplo, propõe compreender os movimentos migratórios internacionais como uma contrapartida da reestruturação territorial planetária, estreitamente vinculada à reestruturação econômico-produtiva em escala global.

No entanto, independentemente da diversidade existente quanto à compreensão e interpretação do fenômeno migratório, interessa-nos inicialmente salientar o caráter evidente, tangível, para o conjunto da sociedade da existência de uma "questão migratória". Ou seja, "[...] o deslocamento espacial de populações pode representar tanto uma tentativa de resolução de problemas – individuais, coletivos, sociais – quanto um motivo de preocupação para determinados segmentos" (Póvoa Neto e Ferreira 2005: 11). Daí que, quando discutimos sobre o fenômeno da mobilidade humana – isto é, o deslocamento de seres humanos tanto dentro quanto para além das fronteiras de um país – concordamos com Póvoa Neto e Ferreira que não podemos questionar a existência de uma ou várias questões migratórias.

Como essa questão foi sendo estudada, explicada, interpretada no âmbito da sociologia? Entendemos que resgatar alguns autores e correntes de pensamento nos ajuda a compreender a complexidade e os entrecruzamentos epistêmicos que envolvem nosso objeto de

estudo que, durante mais de um século de pesquisas acadêmicas, caracterizou-se por ser exclusivamente masculino. Da mesma forma que acontece em outros âmbitos, as mulheres migrantes têm sido praticamente invisíveis nas ciências sociais até finais da década de 1970. A partir dos anos oitenta elas começam a ter mais visibilidade na investigação social, acompanhando o maior uso do conceito de gênero como categoria analítica (Roca i Girona, 2009; Gregorio, 2007).

Neste capítulo, propomo-nos à tarefa de recuperar elementos constitutivos de um saber formulado sobre a migração na sociologia, e assim, em diálogo com pensadores provenientes de outras áreas, identificar espaços de convergência. Portanto, a proposta é a de explicitar o lugar epistêmico com que se inicia o nosso percurso de estudo.

1.1 Significados de ser estrangeiro, de ser migrante

Se bem nos resulte difícil estabelecer uma data precisa sobre quando se inicia a discussão sobre o fenômeno migratório no âmbito da sociologia, podemos de fato identificá-la durante o século XIX com autores considerados clássicos para essa área de pensamento, tal o caso de Alexis de Tocqueville (1805-1859) e posteriormente de Max Weber (1864-1920) e Georg Simmel (1858-1918).

Nessa época não era tão clara a predominância do termo "(i) migrante" sobre o termo "estrangeiro" como acontece atualmente na linguagem acadêmica. Entendemos que a escolha de qual dos termos utilizar refere não só a questões metodológico-epistêmicas, mas sobretudo a contextos de produção. Ribas (2004: 181-182),

trazendo o exemplo da Espanha, explica o quanto a terminologia está carregada de significados sociais e políticos. Segundo a autora, durante os anos 1960 na Catalunha falava-se em imigrante para referir àqueles trabalhadores provenientes do sul da Espanha (região mais pobre). Também esse era o termo para designar os imigrantes espanhóis trabalhadores nas fábricas alemãs, holandesas, suíças ou francesas. Contudo, aos imigrantes procedentes do norte da Europa, notadamente da Grã Bretanha, que se estabeleceram no sul da Espanha a partir também dos anos 1960 para desfrutar da sua aposentadoria, ou aos empresários europeus que se estabeleciam na Catalunha, referia-se com a categoria de "mobilidade profissional" e já não mais como imigrantes.

Ao longo do nosso estudo utilizaremos o termo migrante ou migração, deixando assim de lado a diferenciação entre emigrante/emigrar, ou imigrante/imigrar. Isso porque entendemos a migração como um ir ou sair para talvez voltar ou ficar; isto é, um permanente "vir-a-ser" do indivíduo moderno. Um movimento que está sempre acontecendo, pois o migrante não sabe até quando, para onde ou como ficará; ele nunca acaba de sair e de deixar suas origens completamente. Para essa definição seguimos o conceito de Sociação [Vergesellschaftung] desenvolvido por Simmel, que se distingue dos conceitos de socialização e de associação; representa o processo fundamental e objeto de estudo da Sociologia Formal, conformado pelos impulsos dos indivíduos, motivações, e pelas formas que esses assumem: proximidade e afastamento, distância social, vizinhança, isolamento. Significa o permanente vir-a-ser da vida social, que está acontecendo sem que se possa dizer que já aconteceu (Morais Filho, 1983: 21-31).

A ênfase maior no deslocamento, ou no movimento, que traz implícita a palavra migrante, remete-nos a procurar aquela do ter-

mo "estrangeiro". Do latim extra – fora, extraneus – estranho, o termo enfatiza mais o caráter de ser diferente dos outros. Consequentemente, consideramos que um estaria contido no outro, pois o estranho (estrangeiro) que vem de fora está numa situação de mobilidade ipso facto e nesse transitar (migração) carrega no seu corpo marcas de ser alguém diferente[1].

A presença do estrangeiro despertou em Georg Simmel (1858-1918) uma inquietação sociológica, e levou ao autor a fazer uma análise inovadora[2] sobre o significado desse indivíduo particular. Para o autor o estrangeiro é aquela pessoa que chega e fica, e que, mesmo não indo embora, não supera completamente a liberdade de ir e vir.

> Fixou-se em um grupo espacial particular, ou em um grupo cujos limites são semelhantes aos limites espaciais. Mas sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo (Simmel, 1983: 182).

Numa linha de pensamento semelhante à de Simmel, o filósofo Alfred Schutz[3] (1899-1959) publicou em 1944 o ensaio The Stranger (O Estrangeiro) e em 1945 The Homecomer (O Homem que

1. Aqui o corpo entendido no sentido proposto por Sennet (2006) para além dos traços físicos; o corpo como experimentador de hábitos e costumes.

2. O ensaio "O Estrangeiro" foi publicado em 1908, junto com outros ensaios no livro do autor intitulado *Soziologie*.

3. Nascido em Viena e posteriormente, em 1940, exilado nos Estados Unidos, considera-se que Schutz na sua obra desenvolveu uma filosofia das ciências sociais voltada notadamente para o indivíduo.

volta para seu país/sua casa). Como pensador e teórico exilado, define o estrangeiro como: "[...] um adulto da nossa época e da nossa civilização, que trata de ser aceito [...], ser tolerado por esse novo grupo" (2003: 7)[4]. Aparece na abordagem do autor a dimensão da aceitação ou não-aceitação. Por isso Schutz esclarece que sua análise não se limita ao caso particular do estrangeiro; ela pode ser estendida a qualquer "candidato" que deseje se tornar membro "de um clube fechado"; por exemplo, explicita o autor, o candidato a casar que busca ser aceito pela família da sua namorada, o filho de camponeses que começa o liceu (na cidade), o cidadão urbano que se instala no campo, etc., todos para o autor, a rigor, são estrangeiros se levarmos em conta a sua definição (*Ibidem*).

Dialogando com os dois autores, compreendemos que a condição de ser migrante (estrangeiro) é exatamente o que dá as formas de pertença ao novo grupo em que se chega. O vínculo que se estabelece é de ser o de fora e o sem história dentro dos limites da história do grupo e do lugar. Esse é sua posição na estrutura social que afeta toda e qualquer interação no lugar de destino.

Isto se torna muito significativo se consideramos que todo grupo, parafraseando Schutz (2003: 9), tem um modelo cultural sobre valores e orientações de conduta mais ou menos aceitos. Podemos dizer que existe uma maneira habitual de se pensar e se conduzir no grupo, com o grupo e a partir do grupo, o que Max Scheler chamou de uma "concepção relativamente natural de mundo" (*apud* Schutz, 2003: 17).

Mesmo em grandes cidades e/ou nas sociedades consideradas "multiculturais" – apesar de ser este um conceito difícil de se sustentar –, pensamos que existe uma forma dominante de conceber o

4. Tradução nossa, do francês.

convívio e que busca através de diversos meios (instrumentos políticos, coerção) impor-se como modelo a seguir e a partir do qual se adjetivam outras formas de organização social. Pois bem, mesmo em tais situações, a figura do "estrangeiro" aparece demarcando os "do lugar" face aos outros; é como se estivéssemos submetidos a modelos de comportamentos coletivos que nos garantem, ou não, o pertencimento ao grupo.

Contudo, é preciso lembrar que o status quo, ou maneira habitual de pensar, também sofre tensionamentos, rupturas, ou crises que, segundo William Thomas, interrompem os hábitos provocando novas condições da consciência e da ação prática (*apud* Schutz, 2003: 19). Por isso,

> O estrangeiro não está submetido a componentes nem a tendências peculiares do grupo e, em consequência disso, aproxima-se com a atitude específica de "objetividade". Mas objetividade não envolve simplesmente passividade e afastamento; é uma estrutura particular composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento. (Simmel, 1983: 184).

Significa dizer que a tomada de consciência de assumir aos poucos concepções diversas de mundo com relação à norma (ao grupo) não é necessariamente exclusiva do migrante. Contudo, a condição de migrante potencializa muito a tomada de consciência das diferenças.

Julia Kristeva, autora contemporânea, em seu livro Estrangeiros para nós mesmos, utiliza o termo genérico "estrangeiro" para referir-se a todo indivíduo que se sente estranho ou diferente ao habitual. Levanta a tese de que esse estranho habita em nós como uma face oculta da nossa identidade. O estrangeiro, para Kristeva,

"começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades" (Kristeva, 1994: 9).

A presença de outros diferentes nos coloca de imediato perante um espelho que constantemente está projetando a nossa capacidade de aceitar novas formas de alteridade, outras concepções de mundo. E isso não somente para o habitante local ou um integrante de um grupo que aceite os hábitos e costumes deste; também coloca à prova quem vem de fora, ou aquele que se rebela perante a norma, na sua capacidade de dialogar com outras formas de entender a existência em sociedade.

Retomando alguns autores clássicos antes mencionados, por exemplo, Tocqueville e Weber, cabe salientar que foram pensadores que se preocuparam com as relações sociais entre pessoas provenientes de diversas culturas, rechaçando nas suas abordagens a subordinação do social ao biológico, tal como predominava no pensamento da época ao se estudar as relações interétnicas (Ribas, 2004).

Max Weber, em Economia e Sociedade (1922), ao definir o conceito de comunidade, chama a atenção sobre o perigo de assumirmos que a posse de determinados traços físicos ou comportamentais seja suficiente para ligar um sujeito a um determinado grupo.

> Nem toda participação comum em determinadas qualidades, da situação ou da conduta, implica uma comunidade. Por exemplo, a participação em uma determinada herança biológica – os denominados caracteres "raciais" – não implica em si mesmo uma comunidade dos que possuam tais características (Weber, 1944: 41, destaques meus).

Umas décadas antes de Weber, Tocqueville, em A democracia na América (1835) – obra produto de uma viagem de estudo feita

entre 1831 e 1832 pelos Estados Unidos – defende a existência de uma relação estreita entre a origem de um povo e as suas particularidades nas formas de convívio e nos seus esforços por se organizar. Para o autor, "não há sequer uma opinião, sequer um hábito, sequer uma lei, poderia dizer mesmo sequer um acontecimento, que não possa ser explicado sem dificuldade pela origem do povo" (Tocqueville, 1998: 30)[5].

O autor registra nesse livro suas surpresas, fascínios e desencantos pelas particularidades dessa sociedade nova formada de migrantes: "mal tinham desembarcado naquela costa inóspita [...] o primeiro cuidado dos imigrantes é, por isso mesmo, o de se organizar em sociedade" (*Idem*, p.35). E ainda,

> Aqueles homens deixaram sua pátria para estar bem [...]. Quase em toda parte encontram a fortuna, mas não a felicidade. Entre eles, o desejo de bem-estar tornou-se uma paixão inquieta e ardente, que aumenta à medida que se satisfaz. [...] Às vezes, o homem marcha tão depressa que atrás dele reaparece o deserto (*Idem*, p. 218).

Setenta anos mais tarde, em 1904 foi a vez de Max Weber descobrir as particularidades desse novo mundo. Registros muito ricos e detalhados dessa viagem são apresentados na biografia sobre o autor. Weber se surpreende com as contradições e originalidades da sociedade de imigrantes e escrevia sobre uma das cidades que mais lhe impactara:

---

5. Desde uma perspectiva semelhante, Schutz, quase um século mais tarde que Tocqueville, sustentava que só o modo de vida dos pais e avós são para qualquer indivíduo a base da sua própria forma de existência. "**Tumbas e lembranças são coisas que não podemos transferir nem adquirir**" (Schutz, 2003: 20). Destaques nossos, tradução nossa do francês.

> Chicago é uma cidade muitíssimo incrível. Perto do lago, há alguns confortáveis e belos bairros residenciais [...] Depois vêm os "tenements" dos operários e ruas absurdamente imundas, [...] Na "city" entre os "skyscrapers" a condição das ruas é totalmente de arrepiar os cabelos. [...] Há uma louca mistura de nacionalidades: de um lado ao outro nas ruas, os gregos engraxam os sapatos dos Yankees por 5 centavos. Os alemães são seus garçons, os irlandeses cuidam da política deles, e os italianos da imundíssima escavação de fossas. (Weber *apud* Weber, 2003: 343-345).

Esse fenômeno migratório dos europeus para o "novo mundo" provocava em Weber um interesse particular sobre os novos grupos de status étnicos e sobre as especificidades da estratificação social no contexto dessas grandes cidades. Observava com atenção a relação que os "yankees" estabeleciam com todas essas pessoas "de fora" que desempenhavam tais serviços, diferentes deles que se sentiam anglo-saxões (cf. Horowitz, 1964; Sasaki e Assis, 2000)[6].

Considerando agora a perspectiva durkheimiana, podemos interpretar a migração como "fator de quebra das comunidades tradicionais mantidas juntos pelos laços de solidariedade mecânica" (Sasaki e Assis, op. cit).

> A transição para solidariedade orgânica, baseada numa divisão social de trabalho e interdependência econômica, era frequentemente acompanhada pela anomia, ou o colapso do sistema de valores comuns, que resultava em desintegração social, que, por sua vez, poderia levar a consequências patológicas (*Ibidem*).

6. Sobre o contexto migratório da cidade de Chicago nessa época, conferir o ponto 1.3 desse capítulo.

A riqueza do pensamento desses fundadores da sociologia estimulou diversas abordagens para o desenvolvimento de pesquisas sobre a problemática migratória. Essas tiveram um dos maiores impulsos nos Estados Unidos, no começo do século XX, no âmbito do departamento de Sociologia da Universidade de Chicago.

Contudo, é importante lembrar que antes do que posteriormente se convencionou chamar "Escola de Chicago", tanto nos Estados Unidos quanto na Europa os "race relations" estiveram principalmente dominados por um pensamento social baseado em pressupostos biológicos (cf. Ribas, 2004, cap.1). Nesse sentido, se faz necessário avançar num breve percurso sobre algumas correntes teóricas para o estudo das migrações nos Estados Unidos para depois nos determos em alguns elementos pontuais da Escola de Chicago.

1.2 Estados Unidos: desafios teóricos da nova sociedade

Num contexto sociopolítico de fluxos migratórios permanentes, a sociedade estadunidense analisa e debate a questão migratória ao ponto tal, segundo Ribas (2004), de chegar confundir-se com a história do próprio país. A migração é a pedra sobre a qual se constrói a história do país e, ainda hoje, não fica isenta de conflitos, acordos, fragmentações e rupturas. O pensamento social desse país desde séculos passados já reflete isso.

De fato, o país acabou por ser considerado uma nação acolhedora de estrangeiros. Beneficiando-se de um crescimento acelerado da população européia e adotando políticas de branqueamento de sua população, desenvolve estratégias de atração de migrantes justamente no momento em que a indústria norte-americana começa a demandar força de trabalho para suas atividades. Assim, a

complementaridade entre a dinâmica econômica e política interna com a disponibilidade de braços na Europa fez do país uma terra de migrantes, sobretudo brancos e europeus.

Durante a primeira metade do século XIX aumentam de forma considerável e sistemática os fluxos de migrantes e nos Estados Unidos se começa a falar em crise da migração e já não mais do *problema* da migração (Sánchez, 2010: 16). Avançada a segunda metade desse século surgem mais vozes de intelectuais preocupados com os "efeitos" dos intensos fluxos migratórios para os Estados Unidos e propondo mudar as políticas migratórias do país.

> O movimento atual que está a favor de restringir a imigração é um exemplo do processo de revisão de nossas políticas no intuito de romper com as nossas crenças e princípios anteriores. Toda a história desse país, é claro, tem sido a história da colonização e da imigração (Mayo-Smith, 1888: 46)[7].

Fatos como a aprovação da Lei de Exclusão dos Chineses, em 1882, já era prova disso.

> A fobia contra os asiáticos foi seguida pelos sentimentos anti-imigratórios contra os "novos" imigrantes procedentes de leste, sul e centro da Europa. No fim do século XIX propagaram-se as ideias racistas do culto teutônico, promovidas pelo general Francis Amasa Walker, militar e primeiro reitor do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT). Ele acreditava que os ingleses e os alemães

7. Tradução nossa do original em inglês.

descendiam diretamente da raça superior teutônica (Sánchez, *op.cit.*, p. 16)[8].

Richmond Mayo-Smith (1854-1901), economista e estatístico que em 1890 publicou *Emigration and Immigration*, levantava questões tais como: O que fazer com esse fenômeno migratório? Era pertinente ou não uma análise "objetiva" dos efeitos deste fenômeno para com a sociedade de acolhida (americana)? Qual o papel das ciências sociais perante esta realidade? Quais os limites e as possibilidades dos métodos de análise para dar fundamentos às políticas do Estado? Como preservar os valores existentes e característicos da sociedade norte-americana? Como regulamentar e gerenciar a qualidade e a origem dos recém-chegados? Que tipos de imigrantes interessam para a sociedade norte-americana? Como definir critérios e em que medida os métodos de análise das ciências sociais nos fornecem elementos que fundamentem estas políticas?

De acordo com o seu argumento, as pessoas possuem o direito individual a emigrar assim como a imigrar. Porém, o direito da regulamentação dos fluxos migratórios decorre de uma concepção evolucionista do direito, que situa uma civilização superior por cima do resto; ou seja, uma regulamentação justificada no dever dos norte-americanos de manter o alto padrão de vida (Bastenier e Dasetto *apud* Ribas, 2004: 24) e, para isso, era preciso fazer uma gestão da imigração malgrado o direito de outros a escolher esse país.

Evidentemente, esse debate no contexto americano não se dava de forma isolada. Nessa mesma época, na Inglaterra, foram publicadas as famosas "Leis das migrações", do demógrafo alemão Ernest Georg Ravenstein (1834-1913). Tal publicação foi considerada provavelmente

8. Tradução nossa do original em espanhol.

como a primeira manifestação do pensamento moderno científico-social sobre fluxos migratórios (Sánchez, 2010: 20).

> Contribuiu com a observação de uma série de regularidades nos processos migratórios, tais como o caráter escalonado e gradual das migrações, a preeminência dos de curta distância, a maior propensão para migrar dos habitantes das zonas rurais e o predomínio das motivações econômicas. Ele foi quem também utilizou pela primeira vez o marco analítico "atração/expulsão" (*Ibidem*)[9]

Retomando a situação dos Estados Unidos, durante o século XX continuava e se aprofundava esse debate sobre a relação que se estabelecia entre os recém-chegados e a sociedade de destino. Nessa linha, Labelle et al. (2007)[10] identificam três principais períodos que teriam marcado os modelos teóricos que buscavam delimitar a integração dos imigrantes na América do Norte: primeiro, o período da assimilação e da integração; o segundo, o do multiculturalismo; e o terceiro, o das diásporas, assimilação segmentada e transnacionalismo. Vejamos algumas especificidades desses períodos.

1.2.1 Assimilação e integração

No primeiro período, posterior à segunda Guerra Mundial, a perspectiva assimilacionista dominava a sociologia da imigração e das relações étnicas. Durante os anos 1950 e 1960, a escola do

9. Tradução nossa do original em espanhol.

10. Doravante "Labelle, 2007", os três períodos sugeridos pelos autores serão apresentados aqui de forma resumida sobre o conteúdo correspondente da página 10 à 18 do original.

consenso ou escola funcionalista americana associada ao nome de Talcott Parsons é hegemônica em sociologia e ciências políticas (Labelle, 2007).

> Talcott Parsons [...] afirma que o pluralismo étnico aconteceu nos Estados Unidos sobre a base da estratificação social desigual e uma cidadania incompleta. A urbanização e a industrialização, criando valores universais, acabaram se impondo aos particularismos. [...] A teoria da assimilação [...] tem como ponto de partida o desequilíbrio social gerado pelo choque entre valores e normas culturais opostas, ou ao menos distintas. Tal situação se resolveria através da absorção social e cultural dos imigrados ou das minorias étnicas (Garreta, 2003: 54-55).[11]

Entretanto, interessa-nos frisar que, em anos anteriores, também existiram interpretações diversas do que significava a assimilação. Para Park e Burgess, dois teóricos da denominada Escola de Chicago, havia uma perspectiva negativa dominante da assimilação como processo de "*denationalization*" ou de perda da identidade cultural. No entanto, eles se afastam dessa perspectiva definindo a assimilação como um processo através do qual a cultura de uma comunidade ou de um país é transmitida a um cidadão adotado [migrante]; como um processo de interpretação e fusão no qual pessoas e grupos adquirem memórias, sentimentos e atitudes de outras pessoas ou grupos, e, compartilhando as suas experiências, são incorporados numa vida cultural comum (Park e Burgess, 1942: 734).

11. Tradução nossa do original em espanhol. Para aprofundar mais sobre a teoria assimilacionista desde uma perspectiva funcionalista, ver: Boudon e Barricaud (1993: 249-252); Outhwaite e Bottomore (1996: 326-328).

Nessa linha, compreendemos que o conceito de integração social convive com o de assimilação, no âmbito das relações interétnicas; i.e., uma integração social completamente diferente à que havia proposto a sociologia funcionalista. A integração envolvia uma aproximação (econômica, política e social) entre grupos étnicos. Esta linha de pensamento se fundamenta nos estudos feitos no âmbito da sociologia das migrações e das relações interétnicas, fundamentalmente da Universidade de Chicago (Ribas, 2004: 29).

Mais tarde, Milton Gordon (*apud* Labelle *op cit.*) em *Assimilation in American Life* (1964) propõe compreender a assimilação dos imigrantes como processo complexo passível de ser mensurado observando as seguintes dimensões[12]: a assimilação cultural (*acculturation*) que supõe a adoção da língua, da religião ou outras características culturais da sociedade que acolhe; a assimilação estrutural que implica a interação no âmbito das redes informais e formais e das instituições da sociedade receptora; a assimilação marital, consequência da exogamia dos grupos; a assimilação por identificação, quando os imigrantes desenvolvem um sentimento de pertença ao povo que os recebe modificando suas identidades; a assimilação graças às atitudes receptivas da sociedade que recebe, onde os imigrantes não são objeto de preconceito ou práticas discriminatórias; a assimilação cívica, atingida quando não há conflitos entre maiorias e minorias sobre questões políticas, e quando os imigrantes participam e se comprometem em questões públicas e adquirem cidadania.

Milton Yinger, (*apud* Labelle, *op cit.*) destaca que existiriam argumentos a favor e contra a assimilação. A favor: a redução dos

12. Essa tipologia elaborada por Gordon considera-se marcante para os estudos posteriores fundamentados no conceito de assimilação.

particularismos étnicos favoreceria uma maior igualdade, a criação de uma sociedade mais flexível e mais aberta. Contra: devem ser protegidos os valiosos recursos culturais dos grupos étnicos; a manutenção da etnicidade reduz a anomia e o individualismo nas sociedades dominadas pela tecnologia e o materialismo.

De acordo com Gordon, nunca teria havido *melting pot*[13] nos Estados Unidos, mas sim uma situação de pluralismo cultural e estrutural (por oposição à noção de assimilação) fundamentado sobre as desigualdades e o duplo efeito da estratificação social (de classe) e da estratificação étnica.

1.2.2 Multiculturalismo e pluralismo étnico e cultural

Opondo-se à perspectiva assimilacionista, o segundo período corresponde à teoria do pluralismo étnico e cultural. Reivindica o direito à retenção das identidades e das culturas de origem e postula a preservação da vida cultural e comunitária dos imigrantes num contexto de cidadania e integração econômica e política à sociedade americana (Labelle *op cit.*).

A partir dos anos 1980 as teorias do multiculturalismo, dos movimentos sociais, da cidadania, do post-colonialismo, dos *cultural studies*, põem ênfase no político, na participação, nos direitos e no *empowerment*. O multiculturalismo se torna um conceito chave no

13. *Melting pot doctrine. The idea that the potential contributions of old world cultures brought to America by new immigrants are best realized when they are merged to produce a unique American culture; contrasted with one-way absorption and with cultural pluralism*. FORD HOULT (1972: 199-200). Significa dizer que ambos os grupos, dos migrantes e dos locais, perderiam a sua identidade para adotar uma outra resultado desse encontro-fusão de culturas.

discurso sobre a incorporação dos imigrantes e as minorias. Seus seguidores rejeitam o postulado assimilacionista ou integracionista e se situam amiúde a nível ideológico. No entanto, outros serão críticos já que consideram que o multiculturalismo retarda a integração das minorias, sendo que a assimilação favorece a mobilidade social e previne a formação de guetos (*Idem*).

Cabe assinalar que o "gueto" não deveria ser interpretado como sendo uma formação social necessariamente negativa. Às vezes o gueto pode ser uma alternativa dentro de uma estrutura social pouco flexível. Em 1926, L. Wirth defende a sua tese de doutorado no departamento de sociologia da Universidade de Chicago, da qual resulta sua obra *The Ghetto,* publicada dois anos depois. O autor define o gueto como instituição e como forma urbana e social (Rhein *apud* Dutra, 2007). Ele reconhece "um valor positivo no gueto porque permite um *modus vivendi* entre o grupo dominante, que se nega a dividir os privilégios, e o grupo dominado, que procura preservar a sua identidade cultural" (Ribas, 2004: 28).

Todos esses debates teóricos aconteciam no contexto das sociedades ocidentais e, notadamente, do "novo mundo", onde o aumento das desigualdades e o ressurgimento do racismo nas suas formas mais tradicionais começam a propiciar novas pistas de análise. Foi assim que surgiram os estudos sobre o transnacionalismo e as diásporas, e sobre a assimilação segmentada, terceiro período identificado por Labelle (2007).

1.2.3 Diásporas, assimilação segmentada e transnacionalismo

Do grego *dia* (através, por meio de) e *speirõ* (dispersão, disseminar ou dispersar), o termo diáspora costuma estar associado à experiência judaica (e por extensão à dos armênios e africanos) ou-

torgando-se conotações negativas do tipo: deslocamento forçado, vitimização, perda e alienação (Cashmore *apud* Russi, 2010: 27).

> O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um "Outro" e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora (Hall, 2003: 33).

Partindo da ideia de Benedict Anderson sobre a nação não apenas como entidades políticas soberanas, mas como "comunidades imaginadas", Hall (2003) levanta o questionamento: onde começam e terminam as fronteiras de uma nação quando "cada uma é cultural e historicamente tão próxima de seus vizinhos e tantos vivem a milhares de quilômetros de 'casa'"? (p. 26).

Russi (2010) defende que o processo diaspórico vai além do ato de sair corporalmente de um local; pensando assim, segundo o autor, corre-se o risco de "sustentar a ideia de um 'ponto zero', inicial, de movimento" (p.27). Para este autor, a diáspora também toma forma dentro das "fronteiras" do país de origem já que "aqueles que ficam também configuram significação", da mesma forma aqueles que estão buscando sair, mas que ainda não conseguiram. Ou seja, a simples possibilidade de levar adiante um projeto migratório (embora possa acabar não sendo concretizado) constitui "a diáspora que se reelabora nas instâncias microssociais [...]" (Russi, *op cit.,* p.28).

Nos Estados Unidos, num contexto de pesquisas sobre a segunda geração de imigrantes, desenvolve-se a corrente teórica denominada *assimilação segmentada*. Opondo-se à teoria clássica de assimilação linear, demonstram que as transformações da migração internacional (notadamente originária da África, Ásia e América Latina) caracterizada por uma polarização muito grande em termos de ingressos,

educação e formação profissional, induzem diversos modos de incorporação nos segmentos do mercado de trabalho – mercado primário, secundário, enclaves étnicos, etc. Esses modos de incorporação provocarão diferentes modos de pertença (Labelle, 2007).

Para Portes e Fernández-Kelly (2008: 3) o "modo de incorporação" é um conceito que, se utilizado nesse quadro teórico, refere-se a três níveis que são essenciais e determinantes no contexto de recepção: (1) governo, (2) sociedade, (3) comunidade. Significa dizer que as características pessoais de um migrante (o "capital humano", segundo os autores) e as possibilidades de realizar o seu potencial na sociedade receptora dependem das condições das políticas públicas de migração do país (governo), da receptividade dos cidadãos locais (sociedade) e da existência de uma rede social coétnica (comunidade).

Nesse sentido, é evidente que existem grupos mais vulneráveis para quem ainda é muito improvável o acesso ao mercado de trabalho "formal" e, em consequência, a uma qualidade de vida digna. Para esses autores se torna fundamental considerar todos esses níveis diferentes de análise para poder apreender os diversos modos de incorporação dos migrantes à sociedade de acolhida.

Ou seja, não podemos reduzir a compreensão do fenômeno da migração à decisão racional do sujeito da ação que sai à procura de melhores condições de trabalho. Para Portes (*apud* Sasaki e Assis, 2000: 6), a busca por ganhos materiais também deve estar relacionada às expectativas de reciprocidade no curso da interação social no interior do seu grupo.

Dessa forma, o transnacionalismo propõe um marco de análise estrutural que indaga acerca dos laços que se estabelecem tanto nos países de imigração quanto nos países de emigração (Nejamkis, 2010: 174). Isso porque interessa estudar os diversos tipos

de vínculos que os migrantes mantêm com seus países de origem, uma vez incorporados à sociedade de acolhida (Portes *apud* Nejamkis, *idem*).

Para Labelle (2007) o transnacionalismo se define como um processo através do qual os migrantes criam campos sociais que atravessam as fronteiras nacionais, isso por meio das suas atividades quotidianas econômicas, sociais, políticas e culturais.

Para os partidários desta corrente as teorias assimilacionistas e multiculturalistas possuem limites em comum, já que propõem concepções redutoras da cultura (a teoria assimilacionista com a noção de *core culture*, a teoria pluralista com a de cultura minoritária ou comunidade cultural). Nas duas não haveria espaço para os vínculos transnacionais e transfronteiriços que afetam a vida dos migrantes (Faist *apud* Labelle, 2007).

Entendemos que, em todo esse rico e longo debate teórico sobre as migrações no âmbito da sociologia norte-americana, foram algumas das pesquisas desenvolvidas no âmbito da sociologia da Universidade de Chicago as que despontam como trabalhos fundadores para os estudos sociológicos das migrações. A seguir desenvolveremos alguns elementos da denominada *Escola de Chicago* que nos interessam resgatar para nossa pesquisa.

1.3 A sociologia de Chicago

Os anos posteriores a 1890 foram um dos períodos em que a emigração da Europa para os Estados Unidos foi massiva. A imigração de origem anglo-saxã, alemã e nórdica, maioria no período anterior, foi substituída por migrantes da Europa do Leste e do Sul. Esses "novos" imigrantes, assim como os negros provenientes do

sul dos Estados Unidos que se dirigiam para os centros industriais do norte, eram considerados pelos anglo-saxões como "diferentes" tanto pela "raça", quanto "pela religião e sua qualificação política e moral" (Chapoulie, 2001: 69). Isso explica também as questões levantadas nessa época por teóricos como Mayo-Smith, anteriormente citadas, que diziam respeito a: o que fazer com esse fenômeno migratório, como preservar os valores existentes e característicos da sociedade norte-americana, como regulamentar respeito à qualidade e origem dos recém-chegados, dentre outras.

Esse contexto de "outros" e diferentes fluxos migratórios gerava mudanças sociais que foram objeto das pesquisas produzidas por alguns pesquisadores do departamento de Sociologia da Universidade de Chicago[14]: desorganização social, problemas de integração entre migrantes e locais, choques culturais entre grupos de origem étnica diversa, a desmoralização dos indivíduos, condutas desviantes etc.

No entanto, a principal contribuição desse grupo de intelectuais vinculados ao Departamento de Sociologia vai além de procurar formas de resolver tais questões sociais. Ou seja, existiam "problemas" que preocupavam e afetavam especialmente as cidades mais industrializadas dos Estados Unidos. Mas os trabalhos de alguns dos pesquisadores de Chicago não só contribuíam fornecendo conhecimento para aqueles que lidavam com a "gestão" desse fenômeno. Eles também identificaram processos muito ricos

14. Em 1882 abre suas portas a nova Universidade de Chicago, dotada de um departamento de Sociologia, o primeiro do país. Muitos dos seus pesquisadores seguem uma rigorosa linha de análise qualitativa do social afetados pela tendência da sociologia alemã da época. Alguns deles estudaram na Alemanha, daí que o pensamento de Georg Simmel, Max Weber, dentre outros, teve um forte impacto no desenvolvimento das suas pesquisas. (Cf. Chapoulie, 2001; Lutters e Ackerman, 1996, Zaretsky, 1996).

de trocas culturais, por exemplo, que desde uma perspectiva sociológica souberam explorá-lo no contexto urbano daquele momento (Martínez, 2000).

De acordo com Chapoulie (2001: 56), existiria certo acordo em destacar dois elementos muito importantes da sociologia de Chicago para o avanço do campo da sociologia. O primeiro, a pesquisa sobre a emigração polonesa para os Estados Unidos de Thomas e Znaniecki e a difusão do "modelo" nela proposto. O outro, uma nova atmosfera intelectual na qual se desenvolvem as pesquisas nesse departamento de sociologia a partir da contratação de Robert Park. Abordamos, a seguir, alguns aspectos pontuais da obra desses autores que resultam relevantes para o estudo das migrações no contexto urbano e, consequentemente, para nossa pesquisa.

1.3.1 Thomas e Znaniecki: as atitudes, o objeto social e a desorganização social

The Polish Peasant in Europe and America, de William I. Thomas e Florian Znaniecki, publicado entre 1918 e 1920, é considerado por muitos um trabalho fundador da sociologia americana, e faz uso de um novo método de investigação, *the life study method* (Zaretsky, 1996).

Essa obra, composta por vários volumes, continua tendo até hoje diversas leituras, interpretações e análises. No entanto, parece ser consenso que se trata de uma obra clássica para a sociologia e para os estudos das migrações em particular. Os autores não só inovaram na forma de abordar a questão migratória, mas *The Polish Peasant* se constituiu numa outra forma de fazer sociologia, diferente à hegemônica do momento nos Estados Unidos.

Thomas e Znaniecki analisaram principalmente correspondência privada que intercambiavam famílias de origem polonesa residentes nos Estados Unidos e residentes na Europa, cartas publicadas por

migrantes em jornal, e outros materiais documentais como uma autobiografia encomendada a um migrante polonês.

Os autores não estavam preocupados com o caráter representativo do material de análise (documentos privados, correspondência, autobiografia). Não eram os aspectos objetivos das mudanças da sociedade polonesa ou da imigração nos Estados Unidos que lhes interessava. Aliás, eles eram críticos com as pesquisas até o momento desenvolvidas sobre a questão migratória porque ficavam restritas ao acúmulo de dados estatísticos, levando adiante uma abordagem moralista do fenômeno e que estigmatizava o migrante. A isso eles denominavam "common-sense sociology" (Zaretsky, 1996).

De acordo com Chapoulie (2001), apesar do título que deram à obra, é preciso apontar que parte da correspondência e dos documentos pessoais analisados pelos autores corresponde a pessoas de classe média, com mais vivências do urbano do que do rural. Isso pode ser explicado porque muitos dos camponeses que chegavam não respondiam ao estereótipo que deles se fazia na sociedade anglo-saxã. Antes de decidir migrar para a América, a maioria tinha vivenciado uma experiência de migração para centros urbanos dentro da Europa (Zaretsky, 1996).

As unidades chaves de observação dos autores nesta obra eram a família (essa foi a mais importante), a vizinhança ou a comunidade. Eles buscaram se debruçar sobre as experiências subjetivas dos indivíduos, para dessa forma explicar como as famílias de camponeses e as comunidades camponesas reagiam às mudanças que se enfrentavam. Daí que a noção central da obra é a de *atitude* por eles definida como: "o processo de consciência individual que determina as atividades reais ou eventuais do indivíduo no mundo social" (*apud* Chapoulie, 2001: 73-74).

Esta noção de atitude está ligada à de objeto social (*social value*), com a qual os autores designam "qualquer fenômeno desde

que tenha um conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social e um significado em relação ao qual uma atividade seja suscetível de ser desenvolvida" (*Ibidem*). Eles citam como exemplo de objeto social uma ferramenta, um mito, uma universidade, uma teoria científica.

Para os autores, a atitude é a contraparte individual do "objeto social", e a atividade constitui o nexo entre os dois. Segundo Chapoulie (*idem*), Thomas e Znaniecki recusavam qualquer determinação imediata das atitudes pelos objetos sociais e vice-versa, já que para eles a causa de um não pode ser encontrada no outro, mas sim na combinação dos dois.

Esse conceito de atitude relacionado ao de objeto social fica muito próximo do conceito desenvolvido por Simmel de "tragédia da cultura", observando sempre as particularidades do pensamento e contexto dos autores. Note-se que, segundo ele, os indivíduos se nutrem de diversos conteúdos culturais objetivos como fontes para o seu *self*, os que eles organizam no intuito de dar forma ao seu mundo unitário e próprio. Tais conteúdos não lhes pertencem de forma exclusiva, mas "lhes são dados por uma instância espacial, temporal e idealmente exterior; eles são ao mesmo tempo os conteúdos de outro mundo [...] e nesses mundos eles possuem entre si formas e conexões que não coincidem com as do eu" (Simmel, 2005a: 94).

Assim, o indivíduo (migrante, o que nos interessa aqui) vive incontáveis "tragédias" (constrangimentos, contradições) ao se debater entre a sua vida subjetiva e a vida objetiva, porque muitas vezes ele busca se contrapor (*atitude* para Thomas e Znaniecki) a diversos elementos que fazem parte da sua cultura (objeto social) e, portanto, também constituintes do seu próprio *self*, da sua subjetividade. Só que essa apropriação do objeto social e sua atitude perante isso (manifestada numa atividade) se torna única, específica,

mesmo reconhecendo nela elementos da sua cultura de origem e/ou "nova" cultura.

> Essas cartas mostram, de forma muito detalhada e diversa, a influência da migração sobre a vida da família. Observamos que cada indivíduo faz um percurso diferente, mas sempre há fatores que nos explicam tais diferenças (Thomas e Znaniecki, 1996: 51)[15].

Thomas e Znaniecki defendem a ideia de que os poloneses, assim como outros grupos de migrantes, possuem algo especial a ser oferecido: o sentimento do grupo (*the group feeling*) que para os autores é muito mais significativo do que os costumes ou a música que trazem dos países de origem (Zaretsky, 1996). Eles levantam a tese de que quando as pessoas migram, em geral, fazem-no como grupo e não como indivíduos isolados, pois mantêm sua ligação com as suas origens. Assim, quando começam a acontecer os problemas de condutas "desviantes" entre os migrantes é porque se trata de indivíduos que ficaram isolados.

> Em geral a emigração, como é de se esperar, provoca individualização e enfraquece o controle do grupo primário ao isolar o indivíduo da sua família e da sua comunidade de origem [...]. Porém, existem inúmeros graus e tipos de individualização (Thomas e Znaniecki, 1996: 51)[16].

É nesse sentido que os autores chamam a atenção para a necessidade de ser considerada a *interpretação* que os próprios atores

15. Tradução nossa do original em inglês.

16. Tradução nossa do original em inglês.

sociais envolvidos na situação fazem dela. Ou seja, entre os fatores objetivos e as atividades dos indivíduos, temos a interpretação deles sobre a situação. Para compreender a diversidade de comportamentos e modos de adaptação dos migrantes, devemos conhecer a definição que eles dão à situação.

Posteriormente, essa proposta metodológica passou a ser sempre associada a Thomas com a expressão "definição da situação" e foi utilizada para a interpretação de outro tipo de materiais tais como respostas a questionários, dentre outros (Chapoulie, 2001: 74-75).

De acordo com Chapoulie (*idem*), o esquema explicativo das mudanças sociais desta obra está na relação entre o nascimento de novas atitudes que vão gerando o declínio da influência de certas normas de comportamento, a decadência de certas instituições, e a criação de novas normas e novas instituições mais de acordo com os comportamentos da população em questão.

Thomas e Znaniecki propuseram uma tipologia que estaria subjacente à atividade dos indivíduos e que posteriormente foi muito estudada e divulgada na sociologia como os "*Four Wishes*" de Thomas – autor que em trabalhos anteriores já vinha desenvolvendo tal ideia. Eles propuseram quatro principais categorias de análise: os desejos de novas experiências, de dominação, de reconhecimento e de segurança.

Segundo Chapoulie (*op cit.,* p.76), classificações semelhantes de motivações anteriormente haviam sido propostas por Albion Small ou McDougall, geração anterior à de Thomas em Chicago. Contudo, a contribuição de Thomas, continua o autor citando Bogardus, passa pelo esforço em substituir a noção de instinto, muito utilizada na época e com toda uma conotação biológica, por uma noção destinada a dar conta das reações individuais sob o estímulo do contexto. Cabe esclarecer que Thomas não dará continuidade ao uso dessa classificação, ao contrário, em trabalhos posteriores

ele introduz muitas alterações e não dava importância a essa sistematização metodológica conforme dava Znaniecki.

O conceito de *desorganização social*[17] foi introduzido na sociologia americana através de *The Polish Peasant*, e os autores o definiam "como uma redução da influência das regras de comportamento social sobre os membros do grupo"[18]. Após a publicação da obra, o conceito foi amplamente trabalhado e apropriado por outros autores da sociologia americana durante décadas, em geral colocando a ênfase no declínio do controle social, e no rompimento dos padrões de relacionamento entre grupos.

Entretanto, Robert E. Park (1864-1944) – outro autor fundamental em Chicago – deu continuidade e avança com relação à proposta iniciada por Thomas e Znaniecki. Ao longo de sua obra, Park se afasta da abordagem da desorganização social como sintoma de decadência para entendê-la como uma fase "natural, anterior e necessária da recomposição do grupo social quando se fica exposto a fatores de desestabilização" (Martínez, 2000). Neste sentido, é caro para nós analisarmos, no próximo ponto, o conceito de homem marginal de Park e a sua proposta para entender a cidade como laboratório social.

---

17. Noção que deriva daquela de organização social introduzida antes por Charles Cooley para designar o conjunto de instituições que podem existir em um grupo concreto, ou seja, o conjunto de regras de conduta e de comportamentos conforme ou não tais regras (Chapoulie, *op cit.*, p. 76). "A organização social em relação aos sistemas de obrigações que constituem uma dada sociedade é constituída de três tipos de comportamento: a) o que se considera comportamento ideal, b) as definições do comportamento que se espera, e c) o comportamento real". Cf. Dicionário de Ciências Sociais, FGV, 1987, 2ª edição, p. 335.

18. Cf. Dicionário de Ciências Sociais, FGV, 1987, 2ª edição, p. 335.

1.3.2 Robert Park: o "homem marginal" e a cidade como "laboratório"

A obra de Robert Park é reflexo da problemática da época vivida em cidades industrializadas dos Estados Unidos, assim como do contexto intelectual da Sociologia da Universidade de Chicago. Ele estuda a questão urbana e migratória a partir de uma perspectiva não só do declínio, da conduta desviante, do problema ou decadência, mas também procura entender como um processo que rompe vínculos pode ao mesmo tempo seguir para criar outros novos. Um espaço onde o encontro de diversas culturas – com seus conflitos, (des)ordem e competição – propicia o avanço e desenvolvimento da sociedade.

Park desenvolve o conceito de "homem marginal"[19] como sendo um híbrido cultural. Ele se inspira na experiência do judeu (sempre migrante), que sai do gueto e participa da vida da cidade (trabalha, estuda), para identificar nele um novo tipo de personalidade de indivíduo que vivencia de forma simultânea duas tradições e experiências culturais.

Nesse sentido, o migrante poderia, em geral, ser entendido também como indivíduo marginal, ou seja, aquele que busca ser aceito, integrar-se na economia da cidade e também na vida cultural dessa nova sociedade. Na maioria das vezes, ele não será completamente aceito por conta dos preconceitos raciais[20], assim como de classe, gênero e status migratório.

---

19. *The Human Migration and the Marginal Man*, publicado em 1928.

20. Para Park (1928) o principal obstáculo para a integração cultural não passa tanto pelas diferenças nos hábitos e costumes, mas sim pelo conjunto de traços físicos diferentes; lembrando do contexto de início do século XX, como os novos fluxos migratórios para os Estados Unidos anteriormente mencionados.

Aqui se entende o migrante como alguém que sempre vive nas margens de duas culturas, duas sociedades, jamais integradas. Assim, para Park o judeu emancipado é o típico homem marginal, cosmopolita e primeiro cidadão do mundo – o estrangeiro por excelência, antes definido por Simmel, com seu *self* dividido entre o velho e o novo, um conflito que às vezes só aumenta e poucas vezes chega a ser resolvido de forma satisfatória (Park, 1928).

Mesmo assim, é um conflito que também leva à emancipação ampliando horizontes de vida. Por isso, para Park, é preciso buscar entender esse homem marginal nas suas interpretações da experiência migratória urbana, porque esse será um lugar ideal de compreensão dos processos de civilização e progresso.

Ele se preocupou com a existência do indivíduo na cidade e escreveu suas "sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano"[21]. Sua ideia central passa pela compreensão da cidade como estado de espírito, como corpo de costumes, tradições, sentimentos e atitudes organizados, que vão se transmitindo por essa tradição. Isto é, a cidade não é meramente uma construção artificial e um mecanismo, pois ela está envolvida nos processos vitais dos seus habitantes – na sua vida mental, explicava Simmel, daí que ela é produto da natureza humana.

A cidade observada como unidade geográfica, ecológica e econômica – mecanismo psicofísico, segundo Park, é o lugar onde acontece uma multiplicação de ocupações e profissões (divisão do trabalho) que permite a expressão dos interesses políticos e particulares, onde seus "artefatos" (edifícios, ruas, estatutos...) fazem parte da cidade viva ao estarem interligados pelas forças vitais. Como área cultural, segundo o autor, "é o *habitat* natural do

21. Park, 1979, publicado pela primeira vez em 1916.

homem civilizado" (Park, 1979: 27), que acaba caracterizado pelo seu próprio tipo peculiar, ao ponto de ela *ser* do jeito que se manifesta nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam, incluindo os migrantes.

Dessa forma, o autor está identificando duas formas de organização da cidade que interagem e se moldam mutuamente: uma moral e uma física. Pretender isolar uma da outra significaria ignorar a essência, a "alma", da cidade; daí que as modificações arbitrárias tanto na sua estrutura quanto na sua ordem moral têm um limite que na maior parte das vezes não é projetado nem controlado, mas acaba segregando e classificando, gerando como consequência uma setorização da cidade em função do caráter e qualidades dos seus habitantes, dos interesses econômicos, dos gostos e conveniências particulares, etc.

Daí que, nas palavras do autor, "nestas grandes cidades, onde todas as paixões, todas as energias da humanidade são liberadas, temos condições de pesquisar o processo de civilização sob um microscópio" (Park, 1928)[22]. Porque, para ele, a cidade era um verdadeiro "laboratório social", expressão que o autor populariza a partir daquela proposta anteriormente por Albion Small[23].

22. Tradução nossa do espanhol.

23. Em 1896, Albion Small (1854-1926) publica um artigo onde compara a cidade de Chicago com um "laboratório de sociologia" dizendo: "A lição mais marcante que aprendi neste amplo laboratório de sociologia que constitui a cidade de Chicago é que a ação e não a especulação é o aprendizado supremo". Small, reconhecido sociólogo americano, foi o fundador do departamento de Sociologia em Chicago, primeiro do país, e editor do *American Journal of Sociology*.

1.3.3 Proposta metodológica e "interacionismo simbólico"

A falta de proposta metodológica sistemática, clara, tem sido uma das principais críticas feitas a obras de autores vinculados à "Escola de Chicago" – crítica que também pode ser de certa forma amenizada quando se identifica nessas obras uma proposta de mudança de paradigmas para o campo da sociologia. Evidentemente é consenso que não haveria *uma* forma ou *modelo* único e homogêneo no grupo de intelectuais a ela vinculado. Aliás, se existisse, não deixaria de ser uma contradição com a postura epistemológica dos autores.

Albion Small, desde os inícios da sociologia na Universidade de Chicago, publicou artigos defendendo o "método de observação", com uma abordagem indutiva que se contrapõe à dedutiva dominante em grande parte dos estudos sociológicos na época (Chapoulie, *op cit.*, p. 43). Como editor do *American Journal of Sociology*, em 1895, ele declara no artigo de apresentação do número: "o estudo analítico e microscópico é estéril sem o trabalho complementário de síntese que integre os mínimos detalhes nas amplas construções" (*apud* Chapoulie, *idem*).

A publicação dos dois primeiros volumes de *The Polish Peasant* foi acompanhada de uma longa nota metodológica redigida por Znaniecki; contudo, anos mais tarde foi criticada pelo próprio W. Thomas. No entanto, durante muito tempo essa nota metodológica era lida pelos estudantes como forma de compreender a concepção e abordagem da pesquisa para ambos os autores (*Idem*, p. 70).

Em 1938 foi realizado um seminário organizado pelo *Social Science Research Council* (entre os participantes estava o próprio Thomas, dedicado ao exame de problemas metodológicos levantados em algumas obras, dentre as quais a de Thomas e Znaniecki). Participava também Herbert Blumer (1900-1987), professor em

Chicago, especialista em psicologia social e questões de métodos, a quem foi encomendado escrever uma crítica à obra, publicada posteriormente, junto com outros textos de Blumer sob o título de *Symbolic Interactionism.*

O título do livro se deve ao fato de que em 1937 ele havia publicado um artigo onde propõe o termo *interacionismo simbólico*, cujo uso, para sua surpresa, estendeu-se com o tempo para referir a uma suposta proposta comum aos pesquisadores de Chicago. Foram seus colegas que solicitaram a Blumer que escrevesse uma espécie de síntese para o que poderia ser uma orientação metodológica de Chicago. Tal síntese é apresentada no primeiro capítulo desse livro, sob o título "The Methodological Position of Symbolic Interactionism", publicado pela primeira vez em 1969.

Diz-se que a de Blumer seria somente *uma* das muitas perspectivas, mas se pode sustentar que a dele seria uma visão chave porque buscou captar tanto a natureza do fenômeno interativo quanto os princípios normativos da sua metodologia. Além disso, logo no início do capítulo o autor reconhece que há diferenças significativas nas linhas de pensamento dos autores (Mead, Dewey, Thomas, Park, James, Cooley, Znaniecki, Wirth, etc.). Contudo, ele identifica uma semelhança importante na forma de considerar e estudar os grupos humanos. É com base nessa abordagem/semelhança que foi sendo sistematizado o conceito *interacionismo simbólico.*

Entretanto, para desenvolver essa sistematização Blumer confessa se basear fundamentalmente no pensamento de George Herbert Mead (para muitos considerado o fundador). O grau de detalhamento da sua proposta parece-nos querer se contrapor às críticas que vinham sendo apontadas para a sociologia de Chicago pela falta de sistematização. Por isso, resgatamos aqui só o que nos parece essencial e que contribui com os propósitos da nossa pesquisa.

Nesse sentido, Blumer (1998) considera que o cerne da proposta conceitual do interacionismo simbólico se desenvolve com base em ideias ou *root images* que constituíram uma base comum para as suas diversas formas de considerar e estudar os grupos humanos.

Tomamos algumas dessas *imagens* resgatadas pelo autor como provocadoras para pensar e refletir sobre a problemática dos migrantes que vivem na condição de *outros* e *diferentes*. *Primeira imagem,* os grupos humanos e a sociedade devem ser vistos em termos de ação, pois assim eles existem, formados por indivíduos comprometidos na ação. *Segunda,* a interação social é interação entre atores / agentes e não entre fatores a esses atribuídos, e sua relevância para os estudos sociológicos radica em que se entenda a interação social como processo que *forma* a *conduta* humana. *Terceira imagem,* pessoas que convivem num mesmo espaço físico podem ter mundos muito diferentes porque a natureza do meio em que se vive é dada pelo *significado* que as pessoas conferem aos objetos que o compõem; daí que para entender os atos dos indivíduos (atores) é necessário conhecer os objetos que compõem o seu mundo. *Quarta,* o ser humano é um agente que não somente responde, mas que dá pistas aos outros nos processos de interação e de *self interaction*, pois como ser social o indivíduo é capaz de estabelecer interação consigo próprio.

Enfim, podemos sustentar que a proposta "interacionista", assim como algumas das pesquisas anteriormente mencionadas e desenvolvidas no contexto dessa escola, privilegiaram uma abordagem indutiva para compreender a dimensão subjetiva das questões sociais – particularmente a migração objeto dessa pesquisa.

No entanto, não se pretende com isso desconhecer, nem separar, a motivação econômica existente no ato de migrar. Ao contrário, levando em conta a importância do fator econômico na decisão

de migrar, mesmo que esse não dê conta por si só de explicar o fenômeno, apresentamos a seguir algumas correntes teóricas socioeconômicas para estudá-lo.

1.4 Socioeconomia das migrações

Algumas correntes teóricas foram desenvolvidas com o principal objetivo de explicar as causas e consequências *econômicas* da migração internacional. Trazemos alguns pontos dessas, tomando como base Sánchez (2010)[24], na medida em que entendemos seu potencial para enriquecer o debate teórico contemporâneo e a construção do nosso objeto de pesquisa.

1.4.1 Explicação neoclássica[25]

Alguns teóricos aplicam aos estudos migratórios o paradigma neoclássico que traz como vantagem a possibilidade de combinar as perspectivas micro e macro, baseando-se em princípios tais como: a escolha racional, a maximização da utilidade, os rendimentos líquidos esperados, a mobilidade de fatores e as diferenças salariais.

Desde uma perspectiva macro desta teoria, as migrações se produzem pelas diferenças existentes entre regiões geográficas no que diz respeito à procura e à oferta de emprego. Isso decorre em níveis mais ou menos elevados de salários de um país ou região com relação a outro.

---

24. A **totalidade do conteúdo** desse ponto baseia-se em **algumas** das teorias apresentadas no capítulo 1 do livro *Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado* (Sánchez, 2010: 19-43).

25. Cf. Sánchez, 2010: 21-23.

Assim, como resultado, produz-se uma decisão individual de maximização da renda, levando um/a trabalhador/a a migrar para regiões com possibilidades de salários mais elevados[26]. Nessa linha teórica, a eliminação da diferença salarial, entre países/regiões, terminaria com os fluxos migratórios.

Algumas revisões críticas dessa teoria, com um foco microeconômico, sugerem que a decisão de migrar passa pela brecha *esperada* da renda e não na diferença absoluta entre os salários. Ou seja, o fator *expectativa* é chave numa decisão racional e individual. Isso pode ser traduzido da seguinte maneira:

Lucro líquido = Lucro esperado – (Lucro na comunidade x Probabilidade de achar emprego) – Custo de emigrar

As críticas que hoje se fazem a essa abordagem passam pela dificuldade em dar conta de uma realidade de permanente mudança, e pelo fato de que as diferenças salariais, por si só, não explicam grande coisa. Sánchez cita o caso da União Européia, com total liberdade de circulação intrarregião, onde existe um volume de migração bastante baixo apesar das diferenças reais de salários e bem-estar. Evidentemente que os aspectos não-econômicos, ou seja, dimensão subjetiva da migração, auxiliam-nos nas limitações explicativas dessa teoria.

1.4.2 Nova Economia das migrações a trabalho[27]

Com o contexto atual internacional de políticas cada vez mais restritivas às migrações, surgem novas formas de migração. Assim, ganha força o caráter transnacional dos espaços e comunidades,

26. Isso se aplicaria como motivo principal, mas não único e não necessariamente individual, nas nossas entrevistadas.

27. Cf. Sánchez, 2010: 23-26.

ou seja, desenvolvem-se as mais diversas estratégias de contato e interação que permitem criar fortes e permanentes vínculos entre as comunidades de origem dos migrantes com aquelas de destino, provocando mudanças sociais tanto num quanto no outro.

Para a teoria da nova economia das migrações a trabalho, as decisões de migrar não são tomadas de forma individual (tal como sustenta a teoria neoclássica) e sim por unidades maiores (família, por exemplo). Os membros dessas unidades maiores não só agem de forma coletiva para maximizar a renda esperada, como também para minimizar os riscos associados a um leque de falhas do mercado.

Ou seja, diferentemente dos indivíduos, as famílias podem diversificar e assim ficar menos expostas. Alguns integrantes são os que ficam na economia local e outros assumem a função de migrar e enviar remessas. Muitas vezes tal diversificação não resulta necessariamente em aumento da renda familiar, mas o que mais interessa é a diminuição do risco e, claro, haverá sempre a expectativa da melhora. Logo, também essa diversificação permite um aumento das expectativas, já que a renda provém de realidades político-econômico-sociais diversas.

Além do mais, essa teoria argumenta algo que, como teremos oportunidade de perceber, aparece muito na nossa pesquisa e que se refere ao fato de que a saída de alguns integrantes de uma mesma família para outro país/região não se faz só para melhorar a renda em termos absolutos, mas para obter uma melhora com relação a outros da comunidade, instância na qual se aplica a velha noção de "privação relativa".

Significa dizer que a probabilidade de migrar aumenta na medida em que aumenta a renda das outras famílias do entorno social de origem. Assim, quanto mais desigual for a distribuição de renda numa comunidade, mais se sofre a "privação relativa" e maior será o estímulo para emigrar. Identifica-se nisso uma diferença, um avanço, com respeito à teoria neoclássica.

1.4.3 Mercado dual de trabalho[28]

Segundo esta corrente a migração não é resultado de fatores de expulsão (*push*) nos países de origem, mas sim de fatores de atração (*pull*) dos países receptores. Tais fatores de atração, no caso aqui estudado do Brasil, geram a expectativa de ganhar dinheiro para obter uma melhoria financeira e de status no país de origem. Isso se materializa na comunidade de origem construindo uma casa melhor, pagando os estudos dos filhos, comprando terrenos e bens de consumo.

Nos países com economias mais desenvolvidas, existe um dualismo nos métodos de produção. Ou seja, os trabalhadores em cargos com alto investimento de capital possuem empregos mais estáveis e qualificados e trabalham com os melhores equipamentos. Podemos incluir aqui também os trabalhadores "intelectuais".

Aqueles que usam de forma intensiva o seu trabalho – trabalhadoras domésticas, por exemplo – possuem empregos mais instáveis que demandam menos qualificação. Nesse patamar há uma forte tendência de contratação de migrantes, e no caso do Brasil, também de migrantes internos originários de regiões mais pobres com menos chances de qualificação.

Historicamente as mulheres fizeram parte desse último segmento do mercado de trabalho. Embora exista uma tendência de mudança, mesmo lenta, na direção de melhores chances e possibilidades de reivindicações, estas ficam restritas a mulheres, no caso das migrantes também, com bom nível de formação e vinculadas a determinados grupos sociais e étnicos.

Evidentemente, uma das principais críticas que se fazem a essa

28. Cf. Sánchez, 2010: 26-29.

teoria é o fato de ignorar por completo os fatores de expulsão (*push*) que operam nas sociedades de origem.

1.4.4 Teoria do sistema mundial[29]

A abordagem histórico-estrutural nascida nos anos 1950 sustenta que por conta da distribuição desequilibrada do poder político entre nações, a expansão do capitalismo perpetua as desigualdades e fortalece uma ordem econômica estratificada.

Um dos principais pensadores dessa corrente é Immanuel Wallerstein, que considerava as migrações como produto da dominação dos países do centro sobre as regiões periféricas.

Pensadores como o sociólogo Alejandro Portes, anteriormente citado neste capítulo (cf 1.2.3), assim como Saskia Sassen, vêm elaborando uma explicação histórico-estrutural das migrações. As migrações agem como um sistema de oferta de mão de obra no âmbito mundial resultando num bolsão de população social e economicamente desarraigada, que perdeu suas formas tradicionais de vida e que está disposta a migrar.

Uma das principais críticas que se faz a esta corrente teórica se refere à generalização que não dá conta da diversificação das correntes e rotas migratórias atuais, já que cada vez são mais frequentes os fluxos migratórios entre países que não tinham tanta conexão histórica e que, portanto, não respondem à penetração capitalista de um sobre outro.

Apesar de nesses últimos anos a presença e influência do Brasil sobre países da região vir aumentando, no que tange à sua relação com o Peru especificamente, não existia um vínculo histórico de trocas, fato que fica explicitado na falta de acordo bilateral para po-

29. Cf. Sánchez, 2010: 29-31.

líticas migratórias entre os dois países. Somente no início de 2012, momento em que nos encontrávamos fechando nosso estudo, o Peru ratificou o acordo do Mercosul, em condição semelhante ao que tinham feito anos antes o Chile ou a Bolívia, por exemplo. Assim, a partir desta data também os peruanos podem morar no Brasil (ou outros países do bloco) com documentação que lhes habilita a trabalhar e estudar sem necessidade de vistos específicos (trabalho/estudante), que são de muito difícil acesso para aqueles que não dispõem de meios necessários.

1.5 A perpetuação de alguns fluxos migratórios

Os motivos que levam as pessoas a migrarem são muito diversos, daí a grande diversidade de teóricos procurando desenvolver modelos explicativos do fenômeno. Entretanto, o interessante é reparar que as condições que desencadeiam o deslocamento podem ser diferentes daquelas que permitem ao fenômeno perpetuar-se no tempo e no espaço. Diversas teorias foram desenvolvidas no intuito de dar resposta à pergunta: por que alguns fluxos migratórios se mantêm?

1.5.1 Teoria das redes[30] e do capital social[31]

Uma vez iniciados os primeiros fluxos migratórios, os migrantes vão estabelecendo relações interpessoais – redes – que aumentam as probabilidades de os novos e próximos migrantes diminuírem

30. Cf. Sánchez 2010: 31-32.

31. Cf. Ribas, 2004: 78-85.

o custo e o risco da migração[32]. Portanto, a equação da explicação neoclássica (cf. 1.4.1) se vê alterada pela presença de uma comunidade coétnica no destino do migrante.

Nesse sentido, as redes transmitem informação e proporcionam assistência em vários sentidos, diminuindo não só o custo financeiro como também a incerteza do recém-chegado. Dessa forma, um fluxo migratório determinado pode começar a se perpetuar num destino específico.

A teoria do capital social tem sido particularmente considerada nos estudos sociológicos das migrações. Entende-se por capital social o conjunto dos recursos intangíveis – das famílias, das comunidades – que têm a capacidade de se converter em outras formas de capital (Sánchez, 2010: 31).

Essa teoria permite desvendar como as redes sociais dos migrantes utilizam o capital social.

> As teorias do capital humano consideram o fator educativo como fundamental na seleção dos trabalhadores e na capacidade de adaptação econômica no país de destino. Pierre Bourdieu [...] cunhou o conceito de capital cultural e David Coleman [...] o retomaria mais tarde para aplicá-lo ao de capital social (Ribas, 2004: 78)[33].

A perspectiva da rede e do capital social permitiu avançar nas análises do fenômeno migratório de modo a não se prender a fatores

32. Os teóricos da assimilação segmentada (cf. 1.2.3) chamam a atenção para a necessidade de ser considerada a existência ou não de uma rede social coétnica no destino dos migrantes.

33. Tradução nossa do original em espanhol.

como os de *push-pull* ou ao determinismo dos estudos estruturais, para assim poder explicar os mecanismos de informação e de inserção dos migrantes. Segundo Roca i Girona (2009) essa perspectiva teórica representa uma ferramenta útil e que permite o contraponto tanto com teorias macro, que enfatizam grandes fenômenos estruturais, quanto com teorias micro, tal o caso da teoria da escolha racional orientada pelo interesse pessoal.

1.6 Reflexões finais do capítulo

As migrações coexistem com a história da nossa civilização, porém em cada época elas assumiam características diversas, gerando novas reflexões e debates. Houve momentos da história, como na Idade Média, que as migrações afetavam principalmente certos tipos de indivíduos (cavalheiros, mercadores, artesãos, por exemplo). No entanto, o que caracteriza as migrações modernas é o fato de atingirem todo tipo de indivíduos com diversas motivações, de caráter principalmente privado, que se deslocam à procura de condições mais favoráveis, e que no mínimo implica mudança de residência, ruptura e geração de novos vínculos sociais (Park, 1928).

De acordo com Sánchez (2010), dispomos de um corpo teórico fragmentado que torna muito difícil compreender a complexidade dos processos migratórios e que nos força a apoiar em um só modelo conceitual. O especialista em migrações internacionais Joaquín Arango conclui que embora nos últimos anos se tenha avançado na compreensão das causas sobre a origem e perpetuação das migrações internacionais, "o panorama está longe de ser satisfatório" (*apud* Sánchez, *op.cit.*, p.35). Para ele, a fragilidade epistemológica faz com que muitas abordagens analíticas não mereçam ser chamadas de "teorias".

Por isso, ao longo da instância da pesquisa teórica, fomos compreendendo que alguns pesquisadores, apesar de identificados principalmente com uma corrente de pensamento, de fato não ficam atrelados a um marco teórico – o que torna mais rica e desafiadora a compreensão do debate sobre as migrações.

Neste capítulo fomos levantando alguns dos inúmeros debates acontecidos no meio acadêmico no que diz respeito às migrações humanas e algumas das consequências que isso traz para a vida em sociedade, porque é inegável que este fenômeno participa das mudanças na ordem sociocultural e política contemporânea.

Concordamos com análises do tipo histórico-estrutural pelas quais a ordem capitalista neoliberal internacional vem substituindo processos de produção tradicionais por outros mais atuais, provocando, já não só nos países denominados "periféricos" como também nos mais desenvolvidos, o deslocamento de trabalhadores potenciais à procura de emprego. No entanto, uma análise sociológica do fenômeno migratório internacional não pode se limitar unicamente a esse debate, porque precisa dialogar com a dimensão microssocial deste fenômeno.

Seja que se fale em migrante ou estrangeiro, esse indivíduo que se desloca procurando um meio de vida se sente estranho e interage com os outros carregando a marca de não pertencer ao lugar. Nesse interagir, vai desenvolvendo diversas formas de ação que levam tanto à aceitação ou não aceitação, dependendo do momento e da situação dele próprio e dos outros.

Aquele ou aquela que se sente diferente, que carrega marcas de ser outro ou outra, responde e também dá pistas aos outros num contexto de interação onde existe uma forma de convívio que predomina sobre outras várias e diversas. Disso resultam muitos adjetivos para nomear grupos, estilos, origens, etc.

O migrante não fica fora nem imune a ser adjetivado, mas também a adjetivar, ele próprio, o seu entorno. Tem a particularidade de se aproximar dos grupos, dos indivíduos, das instituições, dos hábitos e costumes da sociedade de acolhida de uma forma um pouco mais objetiva se comparado aos que fazem parte do lugar, do grupo local. Tal objetividade (Simmel, 1983) resulta *não* de uma capacidade maior com relação ao local, mas de uma capacidade *diferente* por ele ou ela vir de outra realidade. Assim, interage com proximidade ou distância, envolve-se ou mostra indiferença; isso dependerá de inúmeros fatores contextuais (objetivos) e individuais (subjetivos).

Nessa linha, concluímos ser fundamental compreender como o próprio sujeito da ação de migrar interpreta as suas condições de integração e incorporação a uma nova sociedade. No entanto, torna-se preciso nos debruçar sobre as especificidades do processo de construção do nosso objeto de estudo, assunto que abordamos no segundo capítulo.

2.
O Objeto de estudo: sobre processos de (des)construção

Sentir a diferença perante os outros quando a nossa presença provoca estranheza não é uma experiência exclusiva daqueles originários de outras regiões ou países que falam e vivem de forma diferente: os migrantes. Provocar estranhamento, sofrer o estigma assim como estigmatizar a quem nos tensiona, inclusive dentro do nosso próprio contexto mais próximo, tem sido assunto de contínuos debates acadêmicos[34].

Em nosso caso particular, definimos o objeto de estudo tendo como motivações iniciais algumas vivências pessoais de migração[35] e uma inquietação intelectual sobre o que está em jogo nas escolhas

34. Assunto desenvolvido no capítulo 1.

35. Nossa própria experiência de migrante uruguaia no Brasil e os relatos familiares (sempre femininos) de experiências de migração.

individuais/coletivas de mulheres migrantes que deixam seu país pela necessidade de procurar um emprego, e quais os sentidos dados por elas próprias a essa experiência de vida de migração.

Resulta-nos interessante a observação feita por Ferreira (2007) em relação ao fato de que

> [...] a maioria dos estudos migratórios foram desenvolvidos por pesquisadores migrantes, ou seja, a marca do deslocamento neles mesmos produz efeitos de instigação e exige elaboração. As pesquisas sobre o outro são também formas de tentar dar conta deste real da experiência migratória. (Ferreira, 2007: 243).

Nesse sentido, buscar compreender como um grupo de mulheres migrantes dá sentido a suas experiências de mudança de vida (renúncias, ganhos e perdas) sem dúvida requer problematizar e interrogar sobre uma situação de migração que, mesmo sendo específica, apresenta muitos elementos em comum, talvez universais, com outras experiências de mulheres migrantes trabalhadoras, seja no Brasil ou em outros países.

Essa necessidade que sentimos de nos interrogar e buscar respostas que acabam gerando novas perguntas demanda ter a preocupação de encontrar uma posição adequada que permita a apreensão daquilo que o objeto definido possui de relevante para a construção de conhecimento sobre a sociedade (Cohn, 1993). Entretanto, é preciso lembrar que tal posição só se torna "adequada" quando permite uma interação entre quem observa e interpreta e

o "seu objeto"[36]; pois, como dizia o senhor Palomar[37], é da coisa observada que deve partir a trajetória que a associa à coisa que observa (Calvino, 1994).

Procurando encontrar essa "melhor" posição como pesquisadora, com o objetivo primeiro de contribuir para avançar na produção de conhecimento sobre a temática das migrações femininas nas ciências sociais, decidimos que pesquisar um grupo de mulheres migrantes com um perfil diferente do nosso nos ajudaria a encontrar o equilíbrio necessário para objetivar a situação a estudar, sem perder a sensibilidade e o envolvimento necessários para nos aproximar com respeito e empatia da situação de vida das migrantes.

Entendemos que o grupo escolhido – mulheres peruanas, trabalhadoras domésticas e residentes em Brasília – possui um perfil diferente do nosso em vários sentidos. Por exemplo: cultura e país de origem, motivos ou objetivos para migrar, ocupação profissional e situação familiar. No entanto, foi importante termos algo em comum que facilitou a nossa interação, gerando logo empatia e acolhida por parte delas: temos o espanhol como primeira língua e precisamos aprender a apropriar-nos da mesma cidade, Brasília. Morar nesta cidade tão particular do ponto de vista histórico-urbanístico nos permitiu observar de forma aguçada as estratégias das migrantes para produzir o seu espaço na capital do maior país da região.

---

36. Entendemos que se trata do "nosso" objeto no sentido de que ele é construído por nós. A mesma situação de migração, com o mesmo universo definido para a pesquisa empírica, pode resultar em inúmeros e diversos outros objetos (problemas) de pesquisa, tão relevantes quanto o nosso.

37. Personagem de Ítalo Calvino.

Assim, tomamos conhecimento e, posteriormente, nos aproximamos[38] da realidade de mulheres migrantes provenientes dos países andinos, notadamente o Peru, que chegam a Brasília à procura de trabalho (no âmbito doméstico) que lhes permita o envio de remessas[39] para os países de origens, já que são elas que sustentam as famílias[40].

> Em 1995, estrangeiros remetiam daqui [do Brasil] US$ 1 para cada US$ 37 enviados ao país por brasileiros; hoje, a proporção é de US$ 1 para US$ 2,7. [...] Para o Banco Central, de julho a setembro de 2009, a remessa ao exterior foi recorde (US$ 184 mi). Estima-se que o dado seja **40% do total**, já que a maioria envia dinheiro por doleiro, parente ou carta (Folha de São Paulo, grifos nossos)[41].

Dessa forma, são inúmeros os estudos sobre migração feminina que demonstram que as mulheres são os principais agentes ativos no envio de remessas aos seus países de origem, acompanhando a

---

38. Agradecemos a ajuda da Professora Lourdes Bandeira e da nossa colega Fernanda Fuentes para estabelecer o primeiro contato com o grupo de migrantes.

39. Detalhamos esse assunto, a respeito do grupo de dez migrantes pesquisadas, no capítulo 3, ponto **3.4.1**, "O perfil das migrantes".

40. No próximo capítulo abordamos o tema do nível de salário que essas migrantes possuem em Brasília, assim como sobre a porcentagem enviada para a família no país de origem.

41. *"Remessas do trabalho do estrangeiro batem recorde"*. Disponível em: **http://www1.folha.com.br/fsp/dinheiro/fi1001201002.htm**, acesso em: 10 de janeiro, 2010. **De fato, muitas das nossas entrevistadas enviam o dinheiro por vias "alternativas" e não através de conta bancária**.

crescente tendência de aumento do número das famílias monoparentais e do que se denomina de feminilização da pobreza[42].

> Segundo dados da ONU, 70% dos pobres de todo o mundo são mulheres que, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos (Lisboa, 2007: 807).

O recente relatório da OIT e do PNUD, *"Trabajo y familia..."*[43], informa que na América Latina e no Caribe, atualmente, há mais de 100 milhões de mulheres ativas no mercado de trabalho, e um terço dos lares depende unicamente da renda de uma mulher que sustenta sozinha toda a família (família monoparental). Algumas dessas mulheres deixam tudo para viver outra vida durante alguns anos, em outro país ou região, outra cultura, que lhes permita o envio de dinheiro para suas famílias.

Nesse sentido, buscamos com essa pesquisa compreender como um grupo de mulheres – migrantes peruanas, trabalhadoras domésticas – vive e explica sua nova experiência migratória na cidade de

---

42. Fala-se muito em feminilização das migrações, assim como no fenômeno da feminilização da pobreza. Por exemplo, resulta muito ilustrativo o livro ***Femmes du Sud, chefs de famille***, organizado por Jeanne Bissiliat, publicado em 1996, pela editora Karthala; o volume 15, no.29, da revista **REMHU**, publicado em 2007, o volume 15 (3) da **REF,** também de 2007; ou o volume 21, no.1 da **Revue Européenne des Migrations Internationales**, publicado em 2005. Desenvolvemos esse tema no capítulo 4.

43. "*Trabajo y Família: Hacia nuevas formas de conciliación con corresponsabilidad social*", OIT e PNUD, disponível em: **http://www.oei.es/pdf2/trabajo_familia_nuevas_formas_consiliacion.pdf**, Acesso em: março, 2010.

Brasília, sublinhando que "não é o invisível que buscamos mostrar, mas sim aquilo que o torna invisível, ou seja, não é o objeto, senão aquilo que faz o objeto [...]"[44] (Barel *apud* Marie, 1996: 38-39).

Dito de outra forma, *não* buscamos como objetivo dessa pesquisa "dar voz" à mulher migrante, anônima, "invisível" em Brasília. Buscamos *sim* entender os significados por elas dados a essa situação de vida, as estratégias por elas mobilizadas para sobreviver na cidade e, assim, contribuir na produção de conhecimento no âmbito das ciências sociais, sobre a problemática das migrações femininas.

2.1 Contextualização: notas para a construção do objeto

A mobilidade humana no âmbito nacional, regional e internacional tem estimulado a enorme diversidade etnocultural existente não só nos países considerados "desenvolvidos" como também nos denominados "emergentes". Isso levanta desafios cada vez maiores para países como o Brasil, considerado hoje um lugar que oferece chances de sobrevivência para muitos cidadãos da região, apesar dos quase 4 milhões de brasileiros que emigraram também em busca de oportunidades fora[45].

Para alguns pesquisadores das migrações, os atentados do 11 de setembro em Nova Iorque e a "guerra ao terror" (Labelle et al., 2009) causaram um forte impacto no contexto internacional in-

44. Tradução nossa, do original em francês.

45. Cf. **http://www.justica.sp.gov.br/novo_site/Noticia.asp?Noticia=4937** , Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

centivando a revalorização das identidades nacionais[46]. Isso trouxe de volta os tempos do conservadorismo, não só no contexto dos Estados como também na sociedade civil internacional, impulsionando, sobretudo no hemisfério norte, um marco jurídico que, em nome da "segurança nacional", exclui, condena e aponta para o inimigo interior e exterior reforçando o discurso redutor do choque de civilizações (*Ibidem,* p.1-4).

Na mesma linha, Povoa Neto (2005: 298) considera que o 11 de setembro acabou se tornando a justificativa "conveniente" para levar adiante medidas que, já de antes, vinham sendo pensadas como inevitáveis ou desejáveis. Como consequência disso e, em menor medida, dos programas de incentivo ao retorno em países como a Espanha[47], registra-se um aumento dos fluxos do norte para o sul (latino-americanos que retornam da Europa, por exemplo), e o aumento das migrações dentro do continente sul-americano.

> Para Jorge Martínez Pizarro, do Departamento de Populações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a medida [programas incentivo ao retorno] será ineficaz enquanto os imigrantes não tiverem

46. No caso desses autores, analisa-se o contexto canadense, mas essa mesma tendência é observada em outros países do hemisfério norte notadamente.

47. A Espanha lançou esse programa em 2008. As previsões das autoridades espanholas eram a de atender **100 mil** imigrantes desempregados. Porém, segundo informa o Itamaraty, até maio de 2010 **só 10 mil** migrantes assinaram e aderiram à medida. Cf. *"Países adotam incentivos para retorno voluntário"*. Disponível em: **http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/valor-economico/2010/05/24/paises-adotam-incentivos-para-retorno-voluntario**, Acesso, 10 de dezembro de 2010.

> melhores opções em seus países de origem. "O estrangeiro não retornará em massa por causa de uma queda econômica. Ele pode percebê-la como passageira, mesmo que isso signifique assumir novas despesas e fazer novos sacrifícios."[48]

Isso tudo nos permite concluir que a história migratória vivida pelos Estados Unidos, cheia de receios para com os estrangeiros[49], foi se repetindo, e continuará se aprofundando, também nos países que posteriormente passaram a receber grandes contingentes migratórios, tal como França, Austrália, Reino Unido, Alemanha, Espanha, dentre outros (Sánchez, 2010: 17), provocando um aumento sistemático dos fluxos migratórios dentro do hemisfério sul.

2.1.1 Migração sul-sul: o continente sul-americano

Os fluxos internacionais de migração sul-sul no âmbito do continente latino-americano vêm se tornando cada vez mais relevantes no cenário internacional migratório. Muito provavelmente o endurecimento das políticas de imigração nos países do hemisfério norte, assim como as recentes crises no sistema econômico internacional, tenha estimulado ainda mais o deslocamento de migrantes dentro deste continente.

> As *mudanças no mercado de trabalho nos países industrializados e a crise dos "estados de bem-estar social"* devem ser consideradas como importantes motores na dinâmica das

48. *Idem.*

49. Cf. o ponto 1.2 "Estados Unidos: desafios teóricos da nova socieade".

> migrações internacionais e na motivação das políticas de imigração. Ocorrem, em primeiro lugar, devido a crises econômicas e a mudanças na organização das forças produtivas [...] dos países centrais. Com isso, há uma redução absoluta na necessidade de força de trabalho de pouca qualificação, o que estimula o fechamento das portas aos imigrantes, mesmo considerando a importância que os mesmos continuarão a ter no preenchimento de postos de trabalho em sociedades envelhecidas demograficamente, como o Japão e boa parte da Europa Ocidental (Póvoa Neto, 2005: 306).

De acordo com Milesi e Andrade (2010) estima-se em 26 milhões a quantidade de latino-americanos vivendo fora dos seus países, dos quais 22,3 milhões estão fora da região e, aproximadamente, 3,7 milhões migram dentro da região. Esses últimos poderiam ser considerados os fluxos sul-sul quando são circunscritos à mobilidade no contexto do continente sul-americano.

O Brasil se apresenta atualmente como país de destino de grande parte desses fluxos dentro da região. Ao analisarmos o mapa imigratório brasileiro, constata-se que o incremento mais recente na presença dos nacionais provenientes de países da América do Sul tem permitido ao Brasil retomar a sua "tradição imigratória que estava mais ou menos estancada desde o pós-guerra" (Souchaud, 2010: 270). Isso porque, segundo Patarra (2005), considerando os dados censitários do Brasil, no que oficialmente se denomina de "estoque de imigrantes", pode-se observar ao longo do século XX um forte declínio em sua participação no total da população.

Com base na análise de Souchaud (2010), podemos avançar na compreensão sobre *quem é* esse migrante que se desloca dentro da região e acaba se estabelecendo no Brasil. O autor identifica dois principais grupos de migrantes que chegam ao país por motivos e

em períodos diferentes:

> Os migrantes argentinos, chilenos e uruguaios chegaram em grandes números a partir da década de 1970 e em muitos casos fugindo dos regimes militares. [...] A situação [...] dos imigrantes paraguaios, bolivianos e peruanos é diferente. No que concerne aos **peruanos** e bolivianos, o crescimento da população imigrada aparece censo após censo e se acentua notoriamente no último período intercensitário (entre 1991 e 2000) (Souchaud, 2010: 270, grifos nossos).

Nesse sentido, os cidadãos provenientes dos países andinos, notadamente do Peru e da Bolívia, conformam o grupo de imigrantes com maior crescimento no Brasil. A seguinte tabela mostra o incremento da população de peruanos no Brasil, país de origem do grupo das migrantes que são o objeto da nossa pesquisa.

Tabela 1 – Peruanos residentes no Brasil

Ano	Peruanos no Brasil
1970	2.410
1980	3.789
1990	5.833
2000	10.841

Fonte: Elaboração nossa com base em Souchaud (2010)

Observe-se que as cifras apresentadas na tabela acima referem a dados oficiais, ou seja, consideram-se aí os cidadãos peruanos no Brasil registrados junto à Polícia Federal e o Ministério da Justiça. Significa dizer que não aí não estão registrados os migrantes em situação irregular de documentação, ou seja, aqueles que não possuem visto de permanência e/ou de trabalho. Portanto, ainda fi-

cam de fora aqueles que se mantêm no nível da economia informal.

No ano 2009, foram 4.642 cidadãos peruanos que aderiram à Anistia[50], todos migrantes que, até esse momento, encontravam-se em situação irregular de documentação. Instituições como a Pastoral do Migrante, que conhecem de perto a realidade dos migrantes menos favorecidos e com poucas chances de conseguir um visto de trabalho, falam da presença no Brasil de aproximadamente 300 mil migrantes em situação irregular[51]. Segundo o Pe. Mário Geremia, coordenador do Centro Pastoral do Migrante com sede em São Paulo, os equatorianos e os peruanos são os que estão em situação mais difícil: "Para eles, não há Mercosul ou acordos bilaterais, como o Brasil-Bolívia, feito para quem chegou até 2005. Só lhes resta a anistia"[52].

2.1.2 Peru: mosaico de culturas e país de emigração

O continente latino-americano se constituiu desde sempre como espaço de encontro e confronto de diversas culturas. A diversidade está na gênese dos povos que o habitam, assim como

50. A Regularização que permite ao estrangeiro em situação de clandestinidade ou em indocumentados requerer residência provisória com isenção das penalidades decorrentes de sua situação de estada irregular no País. No Brasil, a partir da Lei 6815/80, já se efetivaram regularizações de estrangeiros em quatro oportunidades - em 1981, em 1988, em 1998 e em 2009 (Milesi e Andrade, 2010: 5).

51. Disponível em: **http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2009/07/02/ult1859u1169.jhtm**, Acesso em: janeiro, 2010.

52. *Idem.* Tal como foi mencionado no capítulo 1, no início de 2012 o Peru ratificou o acordo do Mercosul.

as assimetrias que perpetuam as desigualdades e lhe outorgam o distintivo de ser o continente mais desigual. Dos 15 países mais desiguais do mundo, dez estão na América Latina, segundo o economista Flávio Comim do PNUD[53].

Muito disso se constitui como legado de um processo de colonização do continente que não pode ser entendido como um só – reduzido, homogeneizado – pelo simples fato de ter sido "colonizado pelos europeus". Ao contrário, cabe apontar, em enfoques similares a isso, dois erros principais. O primeiro deles se refere ao esquecimento de que o processo de colonização foi levado adiante por europeus provenientes de culturas muito diversas, com matrizes religiosas diferentes, línguas diferentes e, além disso, concepções sobre o que representava o processo colonizador bastantes específicas a cada "metrópole". Em seguida, o território hoje denominado de continente americano, antes da colonização, não se constituía como um continente habitado por um povo, uma única cultura (Halperin Donghi, 1998).

O Peru é um claro exemplo desses (des)encontros de várias e muitas culturas, e sobre isso o escritor peruano Mario Vargas Llosa expressou:

> José María Arguedas llamó al Perú el país de "todas las sangres". No creo que haya fórmula que lo defina mejor. Eso somos y eso llevamos dentro todos los peruanos, [...] las culturas prehispánicas que fabricaron los tejidos y mantos de plumas de Nazca y Paracas y los ceramios mochicas o incas que se exhiben en los mejores museos del mundo, de los constructores de Machu Picchu, el Gran Chimú, Chan Chan, Kuelap, Sipán, las huacas de La Bruja y del Sol y de la Luna, y de los españoles que, con sus alforjas, espadas y

53. Disponível em: **http://www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org/site/enlosmedios_03.php**, acesso em: dezembro, 2010.

> caballos, trajeron al Perú a Grecia, Roma, la tradición judeocristiana, el Renacimiento, Cervantes, Quevedo y Góngora, y la lengua recia de Castilla que los Andes dulcificaron. Y de que con España llegara también el África con su reciedumbre, su música y su efervescente imaginación a enriquecer la heterogeneidad peruana (Vargas Llosa, 2010: 7).

Da mesma forma que em outras sociedades – também formadas por um mosaico de culturas – onde o homem "branco"[54] e seus descendentes dominaram e continuam oprimindo ao indígena, ao mais pobre, ao camponês, à mulher; na história do Peru "o fenômeno do racismo se constitui como um dos mais graves conflitos sociais que impede o estabelecimento definitivo do projeto de nação" (Béjar, 2004: 15). Desde a independência do país, em 1821, até os dias de hoje, são discriminados todos e qualquer grupo social que não seja considerado branco (*Ibidem*).

Em 1980, o Peru inicia um longo processo de vinte anos de violência de origem política, que terá como saldo mais de 69 mil peruanos e peruanas mortos, ou desaparecidos, nas mãos de organizações subversivas e, também, de agentes do próprio Estado peruano. O relatório da "*Comisión de la verdad y reconciliación*"[55], do ano 2003, expressa em seu prefácio que as duas últimas décadas do século XX são uma marca de horror e desonra para o Estado e a

54. Como em muitos países da América Latina, no Peru o "branco" não é discriminado. Igual situação se vive no Brasil, por exemplo, onde ser "branco" não passa necessariamente pela cor da pele, como, sobretudo, por ser "tratado como" (Ianni *apud* Schwartzman, 2007), ou seja, ser branco passa por uma questão de classe e origem social.

55. Disponível em: **http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php**, acesso em: novembro, 2010.

sociedade peruanos, e acrescenta:

> Pouco explica esse número ou qualquer outro, sobre as assimetrias, as responsabilidades e os métodos do horror vivido pela população peruana. E pouco nos ilustra também sobre a experiência do sofrimento desencadeado sobre as vítimas para nunca mais abandoná-las. [...] A cada **quatro vítimas, três foram camponeses ou camponesas, cuja língua materna era o quéchua**. Trata-se, como já sabem os peruanos, de um **setor da população historicamente ignorado** pelo Estado e pela sociedade urbana, quem desfruta dos benefícios da nossa comunidade política. A Comissão não encontrou bases para sustentar [...] que esse foi um **conflito étnico**. Contudo, tem fundamentação para asseverar que essas duas décadas de destruição e morte não teriam sido possíveis sem o **profundo desprezo à população mais despossuída do país**, evidenciado por membros do PCP-Sendero Luminoso e agentes do Estado, **um desprezo que se encontra entretecido em cada momento da vida cotidiana dos peruanos**.[56] (grifos nossos).

Sobre esse assunto comenta uma das nossas entrevistadas[57] o

56. Salomón Lerner Febres. Presidente, Comisión de la Verdad y Reconciliación. Disponível em: **http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php**, acesso em: novembro, 2010. Tradução nossa do original em espanhol.

57. Os **nomes** das entrevistadas para essa pesquisa **são fictícios**, já que devemos preservar a suas identidades. O perfil delas, assim como tudo relativo ao conteúdo e método utilizado, será apresentado no próximo capítulo. Contudo, ao longo do livro optamos por trazer algumas frases ilustrativas daquilo que está sendo desenvolvido, pois entendemos ser a única forma de manter viva a essência da pesquisa: *como elas explicam e dão sentido* a essa experiência de vida em migração. As "falas" das migrantes são por nós traduzidas ao português.

que aqui adiantamos dada a pertinência da fala registrada:

> *Na verdade a gente sabe muito bem que quem estuprava e assassinava, lá em Ayacucho [região do interior do país], eram os militares que se faziam passar como "terroristas". O Sendero Luminoso não fazia isso com os camponeses, ao contrário, eles explicavam para a gente que eles lutavam para defender nossos direitos.... Mas... chegou uma hora que nossos próprios pais nos falaram: "vão embora daqui, vocês que são adolescentes, muito jovens, se forem pegas eles vão estuprar vocês". E aí nós fomos, fomos sim embora a pé.... saímos em grupo do nosso "pueblito", éramos várias, e depois de alguns dias andando, com medo, conseguimos chegar em Lima... foi muito cansativo... foi assim que começamos nossa vida na cidade com 15 anos.* (Teresa).

Atualmente o país apresenta um cenário político não muito diferente do de outros países da região. As eleições presidenciais de abril de 2011 contaram com três principais forças políticas que disputavam o poder, e que poderíamos pensar como caracterizadoras da sociedade peruana.

Por um lado temos duas lideranças que, segundo pesquisas[58], tinham mais chances de chegar ao poder. Trata-se de Luis Castañeda, que foi prefeito da capital, Lima, e representante da classe política dos "brancos" que tradicionalmente governou o país; Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori, representante de uma gestão do país muito controversa, com forte estilo populista e que luta para recuperar o poder perdido pelo seu pai, hoje condenado pela justiça peruana. Em terceiro lugar, seguindo a esses dois candidatos, já com menor chance de acordo com essas pes-

58. "Ollanta Humala, la 'alternativa' peruana. El redentor" BRECHA, Ed. Impresa, Montevideo, del 31 de marzo de 2010.

quisas, encontrava-se o líder populista de esquerda Ollanta Humala, ex-militar, que tentou um golpe de estado contra o governo Fujimori, detentor de um discurso nacionalista e fundador do Partido Nacionalista Peruano. No entanto, os resultados dos comícios presidenciais de abril de 2011 deram a chance de disputa para um segundo turno (no dia 5 de junho de 2011) entre Keiko Fujimori e Ollanta Humala, o que acabou levando este último à presidência do país.

Não é nosso objetivo nos estender na análise da política peruana, mas consideramos imprescindível fazer essa breve referência, pois nos permite uma melhor compreensão da situação que vive o país de origem do grupo aqui estudado, o que contextualiza nossas reflexões.

Para além desse breve contexto político dos anos 1980 e dos dias de hoje, interessa também mencionar que a análise de obras literárias do país – feita por pesquisadores como Béjar (2004) [59], nos permite visualizar claramente como o problema da discriminação pela cor da pele e pelo gênero é parte constitutiva da sociedade peruana. Essa autora defende que a partir da década de 1950, devido a mudanças decorrentes – dentre outros motivos – dos intensos fluxos migratórios do campo (ou interior) para a cidade de Lima, começam-se a identificar novas fronteiras entre o que se considera como "serrano" ou "indígena", por exemplo. Incrementa-se assim o racismo, ou se torna mais evidente algo que estava latente, justamente pela presença dos outros – indígenas, cholos, negros, zambos, que, aliás... também são peruanos.

> *Eu me sinto camponesa, camponesa primeiro, depois sim peruana... mas para mim é muito importante a minha origem*

59. Esta autora desenvolve sua pesquisa sobre a obra do escritor peruano Julio R. Ribeyro, fazendo uma análise do contexto social e político do Peru.

camponesa, mulher- camponesa- indígena (Amelia).

Por seu lado Neira[60] (2010: 27) também explora o impacto que foi para a sociedade peruana o fenômeno da migração massiva dos habitantes dos Andes (cordilheira) para Lima, a capital: "Esse fenômeno é chamado de *'cholificación'*, algo mais complexo do que a mestiçagem" (*Ibidem*).

A tese levantada por Osório (2009) pode nos auxiliar – por analogia – na compreensão do fenômeno da falta de oportunidades que no Peru provoca, entre outros fenômenos, a migração na década de 1950 dos Andes para a capital, e hoje de Lima para outras cidades como Brasília, Buenos Aires, Montevidéu ou Madri, dentre outras cidades capitais da região e da Espanha. Osorio defende a tese de que no Brasil, "no ciclo de desvantagens cumulativas, a discriminação racial é um fator importante, mas não tanto quanto a origem social", isso porque "o Brasil é um país de elevada desigualdade de oportunidades, o que ocasiona uma baixa mobilidade social" (2009: 4).

> *Vim para Brasília porque no meu país eu nem sequer consigo mais um trabalho como esse. Lá se você vai com 40, 45 anos procurar emprego em casa de família* [trabalho doméstico], *que nem eu já fiz aqui, não me contratam, pois para "eles" eu já estou velha. E caso conseguir, nunca vou receber os dois salários [salário mínimo] que ganho aqui..... Eu* **não tenho estudos, e a única coisa que consigo fazer é limpar a casa dos outros** (Elena).

Neira (2010) fala da histórica defasagem que existe no Peru entre

60. Renomado historiador, cientista social e escritor peruano que, com o livro "Hullica: Habla un campesino peruano", Ediciones Corregidor, 1975, obteve o prêmio *Casa de las Américas*. Cf. Neira (2010).

a sociedade civil, suas expectativas, seu mal-estar, e a classe política e o Estado. Citando o economista peruano Francisco Durán, Neira sustenta que no Peru existem três economias:

> La formal, que es la que mira el FMI, que es falsa por parcial, la informal, que es muy grande, el 60 o 70 por ciento, y que no es homogénea porque hoy hay ricos informales, clase media informal y proletarios informales. Y luego la de la coca. Entonces **dos tercios de la economía del Perú no son medibles.** Hay un dinamismo que o viene de la informalidad o de la coca [...]. (Neira, 2010: 27).

Estudos recentes demonstram[61] que a participação da mulher peruana no mercado de trabalho é superior à média regional: 60% delas são consideradas ativas no mercado de trabalho do país. Porém, 67,1% desse total desenvolvem atividades no setor **informal**. Observamos que o Peru não só *não* foge da realidade vivida pela mulher na região da América Latina, mas também se apresenta como país em cuja realidade se acentuam as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres, e entre mulheres "brancas" (ou "tratadas como") e mulheres pobres, com baixa ou inexistente escolaridade, geralmente, indígenas. Ou seja, há uma discriminação pela origem social que gera essa situação de desvantagem da mulher, particularmente, a "não-branca", a mulher indígena, "la chola", cujo ciclo de desvantagens cumulativas, parafraseando Osório (2009), se intensifica no âmbito da

61. *"El 60% de las mujeres peruanas es activa laboralmente"*. Disponível em: **www.larepublica.pe/sociedad/11/3/2010**, acesso em: março de 2010. O artigo toma como base dados do relatório "*Trabajo y Família...*", elaborado por OIT e PNUD, anteriormente citado.

economia informal.

Em diálogo com isso, resulta ilustrativo e esclarecedor um simples e muito significativo comentário feito pela Amelia, ao falar de uma das filhas da família para a qual trabalha em Brasília. Trata-se de uma moça jovem, com problemas psicológicos, e que Amelia nos explicava nesses termos:

> *é uma pena, porque ela é uma moça jovem, bonita,* ***bem branquinha****, e de* ***olhos verdes****... uma pena mesmo,* ***ela é alguém que poderia ter tudo nessa vida*****.....**

2.1.3 O Brasil e a imigração

Para muitos hispano-americanos o Brasil não só é um país que está aí perto, mas é "*o continente*" dentro da América do Sul que fala a *outra* língua[62]. Poderíamos dizer que é no Brasil que se materializa ou se torna mais evidente para a própria comunidade dos denominados "latinos" a questão "hispânica"[63], apesar de que a prática corrente de excluir o brasileiro dessa categoria de "latinos", ou do próprio brasileiro se auto-excluir, seja contraditória.

Dessa forma, o Brasil, hoje a maior economia da região, veio se tornando um destino cada vez mais atraente para migrantes

62. Adotando aqui a prática recorrente de "esquecimento" dos francófonos do continente, por exemplo.

63. Não pretendemos com essa expressão homogeneizar os nacionais provenientes dos países hispano-falantes da América Latina. Trata-se simplesmente de uma constatação empírica, sobre o vínculo que gera ter uma língua em comum quando se mora num país cujo idioma é diferente. Para o próprio migrante, entendemos que esse forte elemento cultural em comum, a língua, se torna mais evidente aqui no Brasil.

dentro do continente. Historicamente o país ofereceu e continua oferecendo melhores condições de trabalho para profissionais e migrantes qualificados da região. No entanto, de acordo com Sala (2008), a partir da década de 1990, o Brasil emerge com mais força como uma opção já não só para migrantes qualificados de países do Cone Sul, mas também para aqueles com nível de escolarização mais baixo.

Dentre os motivos citados por essa autora estão: o crescimento da taxa de desemprego na Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai; a diminuição do desemprego no Brasil; a menor procura por trabalhadores temporários para o setor da agricultura na Argentina; o elevado crescimento demográfico da Bolívia e do Paraguai; a diminuição das alternativas de trabalho na fronteira paraguaio-brasileira e a redistribuição da população desde o planalto andino-boliviano para regiões próximas à fronteira com o Brasil (*Idem*, p. 75).

Na mesma linha, Souchaud observa,

> enquanto o volume total de imigrantes no Brasil diminuiu a um ritmo médio anual de 1,28% entre 1991 e 2000, a população nascida na Bolívia [e residente no país] aumentou em 2,95% ao ano, em média, no período, e **somente** os contingentes de imigrantes **peruanos** (7,1%), paraguaios (4,73%) e angolanos (3,38%) **superaram** esse ritmo de crescimento (Souchaud, 2010: 269, grifos nossos).

No ano 2009, o governo brasileiro realizou uma Anistia para os estrangeiros em situação irregular (45 mil anistiados), buscando combater a prática de exploração aos migrantes indocumentados e esperando, também, que os cidadãos brasileiros no exterior recebessem um tratamento mais favorável.

Previamente à última Anistia, dados do cadastro ativo da Polí-

cia Federal (fevereiro de 2008) apresentavam um acumulado de 877.286 imigrantes regularizados; dentre os originários da região destacamos: 39 mil argentinos, 33 mil bolivianos, 28 mil uruguaios, e **10 mil peruanos** (Milesi e Andrade, 2010: 5). Essa cifra não está considerando os migrantes em situação irregular de documentação no Brasil, dos quais há casos em Brasília[64] e, em maior número, nas cidades fronteiriças ou em grandes cidades como São Paulo ou Rio.

> Do total dos solicitantes da Anistia, em torno de 40% são bolivianos (16.881). Parte deles era explorada como mão de obra semiescrava e alvo de traficantes. O segundo lugar ficou com os chineses (5.492), seguidos por **peruanos** (4.642), paraguaios (4.135), coreanos (1.129), outros 10.720 (Milesi e Andrade, 2010: 6, grifos nossos).

No que tange ao Distrito Federal, especificamente, segundo fontes do Ministério da Justiça foram 500 os migrantes anistiados, dentre os quais se destacaram os chineses, como primeiro grupo, seguidos dos **peruanos** e libaneses[65].

Tais cifras, se comparadas com a população total do Brasil, podem não parecer significativas do ponto de vista quantitativo, porém resultam socialmente muito significativas, a partir do momento em que compartilhamos com Marié (1996: 36-37) a premissa de que o migrante não é somente aquele olhar de fora do qual toda sociedade

64. Algumas das nossas entrevistadas estiveram em situação irregular de documentação até aderir à Anistia.

65. Cf. **http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/01/13/interna_brasil,166114/index.shtml**, Acesso em janeiro de 2010.

precisaria para fabricar os seus mitos e definir suas fronteiras. Assim foi demonstrado por Mircéa Eliade[66], explica Marié, quando disse que uma sociedade não é tão somente um jogo de dois, ou seja, a relação histórica do indígena para com seu território. Mas toda sociedade é sempre pelo menos um jogo de três: o indígena e seu território sob o olhar do estrangeiro (Eliade *apud* Marié, 1996: 37).

A denominada "teoria da causação acumulativa" ajuda a melhor compreender a situação do Brasil como país receptor de migração da região. De acordo com essa teoria, cada ato migratório altera de tal maneira o contexto social que propicia movimentos migratórios posteriores. Ou seja, haveria uma tendência da migração internacional e/ou regional de se perpetuar no tempo, independentemente das condições que as provocaram na origem (Myrdal *apud* Sánchez, 2010: 32-34).

Existem diversos fatores que intervêm na perpetuação dos fluxos transnacionais, dentre eles alguns poderiam ilustrar nosso objeto de estudo. Por exemplo: a expansão da rede de contatos, a necessidade de aumentar e diversificar a renda da família, uma *cultura da migração*: "quanto mais habitual se torna a migração numa determinada comunidade [de origem e de destino], mais mudam os valores e as percepções culturais, de tal maneira que aumenta a probabilidade de futuras migrações" (Sánchez, 2010: 33).

Isso, independentemente das políticas migratórias, ou inclusive **apesar da** existência de políticas migratórias pouco vantajosas, como é o caso das do Brasil para as trabalhadoras domésticas imigrantes. Para os nacionais provenientes de países que não possuíam acordo bilateral migratório com o Brasil – tal era o caso do Peru até início de 2012 –, a única chance de obter um visto para trabalho

66. Tradução nossa do original em francês.

doméstico era que o empregador seja alguém vinculado à diplomacia, fato que lhe outorga o direito de fornecer "visto cortesia"[67] para a pessoa contratada nessas funções.

2.1.4 Brasília: polo de atração silencioso

A cidade de Brasília, fundada em 1960, recebeu sempre importantes fluxos de migração interna. É por isso considerada um "microcosmo da cultura brasileira", além de sua capacidade de atração de fluxos migratórios de diferentes regiões do país (Nunes, 2004: 14). Ela já foi vista pelo resto do país como a "ilha da fantasia" por deter um padrão social menos injusto do que a média nacional (*Idem*). Contudo, uma pesquisa publicada no mês de julho de 2010 pelo IPEA[68] mostra que entre 1995 e 2008, o DF foi o único caso dos estados brasileiros a apresentar um aumento da distância entre ricos e pobres.

Esta cidade tida como planejada, na verdade, consolidou-se sob um "modelo de povoamento polinucleado e excludente" (Paviani, 1997: 42), lembrando que ela é resultado de um longo processo geopolítico, já que a ideia de construí-la data de 200 anos atrás (*Idem*, p.45). Dados recentes do IBGE evidenciam também um crescimento populacional do Distrito Federal acima da média nacional.

---

67. Cf. neste capítulo, nota rodapé 78.

68. Cf. **http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=288**, e o comunicado do IPEA em: **http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1796%3Acomunicado-do-ipea-2010-julho-no-58&catid=161%3Apresi&Itemid=1**, Acesso em: 6 de setembro, 2010.

Tabela 2 – Crescimento da população do país

	População em 2000	População em 2010	Variação
Brasil	169.799.170	185.712.713	9,37%
Região Centro-Oeste	11.636.728	13.677.475	17,54%
Distrito Federal	2.051.146	2.469.489	20,40%

Fonte: Elaboração nossa a partir de dados do Censo demográfico IBGE

No que tange aos fluxos de migração internacional também presentes na cidade, estes são menos importantes do ponto de vista quantitativo quando se compara à migração interna. Tradicionalmente a cidade caracterizou-se pela presença de embaixadas e escritórios de agências internacionais que atraem uma parcela de estrangeiros de elevada qualificação profissional e intelectual. Isso num contexto de poucos estrangeiros é um diferencial da cidade, pois termina influenciando na cultura local.

É difícil ter acesso a dados concretos sobre a quantidade de vistos concedidos a estrangeiros para residir na cidade, assim como ter dados concretos também daqueles que ficam sem ter visto. A limitação passa, por exemplo, pelo fato de que tudo o que é referente ao corpo diplomático, seus familiares e pessoas que para eles trabalham fica restrito ao âmbito do Itamaraty, e não tivemos oportunidade de obter esses dados. Diferentemente do resto dos estrangeiros, cujos processos passam primeiro pela Polícia Federal

e logo depois pelo Ministério da Justiça.

De igual maneira, cabe salientar que nos últimos anos pode-se também identificar um fluxo de migrantes provenientes de países da região em condições sócio-econômicas menos favoráveis às do Brasil. Mais especificamente, fazemos referências às mulheres que chegam provenientes dos países andinos, maiormente do Peru, para se empregar como trabalhadoras domésticas. Mais do que os números, interessa-nos para nossa problemática de estudo o fenômeno em si mesmo com suas implicações de mudanças sociais tanto para as migrantes, suas comunidades de origem, quanto para a sociedade receptora.

Essas migrantes saem de Lima para chegar diretamente a Brasília, sua cidade de destino, não passando por outras cidades consideradas mais "típicas" para esse perfil de migrante. Souchaud (2010), analisando os fluxos dos bolivianos para o Brasil, sustenta não haver necessariamente uma passagem primeira dos migrantes por cidades de fronteiras, para depois decidirem ir para a grande metrópole: "[...] não existem até hoje indícios de que os dois fluxos, na fronteira e na metrópole, se organizam e ganham importância de forma dependente" (Souchaud, 2010: 272).

Além do mais, identificamos nesse grupo de migrantes que chegam a Brasília para se empregar no setor doméstico, o que se denomina de fenômeno da *reversibilidade*[69], isto é, quando "as permanências tendem a encurtar-se e o movimento se caracteriza por

69. Esse conceito é mencionado por Ferrari (2011) ao escrever sobre São Paulo como uma "metrópole móvel". O autor faz uma análise sobre o trabalho de pesquisa que está sendo desenvolvido no âmbito do *Observatório das Migrações do Núcleo de Estudos da População* (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), financiado pela FAPESP e coordenado pela socióloga Rosana Baeninger.

idas e vindas, além dos retornos definitivos" (Ferrari, 2011: 84). Dentre essas migrantes, poucas acabam ficando e refazendo sua vida na cidade. Geralmente o faz quem casa e tem filhos, mesmo que não tenha sido esse o plano inicial. Isso porque a maioria vem com uma expectativa de tempo para ficar, juntar o dinheiro necessário e retornar, e muitas delas de fato vão embora após atingir seus objetivos e aliviar a problemática de escassez material familiar.

Dessa forma, identificamos um tipo específico de migração de mulheres peruanas, que saem do seu país, mais especificamente da capital, Lima, para vir diretamente para Brasília, apesar de muitas confessarem ter sonhado em migrar para Espanha, Itália ou Estados Unidos. Poder-se-ia dizer que Brasília foi uma porta mais viável e segura que se abriu para elas.

Até pouco tempo atrás, Brasília não era considerada como pertencente ao circuito das típicas cidades brasileiras receptoras de contingentes migratórios latino-americanos com essas características. A ideia tida pelo migrante da região que chega a Brasília é de uma cidade vinculada ao mundo acadêmico ou da diplomacia ou das organizações internacionais com representação na cidade, tal como já mencionamos.

Significa dizer que, embora Brasília não seja um polo de atração evidente de migrantes pobres na procura de emprego (mão-de-obra "não qualificada"), podemos pensá-la como um polo *silencioso* de atração de certo tipo de migração insuspeitado para uma cidade administrativa, sede do governo federal e do Distrito Federal, e sede da diplomacia.

Observe-se que, enquanto a cidade oferece toda atenção ao migrante "formal" ou "oficial", inexiste qualquer ação para receber os demais. Portanto, Brasília se torna uma cidade especialmente controlada e vigiada aonde o migrante pobre chega sem outra estru-

tura para se estabelecer na cidade para além daquela que possa lhe oferecer seu empregador, muitas vezes também estrangeiro, porém, qualificado e com toda uma estrutura político-administrativa preparada para lhe acolher.

2.2 Objeto de estudo: recortes gerais

Nesta instância apresentamos dois itens temáticos principais que permitem focalizar e recortar nosso objeto de estudo tendo como ponto de partida uma perspectiva geral das migrações. Um primeiro, o das migrações internacionais de mulheres, para logo nos focar nas especificidades do trabalho doméstico e as mulheres migrantes.

2.2.1 Migrações internacionais de mulheres

Atualmente, as mulheres representam quase a metade do total mundial de migrantes internacionais – são 105 milhões[70] de mulheres migrantes – chegando inclusive em alguns continentes a ultrapassarem a quantidade de homens migrantes. Apesar delas contribuírem com a redução da pobreza, injetando recursos nos seus países de origem cujas economias lutam por desenvolver-se, só recentemente a comunidade internacional começa a reconhecer o significado de sua atuação, tanto para suas famílias, quanto para suas comunidades e países.

70. IOM (International Organization for Migration) Gender and Migration News. Issue 34, April 2010. Disponível em: **http://iom.int**, Acesso, Maio 2010.

No entanto, para essas migrantes ainda não são oferecidas as mesmas oportunidades para migrar *legalmente* como se oferecem aos homens. A falta de um marco legal adequado às necessidades das mulheres migrantes no mundo as torna mais vulneráveis e muito mais expostas aos riscos decorrentes da mobilidade. Segundo Thompson da IOM:

> apesar de as políticas de migração para trabalho nos países de destino parecer neutras no que tange ao gênero, elas continuam a ter um viés e embasamento num modelo focado nas habilidades e trabalhos tradicionalmente masculino. Mais oportunidades para migrar legalmente, acrescenta Thompson, ajudariam a **prevenir** o envolvimento (involuntário) de muitas mulheres em situações irregulares, de **exploração** e **abuso**.[71]

As sucessivas crises mundiais, de acordo com Hirata (2010), têm gerado muitas análises; porém, muito poucas estão voltadas para compreender os impactos sobre os homens e sobre as mulheres. A precarização do trabalho da mulher é mais evidente do que a do homem, gerando maior impacto na precarização familiar.

Ou seja, isso traz implicações não só para a própria mulher como para o núcleo familiar gerando mudanças na estrutura social com enormes repercussões na comunidade local (de origem) e que provocam fenômenos como o da mobilidade indesejada da mulher, afetando na estrutura da família de matriz patriarcal. A ló-

71. Tradução nossa do original em inglês. Destaques nossos. IOM (International Organization for Migration) Gender and Migration News. Issue 34, April 2010. Disponível em: **http://iom.int**, Acesso, Maio 2010

gica patriarcal[72] que perpassa a instituição "família", assim como outros âmbitos da sociedade, é a manifestação e institucionalização do domínio masculino sobre as mulheres e crianças (Lerner *apud* Fontela, 2007).

Se levarmos em conta o pensamento do denominado "feminismo materialista", algumas teóricas – tal o caso da espanhola Lidia Falcón – consideram às mulheres como classe social e econômica, e seus pais e maridos são aqueles que controlam seu corpo e se apropriam do trabalho tanto produtivo quanto reprodutivo delas (Fontenla, 2007).

Nessa linha, a pobreza da mulher propicia uma maior violência para com ela e seus dependentes. Provoca a separação, o afastamento da mulher do seu núcleo familiar, seus afetos e sua cultura, submetendo-a a empregos onde pode sofrer violência física e/ou simbólica. A questão é que o processo de globalização, segundo Hirata (*op cit.*), criou mais empregos para as mulheres, porém, trata-se de empregos vulneráveis e precários.

Com base nisso, observamos que muitas mulheres migrantes carregam o estigma de serem pobres, migrantes, sem família que as acompanhe, elementos esses que acentuam a sua desvantagem não só pela sua condição de gênero, mas também, sua condição de classe social e pertença a um determinado grupo étnico.

Autoras contemporâneas, tal o caso de Falquet (2008) sustentam que durante décadas falou-se em discriminação por gênero.

---

72. Fontenla (2007) define o patriarcado como "sistema de relações sociais sexopolíticas baseadas em diferentes instituições públicas e privadas e na solidariedade interclasses e intragênero instaurada pelos homens, que enquanto grupo social e em forma individual e coletiva oprimem às mulheres também em forma individual e coletiva, e se apropriam de sua força produtiva e reprodutiva, de seus corpos e seus produtos, seja com meios pacíficos ou por meio da violência (p.258). Tradução nossa do original em espanhol.

No entanto, chamam para a necessidade de recuperar nas análises a dimensão de *classe* e *raça* junto à de *gênero*. Dimensões por muito esquecidas e que se tornam marcadores sociais fundamentais para compreender os processos de segregação e multiplicação da pobreza no âmbito do processo de globalização neoliberal. Assinalamos também para nosso caso estudado a dimensão de status profissional, trabalhadoras domésticas de origem andina (peruanas), elemento que dá sua especificidade e que desenvolvemos mais na frente (capítulo 4 e 5).

Resulta ilustrativo citar um recente estudo sobre a emigração dos países andinos para países europeus[73], financiado pela União Européia e a Oxfam. Nele se demonstra que em países como a Espanha o crescimento da imigração andina tem sido explosivo na última década, representando um 67% da imigração dos latino-americanos nesse país. Entretanto, é muito significativo constatar que a mulher migrante nessa última década se constitui como maioria do coletivo de todos os países da região andina: "56% da imigração boliviana é feminina, a da Colômbia atinge 55%, sendo que as mulheres representam 51% da migração equatoriana y **52% da peruana**"[74]. Esse fenômeno de uma maior presença da mulher é explicado pelas oportunidades de trabalho no setor de serviços domésticos e de cuidados (*care*) (*Ibidem*).

73. *"Migrantes de países andinos son mayoritariamente mujeres"*, Disponível em: **http://www.desdelsur.bo/desdelsur/index.php?id=264**, Acesso em: novembro de 2010. Para consultar relatório completo "Mujeres Migrantes Andinas": **http://www.intermonoxfam.org/es/page.asp?id=387**, acesso em: 14 de dezembro de 2010.

74. *Idem.* Tradução nossa do original em espanhol, grifos nossos.

2.2.2 O trabalho doméstico e a mulher migrante

Em abril de 2010, o *Human Rights Watch*, publica um relatório[75] dedicado exclusivamente à análise da situação em que se encontram as trabalhadoras domésticas da Ásia e do Oriente Médio. É surpreendente constatar o quanto se assemelha a problemática dessas mulheres que migram na procura de um meio de sustento para suas vidas e das suas famílias, àquela das migrantes peruanas que chegam à cidade de Brasília.

O relatório destaca a necessidade de a comunidade internacional reconhecer o trabalho doméstico como uma das mais antigas e importantes ocupações para milhões de trabalhadoras ao redor do mundo. Trata-se de uma profissão essencial que permite que a economia para além do espaço doméstico funcione; no entanto, ela é praticamente ignorada pela economia "formal" e praticamente não regulamentada.

Destaca-se também o problema da situação de confinamento da mulher migrante que cujo espaço de trabalho se confunde com o espaço privado, motivo que parece "justificar" o fato dos seus empregadores exigirem longas jornadas de trabalho entre 15 e 18 horas, poucos ou inexistentes dias de descanso, sem receber horas extras, chegando-se em alguns casos a situações de escravidão.

> Em vários países receptores desse fluxo migratório, uma combinação de lacunas significativas na legislação laboral, sistemas de vistos que concedem ao empregador um controle imenso sobre as empregadas, o racismo contra uma classe servente que em general possuem a pele escura, vêm contribuindo e estimulando condições de trabalho de

75. Disponível em: **http://www.hrw.org/en/reports/2010/04/28/slow-reform-0**, Acesso: 19 de maio de 2010.

> exploração sobre as/os trabalhadores/as domésticas (Human Rights Watch, 2010: 6).

O que podemos resgatar dessa situação é que atualmente existem vozes que se unem em defesa dos direitos das trabalhadoras. No âmbito internacional, a OIT incluiu na sua agenda a necessidade de regulamentar a profissão do trabalhador/a doméstico/a, conseguindo o apoio de governos como o do Brasil.

> Reconhecendo a importância de proteger esse setor que tem sido uma das maiores fontes de emprego no mundo, e que historicamente vem sendo negligenciado e subvalorizado, a OIT começará em junho de 2010 discussões formais sobre um possível novo instrumento global no intuito de estabelecer padrões internacionais para o trabalho doméstico (Human Rights Watch, 2010: 7).

Em 2005, no Brasil a SEPPIR[76], juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego e a OIT, lança o Projeto *Trabalho Doméstico Cidadão*. Desde então, vêem sendo realizadas ações integradas[77] também com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e os

76. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **Projeto de Trabalho Doméstico Cidadão.** Programa de Qualificação Profissional e Promoção da Igualdade de Oportunidades de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho. SEPPIR, 2009.

77. Em abril de 2010, na cidade de Brasília, tivemos a oportunidade de participar como observadora da "Oficina Nacional Tripartite sobre Trabalho Doméstico" e do "Seminário Regional das Trabalhadoras Domésticas" que contou com a participação de representantes sindicais das trabalhadoras de todas as regiões do Brasil, do Paraguai, da Bolívia e da Nicarágua. Foi organizado pela OIT, UNIFEM, SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas

sindicatos de trabalhadoras domésticas de todas as regiões do país.

De acordo com a OIT, na América Latina o trabalho doméstico é a ocupação feminina mais numerosa. É difícil estimar o número exato de trabalhadoras domésticas, pela falta de registros devido à situação de informalidade; contudo, especialistas da OIT estimam que existam aproximadamente 14 milhões de mulheres, o que representaria 14% das trabalhadoras da região. Existe uma tendência a aumentar esse número, muito provavelmente, pelo crescimento da migração regional e internacional feminina, consequência da demanda de mão-de-obra para o setor de serviços domésticos e dos cuidados (*care*).

2.3 Objeto de estudo: recortes específicos

As migrações de mulheres de outros países da região que chegam ao Distrito Federal é o primeiro dos dois assuntos que abordamos no intuito de recortar e focar o objeto de forma mais específica. Logo depois, discutimos sobre a realidade das mulheres peruanas que se empregam no setor do trabalho doméstico em Brasília.

2.3.1 Mulheres migrantes internacionais no Distrito Federal

O início do fluxo migratório internacional de mulheres para Brasília com esse perfil específico – migrantes de países da região que vêm à procura de emprego no setor de serviços domésticos,

---

de Promoção da Igualdade Racial) e SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres).

poderia estar associado aos primórdios da cidade de Brasília à medida que foram se estabelecendo na cidade representantes do corpo diplomático dos mais diversos países. Com alguns deles chegavam mulheres empregadas no serviço doméstico da família.

As próprias migrantes entrevistadas relatam histórias de outras que as precederam acompanhando a tais famílias. Notadamente, destacam-se os diplomatas originários dos países andinos como os que possuem mais o hábito de chegar com suas próprias empregadas. Sem dúvida isso passa por uma prática cultural de origem, onde a empregada é em certa forma "propriedade" da família e, junto com ela se deslocam. Tais práticas, entendemos, estão diretamente afetadas pelos altos níveis de pobreza, desigualdade e falta de oportunidades que afetam a países como o Peru, e particularmente à mulher de origem indígena.

> a pobreza é um fenômeno que se encontra diretamente relacionado aos níveis e padrões de emprego e às desigualdades existentes na sociedade. [...] O gênero e a raça/etnia são fatores que determinam, em grande parte, as possibilidades de acesso ao emprego, assim como as condições em que esse se exerce. (OIT, 2005: 3).

Consideramos aceitável essa ideia manifestada por nossas entrevistadas para explicar sobre como ou por que se inicia esse fluxo migratório para Brasília, uma cidade nem muito conhecida no contexto de origem dessas migrantes, e aparentemente, uma cidade que oferece poucas chances de ascensão social, ou seja, de melhoras no que diz respeito tanto ao tipo de função a ser desempenhada quanto à interação com outros grupos sociais para além daquele das migrantes trabalhadoras domésticas hispanofalantes.

Evidentemente, estimamos que esse fluxo migratório para Brasília foi sendo configurado de forma gradual. No início, umas poucas que

chegavam junto às famílias que as empregavam, também originárias do mesmo país. Famílias que por pertencerem ao corpo diplomático, se beneficiam da possibilidade de outorgar o que se denomina de "visto cortesia"[78] tanto para integrantes da própria família quanto para as pessoas que para ela trabalham (trabalhadoras domésticas, seguranças, etc.).

Na medida em que foi passando o tempo, aquelas migrantes pioneiras no trabalho doméstico junto às famílias dos diplomatas foram trazendo outras mulheres da família ou amigas e ajudando a colocá-las em famílias conhecidas dos seus empregadores. Assim surgem os diplomatas de origem europeu, norte-americano, assim como famílias brasileiras vinculadas à diplomacia ou altos cargos em empresas ou organismos internacionais ou do próprio governo, que começam a se interessar na possibilidade de empregar em casa uma trabalhadora doméstica estrangeira e já não mais uma brasileira. Isso porque para alguns existem claras vantagens:

> *Nós preferimos as peruanas, pois elas são* **menos sindicalizadas** *[do que as brasileiras], mais responsáveis e dedicadas. Estão determinadas a melhorar de vida. Elas não querem para os seus filhos a vida que os seus pais deram para elas. Isso resulta numa atitude de maior compromisso com o trabalho.* (Empregador de nacionalidade européia, na ocasião de uma conversa por ele solicitada)[79].

78. Visto que permite permanecer temporalmente no Brasil sob a responsabilidade daquela pessoa que assina assumindo a proteção e segurança da pessoa. É concedido por um período curto no qual deve ser renovado caso o responsável (empregador) deseje fazê-lo. Caso desista de manter a concessão do visto, o empregador deve garantir os meios para retornar ao país de origem.

79. A quase totalidade das nossas entrevistadas não falam com seus patrões

2.3.2 As mulheres peruanas, trabalhadoras domésticas no DF

A situação social, econômica e política do Peru foi anteriormente abordada, pois consideramos essencial compreender, mesmo de forma breve, a problemática do país de origem das migrantes; um fator que sobressai na hora de tomar a decisão de migrar. Além disso, há os elementos da cultura de origem, fortemente patriarcal, onde a divisão sexual[80] do trabalho e sua consequente feminilização da pobreza induz a fluxos migratórios com as características do que estamos estudando.

Seguindo os teóricos da denominada *teoria da assimilação segmentada*[81], para entendermos como essas migrantes se integram ao mercado de trabalho, à vida da cidade, à cultura local, devemos também levar em conta a situação das políticas migratórias do país de destino. Nesse sentido, a existência no Brasil de vistos especiais tal o caso do visto cortesia para os dependentes (empregados e familiares) de diplomatas ou altos cargos de organismos internacionais, também se torna um elemento de atração para essas mulheres peruanas que enxergam em Brasília a chance de obter fonte de renda rápida e segura de forma a sustentar suas famílias.

---

sobre a contribuição delas com nossa pesquisa. No entanto, teve o caso de uma delas que tinha um bom diálogo com os empregadores e decidiu contar. Logo em seguida, o seu empregador manifestou seu desejo de nos conhecer. Daí que tivemos acesso a uma conversa onde podemos dizer que também fomos nós as entrevistadas. Experiência muito interessante e inesperada, para o processo dessa pesquisa.

80. Conceitos desenvolvidos no capítulo 4.

81. Cf. Capítulo 1, item 1.2.3.

No entanto, provavelmente durante as duas últimas décadas, de acordo ao comentado pelas entrevistadas e levando em conta a situação de violência que o Peru começa a viver durante os anos 1980, começam a chegar mulheres sozinhas, sem um emprego arranjado de antemão, na esperança de que alguma conterrânea lhe ajudasse a arrumar uma família onde morar e trabalhar. Situação que evidencia a formação de redes no contexto dos fluxos migratórios internacionais, redes que não se restringem ao núcleo familiar já que se expandem às comunidades de origem.

Essa situação nos leva a refletir sobre a proposta de Patarra (2005), da existência no Brasil (da mesma forma que em outros países ocorre) de um mercado dual de imigrantes: por um lado, "os pobres não documentados – oriundos principalmente de países sul-americanos – e, em menor número, imigrantes documentados, mão-de-obra qualificada, empresários e pessoal de ciência e tecnologia – de origem européia e americana" (Patarra, 2005: 28).

De fato, dados do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil permitem observar um aumento dos vistos de trabalho concedidos às pessoas provenientes, na sua maioria, de países europeus, seguidos dos Estados Unidos e o Canadá (Baeninger e Leoncy *apud* Patarra, 2005). Contudo, pesquisas sobre a cidade de São Paulo, desenvolvidas recentemente no âmbito do Observatório das Migrações do Núcleo de Estudos da População da Unicamp, falam de vistos de trabalho concedidos a latino-americanos altamente qualificados, notadamente argentinos e chilenos; um total de 20 mil que se desempenham em cargos gerenciais na cidade (Ferrari, 2011).

Nesse cenário, começa a haver também migrantes em situação irregular de documentação, como foi o caso de algumas das entrevistadas que, graças à anistia, receberam seu documento de

residência temporária[82] no Brasil. No entanto, algumas ainda continuam sem o benefício da carteira assinada, o que acaba sendo um problema já que, segundo dados do Ministério de Justiça do total de 45 mil anistiados, só 40% (18mil) recebeu o documento de residência permanente no ano 2011:

> Ao ser beneficiado pela anistia, o estrangeiro tem residência provisória no país. A concessão de residência permanente é dada depois de um período de dois anos comprovado de trabalho legal no país, entre outros requisitos. Após quatro anos de residência permanente, é dado direito de pedir naturalização.[83]

Tal situação acontece não só com as peruanas, como com outras trabalhadoras migrantes originárias notadamente dos países andinos e algumas de países da América Central. Para além da problemática do difícil acesso à documentação, existe a situação de que todas moram no local de trabalho, submetidas a longas jornadas, com eventuais dias de folga, sofrendo uma situação de forte isolamento físico e psíquico.

---

82. O documento outorgado aos anistiados possui uma validade de 24 meses. Próximo à data de vencimento, o migrante deve se apresentar à Polícia Federal com documentos que provem que possui um emprego (carteira assinada) ou meio de sustento no Brasil. Caso consiga prová-lo receberá o documento de residência permanente (RNE). Quem trabalha na informalidade, não terá chances de receber a residência permanente.

83. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/data/PagesMJA5F550A5ITEMIDB85F18AFE671461994439F62699412AEPTBRNN.htm, Acesso: 10 de fevereiro de 2012.

2.4 O Problema e as Premissas da Pesquisa

Cabe esclarecer neste momento a diferença, para assim identificar as zonas de convergência, entre, por um lado, o objeto empírico da pesquisa – mulher migrante, peruana, trabalhadora doméstica, residente atualmente em Brasília, DF, Brasil – que como tal não pode ser reduzido a uma disciplina ou campo científico – e, por outro, o **problema** dessa **pesquisa** que, circunscrito à abordagem sociológica, definimos como:

> Compreender como um grupo de mulheres migrantes, peruanas, trabalhadoras domésticas, vive e explica a experiência de chegar a um novo lugar – a cidade de Brasília – e como deste se apropriam. Interessa-nos identificar as particularidades dos modos de integração ao mercado de trabalho e à cultura da cidade em geral. Para isso, entendemos ser fundamental analisar como elas produzem o seu espaço psicofísico.

O conceito de espaço psicofísico, desenvolvido no capítulo 5, fundamenta-se em trabalhos de autores da denominada Escola de Chicago e dialoga com outros mais recentes da sociologia das migrações. Entendemos que o espaço produzido é próprio, individual, mas está afetado por uma situação estrutural do país de origem e do país de acolhida, pelas lógicas de interação urbana e pela pertença a uma condição social de classe, gênero e status migratório.

Dessa forma, entendemos que podemos avançar numa análise sociológica ao buscar compreender, interpretar e explicar as ações socialmente situadas dessas migrantes e as suas implicações sociais. Ou seja, ações que estão entrelaçadas e que, justamente, por terem intenções e motivações particulares a cada uma delas,

no conjunto desencadeiam efeitos sociais que interessam à sociologia (Cohn, 1993) simplesmente por se constituir como *problema* social. "Problema" no sentido de que demanda ser pesquisado, não como obstáculo, senão como desafio que se apresenta.

Assim, avançamos definindo três premissas de trabalho:

Primeira premissa: *As formas de narrar a decisão de migrar dessas mulheres evidenciam as relações sociais de gênero dentro do núcleo familiar e na comunidade de origem e, consequentemente, o lugar a elas reservados por serem mulheres.*

Isso porque consideramos que se trata de uma decisão que passa, em grande medida, por uma postura passiva de outros integrantes do núcleo familiar, pelo lugar a elas reservado na divisão sexual do trabalho, e por características próprias a cada uma dessas migrantes.

Segunda premissa: *Brasília, pelas suas características históricas e urbanas*, polo de atração (pull) silencioso de mão-de-obra estrangeira (países da região) não especializada, *potencializa o sentimento de isolamento da mulher migrante trabalhadora doméstica.*

Tal sentimento é próprio de pessoas que vivem a experiência de serem diferentes, anônimos, invisíveis, os migrantes por exemplo. No entanto, o espaço físico pode aprofundar ou diminuí-lo outorgando certas particularidades ao que denominamos de espaço psicofísico. Daí o nosso interesse em compreender como cada migrante o vai produzindo.

Terceira premissa: *Existe um vazio de honra ou de status associado, pelas próprias migrantes, à condição de trabalhadora doméstica, mais do que à condição de ser migrante.*

Algumas delas, mesmo sabendo de antemão da possibilidade de trabalhar unicamente no serviço doméstico em Brasília, podem

decidir migrar não somente motivadas pela possibilidade de um salário mais elevado daquele a que podem ter acesso no Peru, como também pela maior disposição a desempenhar essa função longe dos seus grupos referência, já que existe uma distribuição definida do status que tal função confere à pessoa. De acordo com Sánchez (2010: 26), as hierarquias ocupacionais são muito importantes para a motivação dos trabalhadores, já que as pessoas trabalham não só para obter renda, mas para manter um prestígio dentro da sociedade.

Entendemos que, neste caso, pode-se identificar uma motivação por outorgar ou devolver um prestígio social (status) aos seus filhos e marido através do envio de dinheiro permitindo-lhes acesso à educação, por exemplo, e consequentemente existe uma aposta a recuperar um prestígio social para elas próprias na hora do retorno ao país.

Havendo definido nosso objeto e o problema de pesquisa, assim como nossas premissas de trabalho, no próximo capítulo nos propomos à tarefa de explicitar os processos metódicos da pesquisa, as fases da pesquisa empírica, e apresentamos o perfil de cada uma das migrantes que colaboraram com nosso estudo.

3.
Passo a passo na pesquisa: sobre escolhas, decisões e estratégias de aproximação ao empírico

> *El otro está ahí, no pertenece al propio mundo, está lejos aún, a un metro de distancia. El investigador agudiza la concentración en su mundo interior para observar, y entonces inicia el viaje al mundo del otro, un trayecto que es interior, de lo observado a los paisajes y situaciones propios, y entonces se produce el milagro, el otro empieza a ser comprendido.*
>
> *Etnografía. El oficio de la mirada y el sentido,*
> Luis Jesús Galindo Cáceres.

Neste capítulo nos propomos a explicitar os passos e decisões tomadas na pesquisa, buscando tornar claros nossos pontos de partida com suas premissas norteadoras, nossos pontos de inflexões com suas reconsiderações, e as estratégias para nos aproximar do empírico, sem esquecer que esse espaço do "concreto" participa também da construção e reflexão teórico-metodológica, e vice-versa.

Entendemos que é fundamental resgatar e explicitar o "nosso ponto que cria o objeto, e a [nossa] construção científica que dá acesso a uma versão da realidade" (Lahire, 2004: 20); ou seja, aquilo que particularmente nos "incomoda" e nos gera a inquietação e os modos de fazer pesquisa. Porque, se não, "como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos?" (Bourdieu, 1997: 694).

Nesse sentido, entendemos ser evidente que nosso ponto de partida, ao decidirmos estudar a questão da migração feminina, está marcado pelo recorte de gênero. Adotar uma perspectiva de gênero na análise de migrações femininas supõe

> compreender, por um lado, a significação da construção social da feminilidade, da masculinidade e a desigualdade que se produzem entre os sexos e, por outro, o papel que jogam tais construções na decisão das mulheres de migrar assim como o status que a sociedade de acolhida lhes outorga (Roca i Girona, 2009: 158).

No entanto, note-se que, seguindo a proposta metodológica de Harding (1987), não implica tal recorte a utilização de *um* método específico feminista; pois, junto com a autora, discordamos da pertinência dessa distinção. O que interessa é o *processo* da pesquisa (Harding, *idem*) claramente focada na compreensão de um fenômeno social específico à *mulher migrante*.

Nosso foco está naquilo que acontece com as mulheres migrantes peruanas e trabalhadoras domésticas residentes em Brasília, o que nos leva a reflexões sobre seu contexto micro e macro, mas sempre tendo como eixo central a compreensão dada pelas próprias mulheres migrantes por aquilo que estão vivendo.

Trata-se de uma análise científica que observa, ouve, compreende, analisa, explica e interpreta desde a perspectiva das mulheres pesquisadas e da nossa interpretação como pesquisadora[84]. O fato de não trazer a perspectiva masculina sobre a situação não significa estar dotando a nossa abordagem de uma "forma de relativismo" (Harding, 1987: 9). Por um lado, porque incluir a perspectiva masculina levaria a outra discussão e demandaria recursos para a pesquisa de campo[85]. Por outro, trata-se de uma escolha pessoal feita por nós, como todo pesquisador/a faz no intuito de dotar de cientificidade o processo de pesquisa, definindo e recortando o problema-objeto, que, em nosso caso, passa pelo interesse pessoal nas experiências das mulheres migrantes trabalhadoras domésticas, protagonistas do percurso migratório em Brasília.

Portanto, não buscamos "incluir *a* mulher" – no sentido proposto por algumas abordagens *"add"* (Harding, 1987: 7) – com a pretensão da existência de um sujeito mulher universal (ou masculino universal). São as mulheres (um grupo delas), no plural, que em nosso caso constituem e, portanto, dão sustentação à pesquisa. Suas problemáticas estão no cerne da nossa inquietação, e por isso elas dão particularidades ao processo.

---

84. Não estamos com isso querendo dizer que necessariamente se precisa de uma pesquisadora mulher para estudar fenômenos femininos. A história das ciências sociais prova a contribuição de grandes pensadores para o desenvolvimento e fundamentação das abordagens de gênero, e cada vez mais homens pesquisam e lecionam em programas de estudos sobre as mulheres (Harding, 1987: 11). Aliás, defender essa postura sexista excludente invalidaria toda argumentação que se pretenda científica.

85. Por exemplo, se formos introduzir as vivências dos maridos ou companheiros que ficaram no Peru.

> Note-se que são as "experiências das mulheres", *em plural*, que proveem novos recursos para pesquisa. Essa formulação põe a ênfase nos vários modos em que as melhores análises feministas diferem das análises tradicionais. [...] uma vez que reconhecemos que não existe um universal *masculino* [nem feminino], mas somente homens e mulheres culturalmente diferentes [...] (Harding, 1987: 7).[86]

Lembramos que algumas das mulheres por nós estudadas chegam a Brasília na condição de trabalhadoras domésticas acompanhando famílias estrangeiras. Outras, atualmente a maioria, chegam à procura de emprego, também no âmbito do trabalho doméstico, atraídas pela possibilidade de salários mais elevados dos que poderiam ter acesso no país de origem. Em quase todos os casos, as migrantes moram no mesmo lugar de trabalho, e migram sozinhas, deixando filhos, maridos ou companheiros no Peru.

Essa particularidade de muitas delas morarem no mesmo local de trabalho dá uma especificidade a nossas reflexões sobre a produção do espaço das migrantes, porque, quando a trabalhadora doméstica mora no mesmo local de trabalho, produz-se geralmente uma relação empregador-empregada ambígua, dando como resultado, por exemplo, jornadas de trabalho de em média 16 horas, com intervalos muito breves para as refeições. Como já foi apontado, o direito de trabalhar oito horas diárias, assim como seu tempo de lazer, desaparece pelo fato de a migrante morar onde trabalhar e não ter família a quem visitar ou dar atenção.

Assim, sua experiência migratória e sua vivência da cidade se particularizam, o que leva a cada uma desenvolver diversas estraté-

86. Tradução nossa do original em inglês.

gias de produção de um espaço de vida na migração que, em nossa pesquisa, denominamos de espaço psicofísico das migrantes, conceito desenvolvido no capítulo cinco.

Em decorrência disso, desenvolvemos uma abordagem qualitativa de análise que visa a compreender para interpretar os processos de integração social e profissional das migrantes e a produção do espaço de cada uma delas, numa cidade com características históricas e urbanas que são únicas no Brasil e na região.

Nesse sentido, identificamos que as motivações individuais, as relações familiares, a origem social, a origem cultural, as interações dentro e fora do grupo social de referência, as referências de status associadas a sua profissão e condição de migrantes, o ambiente urbano presente e o passado, num marco de relações sociais de gênero que designam *um* lugar social à trabalhadora doméstica migrante, apresentam-se como elementos que concorrem para a produção do espaço das migrantes.

Significa dizer que, desde o primeiro momento, *não* visualizamos um caminho compreensivo, explicativo e interpretativo do fenômeno como sendo totalmente determinado pelas condições estruturais, contextuais; mas, também *não* entendemos que a produção do espaço dessas migrantes em Brasília seja uma ação estritamente individual. Há elementos próprios a cada uma delas que precisam ser contextualizados, daí nosso interesse por uma abordagem analítica qualitativa para compreender as ações dessas migrantes a partir da perspectiva do microssocial.

Tal como foi apresentado no capítulo anterior, existem condições estruturais que impulsionaram esse grupo de mulheres peruanas (e continuam fazendo-o) a migrar e trabalhar no setor de serviços domésticos em Brasília. Tais condições seriam o que Cohn denomina de:

> campo real em cujo interior agentes individuais definem escolhas entre objetivos alternativos e as convertem em decisões, conforme uma ordem de preferências cuja implementação pode ser analisada em termos da racionalidade que a preside. A questão propriamente sociológica continua sendo a dos efeitos agregados das ações, já que a racionalidade que pode ser reconstruída para cada uma delas não se propaga linearmente [...] (Cohn, 1993: XXVIII).

Portanto, isso demanda ao pesquisador/a desenvolver a capacidade e sensibilidade para captar, nos casos individuais, os detalhes significativos para aquilo a que o estudo se propõe. Nas palavras de Antonio Candido, a decisão interior do sociólogo vai se desenvolvendo pela meditação e o contato com a realidade viva dos grupos, algo tão importante quanto a técnica de manipulação dos dados (Candido, 2003: 23-24). Só assim se poderá "passar da impressão à hipótese, em muitos casos onde esta não se poderia sequer esboçar segundo critérios estatísticos cumulativos" (*Ibidem*).

3.1 Primeira fase: observação da realidade em que vivem as migrantes

Nesta fase inicial, realizamos uma primeira aproximação à realidade vivida por essas mulheres migrantes com o objetivo de conhecer como esse fenômeno acontece em Brasília. Quem são de fato essas mulheres que chegam à cidade? Como vivem e trabalham? Qual a viabilidade de realizar a nossa pesquisa, levando em conta o acesso às migrantes e a disposição por parte delas a compartilhar suas experiências de vida?

Nesse sentido, entendemos essa fase como "observação direta livre" (Granai, 1962), pois nesse momento da pesquisa nossos pontos de partida para decidir com quem falar, onde e como olhar/ouvir estavam baseados em intuições decorrentes de leituras teóricas, de uma primeira fase da pesquisa e da nossa experiência em trabalho sobre a questão migratória.

O primeiro contato foi iniciado em setembro de 2008. Tal como já foi manifestado, os nomes das migrantes utilizados nessa pesquisa são fictícios para preservar sua identidade e privacidade. Conseguimos o contato com uma migrante peruana, Amelia, nesse momento com quatro anos de trabalho em Brasília, que nos propôs uma visita em seu local de trabalho. Isso é poucas vezes realizado, só em ocasiões em que a família para a qual as migrantes trabalhem esteja viajando.

Mesmo assim, poucas costumam receber no local de trabalho por sentirem medo[87]. Observe-se que na ocasião de nosso primeiro encontro, Amelia manifestou: *"Esse é o meu quarto, qualquer coisa nos metemos rápido aqui"*. Continuamos pelo corredor, a lavanderia e uma porta que dá para cozinha: *"Aqui é onde vamos conversar; é o único lugar da casa em que podemos estar"*. Contudo, no fim da nossa conversa, ela fez questão de nos mostrar a sala e o jardim da casa.

Conhecer Amelia foi fundamental em muitos sentidos. Ela foi a primeira pessoa que contatamos e nos recebeu muito bem; estava disposta a falar de suas vivências e de si mesma; apresentou-nos a outras migrantes e falou da situação em que vivem. Ou seja, foi um primeiro contato com a realidade deste fenômeno, o elo para os próximos contatos, o que foi muito positivo.

87. Sobre este assunto do medo que essas migrantes sentem, consultar o ponto 4.3.1 (capítulo 4).

Cabe salientar, como elemento fundamental para iniciar a pesquisa de campo, que quem nos apresentou à Amelia foi uma pessoa de muita confiança para ela. A confiança neste caso ajudou muito a diminuir os efeitos do medo que essas mulheres em geral têm de falar sobre suas vidas, seu trabalho e sua experiência na cidade em função da vulnerabilidade em que se encontram. Em caso de problemas com seus chefes elas não têm para onde ir, já que moram no local de trabalho; se tiverem problemas de irregularidade na documentação para trabalhar no Brasil, o medo é maior ainda.

Através de Amelia começamos a conhecer outras mulheres, mais concretamente sua irmã Teresa, depois sua amiga Elena, e mais à frente sua prima Carmen. Por sua vez fomos conseguindo outros contatos com cada uma delas, e fomos sendo convidadas a participar de alguns encontros de migrantes (em pequenos grupos), encontros que geralmente se produzem aos domingos em lugares públicos da cidade, como shopping ou a rodoviária do Plano Piloto (área central da cidade).

Também presenciamos duas celebrações religiosas em que duas delas participavam, e conhecemos, em três casos, o lugar de trabalho. Nesse processo, sentíamos que o que nos unia e propiciava um sentimento de cumplicidade na compreensão sobre a situação por elas vivida era o fato de sermos também mulheres migrantes, assim como de falarmos a mesma língua, o espanhol. Isso facilitava a confiança e o diálogo e gerava empatia com pessoas que geralmente têm medo de falar e se abrir sobre os sentimentos que o ser migrante e trabalhadora doméstica lhes provoca (perdas, ganhos, angústias, desafios, frustrações, sonhos).

Assim, a aproximação se dava por um lado pela condição de gênero em comum entre pesquisadora e entrevistadas, e por outro, pela condição de migrantes hispano-falantes no país da região que

fala português. Poderíamos entender, nesse sentido, a língua em comum e diferente à do nativo como uma fonte de subjetividade particular para aquela migrante/deslocada que o tempo todo – ao interagir com o cidadão local e com o limitado espaço urbano de Brasília em que elas circulam – renova a sensação de "não estar em casa", sentimento que Heidegger chamou de *unheimlicheit* (*apud* Hall, 2003: 27).

No entanto, cabe uma reflexão mais profunda sobre isso. Essa sensação de ter a língua em comum como facilitadora foi um elemento que nos deixou particularmente otimistas nesta fase inicial da pesquisa. Chegamos por momentos, inclusive, a acreditar que não haveria maiores obstáculos ou dificuldades nesta experiência de pesquisa de campo – sentimento carregado de ilusão próprio da fase incial da pesquisa, já que sempre haverá dificuldades que, conforme posteriormente compreendemos, não são obstáculos que impedem o avanço, mas sim que chamam para uma maior reflexão. Mais do que obstáculos, são instâncias muito ricas sempre que a frustação deixe espaço para a problematização, para a vigilância espistemológica, parafraseando Bachelard, necessária em toda pesquisa.

Uma dessas instâncias pode ser ilustrada de uma forma simples e muito sincera com o seguinte episódio. Carmem, uma das migrantes que contribuíram com nossa pesquisa, logo no início, assim que nos conhecemos, mostrou-se muito entusiasmada com a nossa proposta e me disse:

> *Eu vou te ajudar, sabes por quê? Porque sinto que essa é a primeira vez desde que cheguei na cidade que todo esse sofrimento de morar longe dos meus filhos pode ter algum sentido. Quem sabe um dia o que você escreve possa ajudar outras mulheres, ao menos a pensar melhor antes de sair e deixar a família.*

O entusiasmo dela foi também fundamental para nos incentivar nesse longo processo de quase dois anos de pesquisa de campo. Carmem foi quem nos apresentou mais migrantes, já que era uma pessoa muito bem aceita pelas colegas. Um certo dia que nos falamos no telefone, ela me disse:

> *Acaba de chegar uma senhora em Brasília com uma história muito interessante. Sei que você vai gostar de conhecê-la. Já lhe falei da tua pesquisa, lhe disse que eu queria lhe apresentar uma amiga que estava fazendo uma pesquisa e tal..... Sabes o que ela me respondeu? "Quero sim conhecê-la, mas lembra de uma coisa, Carmen, uma pessoa dessas nunca fica amiga da gente....."*.

Essas palavras da migrante ainda desconhecida, e que posteriormente não foi incluída na pesquisa por fugir do recorte definido (outra origem cultural, e pouco tempo residindo em Brasília), ilustram alguns dos momentos de crescimento, aprendizado e revisão do nosso lugar nessas instâncias de interação e construção de conhecimento. Colocou-nos perante a situação inevitável de "*intrusão*" (Bourdieu, 1997: 695) para com a vida da pessoa a ser pesquisada, assim como nos fez tomar consciência da existência de uma relação assimétrica entre pesquisadora e pesquisadas.

Isso porque compreendemos que nunca seria uma relação de pares, pelo fato de se tratar de instâncias de interação entre atoras sociais com papéis muito diferentes, com grupos sociais diversos de referência e influência e com histórias de vida completamente diferentes. E como em toda instância de interação, pode existir, parafraseando Bourdieu (1997), uma dissimetria na relação de entrevista, e em nosso caso também nas conversas mais informais prévias, considerando que é o pesquisador quem inicia e busca estabelecer as regras de jogo. No entanto, acrescenta o autor,

> Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior [ou diferente] ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente o capital cultural (Bourdieu, 1997: 695).

Nessa mesma linha, Goode e Hatt (1973) sustentam a necessidade de compreender a entrevista – e por extensão as conversas na fase de observação – como processo de interação social, cuja finalidade primordial pode ser a pesquisa, notadamente se levarmos em conta só o ponto de partida do pesquisador. Por isso,

> A entrevista não é uma simples conversa. É antes uma pseudoconversa. Para realizá-la com êxito, deve existir todo o calor e troca de personalidade de uma conversação, com a clareza e orientação da pesquisa científica (Goode e Hatt 1973: 246).

Enfim, no total, mantivemos contato com 19 mulheres migrantes hispano-falantes. Muitas peruanas, mas também algumas poucas de outros países como: Honduras, Porto Rico, Equador, Bolívia e Colômbia. Conhecê-las e ter mantido conversas informais sobre a vida delas, sobre a nossa pesquisa e sobre o interesse ou não em contribuir contando suas histórias nos ajudou muito a reconhecer os limites do estudo que estávamos propondo. E nesse reconhecimento de limites, entendemos que a observação começa a deixar de ser direta e livre para se tornar aos poucos direta e metódica.

3.2 Segunda fase: reconhecendo limites e recortando nosso objeto de estudo

Denominamos essa fase de observação "direta metódica" (Granai, 1962) pois já possuímos elementos concretos que nos demandam e permitem recortar o objeto a ser estudado. Compreendemos que já não mais procurávamos estudar mulheres migrantes estrangeiras, hispano-falantes, provenientes de países da região, mas sim entendemos necessário delimitar esse universo para a análise em profundidade às mulheres migrantes trabalhadoras domésticas peruanas com mais de três anos residindo e trabalhando na cidade.

Isso porque, mesmo reconhecendo que existe um forte vínculo em comum entre elas que é a língua espanhola e que se potencializa ao morar num país da região que fala outra língua, identificamos nuances em função da cultura de origem das migrantes. Essas nuances, embora muito interessantes, nos levariam a outra discussão sobre a diversidade cultural de origem que desviaria o nosso objetivo principal da pesquisa.

Salientamos ainda que a instância de qualificação do projeto de pesquisa, no primeiro semestre de 2009, nos ajudou a compreender a necessidade do recorte pela dificuldade de abranger a diversidade cultural das migrantes se forem consideradas a partir da categoria muito ampla "latino-americanas hispano-falantes em Brasília"[88].

Nessa linha de pensamento, identificamos que as migrantes peruanas, por serem maioria, tornavam muito presente nas conversas

88. Agradecemos as contribuições feitas pelos professores Dra. Lourdes Bandeira e Dr. Gustavo Lins Ribeiro nessa instância de qualificação.

a "questão" peruana; isto é, a cultura em comum que cobra força ao se encontrarem fora de casa. Isso pode ser exemplificado em frases tais como:

> *nós peruanas somos identificadas como boas cozinheiras, e os chefes diplomatas valorizam muito isso aqui ...*
> *meus chefes me falaram que a culinária peruana é muito bem conceituada, a senhora diz que nós deveríamos fazer um curso para melhorar a apresentação dos pratos, é o único que nos falta ...*
> *aqui a educação das crianças não é tão boa quanto à do Peru, lá a nossa educação pública penso que é melhor ...*
> *a mulher peruana é mais discreta do que a brasileira, o jeito de se vestir por exemplo ...*
> *na nossa cidade [Lima] você pega ônibus para onde quiser e sempre que quiser, já aqui.... aqui você nunca sabe quanto vai ficar esperando no ponto ...*

Frases que, embora retratando experiências que possam ser particulares à pessoa que as verbaliza, envolvem também o grupo ao falar de "nós" e já não mais de "eu" como acontece quando essas mulheres falam sobre sua família, por exemplo. É esse "nós" que logo aparece marcando a contraposição a um *outro* local, ou a *uma* outra trabalhadora doméstica proveniente de outro país, de outra cultura, que nos permite iniciar a nossa observação daquilo que Znaniecki (1944) chamou de elementos de uma "sociedade de cultura nacional".

Esse autor chama atenção para a necessidade de problematizar a divisão estritamente política (que envolve a dimensão geográfica também) ao falarmos em categorias de origem de pessoas. Assim, ele defende a ideia de que mesmo existindo elementos de diferenciação dentro de uma mesma sociedade de cultura nacional – tal

como foi apresentado no capítulo anterior entre os serranos ou cholos e os moradores urbanos da capital, Lima – existem elementos em comum na sua essência. Daí que para o autor não se faz suficiente falar em "sociedade peruana", por exemplo, se não falarmos em "sociedade de cultura peruana", já que isto nos permite envolver essa dimensão cultural e histórica comum, que evita homogeneizar, como acontece se só ficamos com a dimensão política e geográfica.

Concordamos com o autor e adotamos essa especificidade para esclarecer que, nessa pesquisa, falamos de "mulheres, peruanas, trabalhadoras domésticas" como forma de simplificar a designação do recorte. No entanto, deixamos claro que a designação de "peruanas" envolve a origem cultural e não só o político-geográfico tal como proposto por Znaniecki (1944).

Significa dizer que, com isso, estamos resgatando a ideia que elas fazem delas mesmas, o que Sayad (1997: 35) chama de "identidade social" dos migrantes, que envolve a identidade nacional que, como tal, se torna eminentemente *identidade coletiva*. Uma dimensão coletiva da identidade que se reforça com o sentimento antes mencionado de "estar fora de casa", onde o cultural cobra mais força do que a simples delimitação político-geográfica de país.

Nesse sentido, podemos identificar fortes elementos de uma cultura peruana em comum dentre o grupo por nós estudado que, fora do seu país, particulariza-os quando comparados a grupos de outras migrantes. Elementos que neste caso se reforçam, considerando que todas as migrantes do grupo possuem uma origem rural, que varia em grau de intensidade em função da sua história de vida, mas que sempre de alguma forma se manifesta. Poucas delas nasceram num meio urbano, e quando ocorreu sempre foi no interior do país, e com pais agricultores, mantendo sempre o contato com

o meio e a cultura rural. Todas vivenciaram um primeiro processo migratório para Lima, a cidade capital, a grande cidade para onde "é preciso migrar" para realizar os sonhos, e onde sofreram fortes mudanças culturais e de adaptação a uma nova vida. Uma experiência de choque cultural, onde sentiram o estigma de ser aquela que vem de fora.

Definimos o universo a ser pesquisado em profundidade, em um total de 10 mulheres, por serem essas as que demonstraram estar bem dispostas a relatar suas experiências, por possuírem perfis semelhantes, em muitos aspectos, e por sua vez diversos, o que nos permite dar uma coerência e riqueza à nossa análise. Tais perfis são apresentados no ponto 3.4.1 deste capítulo.

Nesta instância de definição do grupo com quem iríamos realizar as entrevistas em profundidade, tomamos consciência da riqueza do processo de reconhecimento da realidade empírica que nos permitiu construir uma relação de confiança com o grupo de forma a viabilizar a fase posterior das entrevistas. Processos que, somados, nos permitiram delimitar melhor as nossas premissas de trabalho, previamente formuladas com base num avanço na pesquisa teórica e esse conhecimento mais aguçado da realidade das migrantes em Brasília graças à fase de observação livre e metódica.

Em seguida definimos um plano de trabalho de campo a ser levado adiante com as dez migrantes. Nessa primeira instância escolhemos realizar entrevistas não-diretivas em profundidade, complementadas com algumas conversas no telefone, durante o período de intervalo de uma entrevista a outra, lembrando que os encontros com elas só podem acontecer aos domingos, desde que não haja trabalho extra que demande a presença no local de trabalho em seu dia de folga.

3.3 Terceira fase: as entrevistas com seus avanços e limites

A fase anterior de observação metódica e recorte do objeto de estudo foi fundamental para evidenciar e esclarecer a nós mesmos aquilo que iríamos explorar com as entrevistas em profundidade, ou seja, em qual direção caminharíamos com base em nossas premissas de trabalho, nosso embasamento teórico e a realidade conhecida durante a fase de observação livre ou exploratória da realidade empírica.

Essa fase de observação metódica dá passo, neste caso, ao que Granai (1962) denomina de "observação clínica", onde desenvolvemos um contato direto, prolongado e em profundidade com o grupo reduzido de migrantes, em geral de forma individual. Essa etapa aconteceu entre março e outubro de 2009, e entre abril e dezembro de 2010.

O intervalo entre outubro de 2009 e abril de 2010 se deve a nossa saída do Brasil para a realização do Doutorado Sanduíche no Canadá, momento muito proveitoso para repensar as entrevistas, os elementos que precisavam ser mais explorados não só com relação ao conteúdo, como também ao nosso lugar como pesquisadora.

Nesse período, em que nos afastamos fisicamente do objeto e aproveitamos para reler o material até esse momento colhido no campo, fizemos algumas reconsiderações e passamos a adotar o modelo de trabalho proposto por Bourdieu, em que se defende a necessidade de instaurar nas entrevistas uma relação de *escuta ativa e metódica* (1997: 695). Ou seja, o autor se afasta da postura de total não-intervenção da entrevista não-diretiva, assim como do extremo oposto do dirigismo total do questionário. Nesse sentido, a escuta ativa e metódica

> [...] associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições subjetivas, comuns a toda categoria (Bourdieu, *op.cit.*).

Significa dizer que, em nossa segunda fase de realização de entrevistas, exploramos ao máximo a escuta ativa necessária de modo a gerar empatia e confiança. Assim, cada elemento que singulariza a história das dez migrantes interessava por ele ser único e, por sua vez, conter elementos do todo, tornando-se relevante pela forma com que era relatado, explicado, significado por aquela migrante. E na medida em que nos adentramos na experiência migratória de cada mulher fomos desenhando a nossa construção metódica forte, como diz Bourdieu, buscando explicitá-la, tirá-la dos bastidores para tornar o mais claro possível nosso caminho de construção científica.

Entendemos que a nossa reflexão sobre este fenômeno não ficou restrita às entrevistas, porque consideramos que a entrevista por si só, como única técnica de aproximação à realidade das migrantes, tem suas limitações para captar, compreender e interpretar os significados dados pelas próprias mulheres a sua situação de trabalhadoras domésticas, migrantes em Brasília. É evidente que as entrevistas dão um grande sustento às nossas reflexões, porém o tempo todo se estabelece o diálogo, como já mencionamos, com elementos observados inicialmente nas fases anteriores de observação e interação com um grupo maior de migrantes (um total de 19) e com a pesquisa teórica que realizamos ao longo de todo o processo.

Retomando, então, buscamos abordar a entrevista em profundidade no sentido em que propôs Bourdieu (1997: 695), como uma relação de "escuta ativa e metódica" onde o pesquisador deve se esforçar por reduzir ao máximo os possíveis efeitos de violência simbólica, ou de intrusão na vida da pessoa entrevistada. Efeitos que não serão anulados, mas que podem ser capitalizados e, como em nosso caso, tornar essa instância de conversa íntima, profunda, num espaço de expressão de sentimentos, convicções, sofrimentos, sonhos e decepções, para um grupo de mulheres que raramente têm essa chance durante seu solitário percurso migratório.

> Eu mesmo estando agora casada, e com dois filhos pequenos aqui em Brasília, sinto muita solidão. Parece que não tenho tempo para pensar em mim. Enquanto estive solteira, morando com as famílias com quem trabalhava, era às vezes pior, tentava nem pensar muito nos meus problemas, porque não tinha com quem falar..... Aos domingos, quando conseguia ter folga... aí às vezes... com alguma amiga de confiança, mas... não é fácil, não se pode confiar assim nas pessoas logo que você conhece. Além disso, a gente tenta não pensar, andar pela rua, falar coisas que me fizessem esquecer meu país, minha família lá. Agora estou melhor, ao menos tenho os meus filhos... Com meu marido não falo muito disso, ele é brasileiro, não compreende o quanto dói estar longe (Mariana).

Dessa forma, definimos alguns eixos fundamentais que serviram de guia para as entrevistas:

- a origem (lembranças da infância e juventude, família deixada na terra de origem),

- a família hoje (relacionamento, questão financeira, re-significações dos afetos),
- o Brasil (destino escolhido ou não, pré-noções sobre o país) e Brasília (a cidade, as interações com os locais, os espaços públicos e o acesso aos serviços),
- o trabalho (interações cotidianas, perspectivas, remuneração, espaço e isolamento),
- ser mulher (na dinâmica do passado-presente-futuro).

Esses eixos foram definidos no intuito de, quando necessário, motivar a fala das migrantes sempre preservando o espaço para a espontaneidade. Isto é, motivar a migrante a falar sobre tal tópico desde que possamos encontrar um nexo com o que está sendo relatado; o que também nos permite descobrir o que elas têm para nos dizer que não foi por nós antes pensado e sim possa nos ajudar para a pesquisa. Isto é, descobrir junto com elas seus quadros de referências, que, em diálogo com o contexto social, político e econômico do país de origem e as condições de vida em Brasília, nos permitem desenvolver uma reflexão sociológica compreensiva deste fenômeno.

Dito de outra forma, desenvolver uma reflexão sociológica e epistemológica que, nas palavras de Michel Thiollent, corresponderia a "uma 'sociologia' da situação de entrevista para uma avaliação da relevância da informação captada e suas distorções" (Thiollent, 1987: 81).

A análise das narrativas nos permite identificar como elas explicam e produzem sentidos sobre a sua condição de serem mulheres migrantes residentes em Brasília, provenientes de uma cultura diferente. Seguindo a proposta do interacionismo simbólico, buscamos dar um lugar fundamental ao significado das ações das

migrantes através dos seus relatos, já que entendemos que a fonte desse significado é um produto social que deriva das atividades dos indivíduos ao interagir, ou que surge como consequência da interação social (Blumer, 1998).

Isso porque o relato na instância da entrevista, evidentemente, não é o ato "puro" da interação vivida e que está sendo relatada pela migrante – porque, aliás, essa tal "pureza" do ato "original" inexiste como objeto científico. Mas é justamente aí que está nosso ponto de interesse: acionar sua memória para que assim ela relate suas vivências, reconstruindo suas experiências, dando ela própria sentido àquilo vivido.

> [...] não se deve esquecer que a memória é seletiva; ao dar presença ao passado, o faz nos termos do presente. [...]A memória tanto opera pela recordação como pelo esquecimento, respondendo às necessidades do presente (Woortmann, 1997: 111).

Daí sustentarmos que os significados que todo ato de interação detém para um indivíduo são resultado de processos de interação prévios (o já vivido, memória) e da interpretação própria (*self interaction*[89]), também formada no contexto de interação social (Blumer, 1998). Por isso esses sentidos ou significados que aparecem nos relatos das migrantes, conforme entendemos, são um produto social, ou seja, um resultado de suas experiências de vida (de inte-

89. Na proposta metodológica do interacionismo simbólico, desenvolvida por Blumer (1998, [1937]), o autor sustenta que o ser humano não só é um agente social que responde, como também dá pistas aos outros nos processos de interação e de auto-interação (*self interaction*), pois como ser social o indivíduo é capaz de estabelecer interação consigo próprio.

ração) não só com os outros (indivíduos), mas também com valores, crenças, hábitos (*self interaction*) que vão sendo transformados durante a vida da pessoa como consequência do seu processo de individualização.

Significa dizer que entendemos que o nosso lugar de pesquisadora passa por orientar a pesquisa em função do nosso olhar interessado, porém não engessado. Um olhar que tenha a sensibilidade de resgatar o relevante sobre o que estamos estudando. Ou seja, não buscamos nos aproximar do empírico para *verificar*, mas sim no sentido de compreender, explicar, interpretar, que só se consegue tendo uma atitude de pesquisar para *descobrir*.

Foi nesse sentido que formulamos as premissas, no intuito de que elas nos permitam avançar para chegar a descobrir os efeitos sociais associados das ações desse grupo de migrantes, compreendendo e problematizando o sentido por elas próprias dados a tais ações, buscando, com isso, num cenário de pesquisas futuras, ter a capacidade de formular outras novas que permitam avançar mais na produção de conhecimento sobre a migração feminina na região.

Estamos, portanto, perante uma pesquisa cujo universo empírico se constitui pelas narrativas de dez mulheres migrantes articuladas com elementos recolhidos nas fases anteriores de observação livre e observação metódica. Significa dizer que o foco da pesquisa está no âmbito do microssocial, sem esquecer que a agregação das ações dessas dez mulheres provoca outros e diversos acontecimentos cujos efeitos ou consequências chegam a se manifestar no nível do macrossocial e vice-versa.

3.3.1 A análise das entrevistas

Tomar a decisão de analisar e refletir sobre certos depoimentos feitos durante as entrevistas, deixando alguns outros de lado,

deve-se à necessidade de selecionar e destacar aqueles nos quais encontramos nexos de reciprocidade e contradições que venham a contribuir, por serem significativos, com o problema e objetivos da pesquisa.

Nos capítulos 4, 5 e 6, desenvolvemos nossa análise, definindo e tornando explícitos os caminhos propostos para serem percorridos pelo leitor, tanto no que tange à problematização teórica quanto à realidade empírica do grupo estudado. Significa dizer que, durante o processo de pesquisa de campo e de pesquisa teórica, assim como na instância da escrita desse relatório, trabalhamos buscando articular a teoria à perspectiva das migrantes sobre a realidade vivida e vice-versa. Para esse propósito definimos categorias de análise construídas, portanto, como resultado desse diálogo entre o teórico e o empírico.

No capítulo quatro, analisamos a problemática da mulher migrante levando em conta o *lugar* da *mulher* na cultura *andina,* a *dimensão étnica* e *identitária* – desenvolvendo o conceito de fronteiras sociais étnicas, os impactos da *divisão sexual do trabalho* e a *ausência de mobilidade profissional*.

No capítulo cinco, dedicado ao conceito de *produção do espaço*, definimos sete categorias de análise: primeira, o espaço *psicofísico*, pois nos permite enfatizar a interrelação entre dimensões objetivas e subjetivas da vida das migrantes; segunda, a *classe*, a *honra* e o *status*, salientando o sofrimento pela falta de estima social que sofrem essas migrantes por conta da ausência de mobilidade profissional; terceira, o espaço de *formação* e *qualificação*, como elemento que marca fortemente a identidade profissional das migrantes e limita suas possibilidades reais de mudança; quarta, o *estigma* e a *discriminação* que sentem e sofrem, como consequência não só da situação vivida no presente, mas também no passado; quinta, a construção

do *outro/a* com suas interpretações; sexta, a *cidade* de Brasília e o sentimento de *isolamento*, problematizando também sobre como os meios de comunicação podem contribuir a desafiar os limites da situação de confinamento em que algumas delas vivem; sétima, o processo de *(des)territorialização* que elas relatam.

Dedicamos o capítulo seis à análise da dinâmica do tempo nas narrativas das migrantes. Para isso, centramos nossa análise nos relatos de duas migrantes, Carmen e Maria, sobre suas experiências de vida (passado-presente-futuro). Analisamos também os projetos, os sonhos e suas expectativas com o que está por vir para cada uma do grupo das dez migrantes.

3.4 As migrantes em Brasília: espaços de encontro

> *Simular es inventar o, mejor, aparentar y así eludir nuestra condición. La disimulación exige mayor sutileza: el que disimula no representa, sino que quiere hacer invisible, pasar desapercibido – sin renunciar a su ser –. [...] Temeroso de la mirada ajena, se contrae, se reduce, se vuelve sombra y fantasma, eco. No camina, se desliza; no propone, insinúa; no replica, rezonga; no se queja, sonríe; hasta cuando canta – si no estalla y se abre el pecho – lo hace entre dientes y a media voz, disimulando su cantar.*
>
> *El Laberinto de la Soledad,* Octavio Paz

As mulheres migrantes e trabalhadoras domésticas em Brasília relatam que um dos lugares privilegiados para conhecer outras migrantes é a Rodoviária localizada na área central do denominado Plano Piloto da cidade, ou no shopping "Conjunto Nacional", localizado ao lado da Rodoviária. Ali podem encontrar outras

migrantes almoçando aos domingos, esperando o ônibus que as leve para cidades próximas – como São Sebastião ou Guará, onde moram outras migrantes já estabelecidas na cidade, ou simplesmente deixando passar o tempo de folga, *(dis)simulando estar*... para assim esquecer um pouquinho sua condição.

> *Às vezes na rodoviária aos domingos a gente encontra peruanas, bolivianas sobretudo... Antes não conseguia saber se eram peruanas ou bolivianas, por exemplo, só olhando. Precisava me aproximar e perguntar. Agora não, agora já aprendi. Sabes como? Você olha para pessoa, se tem uma pele mais queimada, com certeza é boliviana, senão peruana. Os traços são parecidos, mas nós peruanas temos a pele mais clarinha. (Eloisa)*
> *Já fomos alguma vez com minha irmã ao Pátio Brasil* [shopping]... *mas, como a gente fala,* **a nossa casa é o Conjunto Nacional** [shopping]. *A gente ri muito, costumamos brincar dizendo "eu tenho minha casa lá, minha sala, recebo meus convidados, a gente senta e passa a tarde conversando na "sala"* [risos]. *Não há muita opção nesta cidade. Se não fosse o shopping, ao menos lá matamos o tempo e sabemos que alguma das colegas sempre estará por lá* (Carmen).

Quando uma migrante se depara com outra, é suficiente apenas se olharem para reconhecerem a condição de "ser de fora" que elas possuem em comum. Geralmente, a menos tímida será quem fará a primeira pergunta: Da onde você vem? Você é peruana ou boliviana? Qual a sua província? Tem muito tempo em Brasília? Até quando fica? Onde trabalha? Tem filhos? .... e marido? Já tem amigas na cidade? Quer anotar meu celular?

> *Sempre estão chegando umas e outras vão embora. Por exemplo, ontem teve um jantar no meu trabalho, e um senhor dentre os con-*

> *vidados veio falar comigo; me perguntou de onde eu era, claro, ele percebe pela minha cara que eu venho de outro país. Aí ele me falou que a empregada dele chegou do Peru faz pouco tempo, três meses, e que conhece poucas pessoas. Aí me deixou o telefone da casa e pediu para eu ligar e convidá-la para sair e nos conhecer. Vou ligar no sábado* (Diana).

Essas são as informações básicas, que as migrantes relatam serem essenciais, do primeiro contato, notadamente o telefone. Algo que raramente se pergunta nos primeiros contatos é o salário que recebem ("um salário, dois salários?"). Algumas, dito por elas próprias, costumam não revelar o verdadeiro salário, sempre com uma tendência a dizer que ganham mais do que de fato recebem.

Outra informação que elas costumam fornecer para as outras é para quem elas trabalham. Caso se trate de uma família de diplomatas, isso logo na hora se fala, informando-se o país de procedência dessa família, e às vezes o cargo do "senhor" ou da "senhora" (diplomata, militar, etc.). Trabalhar para diplomatas, geralmente, está associado a trabalhar com visto cortesia e salário maior (mesmo que nem sempre aconteça). Poder-se-ia dizer que funciona entre elas como um código associado a um status diferenciado com relação a outras migrantes.

> *Cozinho sempre e para muitos convidados, às vezes todos eles* ***têm*** **carros de placa azul** *[*placa que identifica carros de diplomatas*]. Já fiz comida para 30 pessoas, e Teresa [*irmã*] vem e me ajuda, porque senão não dou conta de todo o trabalho. Mas só faço isso com ela, pois não gosto de trazer pessoas [*outras migrantes*] aqui no meu trabalho* (Amelia).

É muito difícil estabelecer vínculos de verdadeira amizade entre elas, no entanto se estabelecem vínculos de solidariedade pelos quais,

em caso de necessidade, rapidamente se aciona uma rede de ajuda. Um primeiro passo para formar esses vínculos de solidariedade é trocar números de celulares; isso funciona como o elo para o contato, já que o número de celular não só se apresenta como um número ao qual ligar para outra pessoa, mas como o único elemento de identificação-localização pessoal da migrante, despossuída de endereço privado e, portanto, de espaço para receber ou para visitar colegas.

> *É assim que a gente faz, quando ficamos sabendo de alguma peruana, às vezes de outro país também como o Peru, nós ligamos para nos apresentar, e sempre é bom ter o telefone de outras pessoas, porque se pode precisar de alguma coisa, ou para sair mesmo* (Marta).

Para conhecermos de quem estamos falando quando fazemos referência ao grupo das dez migrantes entrevistadas, apresentamos a seguir o perfil de cada uma delas.

3.4.1 O perfil das migrantes

Tal como já foi dito acima, o recorte feito de dez migrantes trabalhadoras domésticas do grupo maior de 19 foi realizado em função da origem cultural (peruanas), o tempo de residência em Brasília (mínimo três anos) e a disposição para realizar entrevistas em profundidade, o que demandaria vários encontros. Foi realizada uma média de 5 encontros com cada migrante.

No intuito de caracterizar de forma sucinta e clara as dez entrevistadas, desenhamos um quadro (quadro 1), onde definimos para cada uma delas: a idade, o momento da chegada em Brasília, as vezes em que retornou (ou não) para o Peru, os principais motivos de migração, a situação de documentação no Brasil, a família deixada no Peru e a profissão antes de migrar.

Quadro 1 – Perfis das migrantes

	Idade	Chegada Brasília	Vezes em que retornou ao Peru	Motivos migração	Documentação no Brasil	Família Peru	Profissão antes da migração
Amelia Casada	49	2004	Nunca	pagar dívidas; pagar faculdade dos filhos	Irregular até Anistia	marido e dois filhos	dona-de-casa Diarista Vendedora
Teresa Casada	48	2006	duas: visitar família consultar médico	sustento da família pagar faculdade das filhas	Irregular até Anistia	marido, duas filhas, um filho Uma neta	dona-de-casa Diarista Desempregada
Elena casada c/ Peruano em Brasília	42	1998	uma: visitar família	juntar dinheiro e retornar a estudar em faculdade	Irregular até nascer Primeiro filho	mãe, irmãos (4 filhos em Brasília)	Estudante Cantora
Carmen Casada	40	2005	uma: fim 2010 e não retornou	pagar dívidas	Visto Cortesia	marido, três Filhos	micro-empresária
Maria Solteira	39	2005	uma: 2011 e não retornou	pagar dívidas, poupar, e abrir pequeno empreendimento	Visto Cortesia	Namorado mãe, sobrinho	vendedora de rua empregada da sua irmã Carmen

	Idade	Chegada Brasília	Vezes em que retornou ao Peru	Motivos migração	Documentação no Brasil	Família Peru	Profissão antes da migração
Marta casada c/ Brasileiro	48	1990	duas: visitas	Trabalho: acompanhou família peruana que migrou a Brasília	Irregular até casamento	Madrinha (não tem filhos)	trabalhadora Doméstica
Mariana casada c/ Brasileiro	41	1991	Nunca	Trabalho: acompanhou família peruana que migrou a Brasília	Irregular até casamento	Irmãos primos (2 filhos em Brasília)	trabalhadora Doméstica
Lucía Solteira	32	2005	três: visita	Trabalho: contratada por família peruana que já morava Brasília	Irregular até Anistia	irmãos	trabalhadora Doméstica

	Idade	Chegada Brasília	Vezes em que retornou ao Peru	Motivos migração	Documentação no Brasil	Família Peru	Profissão antes da migração
Eloisa Divorciada Após migrar	46	2002	duas: visita	Trabalho: acompanhou família americana 1º na Argentina 2º Suriname, 3º Brasília	Visto Cortesia	três filhos	micro-empresária loja com ex-marido
Diana Solteira	29	2006	nunca, quando retornar será para ficar no Peru	trabalho, melhor salário	Visto Cortesia	só namorado	Trabalhadora Doméstica

Com relação à remuneração, todas recebem de um a dois salários mínimos, no máximo. Segundo nos relatam, geralmente no primeiro emprego (assim que elas chegam em Brasília) costumam receber pouco mais de um salário mínimo. Aos poucos elas tentam conseguir um aumento de salário ou mudar de família. O objetivo é chegar a receber dois salários, pois seria o máximo que normalmente se consegue trabalhando em casas de famílias abastadas da cidade. Elas relatam que geralmente conseguem "vender" suas férias: negociam com os empregadores para que, quando viajem, elas fiquem cuidando da casa, fazendo uma "boa limpeza" e, assim, não ganham férias – vendem-nas – já que não têm condições de viajar ano a ano para o Peru.

No que tange ao décimo terceiro salário, elas nem sempre o recebem, mesmo sendo um direito delas. Alguns empregadores simplesmente o ignoram. Foi o caso de Carmen, por exemplo, que, no dia de ir embora para o Peru (nós estávamos quase fechando nossa pesquisa), recebeu de seus empregadores um "prêmio" como reconhecimento pelo trabalho feito. Porém, segundo Carmen, "*nem sequer chega a pagar os décimos terceiros que eu tinha direito de receber por esses anos de trabalho*".

Com relação às remessas enviadas para o Peru, aquelas que deixaram seus filhos no país (Amelia, Teresa, Carmen, Eloísa) juntam dois ou três meses de salário e enviam tudo, ficam só com um "trocado" para despesas pessoais de farmácia e transporte. As formas de envio são diversas. Quem trabalha para diplomatas, por exemplo, muitas vezes consegue que os empregadores enviem o dinheiro por meio de transferência bancária, praticamente sem ônus para elas.

> *De igual forma eles* [empregadores] *tiram vantagem disso. Lembro que quando eu trabalhava para uma diplomata, ela*

> *juntava vários meses, aliás, muitos, até seis ou sete de salário, mas juntava na conta dela, com a desculpa de que depois enviaria para a conta do meu irmão em Lima para ajudar a construir a casa da minha mãe. Na época, eu enviava tudo até que ficou pronta a casa da minha mãe. Mas... fazer o quê? Eu nada podia dizer porque ela me fazia o favor de transferir o dinheiro para meu irmão. Eu só falava "e aí, senhora, já enviou o dinheiro"? Até que chegava um dia e me dizia que tinha enviado. Mas eu ficava agoniada esperando mês após mês* (Elena).

Outras formas de envio de dinheiro são aproveitar quando há alguma peruana indo visitar à família ou indo embora. Contudo, elas comentam que é preciso confiar muito na pessoa, caso contrário não se pode arriscar isso. Quando acontece alguma emergência elas enviam por empresas do tipo "Western Union", mas falam que as taxas e comissões a serem pagas são altas.

As que estão solteiras (Maria, Lucía e Diana) comentam que eventualmente enviam algum dinheiro para pagar dívidas deixadas antes de migrar, mas depois de superar isso elas guardam dinheiro com elas, no mesmo local de trabalho, para, no dia em que retornarem, poderem investir nem que seja numa pequena loja, ou construir uma casa. No caso de Lucía, ela já foi duas vezes de férias para visitar seu irmão e disse que abriu uma conta num banco de Lima, para guardar o dinheiro que leva cada vez que vai lá.

> *Na primeira viagem de férias para o Peru fui de ônibus, pois o avião na época era muito mais caro do que agora. Sabe o que eu fiz para levar os dólares que tinha conseguido poupar e não correr o risco de ser roubada? Embrulhei meu braço, como se estivesse fraturado. Dentro disso botei o dinheiro, e foi tranquilo* (Lucía).

Quando questionadas sobre por que não abrir uma conta num banco em Brasília, elas – todas – rejeitam tal possibilidade; pareceu-nos mais por medo de enfrentar uma situação para elas desconhecida, por nunca ter vivenciado isso talvez não só no Brasil como também em Lima. Preferem se arriscar e guardar o dinheiro no quarto, no local de trabalho. Evidentemente deve haver nisso uma matriz cultural de origem, ou seja, uma prática tradicional de suas famílias e comunidades de origem e que se reforça pelo medo do desconhecido (lógicas diferentes, local físico – agência bancária, língua diferente), levantando-se assim uma barreira, dessa vez, por parte delas que impossibilita tal instância de interação.

No caso de Mariana, Marta e Elena, as três casadas e morando em Brasília com suas famílias, a situação é diversa. Mariana não tem nesse momento um salário fixo, ou seja, uma renda estável. Parou de trabalhar como doméstica quando nasceu seu primeiro filho. Faz diárias, eventualmente, e depende muito do salário do marido. Já Elena, que tem um quiosque na rua com o marido, após o nascimento do primeiro filho continuou trabalhando – fazendo diárias – até que o marido não deixou mais. Isso tem lhe causado situações de "aperto" financeiro; mesmo assim, ela comenta que, sempre que pode, isto é, sempre que as vendas vão bem no quiosque, envia algo para a mãe em Lima. Marta continua trabalhando como doméstica e sustenta seu marido brasileiro que não possui um trabalho estável. Ela nos comenta que, às vezes, quando dá conta de juntar um dinheiro, manda para sua irmã, que vive no Peru e tem muitos filhos.

Levando em conta as diversas situações vivenciadas por esse grupo de migrantes só com relação a esse ponto do uso do dinheiro obtido como produto dos seus trabalhos, reforça-se a já mencionada importância que tem para nossa pesquisa o fato de poder captar

as especificidades de cada experiência migratória. Nesse sentido, desenhamos e apresentamos nos próximos pontos um perfil mais detalhado, e ao mesmo tempo sucinto, de cada entrevistada buscando ser claros para o leitor. Levantamos vários itens que dialogam com os eixos temáticos definidos como guia das entrevistas: as origens, o momento da migração do interior para Lima, a migração para Brasília e os significados que para elas detém a possibilidade de voltar para o Peru.

3.4.1.1 Amelia

Peruana, 49 anos. Chegou a Brasília em 2004. Deixou no seu país o marido e dois filhos (homens). Nunca mais conseguiu retornar para visitar sua família por falta de recursos. Foi a primeira das migrantes que conheci. O contato foi feito através de uma pessoa amiga de Amelia, para quem ela trabalhou no momento de sua chegada à cidade.

O motivo da sua vinda foi trabalhar para pagar dívidas e sustentar o estudo dos filhos (cursinho vestibular e universidade). Para ela, esse é o principal motivo para ficar tantos anos longe trabalhando: dar aos filhos a oportunidade de estudar.

Decide vir para Brasília porque tinha o contato da Elena, que anos antes havia migrado para Brasília e trabalhava no setor de serviços domésticos. Foi recebida, portanto, por Elena, que nesse momento já estava morando em casa própria em São Sebastião (cidade do DF, próxima ao Lago Sul – bairro onde as migrantes costumam conseguir emprego). Foi Elena que lhe ajudou a estabelecer alguns contatos para arrumar o primeiro emprego.

Amelia trabalhou sem visto, desde o início, o que fez com que ficasse em situação irregular de documentação, até surgir a Anistia

no ano 2009. 2011 foi o ano que os anistiados voltaram a se apresentar na Polícia, reunindo todas as condições de trabalho com carteira assinada.

Origens

Nasceu em Ayacucho (província), num pequeno "pueblito" de agricultores indígenas. Filha de camponeses, tem dois irmãos que moram no interior do país e três irmãs, uma delas também em Brasília (Teresa). Seus irmãos homens sempre pedem para ela e Teresa (sua irmã) retornarem. Não compreendem por que elas foram embora tão longe. Amelia e Teresa moravam em Lima, e eram duas referências fortes para a família que mora no interior. Sempre que alguém da família adoecia, eram elas que acolhiam na capital. Também criaram uma sobrinha, filha de um dos irmãos, abandonada pela mãe.

Migração para Lima

Amelia migra junto com Teresa, sua irmã, à idade de 15 anos. Vão para Lima fugindo da insegurança e da violência no interior do país, notadamente na região de Ayacucho. As duas tinham como língua materna o quéchua, e aprenderam bem o castelhano em Lima. Contam que sofreram bastante, chegaram à cidade e foram trabalhar em casas de família como empregadas domésticas. Amelia se casa muito nova, só um ano e meio após sua chegada em Lima e vai morar com seu marido. Tem três filhos. Amelia sempre cuidou da casa, dos filhos, mas sempre deu um jeito de trabalhar vendendo coisas, cozinhando para aumentar a renda da família. Seu marido estudou na universidade enquanto eles estavam casados, e Amelia ajudou a pagar a faculdade dele com seu trabalho. Hoje ela

sai do país para dar conta de pagar a mensalidade da faculdade e do cursinho para o vestibular dos filhos.

Migração para Brasilia

Amelia precisava muito trabalhar, estava desempregada e com 40 anos. Procurava emprego em casas, como doméstica:

> *Eu pedia para trabalhar em casas que sabia que precisavam, aí me perguntavam a minha idade, eu falava 40 e me diziam que não. As senhoras lá gostam de contratar moças de 25, máximo 30 anos. Por isso que eu acabei decidindo sair. Precisava trabalhar. Estava com uma dívida da minha casa no banco, podia perdê-la, e assim foi que consegui salvá-la e agora com o dinheiro que fui enviando arrumamos toda a casa, e construímos dois andares com quartos que meu marido aluga.*
> *Com isso penso que vou me sustentar, quando eu voltar e estiver velhinha, será minha pequena aposentadoria.*

Voltar

Sempre pensa em voltar, porém "*mais na frente, trabalharei enquanto tiver forças, enquanto tiver trabalho aqui vou aproveitar*". Meus filhos ainda estudam, o mais novo nem começou a universidade. *"Ele me disse outro dia no telefone que quer ser médico. Então, eu tenho que apoiá-lo"*. No entanto, Amelia reconhece que é difícil, que tem horas que sofre a distância, que sente solidão. Mesmo assim, não tem ainda previsto quando voltar. Entende que seu dever é o de apoiar seus filhos, enviar o dinheiro para que estudem e terminar de arrumar sua casa.

Eu aos poucos já vou me acostumando a ficar longe e **não ter o carinho do marido**. *Claro, a gente se fala no telefone, mas é diferente. Já passaram sete anos, e é incrível como a gente se acostuma. Eu já não sofro tanto. No início pensava todo dia nisso, agora já não mais.*

Lembro que antes, morando lá, eu sempre estava me comunicando com meu marido, decidíamos as coisas juntos, sentia o apoio dele. Agora já não, foi difícil me acostumar a isso.

Mas é muito importante para mim dar educação [universidade] aos meus filhos. Estando lá, no Peru, eu não daria conta de pagar a universidade. Porque sei que meu marido sozinho não dá conta de pagar a universidade particular. Eles fazem faculdade particular porque não conseguiram entrar na estatal. Na estatal estudam os que têm dinheiro, na verdade eles pagam para ter uma vaga. Então para que não percam tempo, começaram na particular.

Porque eu estando lá, e eles sem poder entrar na estatal, o que estariam fazendo? Trabalhando na construção, por exemplo. Agora eu trabalhando em Brasília posso lhe dar estudos.

Não é porque eu quero ficar aqui, é por meus filhos, é por eles, e apoiar o meu marido, e ele compreende.

Eu penso em voltar quando eles terminem de estudar, quando eles tenham algo que lhes permita ganhar a vida. Aí voltar, voltar junto ao meu marido, mesmo que estejamos velhinhos.

Porque **a questão é que eu tenho filhos homens, e precisam ser profissionais** *para poder sustentar um dia a sua família. E sem profissão, não vão ter trabalho. Eu já vi isso na minha família. Quem fica trabalhando na construção nem sempre tem trabalho. Quando não tem se sofre, se sofre muito sem trabalho. Isso me dá muita pena.*

Tendo uma profissão, mesmo que às vezes possa diminuir o trabalho, pouco a pouco sempre algo se faz, se consegue.

3.4.1.2 Teresa

Irmã de Amelia, Teresa tem 48 anos. Chegou ao Brasil em 2006. Foi-me apresentada por Amelia após dois encontros pessoais (com Amelia) e várias conversas no telefone.

Teresa deixou em Lima o seu marido, duas filhas mulheres, um filho e uma neta. Após 10 meses de trabalho, voltou ao Peru para visitar sua família porque "*não aguentava mais a saudade*". Nesse momento estava trabalhando de forma irregular, motivo pelo qual precisou pagar a multa na Polícia Federal para sair. Ficou um mês e retornou para continuar trabalhando, e lhe permitiram entrar como turista.

O motivo da sua vinda para Brasília é o de trabalhar, da mesma forma que sua irmã, para pagar os estudos dos filhos e melhorar as condições precárias da sua casa.

Logo após sua chegada em Brasília, consegue trabalho com uma família indicada pela chefe de Amelia. Nunca se acostumou à família e foi conseguindo outros empregos (mais dois) até chegar à família atual, para a qual trabalha desde outubro de 2008. Trata-se de uma família de estrangeiros, mas que não podem lhe conceder visto cortesia (não são diplomatas). Teresa conseguiu regularizar a sua situação de documentos no Brasil graças à Anistia concedida pelo governo brasileiro em 2009. Por esse motivo, pensa em continuar trabalhando mais alguns anos e viajar sempre que puder no mês de dezembro ou janeiro para visitar sua família no Peru.

Origens

Nasceu em Ayacucho (província), num pequeno "pueblito" de agricultores indígenas. Filha de camponeses; tem dois irmãos que

moram no interior do país, e três irmãs, uma delas está também em Brasília (Amelia).

> *Não tínhamos nem água, nem eletricidade dentro de casa. Não tínhamos escola. Algum tempo depois consegui fazer os estudos em Lima, aprendi a escrever e falar melhor o castelhano, mas não muito, pois precisava trabalhar para me sustentar. Sofremos muito na época [*ela e Amelia*], foi uma mudança de vida radical.*

Também criou uma sobrinha, filha de um dos irmãos, abandonada pela mãe, que de fato hoje continua morando na casa da Teresa:

> *Isso porque eu tenho filhas mulheres, já na casa da Amelia seria arriscado, ela tem dois filhos e o marido,* ***não é legal deixar uma moça jovem só com homens. A gente precisa cuidar das nossas próprias filhas do pai.*** *Isso é assim, sempre precisa ficar de olho nas filhas mulheres.*

Migração para Lima

Teresa migra junto com sua irmã Amelia, à idade de 14 anos. Vão para Lima fugindo da insegurança e da violência no interior do país. As duas tinham como língua materna o quéchua, e aprenderam bem o castelhano em Lima. Contam que sofreram bastante, chegam à cidade e vão trabalhar em casas de família como empregadas domésticas. Foi um período muito difícil, explica Teresa:

> *Sempre tem essa coisa, do medo do senhor da casa (ou do filho) abusar da empregada. Uma das coisas que a gente observa assim que começa num trabalho,* ***tanto lá quanto aqui,*** *é que a porta do quarto feche bem, e que tenha chave.*

> *No meu trabalho agora eu não tenho problema nenhum, mas, mesmo assim, sempre durmo com a porta "trancada".*

Tanto Amelia quanto Carmen nos fizeram relatos semelhantes com relação a dormir mais tranquilas fechando bem a porta. No entanto, todas falam que elas não sofreram abusos, mas que sabem de outras que sim...

Migração para Brasília

De acordo com Teresa, migrar para Brasília tem sido muito difícil. Sobretudo pela distância das filhas, de quem sente muitíssimas saudades e também por sofrer *"muita humilhação neste tipo de trabalho"*.

> *Eu não quero que minhas filhas trabalhem em casa de família* [a mais velha pedia para vir, pois também quer juntar dinheiro]*, eu quero que elas estudem,* **que sejam mais***, e que não passem o que eu venho sofrendo, porque nossos pais eram camponeses. Nossos pais* [fala em plural, pois inclui Amelia] *não falavam castelhano, só quéchua....*
> [Teresa e Amelia, entre elas mesmas, falam quéchua]

No entanto, Teresa lembra ter migrado para Lima, "a grande cidade", com 14 anos, deixando para trás uma vida completamente diferente; por isso acredita que tenha sido pior ainda do que migrar para Brasília.

Voltar

Teresa sempre está querendo voltar, emociona-se muito quando fala no assunto. Conta que suas filhas ligam pedindo para ela voltar. De fato, ela já foi duas vezes durante sua estada em Brasília.

Mas, sempre fala que volta porque precisa continuar trabalhando. Suas filhas têm que estudar ainda e em Lima têm muita dificuldade de arrumar emprego.

3.4.1.3 Elena

Peruana, 42 anos. Está casada com um peruano, moram em Brasília e têm 4 filhos. Chegou a Brasília em 1998 quando ainda estava solteira. Trabalhou muitos anos com famílias de diplomatas, em cujas casas também morava. Depois que conheceu seu atual marido, ela engravidou e acabou saindo do emprego (foi demitida). Construíram uma pequena casa em São Sebastião, em um terreno que Elena havia comprado pouco tempo antes. Durante alguns anos continuou trabalhando, mas já como diarista. Atualmente ela e o seu marido possuem um quiosque na rua, na frente de uma igreja localizada dentro do que se denomina de "Plano Piloto" em Brasília. Mesmo às vezes necessitando de mais renda, o marido não gosta que ela trabalhe mais como diarista.

Conhecemos Elena por meio da Amelia. Ela veio para Brasília porque seu irmão morava aqui, já que tinha se casado com uma peruana que contava uns 20 anos morando no Brasil. No ano 1996, na ocasião de uma visita do seu irmão ao Peru, convidou-a para vir, porque "*aqui em Brasília dava para arrumar emprego*". Chegou à cidade em 1998.

Elena conseguiu regularizar sua situação de documentação no Brasil após o nascimento do primeiro filho. Antes disso, ficou trabalhando com visto cortesia e, posteriormente, na ocasião de ser demitida por estar grávida, caiu na situação irregular de documentação.

Origens

Nasceu em Ayacucho (província), Peru. Filha de uma pequena comerciante e dona-de-casa analfabeta, que criou seus filhos sozinha, pois o pai de Elena (que era agricultor) faleceu quando ela tinha 7 anos e a sua irmã mais nova, 5 anos. Eles são no total 8 irmãos, dois morando fora do Peru, e o resto morando atualmente em Lima, perto de sua mãe.

No Peru, em Lima, sempre trabalhou, por necessidade familiar, mas sempre quis estudar. Até chegou a começar uma faculdade particular. Cursou um semestre do curso de parteira, mas a situação ficou complicada para sua mãe, que ajudava a pagar a faculdade, já que ela tem irmãs mais novas que também estudavam.

Lembra o quanto a sua mãe e o seu pai, mesmo sem ter estudos, faziam com que Elena e seus irmãos estudassem.

Migração para Lima

Chegou a Lima aos 8 anos; foi sua irmã mais velha que a levou para morar na capital. Após a morte de seu pai, um ano antes de migrar para a capital, ficou morando no interior com sua mãe, o irmão mais velho e sua irmã mais nova. O resto dos irmãos, os outros cinco, já estavam morando em Lima, trabalhando e estudando.

Pouco tempo depois da chegada de Elena a Lima, também migraram a mãe com a filha mais nova e acabaram ficando. Os irmãos mais velhos decidiram ocupar um terreno onde aos poucos foram construindo uma casa, lugar onde até hoje mora a mãe. Hoje esse espaço se transformou num bairro periférico de Lima.

Migração para Brasília

Ela tinha um irmão morando em Brasília. Seu irmão havia mi-

grado fazia bastante tempo, primeiro para São Paulo; acabou chegando a Brasília, pois conheceu uma peruana, com quem se casou, residente na cidade. Sabendo dos problemas financeiros da família, da dificuldade de Elena para continuar seus estudos, seu irmão a convidou para vir e "provar sorte", juntar um dinheiro e depois voltar para terminar sua faculdade. Ele pagou a passagem para Elena vir. Veio por terra e demorou dez dias para chegar. Na época era a opção mais barata.

Voltar

Voltar para morar lá é um sonho muito difícil de cumprir por enquanto, já que tem seus quatro filhos pequenos, seu marido e sua casa em Brasília. Portanto, não acredita que seja possível no curto prazo. Voltou uma vez de férias, para visitar sua família; isso foi em 2000, ainda solteira e sem filhos, e com dois anos de estadia em Brasília.

3.4.1.4 Carmen

Peruana, 40 anos. Está casada e tem 3 filhos, que ficaram com o marido em Lima. Chegou a Brasília em 2005, e retornou para Peru no final de 2010. Migrou para Brasília com o objetivo de enviar dinheiro para pagar dívidas. Ela e o marido foram microempresários (setor têxtil) e faliram, perdendo tudo, até a casa que tinham construído. Sua ideia foi trabalhar vários anos e só voltar quando não precisar retornar para Brasília. Apesar de que o seu projeto fosse ficar até final de 2011 ou início de 2012, ela estava em condições muito precárias no seu último emprego e acabou adiantando seu retorno para 2010.

Conhecemos Carmen através da Amelia. Ela veio para Brasília, com o contato de Amelia, quem a recebeu e lhe ajudou a arrumar

um emprego com uma diplomata. Não se conheciam no Peru; foi o marido da Amelia que lhe fez o contato sabendo da necessidade de Carmen de sair para trabalhar.

Embora já tenha precisado mudar duas vezes de emprego, vem trabalhando sempre com visto cortesia. Em todos os casos trabalhou para estrangeiros, diplomatas ou funcionários de organismos internacionais.

Origens

Irmã de Maria. Nasceu em Huancayo, departamento de Junín, Peru. Filha de um comerciante e uma dona-de-casa (analfabeta) filha de camponeses. É a mais velha de 9 irmãos. Sempre se sentiu responsável por resolver os problemas financeiros da família. Seu pai estava falido e Carmen trabalhou desde muito nova, estudando ao mesmo tempo – até que chegou uma hora em que tanto ela quanto sua irmã Maria não aguentaram mais a exploração que sofriam por parte do pai e a passividade de uma mãe muito nova, que casou adolescente, e sempre se manteve ausente na criação delas.

Migração para Lima

Chegou a Lima com 19 anos. Huancayo é uma cidade grande também, daí que a mudança para a capital não a afetou muito. Carmen e Maria decidiram sair da casa paterna por pressões familiares. Foram num primeiro momento morar com uns tios que moravam na capital. Isso até se estabelecer um pouco trabalhando na confecção de roupas e vendendo em mercados na rua; aí saíram e alugaram um quarto para morar as duas. Pouco tempo depois, Carmen casa e, aos poucos, na medida em que melhora de vida, foi trazendo todos seus irmãos (oito no total) para morar com ela.

Ela mantém uma relação de mãe-irmã com todos eles. Após isso, foram nascendo seus filhos.

Migração para Brasilia

Carmen estava decidida a sair do Peru, não importava para onde; o que precisava era sair para trabalhar de imediato, trabalhar para tentar recuperar algo do que tinha perdido na hora da falência. Brasília foi a única porta concreta que parecia poder se abrir. Igualmente, chegou a Brasília sem emprego, mas com o contato de Amelia.

Voltar

Voltou no fim de 2010. Não se acostumou com o emprego (nos anteriores não teve problemas), e considera que chegou o fim dessa etapa. Quer voltar a trabalhar e retomar a sua vida, tentar levar adiante algum projeto como microempresária novamente.

N.B.: Carmen retornou de fato em setembro de 2010. Após sua chegada a Lima mantemos contato regular via e-mail e, às vezes, pelo telefone. Viajou para o Panamá em 2011, recebeu proposta de uma embaixadora para quem já trabalhou em Brasília os dois primeiros anos. Precisa juntar mais dinheiro para investir mais no pequeno empreendimento que montou em Lima com o marido e o filho mais velho.

3.4.1.5 Maria

Peruana, 39 anos, irmã da Carmen. É solteira, deixou seu namorado em Lima. Chegou a Brasília em 2005. Trocou de emprego só uma vez, sempre trabalhando com visto cortesia. Nos dois casos sempre trabalhou para estrangeiros, diplomatas ou funcionários de organismos internacionais.

Conhecemos Maria por meio de Carmem. Ela veio para Brasília, com o contato da Amelia, a quem não conhecia no Peru. Ficou sabendo dela e das chances de trabalhar aqui através do marido de Amelia, a quem conheceu por questões de trabalho no Peru.

> *Ele nos falou: lá está a "prima" de vocês, não se ganha muito, mas há chances de arrumar emprego.*
> *Eu queria juntar dinheiro e ajudar minha irmã a pagar dívidas.*

Na hora da sua chegada, diferentemente de Carmem, que ficou hospedada com a Amelia, Maria foi hospedada na casa de outra peruana (Elena) que mora em São Sebastião. Seu visto cortesia lhe foi outorgado aqui em Brasília, só depois de um mês e meio da sua chegada, momento em que arrumou seu primeiro emprego.

Origens

Nasceu em Huancayo, departamento de Junín, Peru. Filha de um comerciante e uma dona-de-casa (analfabeta). É a segunda de 9 irmãos. Tem vários sobrinhos, três dos quais (filhos da Carmen) são para Maria como seus próprios filhos.

No Peru trabalhava em Lima com sua irmã Carmen, microempresária até falir, momento em que precisou emigrar. Com 19 anos emigrou da província para a capital, onde ficou até o momento de deixar o país para vir a Brasília.

Migração para Lima

Chegou a Lima com 18 anos. Huancayo é uma cidade grande também, daí que a mudança para a capital não afetou muito. Foi num primeiro momento morar com uns tios e sua irmã Carmen

(migraram juntas). Carmen e Maria decidiram sair da casa paterna por pressões familiares. Tentou estudar, fez cursinho para preparar seu ingresso na faculdade, mas não deu conta. Enquanto se preparava, sua irmã Carmen lhe ajudava a se sustentar.

> *Foi difícil, depois não tive mais apoio e decidi tocar minha vida como vendedora de roupas.*

Migração para Brasilia

Carmen, sua irmã, estava decidida a sair do Peru, não importava para onde, o que precisava era sair para trabalhar de imediato, trabalhar para tentar recuperar algo do que tinha perdido após a falência total, e Maria acompanhou Carmen nesse projeto. Brasília foi a única porta concreta que parecia poder se abrir. Igualmente, chega a Brasília sem emprego, mas com o contato de Amelia. Foi difícil no início, mas após um mês e meio consegue seu primeiro emprego com contrato de visto cortesia.

Voltar

Voltou em meados de 2011. Considera que chegou o fim dessa etapa, pois terá cumprido sua meta de juntar certa quantidade de dinheiro. Quer voltar a trabalhar e retomar a sua vida, tentar levar adiante algum projeto como microempresária novamente. Porém, no início, assim que chegar vai trabalhar junto com dois dos seus irmãos (microempresários), para pensar bem o que fazer com o dinheiro que leva daqui, isto é, onde investir – está pensando num pequeno restaurante, para poucas pessoas, já que Maria gosta muito de cozinhar.

3.4.1.6 Marta

Peruana, tem 48 anos. Chegou a Brasília faz 20 anos. Está casada com um brasileiro, não têm filhos. Após o casamento obteve a documentação brasileira. Tem uma irmã e sobrinhos no Peru, mas não mantém muito contato. Às vezes envia dinheiro para eles, mas não de forma periódica.

Desde sua chegada ao Brasil, voltou só duas vezes para visitar o Peru. Marta sustenta sozinha sua casa e o marido. Por esse motivo, não dispõe de muito dinheiro para enviar a sua irmã.

> *Sei que ela precisa, mas para mim é difícil juntar rapidamente dinheiro.... A cada tanto lhe envio algo.*

Conhecemos Marta através de Carmen, que por sua vez a conheceu por intermédio de Amelia. A casa de Marta é um lugar onde muitas mulheres migrantes, trabalhadoras domésticas, costumam se reunir aos finais de semana. Por esse motivo, ela é conhecida no ambiente das migrantes, mesmo de outros países.

Origens

Nasceu em Cuzco, província de Cuzco, Peru. Filha de campesinos. Sua mãe trabalhava em casa de família (trabalhadora doméstica) quando ficou viúva com duas filhas. Ela não lembra nada do seu pai.

Marta tinha 4 anos quando sua mãe voltou a se comprometer com outra pessoa, e decidiu deixá-la com a senhora para quem estava trabalhando. Pouco tempo depois também deixou a irmã de Marta. Essa senhora, a quem Marta chama de "madrinha", criou-a até os 19 anos, e foi sua madrinha que mandou Marta a mudar-se para Lima.

Na casa da madrinha, Marta trabalhava em troca de roupa, casa e comida. Suas lembranças são de estar sempre trabalhando já com 6 ou 7 anos. Também estudou, fez estudos primários e secundários durante o período noturno.

Migração para Lima

Com 19 anos foi enviada para Lima para trabalhar com uma irmã da sua "madrinha". Marta diz que apesar de não ter sido uma decisão sua, mesmo assim ela gostou porque sempre quis mudar-se, conhecer outras cidades ou países.

> *A família com quem morava, num momento* [sua madrinha], *me mandou para Lima, decidiram que eu devia ir trabalhar na casa de uma irmã da senhora.*

Em Lima sempre trabalhou como doméstica. Não estudou, pois diz que ficava difícil conciliar trabalho (jornadas extensas) com estudo, já que sempre morou no local de trabalho. Na verdade, nem passava pela sua cabeça, nem se questionava mais sobre o estudo.

> *A minha única ideia sempre foi sair e conhecer o mundo, outros lugares. Mas acontece que nunca ninguém me falou se queria continuar estudando, da possibilidade de eu poder escolher um curso para dar continuidade. Então, na época, eu nem pensava que eu poderia estudar, que essa pudesse ser uma opção para mim.*

Migração para Brasilia

Veio para Brasília junto com uma família peruana para quem trabalhava há pouco tempo em Lima e após uma curta passagem pelo Equador. Aceitou vir. Era uma nova chance de sair, mudar de país.

Mas eu não imaginei que sofreria tanto. Só pensava em sair, agora estou aqui já faz 20 anos. Gosto da cidade, mas é difícil sair para passear. A gente que trabalha em casa tem muito serviço, e tudo é caro por aqui.

Voltar

Pensa em voltar para o Peru, talvez. Durante um bom tempo pensava que não voltaria, por isso comprou um terreno em São Sebastião. Mas agora está pensando na possibilidade de voltar um dia, quando não possa mais trabalhar. Pensa em deixar a casa de São Sebastião para o marido ter onde morar e passar sua velhice.

3.4.1.7 Diana

Diana, peruana, 29 anos, chegou a Brasília em 2006 já com um contrato e visto cortesia concedido pelo genro da senhora para quem ela trabalhava em Lima. Significa que antes de viajar ela conhecia o seu futuro chefe, e decidiu aceitar a proposta porque se sentiu atraída pela possibilidade de sair do país. Continua trabalhando para essa pessoa, mas se sente muito infeliz. Está considerando ir embora, caso não possa mudar de emprego. De fato, acabou retornando no fim de 2011.

Não tem família no Peru, considera estar "sozinha na vida",

Se bem que agora tenho namorado. Ele é peruano, conheci ele aqui em Brasília, mas faz dois meses que foi embora para o Peru. Está em Lima, não aguentou aqui, eu também não gosto. Pretendo voltar e me reunir a ele, assim que puder. Ele é a única pessoa que tenho.
Decidi aceitar a proposta de trabalho, pois pensei que seria a

minha chance de poupar dinheiro, nem que fosse alguma coisa. O meu salário em Lima, mesmo morando no local de trabalho, não dava para guardar nada.

Origens

Diana tem muita dificuldade de falar do passado. Só o fez em nosso terceiro encontro. Morava no interior, numa cidade muito pequena do norte do país. Foi abandonada pelo pai após a morte da mãe, quando tinha oito anos. Ficaram ela e uma irmã mais velha, que foram acolhidas durante um curto tempo por uns vizinhos.

Sua irmã adolescente começou a namorar um homem mais velho e foi embora. Nunca mais soube dela. Ela decide aceitar um emprego na sua cidade com uma senhora idosa, em cuja casa também poderia morar. Praticamente não recebia um salário, era só algum dinheiro para pagar despesas pessoais. Após o falecimento da senhora, o filho que morava em Lima lhe ofereceu emprego.

Migração para Lima

Chegou a Lima com 15 anos. Foi um impacto muito grande, o de sentir o que era de fato uma grande cidade. Mesmo trabalhando longas jornadas, morando no mesmo local e tendo um salário muito baixo, Diana sentiu-se liberada.

Creio que foi uma forma de romper com um passado muito presente, nos poucos momentos de folga me fazia muito bem me perder na cidade. Andava muito, muito, enquanto sonhava e planejava outra vida para mim.

Migração para Brasília

Diana chegou a Brasília em 2006, e conta que a senhora para quem trabalhava em Lima lhe disse, um dia:

> *Diana você não gostaria de ir para o Brasil trabalhar para minha filha?*
> *Na época (2006) eu estava com um salário de 600 soles[90] em Lima, e eles me ofereceram 800 soles para trabalhar no Brasil. Eu achei bom, senti que seria uma oportunidade de melhora; porque em meu país seriam uns... 250 dólares... algo assim, não mais.*
> *A questão é que agora, de fato, meu salário é só.... (silêncio) 270 dólares, e não querem aumentar. Ou seja, eu fui enganada. Porque lá no Peru o custo de vida é menor do que aqui.*
> *Aqui eles não aceitam me pagar em reais, porque para mim agora não serve receber em dólares, cada vez que vou trocar dólares por reais, perco dinheiro, compro menos coisas.*

Voltar

Diana voltou para Lima em 2011. Era seu único e principal objetivo, retornar, já que não estava dando conta de poupar. Já não valia mais a pena ficar:

> *Quero voltar, tenho meu namorado lá, não aguento mais. Não faço a menor ideia de como irei me sustentar em Lima, praticamente não consegui poupar aqui..... está complicado para mim, não tenho família com quem contar, não tenho quem me apoie lá.*

90. 1 dólar americano equivale aproximadamente a 2,8 soles peruanos. Dado a dezembro de 2010.

Mas aqui é pior, o salário não dá para nada, a gente trabalha 18 horas por dia, não temos tempo para viver, não conheço quase ninguém..... ao menos lá estou no meu país.

3.4.1.8 Eloisa

Peruana, tem 46 anos. Chegou a Brasília em 2002. Está divorciada e tem três filhos que ficaram no Peru. Ela migrou primeiro para Argentina procurando emprego, porque lá tem primos. Arrumou um emprego com uma família americana, para quem trabalha até hoje. Primeiro, da Argentina migraram para o Suriname, e depois para Brasília. Aqui, trabalha com visto de cortesia.

Desde sua chegada ao Brasil não voltou para o Peru, mas envia dinheiro todo mês para sua mãe, que cuida de seus filhos. Ela decidiu migrar pela primeira vez para Buenos Aires porque percebeu que seu marido estava totalmente endividado, e alguém precisava dar um jeito de trazer dinheiro.

Decidi sair do Peru para trabalhar, juntar dinheiro e voltar para não perder o comércio. Fui para Argentina porque lá tenho familiares, uns primos e tios. Eles me receberam e consegui rapidamente um emprego em casa de família.

Desde sua chegada a Brasília, 2002, Eloisa voltou pela primeira vez ao Peru em julho de 2010 para o aniversário de 15 anos da sua filha; ou seja, só depois de oito anos no país que retornou. Envia dinheiro sistematicamente para sustentar seus filhos.

Conhecemos a Eloisa através de Carmen. Elas se conheceram no Conjunto Nacional [shopping] fazendo compras para o Natal.

Origens, lembranças

Nasceu no Peru, em Lima. Filha de pai operário e mãe dona-de-casa. Seus pais eram agricultores no interior, e mudaram para Lima quando sua mãe ficou grávida de Eloisa. Teve possibilidade de estudar nas escolas primária e secundária, mas depois parou, pois casou jovem. Hoje confessa estar arrependida porque ela teria tido condições de fazer nem que fosse um curso técnico.

> *Minha família é pequena, só duas filhas. Meu pai sempre trabalhou e minha mãe cuidava da gente. Não fomos ricos, mas nada me faltou.*

Sempre pensou que não queria ficar em casa, sem trabalhar, quando casasse. No entanto, casou muito nova – aos 17 anos – e, com o marido, montaram uma pequena loja. Trabalharam assim durante muitos anos; seus três filhos nasceram enquanto trabalhavam juntos na loja.

> *Há uns 15 anos o nosso pequeno negócio começou a andar mal, e eu percebi que meu marido estava muito endividado. Aí foi que saí e viajei para a Argentina. Deixei minha filha com só dois anos. Ela hoje não me trata como sua mãe. Quem cuidou no início de meus filhos foi o meu marido, que acabou sendo infiel ["me puso los cuernos"].*
>
> *Voltei para o meu marido e para continuar trabalhando no comércio. Pensei que dessa vez daria certo. Mas, nada disso. Novamente falimos e acabou meu casamento. Meu marido casou com outra mulher e tem agora filhos com ela.*
>
> *No meio do desespero, a única saída que via era voltar a trabalhar na Argentina. Minha mãe aceitou ficar com meus filhos, muito pequenos, e falei que mandaria dinheiro todo mês.*

Segunda migração para Argentina

> *Gostava de Buenos Aires, não me sentia tão sozinha, pois tinha família. Mas sempre senti muita falta dos meus filhos. Mas não tenho escolha, eu sustento eles sozinha, o pai não ajuda.*

Chegou a crise de 2002 na Argentina, com todos os problemas que aconteceram no país e Eloísa ficou com medo. Na época já estava trabalhando para uma família americana que iria mudar para o Suriname, que lhe ofereceu mudar de país com eles, o que Eloisa aceitou. Ficaram muito poucos meses, já que logo foram transferidos para Brasília. Assim é que ela chega, no fim de 2002, a morar na cidade.

Migração para Brasilia

> *Essa é a família para quem trabalho até hoje. Me sinto muito integrada com eles. Trabalho muito, mas sempre bem respeitada. Por exemplo, na ocasião em que eu conheci a Carmen, foi um dia em que eu estava justamente comprando um presente de Natal para a filha dos patrões. Eles fazem todo ano o jogo do amigo secreto, e sempre me incluem. Aí eu não sabia o que comprar e encontrei a Carmem olhando vitrines, começamos a falar e me ajudou a escolher o presente. Daí ficamos amigas. Gosto de trabalhar aqui. Moro bem, tenho meu espaço na casa (Lago Sul). Consigo sair aos finais de semana. Com o salário sustento meus filhos e até às vezes consigo guardar um dinheiro.*

Voltar

Pensa um dia em voltar, sim, mas não consegue imaginar quando isso poderá acontecer. Seus filhos adolescentes e jovens continuam dependendo exclusivamente dela, e não estudam, nem trabalham.

Eu acho que o maior culpado da falta de interesse por estudar e acabar ao menos o segundo grau é meu ex-marido. Ele, no tempo que supostamente cuidou deles, estava só preocupado em arrumar namoradas. Agora que teve outros filhos com sua atual mulher, nem liga para os nossos.
Eu sempre sonhei que meus filhos estudassem, tivessem uma profissão, mas... eles nem sequer acabaram o colégio...
Hoje eu cuido dos filhos dos outros e tenho tanto amor por eles como se fossem meus próprios filhos.

3.4.1.9 Lucía

Peruana, tem 32 anos. Chegou a Brasília em 2005. É solteira, tem irmãos que deixou em Lima. Ficou um bom tempo em situação irregular, mas em 2009 conseguiu ter acesso à documentação brasileira graças à Anistia. Atualmente trabalha para uma família brasileira no Lago Sul, onde também mora.

Lucía decidiu migrar para Brasília devido a uma grande decepção amorosa. Como estava solteira, morando no local de trabalho e tinha a perspectiva de vir para Brasília, apesar de arriscado isso lhe parecia uma chance de fazer uma mudança em sua vida e juntar dinheiro. Seu contato em Brasília era a irmã da senhora para quem trabalhava em Lima, que a recebeu na ocasião da sua chegada. Conhecemos Lucía através de Carmen, que, por sua vez, conheceu-a por intermédio de Elena.

Origens

Nasceu em Quillabamba, província de Cuzco, Peru. Morou nessa pequena cidade até os 14 anos. Filha de una camponesa analfabeta, Lucía conta que sua mãe foi sempre maltratada pelos seus irmãos. O pai de Lucía, também camponês, faleceu pouco tempo

depois de ela nascer. Seus avós maternos deixaram uns terrenos para os filhos, porém os tios maternos se apropriaram de tudo e tratavam a sua mãe como empregada deles.

Lucía é a quarta filha do primeiro casamento de sua mãe (que casa novamente após a morte do pai). Tem também quatro meios irmãos e conta que o segundo marido da sua mãe era um homem bom, honesto e que cuidou dela como se fosse a própria filha, sempre respeitou.

Já os tios maternos sempre a trataram muito mal e, com a desculpa do perigo que a menina corria morando com o padrasto, faziam questão de levá-la com eles. A esposa de um desses tios a fazia trabalhar demais, tratando-a muito mal. Assim, ela fugia e voltava com seu padrasto.

Migração para Lima

Aos 15 anos, o irmão mais velho veio de Lima e levou Lucía com ele. Seu irmão já morava e trabalhava fazia algum tempo na capital. Pouco tempo depois de sua chegada, Lucía arrumou um emprego com uma família onde trabalhava e morava. Assim começa o seu percurso de trabalhadora doméstica na grande cidade.

Migração para Brasília

Trabalhando fazia vários anos com uma família em Lima, Lucía sofre uma grande decepção amorosa, e a senhora para quem trabalhava tinha uma irmã morando em Brasília. Assim, ela lhe oferece sair do Peru, dando-lhe a passagem e a possibilidade de morar na casa da irmã.

Lucía aceita e chega a Brasília em 2005. Mora durante dois anos com essa senhora e a mãe dela. Foi aos poucos arrumando

trabalhos de diarista, sempre morando com essa senhora. Ela era proibida de sair os finais de semana, e a sua contribuição para ter o direito de ali morar era seu trabalho à noite quando voltava das outras casas. Assim, durante muito tempo, teve casa e comida em troca de trabalho.

Voltar

Há dois anos atrás, ela foi para Lima de férias, ocasião que aproveitou para comprar um terreno. Ali pensa em construir uma casa ou, talvez, pequenos apartamentos para alugar. Algum dia pensa em voltar e morar perto dos seus irmãos, mas por enquanto vai aproveitar e continuar trabalhando. Está mais tranquila agora que ganhou o documento brasileiro (com a Anistia de 2009).

3.4.1.10 Mariana

Peruana, tem 41 anos. Chegou a Brasília em 1991. Está casada com um brasileiro e tem dois filhos. Após o casamento e nascimento do primeiro filho, obteve a residência permanente no Brasil. Tem família no Peru, irmãos e primos.

Desde sua chegada ao Brasil, voltou poucas vezes ao Peru, quando ainda era solteira e não tinha os filhos. Agora fica mais caro para ir com toda a família. Conhecemos Mariana através de Carmen.

Origens

Nasceu no Peru, no interior. Filha de pai construtor e mãe camponesa. Ela tem sete irmãos. Seu pai viajava bastante pelo país por conta do trabalho, e Mariana costumava lhe acompanhar. Gostava de fazê-lo e conhecer diversos lugares do país.

Sou filha de família numerosa que costumava se deslocar pelo país por conta do trabalho do meu pai. Muitas vezes minha mãe ficava com meus irmãos pequenos em casa e eu acompanhava meu pai para cozinhar e lavar suas roupas. Eu gostava disso, pois conhecia diferentes lugares.

Migração para Lima

Com 12 anos foi morar em Lima com sua irmã mais velha, que estava trabalhando em casa de família. Não tinha acabado a escola e não seus pais, no interior do país, não conseguiam lhe sustentar, para que ela estudasse. Foi sua irmã que lhe arrumou o primeiro emprego, também com uma família. Era sua primeira vez na grande cidade, que lhe impactou muito. Durante quatro anos trabalhou sempre como doméstica morando no local de trabalho.

Gostou, pois como na casa dos pais eram tantos filhos, era muito serviço.

Eu ajudava a minha irmã, mas também tinha toda a atenção dela. Comia bem e voltei para a escola, que fazia tempo tinha largado...

Com 16 anos começou a trabalhar e morar com uma família, emprego que a irmã dela lhe arrumou.

Comecei a ganhar meu dinheiro, tinha muito serviço, mas eu sempre estive acostumada desde pequena com isso. Só me sentia um pouco isolada, muito trancada na casa, já que parei de estudar. Não dava, tinha que trabalhar, não havia tempo para continuar estudando.

Migração para Brasília

Aos 20 anos, a família para quem trabalhava viria morar em Brasília e lhe ofereceram vir junto e trabalhar na cidade. Mariana aceitou:

> *O salário era melhor, então eu aceitei. Estava a fim mesmo de mudar e pensei que seria bom para guardar um dinheiro e depois voltar, fazer outra coisa.*

Na hora de a família retornar para o Peru, ela decidiu ficar na capital brasileira por conta dos salários melhores.

> *Eu sabia pelas outras migrantes que havia chances de eu arrumar emprego. Então, para quê voltar?, melhor era ficar mais um tempo aqui e poupar um bom dinheiro... No fim não me arrependo, aqui ao menos conheci meu marido, tenho minha família e conseguimos construir uma casinha em São Sebastião. Não sei como teria sido minha vida em Lima. Acho que continuaria na mesma, morando e trabalhando para estranhos.*

Voltar

Ela gostaria de voltar, mas acha difícil. Já tem o marido e os dois filhos brasileiros. Também se pergunta se conseguiria se adaptar novamente a morar no Peru. Brasília é a cidade dos seus filhos, portanto, hoje é também a sua cidade: seu lugar será sempre onde estiverem seus filhos.

3.4.2 Reflexões sobre o perfil das migrantes

Tal como já foi explicado, as dez migrantes foram escolhidas dentre as dezenove conhecidas durante a primeira fase da pesquisa

de campo, em função da origem cultural, o mínimo de três anos na cidade – pela riqueza dos depoimentos em função desse tempo de vivência da migração – e pela boa disposição delas a falarem sobre suas vidas, seus sentimentos, suas experiências de migrantes trabalhadoras domésticas em Brasília.

Entendemos que contribuiu muito com nossa problematização incluir, no grupo estudado, migrantes com mais tempo na cidade e que por motivo de casamento deixaram de morar no local de trabalho. Isso nos deu elementos que permitiram problematizar melhor sobre a produção do espaço que cada uma foi desenvolvendo na cidade. Isto é, o sentimento de confinamento ao trabalhar e viver num espaço restrito, explicado e significado não só por migrantes que estão nessa situação atualmente, mas também por outras (são três mulheres nessa situação) que já passaram por isso e que hoje possuem a sua casa própria, formaram uma família e vivem junto dela.

Outro elemento a destacar é que incluímos também nesse grupo três migrantes solteiras, que moram no mesmo local em que trabalham, no intuito de observar se de fato existem motivações muito diferentes com relação àquelas com filhos, maridos ou companheiros e se, de fato, estar solteira ou casada se torna uma variável que incida de forma significativa em questões levantadas nas nossas premissas de trabalho.

Significa dizer que as pequenas e significativas nuances, longe de as entendermos como rompimentos com a unidade e coerência do grupo estudado, são por nós consideradas como fatores que introduzem riqueza nos depoimentos e nos permitem problematizar nossas reflexões desde a perspectiva das relações sociais de gênero, de classe e status, assuntos analisados nos próximos capítulos.

4.
A Problemática da Mulher Migrante: trabalhadoras domésticas peruanas em Brasília

Para quem ganha o pão cotidiano com o suor do rosto, o tempo livre é um prazer ansiado: até o momento em que o obtém. Recordemos o epitáfio que escreveu para sua tumba uma certa velha empregada doméstica:
"Não fiquem tristes, amigos, não chorem por mim: é que ***finalmente não farei nada, nada eternamente****".*
Perspectivas econômicas para os nossos netos,

John Maynard Keynes

O trabalho doméstico, profissão milenar, muitas vezes remunerada de forma inadequada, foi sempre atribuído à mulher. Apesar de ter havido mudanças, e alguns homens estarem assumindo tarefas no espaço doméstico e privado, as desigualdades culturais entre o lugar da mulher e do homem na sociedade continuam sendo um fenômeno muito presente.

> Por força das representações sociais incorporadas pelos indivíduos acerca do trabalho doméstico, as competências, habilidades e o conhecimento exigidos pelo trabalho doméstico são aspectos frequentemente associados à constituição da identidade feminina, o que constitui um viés socializador, demarcando, de forma contundente, já na socialização primária, identidades e papéis sociais em função do gênero (Araújo, 2005: 11).

De acordo com Piscitelli (2002), podemos pensar a subordinação feminina como algo que varia em função da época histórica e do lugar no mundo que se estude; contudo, "ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos" (Piscitelli, 2002: 2). No entanto, isso não justifica naturalizar tal subordinação, pois, ela é, foi e continuará sendo construída socialmente (*ibidem*).

Nogueira (2001) faz referência à situação dos casais nos dias de hoje. Para essa autora, mesmo que os casamentos hoje possam apresentar mais "companheirismo" e não sejam todos necessariamente "patriarcais", as lógicas de organização no núcleo familiar continuam sendo androcêntricas, pois as relações continuam a se desenvolver, majoritariamente, em função dos homens, mantendo-se um modelo de divisão de atribuições dentro e fora do lar.

Tais situações ficam evidenciadas, dentre outras formas, naquilo que autoras feministas denominam de "divisão sexual do trabalho" [91] (Hirata, 2009; Ginés 2007; Hirata e Kergoat, 2007; Ávila, 2009b) e na procura cada vez maior no mercado de trabalho in-

91. Tais questões serão desenvolvidas e aprofundadas ao longo do presente capítulo.

ternacional por mulheres sozinhas (mesmo que não o sejam exatamente, mas que estejam dispostas a deixar para trás sua família), pobres e migrantes. Isto é, mulheres que aceitem e incorporem nas suas vidas o trabalho doméstico como profissão e forma de vida, algo que algumas fazem desde crianças.

> *Meu pai faleceu quando eu era muito pequena, nem me lembro dele. Minha mãe voltou a se casar quando eu estava com quatro anos de idade. Então, ela nos deixou, eu e minha irmã, na casa da minha madrinha. A madrinha foi quem me criou até os 19 anos. Lá fui criada bem, mas sempre tenho lembranças de trabalhar na casa. Claro, a madrinha me vestia, me dava comida, mas sempre lembro de eu e minha irmã trabalharmos na casa. Assim, eu nunca pensei em fazer outra coisa, sonhar com outra profissão que não fosse essa de trabalhar em casas* (Marta).

Em diálogo com isso, Ávila (2009) defende que o trabalho doméstico é considerado uma atribuição das mulheres, fato que para a autora demanda uma redefinição do próprio conceito de trabalho e o institui como uma questão sociológica.

> Com a organização capitalista da produção industrial no século XIX, muito do trabalho produtivo se moveu para fora do lar até novos locais e trabalho. Muito da atividade reprodutiva se manteve dentro da casa, desempenhada principalmente por mulheres. "Trabalho" se tornou algo que uma pessoa faz por salário dentro de um "local de trabalho"; o lar não foi mais visto como o local de "trabalho" e o "trabalho doméstico" pago foi tido por empregadores como um trabalho com baixo *status* ou estigmatizado, ou até mesmo não como um trabalho *de verdade*. [...] Essa separação interfere com nossa capacidade de ver o lar como um local

> de trabalho e de conceber a interpenetração de produção e reprodução (Colen e Sanjek *apud* Fleischer, 2000: 72-73)

É interessante lembrar que com o advento da Revolução Industrial, o *tempo* começou a reorganizar-se em função da atividade econômica, daí que emergiu com mais força a separação entre espaços reprodutivos, reservado às mulheres, e espaços produtivos, reservado aos homens (Vaghi, 2007). Atualmente, ao considerarmos o espaço em que o trabalho doméstico remunerado é desenvolvido, identificamos uma ambiguidade decorrente da "permeabilidade" entre aquilo que se denominava de espaço produtivo e de espaço reprodutivo com sua consequente "flexibilidade" – com prejuízo na grande maioria das vezes para o/a trabalhador/a – na definição dos tempos do que se considera *trabalho* e do que se considera *descanso*.

O debate tem sido muito rico no âmbito dos estudos feministas e de pesquisas específicas sobre trabalho doméstico[92]. Particularmente,

92. Joaze Bernardino-Costa, na sua tese doutoral intitulada "Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos" – 2007, Depto. Sociologia da UnB – recupera e analisa de forma esclarecedora várias pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre o tema. Dentre outras, destacamos: (i) a pesquisa histórica de Sandra Lauderdale Graham, *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910.* (ii) a pioneira pesquisa de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, *Emprego Doméstico e Capitalismo*, (iii) as reflexões sobre gênero desenvolvidas por Suely Kofes em *Mulher, Mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre empregadas domésticas e patroas*, (iv) a tese doutoral de Christiane Girard Ferreira Nunes, intitulada *Cidadania e Cultura: o universo das empregadas domésticas em Brasília (1970-1990)* (Bernardino-Costa, 2007: 1-8). Ao longo do livro citamos outras pesquisas desenvolvidas no Brasil e outros países. Salientamos a recente pesquisa feita para sua tese de doutorado por Maria Betânia de Melo Ávila, intitulada "O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência", publicada em 2009 (Cf. Ávila, 2009a).

entendemos dever ser salientado o entendimento comum de serem as trabalhadoras domésticas, bem ou mal remuneradas, as que suprem tarefas necessárias para o espaço do doméstico e privado de *outros/as*. Além do mais, o fato de essas tarefas serem desempenhadas num espaço privado torna mais difícil a reivindicação de direitos – como o simples fato de dispor de tempo para descanso, direito de todos e todas.

Nesse sentido, podemos sustentar que o trabalho doméstico remunerado desempenhado notadamente por mulheres tem sido aquilo que permitiu a outras mulheres – as "senhoras" da casa – se "libertar" desse tempo demandado pelas tarefas do denominado espaço reprodutivo. Fenômeno chamado nos estudos feministas de modelo de "delegação" (Hirata e Kergoat, 2007: 605), assim como também de "reprodução estratificada"[93] (Colen *apud* Brites, 2007:4). A reprodução estratificada reforça a ideia de que essa possibilidade de se libertar para "algumas" reproduz estratificação, pois não faz outra coisa do que reforçar e intensificar as desigualdades nas quais se fundamenta (*op.cit.,* p.5).

Infelizmente, ainda atualmente continuam existindo situações como a citada na epígrafe de J. M. Keynes, extraída do seu artigo publicado em 1930, onde uma trabalhadora doméstica manifesta sua consciência de que só morrendo poderá descansar e ser protagonista de uma vida digna que ela nunca conseguiu ter.

Em diálogo com isso, Lucía nos manifestava,

93. Colen faz um estudo com babás caribenhas em Nova York e "mostra como o conjunto particular de valores familiares abraçados pelas mulheres profissionais da alta camada norte-americana só se sustenta com a ajuda de serviçais oriundas dos países pobres. Estas, por sua vez, deixam seus próprios filhos aos cuidados de outras mulheres no seu país de origem, de acordo com valores e modos de organização familiar diferentes, porém complementares àqueles de suas empregadoras" (Brites, 2007: 4-5).

> *Muitas vezes a senhora não quer que eu saia, sábado ou domingo. Fala que precisa que eu fique. Mas é meu tempo de folga, eu preciso descansar!* (Lucía)

Veja-se que na fala dessa migrante, é "a senhora" que não a deixa sair; ou seja, nesse caso, é uma mulher que dita as normas do trabalho doméstico desempenhado por outra mulher. Significa dizer que, no "espaço privado", a relação hierárquica se passa, sobretudo, entre mulheres.

Pesquisas recentemente publicadas (Hajtó, 2010) mostram como já no início do século XX (primeiras décadas), mulheres migrantes se deslocavam sozinhas dentro da Europa para se empregar no setor doméstico. Tal foi o caso de migrantes provenientes da Irlanda que chegavam à Inglaterra, ou daquelas vindas da Hungria que tinham como destino a Bélgica. As húngaras eram trazidas para a Bélgica já com contrato assinado, através da *Ligue des familles nombreuses de Belgique*. De acordo com Hajtó (*op.cit.*) o isolamento que essas jovens mulheres sofriam criou um forte sentimento de uma experiência e identidade comum ao grupo, ao ponto tal de chegarem a criar, com apoio da Igreja Católica, uma organização própria[94] em Bruxelas que se iniciou com a filiação de 200 migrantes trabalhadoras domésticas no ano de 1936.

Com base nesses exemplos, que datam de um século atrás, podemos sustentar que as migrações internacionais femininas por trabalho doméstico remunerado não são exclusividade dos nossos tempos (fim do século XX e início do século XXI). As mulheres já

94. Deram o nome de *"Le Cercle de la Bienheurese-Marguerite"*, e promovia a dupla identidade de católicas e húngaras, num momento em que havia umas 1000 domésticas húngaras na Bélgica (Hajtó, 2010: 131).

no passado migravam por um conjunto de razões "que não podem ser resumidas unicamente à racionalidade econômica" (Hajtó, 2010: 135), tal como destacamos em capítulos anteriores.

Resulta evidente que a necessidade de se sustentar e dar sustento à família são uma forte motivação, mas existem outros elementos que merecem ser problematizados e que dizem respeito tanto a uma situação estrutural de organização capitalista e patriarcal da sociedade que se manifesta, dentre outras formas, na divisão sexual do trabalho, como também a elementos subjetivos que referem a uma história de vida e uma cultura de origem que levam a algumas mulheres a tomarem a decisão de sair e assumir o lugar de trabalhadora doméstica profissional longe das suas origens.

Para além da situação por nós investigada, de um grupo de migrantes peruanas trabalhadoras domésticas em Brasília, existem situações correlatas e investigadas em trabalhos tais como: as das migrantes brasileiras trabalhadoras domésticas nos Estados Unidos (Fleischer, 2000), as do nordeste brasileiro no Distrito Federal (Girard, 2002, 1993), as das filipinas no Canadá[95], ou das filipinas na Europa (Anderson, 2001), as da Europa de Leste na Itália (Stefanelli, 2011), as das asiáticas e africanas no Líbano (Jureidini, 2009) ou das migrantes andinas na Espanha[96], dentre muitas

95. Disponível em : http://www.cic.gc.ca/english/work/caregiver/associations.asp, Acesso: janeiro, 2010.

96. Tal como foi citado no capítulo 2, Cf. *"Migrantes de países andinos son mayoritariamente mujeres"*, Disponível em: **http://www.desdelsur.bo/desdelsur/index.php?id=264**, Acesso em: novembro de 2010. Para consultar relatório completo "Mujeres Migrantes Andinas": **http://www.intermonoxfam.org/es/page.asp?id=387**, acesso em: 14 de dezembro de 2010.

e inúmeras situações, todas contemporâneas, tendo em comum a condição de serem mulheres pobres que migram para se empregar no setor doméstico (ou *home care*) como resposta a uma situação de fortes carências que sofrem nas suas comunidades de origem.

> *Mesmo que eu fique aqui com quase nada, só com o dinheiro necessário para coisas pessoais, o resto do meu salário eu envio tudo... tudo para meus filhos e o meu marido* (Carmen).

Muitas vezes as mulheres – estimuladas por uma situação de falta de reconhecimento já no seu próprio núcleo familiar – sentem especialmente a necessidade de produzir seu próprio espaço, seu lugar na família e na sociedade, seja ou não num contexto de migração, e com a particularidade de que historicamente o foram fazendo desde uma posição de invisibilidade. Em diálogo com isso, Saffioti salienta:

> A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. [...] Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental (Saffioti,1979: 32).

No entanto, muito pouco delas é levado em conta na história "oficial". Elas não costumam fazer parte dos relatos históricos heroicos usualmente desprovidos de heroínas, sendo que de fato existiram verdadeiras pioneiras viajantes já no século VIII, ou na Idade Média, onde se registra o lugar da mulher peregrina ou daquelas que, para poderem lutar ou embarcar em navios, faziam-se passar por homens (Morató, 2001).

No Brasil foi desenvolvida uma pesquisa documental (Leite *apud* Alencar *et al.*. 2009) com a literatura de viajantes estrangeiros que estiveram no país durante o século XIX. Descobriram-se dezesseis autoras desconhecidas, todas mulheres europeias; muitas delas precisaram assinar com o nome dos maridos para terem seus livros publicados.

Em 1792, a escritora inglesa Mary Wollstonecraft publicou o livro *A Vindication of the Rights of Woman*, onde "a autora exigia a independência econômica para as mulheres como forma de emancipação pessoal e de respeito pela igualdade" (Nogueira, 2001: 133). Entretanto, cabe salientar que em todas as épocas as motivações e a luta pela igualdade de oportunidades para mulheres e homens detêm suas especificidades em função das classes sociais, do contexto social, político e econômico do país e da região (Nogueira, *idem*).

Mesmo correndo o risco do recorte, poder-se-ia falar que inclusive hoje por um lado temos as mulheres com condições de vida mais favorecidas que lutam (algumas) por mais igualdade, ou menos discriminação, no mundo do trabalho, obtendo assim maior autonomia nas suas vidas, e, por outro, as mulheres menos favorecidas do ponto de vista material – como o caso aqui estudado – cuja luta diária visa, notadamente (não exclusivamente), à sobrevivência e à vontade de fugir de uma situação de marginalização social em que elas e suas famílias se encontram. Por isso, a relação que essas migrantes vivem entre o aqui e agora (Brasília) e o lá (Peru, família) se distingue ao mesmo tempo em que se confunde, pois a família que lá fica também é o seu "agora", é o "motor" que muitas vezes alimenta o dia-a-dia do trabalho.

* * *

Após esta introdução à problemática das mulheres migrantes e trabalhadoras domésticas, passamos a desenvolver nossa análise com base nas seguintes categorias:

Primeira, buscando contextualizar nosso caso de estudo, resgatamos como foi sendo produzido e moldado o **lugar da mulher na cultura andina**, cultura de origem do grupo de migrantes peruanas estudado, tópico que desenvolvemos visando a esclarecer nossa investigação e análise.

Segunda, tal contextualização nos introduz na análise da **dimensão étnica e identitária** dessas migrantes, buscando com isso resgatar através da perspectiva das próprias mulheres os processos de identificação e de alterização que delimitam **fronteiras sociais** e que afeta no seu presente a integração à cidade de forma geral e ao mercado de trabalho especificamente.

Terceira, analisamos os impactos que a **divisão sexual do trabalho** tem na vida dessas migrantes. Nessa instância, a contextualização feita no início, assim como a problemática étnica e identitária do grupo, nos permite tecer nossa compreensão sobre o assunto apoiando-nos na ideia de Hirata e Kergoat (2007) que é preciso ir às nascentes das desigualdades entre os sexos e não ficar no nível da constatação. Salientamos nesse ponto o sentimento de medo em que vivem as migrantes, algo que não é novo, e que sustenta a propensão delas à servidão.

Quarta, analisamos a **ausência de mobilidade profissional** de que elas padecem, chegando a formar o que o sociólogo Alejandro Portes chama de "enclave étnico" e o que a antropóloga Micheline Labelle chama de "ghettoïsation". A origem social e étnica e a falta de qualificação formal para outro tipo de tarefas confinam essas mulheres a serem trabalhadoras domésticas em condições de vulnerabilidade e as chances de mudanças são praticamente inexistentes, mais ainda no âmbito deste tipo de migração.

4.1 O lugar da mulher na cultura andina: origens, mudanças e estereótipos

> *Minha mãe sempre falava, a mulher tem que ser semente, e também coluna da família. Se ela não lutar pela construção da casa própria, o homem nunca vai pensar nisso.* (Elena)

A cultura andina tem nas suas origens o Império Inca (e período pré-incaico), assim como diversos grupos étnicos que existiram nos territórios hoje ocupados pelo Peru, Bolívia, Equador, sul da Colômbia, noroeste da Argentina e norte do Chile entre aproximadamente o ano 1200 e até a invasão dos espanhóis no continente, século XVI (Lumbreras, 1990).

Nesse contexto pré-colombiano, muitos documentos da época evidenciam a alta posição econômica e religiosa da mulher incaica, ou seja, ela não era considerada um ser inferior. Ao contrário, estudiosos falam da existência de um "paralelismo sexual" que outorgava tanta importância à mulher quanto ao homem. Análises de representações gráficas, assim como de versos escritos e elaborados na época sobre ou para os deuses demonstram a crença em divindades bissexuais, e não exclusivamente masculinas ou femininas (Harrison, 1985: 13)[97].

97. Resulta-nos interessante mencionar que essa leitura do lugar da mulher na cultura indígena andina pré-colombiana não é consenso e existem outras abordagens analíticas sobre esse assunto. Por exemplo, Montaner (2001), ao fazer uma análise geral do processo de colonização espanhol, sustenta que a sociedade patriarcal dos espanhóis encontrou na América a sociedade patriarcal dos índios. Para esse autor, mesmo que a realidade dos astecas não fosse a mesma que a dos incas, isto é, reconhecendo que cada grupo étnico tinha suas especificidades, a mulher ocupava um lugar inferior ao do homem. No entanto, nós privilegiamos o ponto de vista de

De acordo com Silverblatt (*apud* Harrison, *op.cit.*) existiram elites como a dos *Curacas* que governaram nesse período pré-colombiano, onde se registra a participação ativa de mulheres.

> A *coya*, a rainha, também controlava várias parcelas de terra e tinha direitos aos produtos de tais terrenos para manter os cultos de seus ancestrais. Algumas tarefas da mulher lhe outorgavam prestígio: o ato de produzir os tecidos reais e da comunidade e de fazer as quantidades de chicha para as festas do Estado. Além do mais, sabe-se que foi uma rainha que introduziu o costume de cultivar o milho e há referências a uns terrenos de uma rainha que possivelmente serviam como parcelas experimentais para a agricultura (Harrison, 1985: 13)[98].

Existia também o direito a herdar tanto para homem quanto para a mulher, porém infelizmente todo esse sistema foi sendo modificado com a chegada dos espanhóis. Os colonizadores selecionavam os homens indígenas para os cargos de *curacas*, e às mulheres destinava-se o casamento com espanhóis para adquirir maior status.

No entanto, essa ação de se casar com um espanhol gerava conflitos entre as mulheres e a ideologia dominante espanhola, pois deviam ficar submissas à autoridade do marido. Em documentos

---

Harisson, Silverblatt, Castro Pozo, por tratar-se de estudos específicos à realidade de grupos indígenas habitantes do território que hoje ocupa o Peru, e por levantar questões como a do paralelismo sexual nesses grupos, que raramente costumam ser mencionadas e se tornam muito significativas para nossa pesquisa.

98. Tradução nossa do original em espanhol.

conservados da época da colonização encontram-se vários casos onde mulheres incaicas, de sangue real, contestavam a legalidade das leis de herança espanhola (Harrison, *op.cit.*, p.14).

> Uma dessas mulheres, Clara Payco, expressava no seu testamento: "Mesmo não tendo nenhum parente, o meu marido (espanhol) não tem direito algum sobre as minhas propriedades" (Silverblatt *apud* Harrison *op.cit.*).

Rapidamente, a potência colonizadora espanhola foi transformando e impondo sua lógica patriarcal de organização social, dando como resultado situações como a que descreve o sociólogo peruano Hildebrando Castro Pozo[99]:

> [atualmente] um fato comum que pode ser observado na serra [...] quando descem das *punas*[100] para as feiras: os homens andando [a pé] ou montado em burros, sem outra carga além de suas mantas e *petaca-carteras* ou "chuspas" de lã não muito cheias de coca; enquanto que as mulheres, carregadas como bestas, levam dentro do "quipe" todos os produtos que vão vender [...]. Não tenho conseguido constatar um só caso em que um burro ou um homem desçam carregados e sua companheira tão somente com o fruto do carinho "quipichado" (Castro Pozo *apud* Harrison, 1985: 15)[101].

---

99. No seu livro "Nuestra comunidad indígena" publicado em 1924 e em 1979.

100. Do quéchua, significa terra alta e fria. Cf. **http://www.katari.org/diccionario/diccionario.php**, Acesso: maio, 2011.

101. Tradução nossa do original em espanhol, mantendo as palavras em língua quéchua.

No entanto, dialogando com esses fatos, Harrison propõe ir além e centrar-nos no conteúdo do "quipe" que carrega a mulher em suas costas. Para isso, a autora toma elementos de pesquisas contemporâneas feitas em comunidades indígenas da Bolívia pela antropóloga Olivia Harris[102], por exemplo. Harrison salientava que comunidades indígenas contemporâneas da Bolívia costumam reconhecer que certas decisões cabem à mulher por considerá-la mais capacitada a fazê-lo; fato que, consideramos, não deixa de ser uma divisão do trabalho ou divisão das decisões a partir de uma matriz sexual que outorga certo espaço para a mulher e outro para o homem. Exemplos de tais decisões que cabem às mulheres da família são: o cálculo da quantidade de produtos agrícolas para se abastecer durante o ano, o quanto desses produtos vender, assim como tudo relativo aos animais possuídos pela família, para além, é claro, de tudo referente ao cuidado da família.

Esses elementos mais recentes assim como também os passados evidenciam o dinamismo da configuração social, histórica, cultural do lugar da mulher nessa cultura indígeno-andina, com forte tradição camponesa, mas que hoje também está perpassada – no grupo de migrantes aqui estudado – pela experiência da migração e vivência de anos na grande cidade (Lima, capital do Peru). Isso tudo nos permite começar a avançar na nossa compreensão dos relatos das migrantes na hora de falar e explicar, por exemplo, por que são elas que migram e não os maridos, ou a família em conjunto; como foram tomadas as decisões e como continuam sendo tomadas hoje em relação ao dinheiro enviado ou à educação dos filhos, dentre outros assuntos.

---

102. (1948-2009) Antropóloga professora da LSE (Inglaterra) reconhecida pelas suas pesquisa na Bolívia. Cf. **http://www.guardian.co.uk/science/2009/apr/20/olivia-harris-obituary**, Acesso em: maio 2011.

Para a mulher é muito mais fácil arrumar emprego onde for. Se você estiver numa situação difícil, sendo mulher pode trabalhar até em casas [doméstica]. Já o ***homem... não.*** *Ele não se acostumaria com esse tipo de trabalho. Então a mulher migrante tem como opção trabalhar em casas (Elena)*

A minha ideia é voltar, creio que consigo em 2011, e aí fazer as coisas diferentes... E como sempre ser independente... iniciar algo novo... deixar meu marido independente com a loja... E assim evitar chegar a situações como estas...

Sinto agora que meu marido por momentos foi muito dependente de mim... esperando EU tomar decisões por todos nós. Uma situação em que ***eu me sentia mais "o homem" e ele "a mulher"*** (Carmen)

Tenho refletido e pensado muito no assunto. Vejo que antes, na minha vida no Peru, eu passei só cuidando dos outros, incluindo ele [marido], às vezes até como se fosse um filho ou um irmão. Então agora as coisas mudaram, os sentimentos mudaram. Sempre ficava preocupada com os outros e esqueci minha própria vida; isso dói, e me sinto tão sozinha, não ter com quem desabafar tudo isso que sinto é difícil. (Teresa)

Já passaram 7 anos, eu sinto muito **mais falta** *dos meus filhos do que do meu marido. E depois de tanto tempo, sei que nem sempre já dá para confiar nele* [o marido]. *Aí... ultimamente* ***eu prefiro enviar dinheiro no nome do meu filho*** *mais velho e não do meu marido. Mas às vezes mando alguma coisa para ele* [marido], *porque acho que já percebeu e fica bravo comigo.* (Amelia)

Podemos observar nesses breves relatos uma complexa mistura entre traços tênues de uma cultura milenar, com aqueles da cultura

patriarcal do colonizador espanhol e, finalmente, com uma realidade contemporânea internacional mais urbana e fortemente marcada por uma divisão sexual e internacional do trabalho, mas que ainda está perpassada por elementos de uma cultura indígena e um passado rural.

> *A senhorita XX* [filha da família para quem trabalha] *é advogada e trabalha muito, muito mesmo. Fica horas no computador e nos livros. Aí ela amiúde tem dores musculares nas costas, ou no braço direito. Teve um dia que eu senti uma vontade forte de pegar seu braço e fazer uma oração. Ela deixou e.... a dor passou! Agora sempre vem e pede:* "Amelia, faça a cura para mim, por favor". *E eu faço, mas já expliquei para ela, não é uma cura, eu simplesmente faço a oração, é o Senhor quem cura por meio da minha prece. Isso aprendi na igreja, porque agora eu sou evangélica.* (Amelia)

Nessa linha, interessa-nos refletir junto com Girard (2002) sobre a necessidade de não separar as lógicas que imperam naquilo que consideramos ser espaço do trabalho com os demais âmbitos da vida das pessoas: o individual e familiar, o religioso ou transcendental, o profissional, etc.

> *Sair e migrar toda a família é... BEM DIFÍCIL, sendo realista, MUITO DIFÍCIL. A ideia era sair um, eu ou o meu marido. Um dos dois, para tentar, de fora, injetar algo de capital, procurar recuperar o que havíamos perdido. Acabei saindo eu... claro.... **ele nunca aguentaria trabalhar do jeito*** [intensidade] ***que eu estou fazendo*** *aqui em Brasília e durante tanto tempo longe de tudo* (Carmen).

> *Um dia voltando da Igreja, aqui em Brasília, encontrei a máquina cheia de café. Ele* ["o senhor"] *tinha usado um café da*

> *Costa Rica, muito bom, muito aromático, e tinha colocado quase todo o pacote na máquina, para uma jarra só de café!!! Eu lhe disse, "mas não pode!! Olhe, eu utilizo pouco, e cuido muito desse café" ..... É* ***nesses momentos que eu penso novamente nos meus filhos, meu marido****, penso que deve acontecer o mesmo com eles, porque* ***o homem é assim, não adianta, ele não sabe dessas coisas.*** (Amelia)

Por isso, aquilo vivido no espaço do trabalho é uma cultura que perpassa os diferentes âmbitos da vida das pessoas, e vice-versa. Assim, sustenta Girard (2002), entendendo as lógicas e valores predominantes na esfera do trabalho, podemos desvendar o social e os lugares que os atores sociais aí ocupam.

O entrelaçamento do mundo do trabalho com aquele da cultura de origem, das crenças, dos valores compartilhados nos grupos de referência, está presente em todas as migrantes que tivemos oportunidade de conhecer, tanto na primeira fase da pesquisa como no grupo de dez entrevistadas. Observe-se, por exemplo, que ao se referir aos empregadores falam do "*señor*" e da "*señora*". O mesmo acontece quando falam para terceiros sobre seus próprios empregadores, dizem: "meu chefe" ou, sobretudo, "o senhor XX, a senhora YY". Identificamos nisso uma matriz histórico-cultural muito forte que reverencia àquele que detém o poder e formaliza, de fato, a hierarquia social na esfera das inter-relações cotidianas. Elemento que, apesar de poder manifestar-se em qualquer sociedade, notamos que nesse grupo de migrantes é marcado de forma permanente e com um alto grau de reverência para com o empregador.

Ao questionar por que chamam assim aos seus empregadores, Amelia responde:

> *É um costume do meu país, eu não consigo falar de outra forma. Dirigimos-nos a eles como "señor fulano", "señora ou doña fulana". E aos filhos deles chamamos de "señorita", "la niña", "el niño", e assim.... é costume.*
> *Inclusive ao* ***meu marido,*** *agora o chamo pelo nome, mas no início do nosso casamento o* ***chamava de "mi señor".***

Poder-se-ia identificar nisso, hoje, uma ida e vinda (e não em direção única) entre o espaço privado-familiar e o espaço do público-trabalho; assim como também se poderiam identificar elementos de uma cultura patriarcal que ainda no século XXI perpassa todas as esferas. No caso das trabalhadoras domésticas migrantes em Brasília, reforçam-se pela relação estabelecida com seus empregadores, alguns de origem europeia ou norte-americana e outros, inclusive, latino-americana representando a figura fortemente arraigada entre nós do homem "branco" ou da mulher "branca" rica.

> *Tenho conhecido pessoas aqui que quando falam da origem da gente, também acrescentam outra nacionalidade. Por exemplo, "sou peruana, mas também francesa (ou espanhola) porque a minha família...."* [relatando sobre um encontro com uma peruana "señora" e não trabalhadora doméstica]. *É como se precisasse ser diferente da gente, marcar outro status, ter outra origem para além da peruana.... Isso me incomoda muito, parece uma barreira que levantam entre eles* [também peruanos] *e nós.* (Diana)

Isso é interessante porque mostra a supremacia da cultura europeia por parte das classes dominantes. Daí a necessidade de se afirmar a origem ao mesmo tempo em que se diminui a cultura local.

4.2 Identidades e fronteiras sociais étnicas

Existe no Peru um ditado popular que diz o seguinte: *el que no tiene de inga tiene de mandinga*, segundo explica o antropólogo peruano Luis Lumbreras. *Inga* são os índios, e *mandinga* aqueles que têm sangue africano. O Peru, segundo o antropólogo, é quase um mostruário de todos os países do mundo, não só pela paisagem, mas sobretudo pelo povo (Lumbreras, 1990: 58).

> *No meu país não tem uma raça determinada. Não temos.. como dizer "são brancos.. são indígenas...". Na minha família, na verdade, eu não sei. Não sei exatamente... o que sim sei é que meu avó paterno era um homem alto com traços chineses. E o meu pai também tinha esses traços. Meus irmãos, alguns deles, também. Eu não, não puxei a ele. Na família do meu pai.. conheci uns primos... e eram assim.. não brancos exatamente.. mas colorados, com o cabelo bem 'rojizo'. A família da minha mãe.... eu lembro do seu pai, um homem baixinho, fininho, branco. Da mãe dela, não lembro, praticamente não conheci.* (Elena)

Essa múltipla composição faz com que o processo de identificação e de definição daquilo sentido como próprio pelos peruanos seja muito complexo, algo característico da realidade de muitos países latino-americanos. Logo aparece o argumento dos ancestrais reconhecidos no antigo mundo andino, o período incaico ou pré-incaico. Porém,

> essa identificação resulta forçada, romântica e não pode ser aceita sem analisar as relações concretas que aquela época tem conosco, habitantes de um país onde além de "ingas" temos "mandingas" e de outros povos da Europa, do Oriente, e todos acabamos nos considerando "peruanos, mesmo que

> os hispano-falantes não se compreendam com os quéchua ou os aymara-falantes [...] (Lumbreras, 1990:58-59)[103].

Na teoria antropológica foram desenvolvidos dois modelos básicos de interpretação da etnicidade. Por um lado o *primordialista*, que toma como referência a antropologia de Clifford Geertz, que desenvolveu um modelo de etnicidade como fator existencial da condição humana, como algo não escolhido, algo dado pelo fato de ter nascido numa comunidade. Por outro, o *situacionista* ou *instrumentalista*, que toma como referência a obra coletiva dirigida por Frederik Barth, e associa a etnicidade com movimentos de afiliação ou identificações que oscilam segundo os interesses perseguidos e as condições em que partem os grupos implicados numa relação interétnica. (Terrén, 2002: 31-32).

Cabe lembrar também, de acordo com Terrén (*ibidem*), que já Robert Merton defendia que a etnicidade tinha se convertido numa questão de definição técnica. Na época, houve um forte impulso no desenvolvimento empírico da sociologia da etnicidade, com pesquisas qualitativas de caráter etnográfico, alentadas por uma reação antifuncionalista, que deixaram em evidência a "grande complexidade de um objeto que raramente pode ser observado no seu estado puro" e que acabou desencadeando o que Yinger chamou de "alargamento do significado de etnicidade" (Terrén, *idem*).

De acordo com Poutignat e Streff-Fenart (2008), apesar das sólidas tentativas levadas adiante pelos antropólogos para desconstruir a noção de etnia, ela continua sendo pensada como um grupo portador de cultura, e a etnicidade como uma propriedade transmitida por herança cultural de um grupo pré-existente.

---

103. Tradução nossa do original em espanhol.

No entanto, em diálogo com isso, o fato de o grupo aqui estudado ser definido como "peruanas", não invalida o recorte, pois, tal como explicado no capítulo anterior, buscamos com isso nomear elementos em comum de uma cultura de origem à qual pertencem as migrantes, que hoje se reforçam ao serem residentes num contexto fora do país de origem, a cidade de Brasília. Repare-se que muitas vezes, nas falas das migrantes, elas fazem referência ao grupo com expressões tais como: "nós peruanas somos reconhecidas como boas cozinheiras" (cf. cap. 3, 3.2.).

Nesse sentido, não se busca justificar que a origem social e cultural comum seja essencial para delimitarmos um grupo com uma mesma pertença étnica, mas entendemos que, sim, são elementos relevantes e que se potencializam ao estarem "fora de casa". Note-se também que uma experiência de dominação comum – como em nosso caso o da exploração no âmbito do trabalho e a estigmatização sofrida – pode constituir em si mesma um fator decisivo para o sentimento de pertença comum e de unidade do grupo (Poutignat e Streff-Fenart, 2008).

Com base nesses autores, entendemos que a designação de "trabalhadoras domésticas migrantes/peruanas" não estaria definida em termos absolutos, nem racial nem etnicamente, mas *sim* poderia sê-lo em termos relativos. Ou seja, tal categorização pode se tornar racial ou étnica pela significação outorgada pelos atores sociais envolvidos nas instâncias cotidianas de interação, segundo um determinado contexto.

Algumas vezes são elas próprias que dão essa conotação étnica à sua condição, à sua falta de oportunidades:

> *Eu não quero que minhas filhas trabalhem em casa de família* [a mais velha pedia para vir, pois também queria juntar

dinheiro], *eu quero que elas estudem,* ***que sejam mais****, e que não passem o que eu venho sofrendo, porque nossos pais eram camponeses. Nossos pais* [fala em plural, pois inclui sua irmã Amelia] *não falavam castelhano, só quéchua.... Eu não queria que minhas filhas trabalhassem agora, quero que estudem, não quero que passem o que* ***eu tenho sofrido por ter pais camponeses, analfabetos.*** (Teresa)

Nós conhecemos as letras, mas os nossos filhos têm que ser mais que isso, não só conhecer as letras…. Precisam chegar a ser mais! (Amelia)

Fui fazer a documentação na Polícia Federal. Precisava fazer umas coisas pela Internet primeiro, para depois ir pagar no banco. Mas a gente não tinha feito isso. O policial perguntou "por quê?". E eu disse: olha, ***a gente não sabe utilizar Internet, nós somos indígenas****, olha aqui, eu uso tranças, por isso nós não sabemos.. [*risos*!] Então, o policial nos disse, "tudo bem, eu faço para vocês, não se preocupem".* (Amelia)

Portanto, parafraseando Poutignat e Streff-Fenart (2008), compreendemos que a nossa nomeação ao grupo estudado de "trabalhadoras domésticas migrantes/peruanas" não busca "decretar" uma natureza étnica nem lhes impor uma forma de identidade. Ao invés busca, através da perspectiva das próprias mulheres, reconhecer processos de identificação e de alterização que permitem identificar fronteiras sociais entre: "elas" e os empregadores, "elas" e os moradores da cidade (Brasília), "elas" e outras trabalhadoras domésticas.

Dito de outra forma, elas com elas próprias e com seu contexto de origem (seu presente, passado e futuro) e elas com as/os "outras/os" que constituem o seu presente vivido em Brasília, identificando nisso processos sociais de exclusão e de incorporação definindo-se, assim, o que Barth (2008) denomina de fronteiras sociais étnicas.

Processos esses que levantam barreiras, sendo algumas delas explícitas e outras praticamente invisíveis, porém, muito efetivas. E a condição de gênero, i.e., o *ser mulher*, no caso que estudamos, entendemos constituir-se como a base sobre a qual se sustenta o estigma também dotado da dimensão migratória, étnica, de classe e status, que mantêm esta migrante refém à profissão de trabalhadora doméstica.

> A identidade de integrante de uma minoria é outorgada ao indivíduo como uma categoria de pertença estigmatizante, ligada visivelmente à pessoa pelos traços distintivos incorporados (a cor, a *hexis* corporal, o sotaque), ou marcas signaléticas (nome pessoal, lugar de moradia), naturalizados como atributos hereditários (dito de outra forma, uma "raça") e que engendram uma incapacidade de assumir as posições que todos os integrantes (majoritários e minoritários) consideram como de status chave na sociedade (Poutignat e Streff-Fenart, 2008: XVII)[104].

Significa dizer que consideramos que a dimensão de gênero conforma uma base à qual se sobrepõem outras dimensões da estrutura de opressão e discriminação em que esse grupo de migrantes vive antes e durante a experiência migratória; fenômeno que no âmbito dos estudos de gênero se denomina de "interseccionalidade" (Crenshaw, 2004; Piscitelli, 2008; de Sève, 2011) e que merece toda nossa atenção para esclarecermos que

> A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade.

104. Tradução nossa do original em francês.

> Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. Há também outras categorias de discriminação [...] **A intersecionalidade sugere que**, na verdade, nem sempre **lidamos** com grupos distintos de pessoas e sim **com grupos sobrepostos** (Crenshaw, 2004: 9-10, grifos nossos).

Em sociedades consideradas pós-coloniais, como as de nosso continente, a necessidade por muitos sentida de se livrar de algumas marcas estigmatizantes leva inclusive a uma autonegação aspirando a introjetar na sua identidade elementos em certa forma "alheios", porém, próximos até pela sua própria trajetória migrante (da aldeia/ da província para Lima, de Lima para Brasília). Já que, retomando Barth (*op.cit.*), a etnicidade é definida pelas suas fronteiras, ou seja, pelos espaços de interação com os outros; e nós acrescentamos seguindo a premissa interacionista que ela também é definida pelas instâncias de autointeração que são muito dinâmicas, notadamente durante o processo de migração (Rivera, 1996).

> *No meu país também tem outra língua oficial, o quéchua, mas a maioria da população da cidade não sabe falar, nem aprende. Se você for para o interior, área rural, aí sim vai ouvir falar o quéchua e alguns também o Aymara. Mas* ***eu nunca aprendi, pois nem preciso disso...***
>
> *Aqui esta família com quem trabalho, eles comigo falam espanhol, mas entre eles falam francês... Eu gostaria muito de ir para França, e* ***conhecer Paris!*** *Conhecer..... como é que se chama? ... aquela torre... aquela famosa...não sei como pronunciar...., mas tudo bem.. por isso é quero ir...*
>
> *Às vezes os escuto falar em francês e penso que seria bom eu tentar ouvir palavras e repetir para ir aprendendo. Mas eles falam tão rápido que nem dá para identificar uma palavrinha*

> *sequer. Eles falam, riem muito, acho que falam muitas piadas..... E eu penso, que pena não poder entender! Pois assim eu também poderia rir, e* ***acho chique essa língua.***
> *A senhora me diz, "aprende francês" para poder vir com a gente para França.... Mas, como? Onde? Quando que eu vou fazer isso?!?! Sinto vontade de lhe dizer: "senhora, você está pedindo algo que é impossível para mim". No meu caso eu trabalho todos os dias, o dia todo..... Meu sonho seria ao menos aprender o básico, para que, se me perdesse numa cidade como Paris, pudesse perguntar, onde fica tal rua?... essas coisas. Ou cumprimentar... o básico... Mas falar francês fluente* ***é impossível nas minhas condições,*** nunca vou conseguir.
> *Eu penso que quando ela me diz isso é para eu ficar, para eu não ir embora. Porque aqui acontece muito de ter uma empregada e aí aparece um dia uma que está indo embora, que muda de emprego.* (Diana)

De acordo com a socióloga aymara-boliviana Silvia Rivera Cusicanqui, em um país como a Bolívia – e como extensão analítica o Peru e outros da nossa região –, a etnicidade precisa ser relacionada com as prolongadas marcas do colonialismo interno. E isso vem conformando "caleidoscópicas e múltiplas etnicidades", sustenta a autora, que vão se articulando de forma muito diversa com níveis de renda, formas de consumo, e, nós acrescentamos também, status profissional e condição migratória. Por isso é que podemos falar em "identidades múltiplas e situacionais" (Rivera, 1996: 3); portanto, identidades dinâmicas que vão se moldando e reinventando conforme as vivências durante esse percurso migratório.

Significa dizer que o processo de autorreconhecimento, ou processo de individualização (Elias, 1994), sofre mudanças muito significativas quando se vive uma experiência forte como a da migração. Esse grupo de mulheres em Brasília possui uma história de migração

muito específica, de separação da família e de "afastamento"[105] com a cultura de origem. Algumas hoje refizeram suas vidas na cidade, casaram e tiveram filhos, porém não é possível se despojar dessa experiência, mesmo que o balanço não seja necessariamente negativo. Esse seria o caso de Elena, hoje com residência permanente na cidade, casada com um peruano e com quatro filhos nascidos em Brasília.

> *Eu cheguei em Brasília porque meu irmão morava aqui e me pagou a passagem para eu poder vir. Acho que na época custou 300 dólares, era uma passagem por terra. Vim de Lima para Puno (perto de Cusco), fica na fronteira com a Bolívia. Daí atravessei a fronteira para La Paz, daí fui para Cochabamba, depois Santa Cruz, depois ..... aí você chega na fronteira com o Brasil, Corumbá. Isso tudo foi muito divertido para mim! Deu no total 12 dias... era a forma mais barata nesse momento de chegar até aqui. E isso tudo porque meu irmão esqueceu de me dizer que precisava tomar a vacina da febre amarela. Aí quando me pediram e eu não tinha, me falaram que precisa ir até Corumbá. Fui lá, tomei a vacina, e aí ao me apresentar para passar a fronteira, do lado da Bolívia novamente, me falaram: "você sabe de uma coisa? Você não vai poder passar porque são 10 dias que precisa esperar até fazer o efeito da vacina". Aí liguei para meu irmão e ele me falou que era para eu ir lá e explicar para o delegado que eu não teria condições de ficar 10 dias, que ficaria sem dinheiro.*
>
> *Fiz isso, e o delegado pediu para eu entregar meu cartão da vacina e ele me deu outro com uma data de 10 dias antes, aí me falou,* **custa 60 bolivianos**. *E assim foi que consegui passar,*

105. Entre aspas, pois, consideramos que durante o processo migratório se resignifica o sentido do que é próximo e distante.

cheguei no Brasil, comprei passagem para Campo Grande e de Campo Grande para Brasília. Essa viagem dá para fazer nuns oito dias, só que eu fiquei parada na fronteira uns dois dias por conta da vacina.

Quando eu senti realmente que estava em outro lugar, foi ao chegar na fronteira com o Brasil. *Eu nada entendia do que falavam os brasileiros.* ***Porque durante a passagem pela Bolívia, me sentia mais em casa.***

Foi tal o impacto que quando cheguei eu contava os dias para voltar. Inclusive eu liguei para minha mãe e disse "em março estou voltando", eu tinha chegado em setembro de 98, aí pensei "trabalho seis meses e vou embora".... E até hoje ainda não chegou meu dia! [risos]

Mas, ***quando eu comecei a trabalhar, comecei a me sentir melhor,*** *a primeira senhora para quem trabalhei foi muito paciente, porque eu nunca tinha trabalhado lá no Peru. Tanto a senhora, uma colombiana, como o marido que era americano. Ele por exemplo me ensinou a passar as camisas dele. Eu não sabia. Porque na minha casa, nunca se passava camisas, a roupa dos meus irmãos era roupa simples.*

Inclusive a lavar bem o chão foi essa senhora que me ensinou. Minha cunhada também me ensinava. Mas é completamente diferente, pelo tipo das casas, essa era uma mansão, o tipo de coisas que tem na casa, as roupas deles, os produtos que se utilizavam... era outra coisa. (Elena)

Já outras ainda sofrem por se sentirem detentoras de menos direitos daqueles que possuíam no país de origem devido à mudança identitária ocupacional, mas, ao mesmo tempo, pode-se identificar um sentimento de maior liberdade graças à distância geográfica do modelo familiar patriarcal, ou por serem as principais fornecedoras de sustento material para sua família. Ou seja, apesar de por um

lado existir o sentimento de maior independência ou de autonomia econômica, porque já não precisam esperar o dinheiro do marido, do companheiro, por outro muitas delas continuam subordinadas às decisões deles sobre como utilizar o dinheiro que elas ganham, situação justificada por elas próprias, com base nas necessidades dos filhos, ou inclusive, nas necessidades de um namorado.

Veja-se o relato de Maria ao lembrar-se da família, do trabalho que desempenhava no Peru e do seu namorado antes e hoje:

> *Já faz 16 anos que meu pai morreu. Eu já tinha ido morar em Lima quando isso aconteceu. Na época minha mãe era muito nova, tinha 40 anos, e minha irmã mais nova só 5 anos. Eu decidi deixar minha carreira, pois a que tinha escolhido era muito cara...* [curso técnico]. *Eu já vendia roupa na rua, era "ambulante"* [camelô], *e aconteceu que um dia a polícia nos tirou da rua, nos mandou embora. Então comecei a alugar um pequeno espaço numa feira. Mas, como sempre, no início tudo era prejuízo.*
> *E o meu namorado me dizia:* "eu te pago teus estudos..." , *mas eu não quis, parei de estudar, e agora ele me diz:* ***"tá vendo, agora você é doméstica..."***
> *Imagine... hoje eu teria meu próprio consultório particular... estudava prótese dentária. E além disso o instituto onde eu estudava tinha um convênio com a San Martin* [universidade em Lima] *para quem quisesse continuar fazendo odontologia depois.*
> *Então, eu tenho que ficar hoje ouvindo meu namorado dizer:* "olha só, você que queria ter seu próprio consultório ou trabalhar numa clínica... olha só, agora você que nunca pensou em ser doméstica.. e que mandava lavar sua roupa fora de casa... que tinha quem lhe servir". (Maria)

Atualmente Maria ainda mantém, como quase todas as migrantes do grupo estudado, uma relação de "fornecedora" (financeira) com o namorado, no sentido em que hoje é ela quem envia dinheiro para ele, mesmo sem ter o vínculo do casamento (convívio) ou de filhos em comum. Maria conta que seu namorado é policial. Às vezes tem enviado dinheiro para ele. Uma vez foi porque, segundo ele, foi roubado na rua e ficou sem dinheiro, outra porque quando Maria estava para viajar para Brasília ele lhe emprestou dinheiro e acabou tempo depois pedindo para ela devolver, e ainda com juros porque, segundo ele disse, precisou pegar emprestado para poder ajudar Maria. Daí que Maria decidiu o seguinte:

> *Eu falo para meu namorado que meu salário é só de 200 dólares, e que estou conseguindo poupar só 50 dólares por mês, porque aqui o custo de vida é alto. Gasto uns 100 dólares de passagens, comida, etc... nos dias de folga. Eu não quero que ele saiba exatamente o quanto eu estou guardando.*

Observa-se com esse exemplo, o quanto o modelo de organização patriarcal da família continua presente e se reproduzindo nos dias de hoje. Mesmo que Maria possa ter consciência de estar sendo explorada, e para isso decide mentir, já que não dá conta de estabelecer limites, ela mantém e alimenta esse vínculo de opressão e parece não conseguir se desfazer dele.

> *Agora eu penso... desta experiência* [migração] *quem sabe resulte algo bom... Eu falo para ele que se ele me esperar será porque me ama, e se não me esperar.... então, também terá valido a pena....* (Maria)

Em outra entrevista duas semanas depois, Maria nos fala:

> *Faz poucos dias fiquei muito triste, nos falamos e ele me disse que tinha conhecido outra pessoa. Que a culpada era eu por ter ido embora, já se passaram cinco anos e era difícil. Mas que não era nada sério, que quando eu voltar ele vai terminar com a outra.*
> *Eu penso... não posso julgar a situação daqui. Vou esperar chegar lá, aí vou decidir... Mas me deixa triste, penso em todo o sacrifício que eu tenho feito, não só no trabalho, mas também em não sair para poder juntar dinheiro e por respeitá-lo.*

É interessante problematizar isso, até que ponto Maria introjeta a relação de submissão à figura do homem, considerando neste caso que não haveria (supostamente) maiores motivações para se manter numa relação deste tipo. Mas também nos convidamos a problematizar como essa situação pessoal, do âmbito do privado e afetivo, também está perpassada por um modelo econômico capitalista que leva à exclusão desse perfil de mulher do mercado de trabalho formal, nas sociedades de origem, reforçando a necessidade de depender de um *outro* geralmente masculino. E quando são elas que conseguem "dar a volta por cima", serem independentes do ponto de vista financeiro, nem sempre dão conta de lidar com isso, submetendo-se a qualquer que seja a figura masculina (pai, marido, namorado, irmão) que lhes dá as dicas sobre onde e como gastar o produto do seu trabalho.

Trata-se de um modelo de sociedade capitalista global que lhes oferece uma chance de trabalho muito específica (trabalho doméstico em Brasília, ou em outras cidades da região ou do hemisfério norte), justamente a *elas*, por serem mulheres pobres e desempregadas ou subempregadas. Uma oportunidade de trabalhar que re-

sulta dessa situação de divisão internacional e sexual do trabalho, assunto que desenvolvemos no tópico seguinte.

4.3 A divisão sexual do trabalho: os impactos na vida das migrantes

> *Os estereótipos sociais, assim como os preconceitos, desempenham importante função no mundo do trabalho definindo lugares de mulheres e negros.*
> OIT, 2005
> *As migrações internacionais femininas representam um dos fatores que fortalecem esse movimento de precarização do trabalho das mulheres.*
> Helena Hirata, 2009
> *Eu não tenho estudos, a única coisa que consigo fazer é limpar a casa dos outros.*
>
> Elena, migrante

A divisão sexual do trabalho é um fenômeno que pode ser observado de forma muito clara na alta concentração das mulheres nas tarefas consideradas de reprodução no âmbito doméstico e em determinados postos de trabalho. Trata-se de um conceito que faz referência a formas de inserção diferenciada de homens e mulheres na divisão do trabalho existente, tanto nos espaços de reprodução quanto nos de produção social (Ginés, 2007). Isso acontece porque, de acordo com Comas d'Argemir (2009), é a construção social da diferença como desigualdade que age como fator estruturante na divisão do trabalho. Para essa autora, é preciso desvendar os símbolos e significados com os que cada sociedade representa não só a diferença entre os sexos, mas também entre classe e origem social que

acabam por outorgar atributos e, consequentemente, hierarquias às pessoas (p.170).

Em diálogo com isso, Hirata e Kergoat (2007) defendem que é preciso ir além da constatação de desigualdades, que permite a perspectiva sociográfica. Para tais autoras falar em termos de divisão sexual do trabalho permite mostrar que essas desigualdades são sistemáticas, articulando uma "reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero" (Hirata e Kergoat, 2007: 596).

> [...] desde o nascimento do conceito há cerca de trinta anos, se observa uma tensão entre, de um lado, análises que pensam mais em termos de constatação de desigualdades entre homens e mulheres, e de acúmulo, de soma de desigualdades [...], e, de outro lado, análises que procuram remontar à nascente dessas desigualdades e, portanto, compreender a natureza do sistema que dá origem a elas (*Ibidem,* p. 597).

Cabe salientar, seguindo a proposta de pesquisadoras feministas, que a divisão sexual do trabalho existia já em outros modos de produção anteriores ao capitalismo. De fato, a organização hierárquica do sistema capitalista de produção beneficiou-se dessa estrutura pré-existente (Ginés, 2007).

Em diálogo com isso, Heleieth Saffioti[106] (*apud* Bernardino-Costa, 2007) sustentava que o capitalismo coexiste com formas não capitalistas de trabalho:

106. No seu livro "Emprego Doméstico e Capitalismo".

> [...] Saffioti procura entender como uma forma de trabalho tipicamente pré-capitalista se insere no mundo capitalista. [...] num modo de produção pré-capitalista a serva e/ou a escrava realizavam tarefas domésticas sem retribuição pecuniária. "O assalariamento neste ramo de atividade nasce, pois, com o capitalismo. Entretanto, as atividades desenvolvidas por empregados domésticos em residências particulares não se caracterizam como capitalistas" (Saffioti, 1978: 191), posto que as atividades capitalistas são aquelas que produzem mais-valia. Ao contrário, o trabalho doméstico, tido como uma atividade não produtiva, mobiliza renda pessoal (Bernardino-Costa, 2007: 3).

Atualmente, tal como mencionamos no capítulo 2, segundo dados da ONU 70% dos pobres do mundo são mulheres, e na América Latina e no Caribe um terço dos lares depende unicamente da renda de uma mulher por tratar-se de famílias monoparentais. No caso particular peruano[107], 67% das mulheres trabalhadoras desenvolvem suas atividades no setor informal, lembrando que dois terços da economia peruana correspondem à economia informal.

Resulta evidente que o caso do grupo aqui estudado refere a uma problemática de pobreza e falta de qualificação profissional que exclui essas mulheres do mercado de trabalho formal, e às vezes até informal, no país de origem, o que leva algumas[108] a tomarem a

107. Fonte citada no capítulo 2. *"El 60% de las mujeres peruanas es activa laboralmente"*. Disponível em: **www.larepublica.pe/sociedad/11/3/2010**, acesso em: março de 2010. O artigo toma como base dados do relatório "*Trabajo y Família...*", elaborado por OIT e PNUD, anteriormente citado.

108. Observe-se que salientamos o fato de que, apesar de muitas mulheres

decisão de migrar como forma de obter uma alternativa de renda para o núcleo familiar. Um núcleo familiar que geralmente se mantém muito passivo perante tal situação de precariedade, o que acaba "empurrando" mais ainda a mulher a tomar a decisão de migrar.

Essa migração internacional feminina e pobre é estimulada pela procura deste tipo de mão de obra específica: mulheres, pobres, sozinhas para trabalho doméstico – ou diversas tarefas no setor dos cuidados – *home care* (Hirata, 2009) com disponibilidade total do seu tempo para os empregadores, sejam esses moradores de países tanto "desenvolvidos" quanto "emergentes", como no caso do Brasil. A esse fenômeno Ehrenreich e Hoschschils denominam de "globalização dos cuidados" (*apud* Roca i Girona, 2009; Comas d'Argemir, 2009).

Trata-se, portanto, de uma realidade do mercado de trabalho tanto nacional como internacional que acaba tendo uma ação discriminatória por sexo, origem social e étnica, status profissional e migratório. Entendemos a discriminação, neste caso, tal como definida pela OIT (2005), como conceito que implica uma ação que produz desvantagens para determinados grupos e/ou pessoas:

> A ação discriminatória nem sempre é diretamente motivada pelo preconceito. A discriminação perpetua e legitima relações de poder assimétricas. Aqueles que detêm uma situação de poder e dominação e têm interesse em manter

ao redor do mundo acabarem decidindo migrar como alternativa para escapar de situações de pobreza e exclusão, não todas de fato o fazem. Daí, entendemos a relevância das pesquisas sobre migração internacional feminina, que vão além das causas e consequências deste fenômeno, e buscam compreender as vivências dessas mulheres a partir das suas próprias perspectivas.

> o *status quo* justificam as ações e procedimentos discriminatórios como o único procedimento "racional" possível, alegando, além disso, responder ao interesse coletivo (de todos os grupos) (OIT, 2005: 55).

Muitas das migrantes entrevistadas, assim como das outras conhecidas na primeira fase da pesquisa, falam do desejo de poder fazer um curso, "estudar alguma coisa", mas também expressam a impossibilidade de fazê-lo pela dificuldade de acesso na cidade de Brasília e pela dedicação total e exclusiva do seu tempo ao trabalho. Ou seja, elas são vítimas desse *status quo* e acabam incorporando essa falta de acesso à educação, presente desde sempre nas suas vidas.

> *Conheci só uma moça aqui que conseguiu estudar. Justamente foi minha prima. Ela veio do Peru um pouquinho antes do que eu e conseguiu se empregar com uns diplomatas americanos. Eles lhe deram a chance de estudar à noite inglês na Thomas Jefferson. Mas* ***foi a única pessoa*** *que eu soube até hoje que fez algum estudo, e* ***justamente*** *porque esses diplomatas estavam interessados em ela falar um pouco de inglês e lhe facilitaram o acesso. Sabe como acabou a história da minha prima...? Foi com essa família para continuar trabalhando na Austrália, e lá conheceu um colombiano e casou. Agora mora lá e fala inglês direto..... Mas esse foi um caso isolado, nós, trabalhando como domésticas, não temos chances nenhuma de ter acesso ao estudo.* (Eloisa)

Existem indicadores aceitos no âmbito internacional para qualificar um tipo de trabalho como sendo precário. Esses seriam: a ausência de proteção social e direitos sociais, as jornadas reduzidas

de trabalho[109] que resultam em salários baixos e os níveis baixos de qualificação formal com sua consequente baixa renda (Hirata, 2009: 26). Todos esses indicadores somados às particularidades de cada uma das migrantes do grupo que estudamos (em função da sua história de vida) afetam de forma mais contundente o coletivo das mulheres, por isso que se fala de uma divisão sexual da precariedade (Hirata, 2009: 26), que gera um ciclo de desvantagens que se reforçam e se reproduzem em inúmeras problemáticas psicossociais do núcleo familiar e das próprias mulheres.

Em diálogo com isso, Elena nos relatava os problemas que a gravidez lhe causou no trabalho; acabou por ser demitida e sem nenhuma chance de reivindicar seus direitos:

> *Quando eu estava trabalhando para uma senhora, era uma senhora sozinha, de uma embaixada, e nisso já tinha vários anos aqui, eu conheci meu marido, namoramos e chegou uma hora que eu engravidei.*
> *Com dois meses de gravidez, eu contei para essa senhora. Ela me falou, "que ótimo, não tem problema, essa casa estava precisando de um bebê". Era uma casa enorme, um jardim enorme... Mas eu passava muito mal com a gravidez, ficava muito enjoada, era muito ruim. Eu cheguei aos três meses com anemia aguda.*
> *Eu penso que essa senhora depois de me ver desse jeito deve ter perguntado o que fazer na embaixada em que ela trabalhava, aí ela me deu um papel onde me dizia que não poderia trabalhar mais, só mais um mês.*
> *Nesse momento, eu tinha já um tempo trabalhando alguns dias como babá de um menino filho de estrangeiros cuja mãe*

109. Esse indicador não se aplica para nosso caso estudado.

queria alguém que cuidasse dele e falasse espanhol com o filho. Então, eu contei para ela o que tinha acontecido. Essa senhora me disse que ninguém pode demitir uma mulher grávida.

O marido dessa senhora conseguiu uma advogada, e denunciamos minha patroa. Então, eu cumpri com a data que ela me falou e saí, porque os americanos são assim. Aí saindo, denunciamos ela, mas ela também contratou um advogado, claro, e você sabe que os diplomatas têm imunidade. Minha advogada fez tudo direitinho, mas mesmo assim não conseguimos que ela me pagasse nada... mas... enfim, ela teve seu nome manchado aqui em Brasília.

Eu e o meu marido, nessa época, havíamos alugado um pequeno quarto numa casa em São Sebastião para descansar aos finais de semana. Meu marido ganhava muito bem, tinha um bom salário como cozinheiro do embaixador do Peru. E ele já não quis que eu fizesse mais nada, nem que trabalhasse mais. Aí eu fiquei na casa. Só três vezes na semana eu cuidava daquela criança que te falei. Foi legal, essa senhora me pagava muito bem, havia dias que eu ficava a noite, sempre me pagava, sempre por dia que trabalhava. Aí nasceu meu filho, e esse menino que eu cuidava pediu para sua mãe que eu voltasse. Para mim era bom, porque durante a semana eu ficava sozinha, meu marido só podia vir sexta à noite.

E assim foi. Ter filhos mudou minha vida. Eu nada sabia a respeito, nada imaginava do que era capaz. Eu ganhei minha segunda filha, quando meu primeiro filho estava só com 9 meses!

Especialistas falam de um custo emocional maior da mulher-mãe migrante do que do homem migrante, devido ao papel histórico de serem as responsáveis do cuidado da família (Díaz, 2011). De acordo com a psicóloga Joselín Barja da organização *Sin Fronteras*, o homem migrante sente saudades da sua família, mas se sente satisfeito por cumprir seu papel de fornecer sustento material

(quando de fato o faz, ou dá conta de fazê-lo), enquanto a mulher sente muito mais a separação e a culpa do abandono da família (*apud* Díaz, 2011).

> *Agora em julho vou para o Peru, vamos festejar o aniversário de 15 anos da minha filha mais nova.* ***Vou gastar grande parte da minha poupança, mas não posso negar.*** *Ela quer fazer essa festa e eu lhe devo isso. Fiquei sempre longe dela, ao menos vou pagar a festa.* ***Para mim... só resta fazer a vontade dela.*** (Eloisa)

Hirata e Kergoat (2007) apontam também para o trauma que sofrem os filhos dessas migrantes deixados no país de origem por longos períodos. Contudo, por outro lado, podemos sustentar que essa identidade de mulher migrante-mãe que deixa seus filhos se alimenta desse sentimento de estar agindo pelo "bem deles", pelo futuro, buscando abrir-lhes as portas que nunca foram abertas a elas. Kitahara (2005) ao pesquisar a migração Brasil-Japão faz referência a que as mulheres migrantes que são mães, normalmente, superam os problemas pensando "no bem do filho", ou seja, com a identidade de papel de mãe (Kitahara, 2005: 129).

> *Eu não tive muita chance na vida de continuar meus estudos, mas eu vou fazer com que meus filhos continuem estudando, eles vão ter que estudar. Meus pais sempre me ensinaram isso, mas chegou uma hora que já não dava pra continuar, a situação era muito difícil. Por isso, eu penso que vou fazer de tudo para que meus filhos estudem.* (Mariana)

4.3.1 Insegurança no emprego: o medo como sustento da servidão

Um dos claros efeitos que provoca a situação de precariedade nas condições de trabalho em que vivem as mulheres migrantes pobres é o sentimento de *medo*. Tal sentimento não é exclusivo desse âmbito na vida delas; porém o consideramos crucial, pois ele reforça a insegurança que essas mulheres experimentam desde o nascimento, e ajuda a manter "viva" a propensão à servidão ao "senhor e a senhora" da casa.

Ou seja, nascem em contextos familiares e comunitários em que a mulher vive à sombra da figura masculina e patriarcal. Sentem medo do marido, do pai, medo de um Deus que é masculino, ao ponto de cuidar de suas filhas mulheres por temor a que sofram situações de abuso que muitas delas sofreram durante a infância.

Teresa, na ocasião de uma entrevista, comentava que além dos seus filhos ela cria no Peru uma sobrinha. A decisão de criá-la na sua casa foi assim justificada:

> *Porque eu tenho filhas mulheres; já na casa da Amelia seria arriscado. Ela tem só filhos homens e o marido, não é legal deixar uma moça jovem só com homens. A gente precisa cuidar de nossas próprias filhas do pai, os nossos maridos se tornam perigosos para elas. Isso é assim, sempre precisa ficar de olho nas filhas mulheres.* (Teresa)

Cabe aqui retomar Girard (2002), mencionado anteriormente, sobre a pertinência de vincular e articular aquilo que rege o espaço do trabalho com os demais âmbitos da vida da pessoa. Nesse sentido, observamos que o grupo pesquisado provém de um contexto socioeconômico de um país, o Peru, que faz com que elas não

consigam sair da informalidade no trabalho, da precariedade e da exploração, e mais ainda, do desemprego. Portanto, a insegurança, a desconfiança e o medo do "outro" também aparecem nos relatos na hora de falar do presente, do trabalho em Brasília:

> *Sempre tem essa coisa, do medo do senhor da casa (ou do filho) abusar da empregada. Uma das coisas que a gente observa assim que começa num trabalho (tanto lá quanto aqui) é que a porta do quarto feche bem, e que tenha chave.* (Diana)
> *No meu trabalho agora eu não tenho problema nenhum, mas mesmo assim sempre durmo com a porta "trancada".* (Amelia)

Appay (*apud* Hirata, 2009) associa a precariedade no trabalho (ausência de contratos que garantam os direitos sociais) à hipótese daquilo que a autora denomina de "corveabilidade", em função do neologismo formado pelo termo *corveia*, serviço gratuito prestado ao senhor, na França feudal, pelos servos e plebeus[110]. Segundo esta hipótese, se articula a relação social de sexo à relação de classe e à relação de serviço; portanto, haveria uma relação de servidão estreitamente vinculada não somente para certas categorias profissionais como as trabalhadoras domésticas, mas, notadamente, para certas circunstâncias (Hirata, 2009).

Circunstâncias que para o grupo estudado são evidentes não só no presente vivido, como também ao longo de suas vidas. Tanto pelo passado familiar e de trabalho, como pelo presente, momento em que: nem todas possuem documentação para trabalhar regularmente, muitas moram e trabalham no mesmo local, não possuem

110. Cf. Nota do tradutor, em nota rodapé na página 31 do texto de Hirata (2009).

referências afetivas fortes na cidade, falta de proteção legal já que não existe uma estrutura por parte do estado brasileiro de fiscalização das condições de trabalho, e as que casaram e formaram suas famílias, estabeleceram vínculos de submissão à figura do marido e ao modelo tradicional de mãe que *cuida* praticamente sozinha de tudo o referente aos filhos, casa e economia do lar. Ou, caso não cuide sozinha, como no caso de Mariana, ela sente que cuida melhor por ser mãe.

> *Antes* [solteira] *era diferente. Hoje não.... eu não vou deixar meus filhos. Porque deixá-los com o pai não. Um pai nunca vai atender os filhos do mesmo jeito que faz uma mãe faz. Ele não liga para os detalhes, o homem não liga. E eu não deixo meus filhos por nada. Claro que o marido faz todo o possível, mas...* ***eles nunca vão fazer do jeito que faz a mulher****.* (Mariana)

Podemos constatar na fala de Mariana uma clara introjeção do papel da mulher-mãe que na relação do casal se considera mais competente para os cuidados dos filhos. Mesmo que possa haver um marido-pai que participe, parece-nos que emerge nas falas das entrevistadas uma significação de incompetência por parte do homem para certas tarefas de cuidar dos outros quando se compara à mulher. Uma mulher que não é um abstrato, mas trata-se da figura concreta da mulher-mãe, ou potencialmente mãe – caso não o seja de fato ainda, mas que está disposta *sempre* a cuidar dos outros e servir os outros.

Analisemos agora o depoimento da Teresa, quando relata o processo de mudança de comportamento do seu marido com respeito à decisão dela de trabalhar:

> *A gente passava necessidade, o salário dele era e continua sendo muito baixo, não dava para nada. Aí eu queria trabalhar e*

ele não queria. Mesmo assim, arrumei um emprego. Ganhava pouco, mas tinha algo. Trabalhava durante a noite e voltava pra casa. As crianças eram pequenas, um dia eu estava tão cansada que comentei que precisava dormir um pouco, porque ele não ajudava em nada com as crianças nem com a casa.
Aí ele me disse "é problema seu, porque vai trabalhar fora de casa?". Daí cada vez que alguém me oferecia trabalho, lavar uma roupa, limpar a casa, eu ia. Mas pedia para minhas filhas não falarem para o pai. Se ele perguntava, que falassem que eu estava na casa da Amelia, minha irmã. Senão ficava bravo. E minhas filhas faziam direitinho. Não contavam para o pai.
Era o único jeito que eu tinha de ter um trocado, sofria de ver meus filhos pedindo alguma coisa e eu nunca podia comprar.
Mas agora, quando eu vou visitá-los, chega a hora de preparar comida, ou lavar a louça, e ele vem, fica do meu lado. Aí eu pergunto, "o que você quer?" e ele responde: "vim para te ajudar"!!
Para mim é algo incrível, era impossível antes acontecer isso.
Da última vez que fui visitá-los no Peru, fiquei umas semanas, vi o quanto minhas filhas tinham amadurecido, meu marido está bem, então decidi voltar para continuar trabalhando. Se ficasse, eu não poderia estar pedindo dinheiro para o meu marido, isso não está certo, não quero voltar a sofrer isso.
Mas eu já disse para Amelia, voltar é difícil, e uma das coisas mais difíceis é se ***acostumar de novo com o carinho do marido.***
A questão é que quando se é jovem é mais fácil, mas depois, com a menopausa, tudo fica mais complicado...

Para Teresa haveria essa dimensão positiva no fato de ela ter migrado e morar longe da família. Seu marido começa a "colaborar" com as tarefas do lar, suas filhas amadureceram, seu marido demonstra timidamente que ela faz falta, que ela é importante. Contudo, ela quis voltar para Brasília e continuar tendo seu dinheiro. Além do mais, é difícil "se acostumar com o carinho do mari-

do". Ou seja, ela precisa se esforçar e se submeter a esse "carinho" cada vez que vai visitar a família para manter seu casamento. É o dever dela como mulher e como mãe dessa família; isto é, aparece o medo do masculino mantendo sempre vivo o papel de *servir* no âmbito da família, do trabalho, da vida em geral.

4.4 Trabalho doméstico remunerado: enclave étnico e ausência de mobilidade profissional

Raça é um signo, cujo significado só pode ser encontrado na experiência do racismo.
Guillaumin *apud* OIT, 2005

Atualmente tornou-se consenso que o trabalho doméstico remunerado não só ilustra como perpetua as desigualdades no que tange ao gênero, raça-etnia, classe e status migratório, provocando uma total ausência de mobilidade profissional e social (Fleischer, 2000).

Contudo, pesquisas sobre trabalho doméstico remunerado de mulheres imigrantes suecas no início do século XX nos Estados Unidos, por exemplo, provam que a posterior ascensão social dessas migrantes aconteceu como consequência justamente de ter ido trabalhar como domésticas nesse país. No entanto, repare-se que tal ascensão esteve fortemente condicionada à cor da pele dessas moças (brancas) que na sua maioria casaram com americanos também brancos, aprenderam a língua e conseguiram trabalhos mais valorizados e melhor remunerados (Fleischer, 2000).

Em diálogo com isso, observemos que "[...] segundo Wirth, a filosofia assimilacionista do *melting-pot* [nos Estados Unidos] parecia funcionar para as minorias procedentes da imigração, mas não

para as raciais [...]" (Terrén, 2002: 28). E, atualmente, tal como no caso das trabalhadoras domésticas peruanas em Brasília, observamos uma forte interdependência da dimensão étnica, origem social e gênero, com a falta de mobilidade profissional.

Tal como mencionamos no capítulo anterior, no grupo por nós estudado as mulheres migrantes, na sua maioria, trabalham para famílias estrangeiras em Brasília (diplomatas, altos cargos de organismos ou empresas internacionais). Por esse motivo, entendemos que seja possível observar uma aproximação entre esse fenômeno e a noção de "enclave étnico" (Portes, 1980)[111].

Tal aproximação torna-se possível no sentido pelo qual Portes identifica a relação de empregador-migrante e subordinado-migrante (às vezes a mesma comunidade étnica), como um "fenômeno contraditório de exploração-proteção" (Labelle, 1987: 21).

> *Eu tive um trabalho anterior que gostei muito, os senhores foram embora, por isso saí. Mas o único problema é que desde o início a senhora – que era peruana – queria que eu usasse uniforme.* ***As senhoras peruanas adoram isso, que as empregadas usem uniforme.*** *Mas eu falei que não, aliás, porque isso não foi falado na entrevista, então ela não podia me obrigar. Ela sempre me falava que gostava muito do meu trabalho, mas que era uma pena eu não vestir uniforme, que era como deveria estar uma empregada.* ***Sempre tinha problema com ela por conta do uniforme, porque ela dizia que não era a mesma coisa a empregada sem uniforme.*** *Eu nunca aceitei e lhe disse sempre que a única coisa que faz o uniforme é marcar para quem vem de fora quem é a senhora da casa e quem é a empregada. Mas nem precisa disso, pela lógica uma pessoa já percebe quem é a*

111. Mesmo que não corresponda exatamente à definição dada pelo autor.

> *empregada, e quem é a senhora. Porque* ***a empregada é que leva o lixo para a rua, não é a senhora****.* (Lucía)

Dessa forma, por um lado, temos "a proteção" ilustrada pela obtenção de um visto de trabalho que só pode ser outorgado por esse perfil de empregador (diplomatas ou representantes de organismos internacionais). Trabalhar como empregada doméstica de uma família brasileira ou estrangeira, que não seja de diplomatas, implica fazê-lo de forma irregular para migrantes provenientes de países que não possuem ainda acordo com o Brasil (tal o caso das peruanas até inícios de 2012).

> *Eu tenho com essa família direito ao visto cortesia. Mas já faz 5 meses que estou trabalhando com eles e o meu passaporte continua no Itamaraty. Conheço uma pessoa que me ajudou e perguntou por que estava tão demorado. O Itamaraty explicou que "o senhor" [o chefe dela] ainda não enviou a carta que se exige para emitir esse visto. Eu estou muito preocupada, já disse para a senhora que o passaporte é o* ***meu*** *documento. Tenho direito a tê-lo.* (Carmen)

Por outro lado, temos a "exploração" como resultado dessa dependência da proteção que limita a sua mobilidade profissional. Este tipo de visto cortesia confina a trabalhadora a uma única família que assume ser responsável por ela, fato que alimenta uma dependência extrema que pode vir a se manifestar em relações de opressão.

> *Já trabalhei para uma senhora portuguesa que era sozinha e me tratava muito bem. Mas depois de uns meses ela foi transferida. Porém, tive outros empregos nos quais sofri demais, ao ponto de pedir demissão de um deles. Não aguentava tanto sofrimento, a senhora me tratava muito mal mesmo. Por exemplo, essa senhora falava espanhol, e eu tinha acabado de chegar*

no Brasil. Não entendia a máquina de lavar roupa, pedi para ela me explicar. Ela me disse "esse é o seu trabalho, não meu, se vire sozinha". Me humilhava o tempo tudo. (Marta)

Aqui, almoçar, fazer o café da manhã... não pode ser feito com os senhores, tudo é separado. A gente fica na cozinha, separada sempre da família. O primeiro Natal em Brasília passamos com minha irmã sozinhas. Já no ano seguinte passamos com os chefes que eu tinha na época. Nos convidaram a nos sentar todos na mesa, a senhora nos convidou e o senhor também, que é uma pessoa excelente. A senhora me deu umas receitas para eu preparar para o jantar. Fiz arroz árabe, purê de maçã, salada waldorf, e peru no forno. Foi a única vez que isso aconteceu. Eu vejo que aqui se marca muito a diferença. Eu me adapto bem a qualquer circunstância, mas considerando como são eles [família para quem trabalha no presente], o quanto eles marcam as diferenças, eu prefiro ficar no meu canto, sofreria de sentar na mesa. (Maria)

No caso das mulheres que decidiram trabalhar para famílias que não podem lhes conceder o visto de cortesia, também podemos observar essa relação de exploração-proteção, já que muitas antes da Anistia concedida pelo Brasil em 2009 trabalhavam "sem papéis", ou seja, em situação irregular de documentação. Elemento que enfraquece o lugar da migrante na hora da interação com os empregadores.

Tal ausência de mobilidade profissional das mulheres migrantes causa o que Labelle (1987: 206) denomina de "ghettoïsation": elas "ficam bloqueadas nos mesmos tipos de emprego, pouco qualificados, instáveis e mal remunerados". Daí ser preciso identificar diversos mecanismos que se conjugam para levar e manter as trabalhadoras migrantes para esses empregos. Mais do que de meca-

nismos de fora, seria mais conveniente falar de um encadeamento de fatores que se reforçam mutuamente, defende Labelle, tais como: o desconhecimento da língua, o papel das redes étnicas informais no recrutamento e orientação da mão-de-obra e uma fraca escolaridade na hora da chegada ao país (Labelle, 1987: 206-207).

4.5 Reflexões finais do capítulo

A quase totalidade do grupo de migrantes aqui estudadas sempre trabalhou no serviço doméstico e no cuidado de pessoas idosas ou crianças, por pertencerem a um grupo social já vulnerável no seu país de origem: aquele das mulheres rurais indígenas migrantes na grande cidade – a capital do país. Desde adolescentes – algumas já desde crianças – elas eram "colocadas" ou "entregues" a famílias abastadas da grande cidade para serem "criadas *como se* fossem da família".

A decisão de migrar a trabalho está sempre ligada a um contexto familiar problemático. A totalidade das migrantes contatadas na fase exploratória, assim como o grupo de dez peruanas selecionadas para as entrevistas, explicam a sua decisão de migrar pela necessidade de dar respostas a problemas econômicos do núcleo familiar.

Quase todas tinham dívidas, queriam "salvar" a casa, construir uma nova ou melhorar a que já possuem no Peru. Todas falam da determinação de pagar o estudo dos seus filhos/as ou sobrinhos/as, pois *"não quero que elas sofram humiliação como eu tenho sofrido a minha vida toda trabalhando em casas"* (Teresa).

Migrar, mesmo estando cientes de que não poderão fazer outra coisa em Brasília a não ser trabalhar como empregadas domésticas (a "*gethoïsation*" que fala Labelle), significa a possibilidade de juntar dinheiro mais rápido, já que em Brasília os salários são melhores do

que no Peru, assim como do que em ou outras cidades do Brasil. Porém, *"creio que se eu tivesse conseguido trabalho na Espanha ou na Itália, teria sido ainda muito melhor, mais dinheiro e menos tempo longe da família"* (Carmen).

Cabe salientar que todas tentaram migrar para outros países antes, todas sonhavam em poder trabalhar na Europa ou nos Estados Unidos. Contudo, aqui era mais seguro: "*A ideia era ter ido para a Espanha, porque nesse momento muita gente do Peru ia para a Espanha, ou para a Itália também. Mas o caso era que te ofereciam ir de forma clandestina."* (Mariana)

Nas falas com as migrantes que estão casadas, a decisão é justificada como sendo natural, ou seja, era evidente que quem devia sair eram elas. A decisão de sair era delas, e o marido deveria ficar cuidando dos filhos e trabalhando no país de origem. Assim, elas enviariam o dinheiro para pagar as dívidas, os estudos dos filhos e arrumar ou comprar a casa: *"É muito difícil para um homem arrumar emprego... o que ele poderia fazer aqui? Trabalhar como jardineiro?... não muito mais... mas isso é difícil e, sinceramente, eu sentiria pena de ver o meu marido trabalhando nisso. Ele não está acostumado. Prefiro por isso ser eu a que fica longe... eu sim me adapto."* (Amelia).

Parecem assumir de fato o sentimento de ter sido "feitas para isso", para *cuidar,* e por isso devem responder às expectativas que o núcleo familiar tem: os filhos esperam o dinheiro para a faculdade; o marido, dinheiro para arrumar a casa, comprar um carro, e assim por diante.

Identificam-se em muitas delas sentimentos muito variados, até contraditórios, com relação a essa situação de terem saído e o marido ter ficado com os filhos. Por momentos parece dominar um sentimento maternal, querendo proteger o marido dos sofrimentos, as dificuldades por elas vividas. Mas também, em outros momentos, aparece a revolta, o cansaço dessa situação de tornar-se

fornecedoras, sustentadoras à distância: *"cansei disso, já decidi, vou embora em setembro. Olha só o que ele me disse o outro dia no telefone!* "achei que você iria ficar mais tempo". *Como é que pode? Eu sofrendo aqui todo tipo de humilhação e ele se acostumando ao dinheiro que eu envio todo mês!"* (Carmen).

Tais sentimentos de proteção e revolta também aparecem em relação aos filhos, ainda que em menor proporção do que em relação ao marido ou aos pais: *"meus filhos... esses só me ligam quando é para pedir dinheiro. Já se acostumaram com minha ausência e com meu dinheiro que chega lá sempre certinho"* (Amelia).

As relações conflitivas, de opressão, relações assimétricas de poder, não só se manifestam nas relações familiares, como também são evidentes no ambiente de trabalho, mencionado antes quando citamos Portes, que fala de uma relação de exploração-proteção.

Interessa-nos salientar que, apesar dessas relações assimétricas com o núcleo familiar e no ambiente de trabalho, existem decisões por elas tomadas, no cotidiano das interações, que vão dando forma às maneiras com que cada uma vive e dá sentido a essa experiência. Isto é, algumas, mesmo tendo o visto cortesia que as limita a trabalhar para um só empregador, tomam a decisão de deixar aquele emprego para se arriscar com outra família. Outras vêm tomando decisões com relação ao relacionamento com o marido, com o namorado deixado no país de origem.

Dessa forma, começam a planejar outras formas de vida para o seu retorno. Isso tudo num contexto marcado pelo isolamento e pela exploração, mas também, algumas vezes, pautado pelo diálogo com outras migrantes ou com "a senhora" da casa, que lhes dá conselhos sobre como melhor se organizar com o dinheiro e não enviar tudo para o marido.

Cabe salientar que, nessa instância de diálogo e/ou cumplicidade com a "senhora", dá-se uma relação que Brites (2007: 93) chama de

"ambiguidade afetiva", porque além das conversas eventuais sobre os "assuntos de mulheres", ou pelo carinho que a empregada possa manifestar pelas crianças da casa, está sempre presente a demarcação hierárquica entre quem pode comprar os serviços domésticos e as mulheres migrantes vulneráveis por não terem poder na hora de negociar as condições de trabalho.

Dessa complexidade da situação decorre o nosso interesse em compreender como esse grupo de mulheres migrantes produz *seu espaço* na cidade buscando desvendar as especificidades dos percursos migratórios. No próximo capítulo, analisamos o que entendemos quando falamos de produção do espaço das migrantes, tendo sempre presente a interpretação e compreensão das perspectivas das próprias mulheres, de suas formas de significar essa realidade migratória vivida.

5.
A produção do espaço na vida das migrantes

Sentirse solo no es sentirse inferior sino distinto.
El laberinto de la soledad, Octavio Paz

Le sol n'est pas là où l'on demeure, mais là où l'on passe.
Les terres et les mots, Michel Marié

O trabalho doméstico, muito pouco valorizado, sempre foi atribuído às mulheres e naturalizado como tarefa delas, tal como já foi mencionado em capítulos anteriores. Normalmente, nenhum mérito lhe é outorgado, e as habilidades requeridas para ser desempenhado parecem como que um "dever inato" das mulheres, isto é, não haveria necessidade de qualificação ou aprendizagem formal (Comas d'Argemir, 2009). Evidência desta quase inexistente valoração seria a histórica falta de regulamentação sobre essa atividade, e a recente, porém muito esperada, iniciativa no âmbito da OIT de buscar incluí-lo na pauta das discussões dos governos[112].

112. 40 anos após ter reconhecido a urgência de fazer um estudo sobre as condições de emprego dos trabalhadores domésticos, a OIT (2011) adota

Aquilo que na linguagem acadêmica costuma ser denominado de "serviço doméstico interno" (*ibidem*), isto é, o/a trabalhador/a doméstico/a possuir sua residência no mesmo local onde trabalha, é uma característica comum do grupo de migrantes[113] objeto de nosso estudo. A situação de confinamento, a restrição das atividades a um único espaço, a falta de convívio com suas famílias deixadas no país origem, e a necessidade de desenvolver a capacidade de estar, porém, de forma "invisível" – já que o espaço de trabalho delas é o espaço doméstico e privado de outros – fazem com que as migrantes desenvolvam formas de viver o processo de migração e de estar na cidade que nos interessa compreender.

Neste capítulo buscamos explicitar o que entendemos quando falamos da *produção do espaço das migrantes*. Para isso, refletimos sobre quais as implicações de compreender o espaço por elas produzido como resultado da interação social. Com base nesse entendimento, definimos categorias de análise que consideramos nos permitem avançar na compreensão das perspectivas das próprias migrantes.

Primeira, o **espaço psicofísico**, como conceito que resgata a in-

---

uma convenção internacional sobre trabalho decente para trabalhadores domésticos. Disponível em: **http://www.cerium.ca/Appels-de-texte-communication,1103**, Acesso em: janeiro de 2010. Conferir também Nota da OIT Brasil, Disponível em: **http://www.oit.org.br/content/nota-2-o-trabalho-dom%C3%A9stico-comp%C3%B5e-pauta-de-discuss%C3%A3o-da-99%C2%AA-confer%C3%AAncia-internacional-do-tr**. Acesso em: março 2012. Esse assunto foi desenvolvido no capítulo 2, ponto 2.2.2.

113. Lembramos, como já foi mencionado em capítulos anteriores, que mesmo que algumas (poucas) das entrevistadas não estejam atualmente residindo no mesmo local de trabalho, fizeram-no pelo menos durante os primeiros anos de residência na cidade.

ter-relação entre os elementos objetivos e os subjetivos no espaço das migrantes, sendo esses identificados desta forma para efeitos da análise, já que nos relatos que explicam a realidade por elas vivida aparece a dimensão objetiva misturada à subjetiva.

Segunda, a **classe**, a **honra** e o **status**, conceitos trabalhados com base no pensamento de Max Weber, nos permitem problematizar o quanto a origem social restringe esse grupo de mulheres a uma "situação de classe", determinada pela profissão de trabalhadora doméstica, condição que produz o sofrimento e a frustração pelo "vazio de honra e status social".

Terceira, o **espaço de formação** e qualificação. No grupo aqui estudado, a qualificação acontece exclusivamente no espaço doméstico-privado; portanto, um espaço não reconhecido no âmbito do mercado de trabalho como uma qualificação formal, fato que enfraquece a posição dessas mulheres na hora de "negociar" as condições de trabalho com os empregadores.

Quarta, o **estigma** e a **discriminação** que sofreram no país de origem por serem "cholas" e que continuam sofrendo em Brasília, já não tanto como "cholas" senão como trabalhadoras domésticas migrantes peruanas. Com isso não ignoramos a dimensão étnica no presente das migrantes, pois, justamente, chegam à situação pessoal e profissional em que vivem hoje em grande medida por serem consideradas "cholas' e, consequentemente, incorporar isso em suas identidades.

Quinta, a construção do **outro/a**. Quem são esses outros que aparecem nos relatos para explicar o presente-passado-futuro, e como as migrantes interpretam e se posicionam nas diversas instâncias de interação?

Sexta, a **cidade**. Buscamos compreender em que medida Brasília contribui ou dificulta o processo de integração à cidade, e como as condições de trabalho reforçam o sentimento de **isolamento**,

algo que não necessariamente esteja carregado *só* de conotações negativas, segundo a perspectiva de algumas das migrantes. Nessa instância de análise, nos detemos para problematizar como os meios de comunicação e as novas tecnologias participam da produção do espaço.

Sétima, a **(des)territorialização** das migrantes é uma categoria fortemente atrelada ao conceito de espaço. Com ela procuramos concluir a reflexão sobre a justaposição da dimensão objetiva e a subjetiva na produção do espaço, resgatando o *território* vivido no presente como algo muito dinâmico e que, particularmente nas migrantes, nunca termina de ser desenhado, transformado, imaginado, lembrado e sonhado.

5.1 O espaço como produto da interação social

O espaço social, assim como o tempo social, pode ser entendido como sendo produto da interação social. Seguimos a perspectiva de Lefebvre (2000), para quem o espaço intervém na própria produção, organização do trabalho produtivo, transportes, etc., ou seja, no cotidiano da vida em sociedade. Assim, segundo o autor, o espaço não pode ser concebido como passivo, vazio, ou não tendo outro sentido que aquele dos "produtos", de intercambiar, consumir, desaparecer.

Nessa perspectiva, o conceito de espaço une o mental e o cultural, o social e o histórico, conformando um processo complexo, segundo Lefebvre. Um processo que, para esse autor, envolve simultaneamente a descoberta (espaços novos, desconhecidos), a produção (antes mencionada) e a criação (a paisagem, a cidade com suas especificidades).

Em outras palavras, podemos identificar uma justaposição de

uma dimensão subjetiva e outra objetiva – ou de uma dimensão material e outra simbólica, na produção do espaço durante a vida em migração que só podem ser "separadas" para efeitos de análise. Nas palavras de Lefebvre a produção do espaço une aspectos da prática coordenando-os, reunindo-os, dentro de uma "prática" precisamente (Lefebvre, 2000: xxii).

Para Santos (1994) o tempo e o espaço não podem, nas ciências sociais, ser tratados de forma separada, e é justamente na grande cidade que se evidencia o fenômeno dessa união: "O espaço é, em todos os tempos, o resultado do casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistema de ações" (*Idem,* p. 81 e 90). Ou seja, as ações das migrantes, e o efeito agregado dessas, se constituem como temporalizações; e os objetos com os quais interagem também.

Quando o autor fala dos "objetos" está fazendo referência àquilo que são "[...] produtos da história dos homens e dos lugares, localizados no espaço" (Santos, 1994: 110). E nisso podemos estabelecer um diálogo com Simmel (2005a), quando fala dos objetos culturais, não só os materiais, que são criações humanas, que já ganharam sua independência e, portanto, uma vida atemporal.

Se refletirmos no marco do pensamento desses autores, não podemos pretender estabelecer uma relação unívoca e explicativa entre "a sociedade" de Brasília e o espaço produzido pelas migrantes. E ainda mais, não podemos estabelecer uma relação transparente, parafraseando Lefebvre, clara e única entre as condições de trabalho do grupo de migrantes estudado e as características do espaço por elas produzido.

O espaço das migrantes tem uma dose disso tudo e mais ainda, tem a interpretação e a narração feita pela própria protagonista, pois é nessa instância que o espaço se "materializa" para os outros; para o/a pesquisador/a, por exemplo, que por sua vez fará a sua

própria interpretação e narração do objeto estudado.

> Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas [...] (Santos, 1994: 91-92).

Existem defasagens, sustenta Lefebvre, ou seja, ideologias e ilusões que se intercalam e interpõem. E é nesse sentido que nós identificamos a dimensão subjetiva justaposta à objetiva, ou, o individual afetando e sendo afetado pelo coletivo, e vice versa. Daí nossa proposta de utilizarmos o conceito de espaço psicofísico das migrantes para abranger a complexidade desse espaço em que as migrantes vivem em Brasília.

> *Gosto daqui [São Sebastião][114], a vida é mais calma do que no Plano[115]. Além disso, muitas amigas peruanas e equatorianas também moram por perto. Me sinto acompanhada. As pessoas são mais simples, mais acessíveis do que nesses outros bairros dos ricos* (Mariana).
> *Eu nunca imaginei que sofreria tanto nesta cidade. Só pensava em sair quando morava no Peru, agora estou em Brasília já*

114. Cidade satélite e uma das regiões administrativas mais importantes de Brasília. Caracteriza-se por ser habitada por migrantes internos (provenientes de outras regiões do Brasil). Segundo nos relatam várias das entrevistadas, muitas migrantes de países da região que decidem ficar e morar no Brasil escolhem São Sebastião para morar, pois é barato e fica muito perto do Lago Sul, bairro nobre, residência de famílias mais abastadas de Brasília onde normalmente elas conseguem emprego.

115. O "Plano" refere-se ao Plano Piloto, área central da cidade.

faz 18 anos. Gosto da cidade, mas é difícil sair para passear. A gente que trabalha em casa tem muito serviço, e é caro tudo por aqui, não tem como sair e não gastar. Para onde for precisa pegar ônibus, é caro e aos domingos você pode ficar horas esperando no ponto (Marta).

Tudo fica muito caro, transporte público, um salgado, um refrigerante. Também é cansativo ficar dando voltas e voltas por não ter um espaço para a gente [outras peruanas] *se reunir* (Lucía).

5.1.1 O espaço psicofísico

Ao discutir sobre a produção do espaço psicofísico, nesta pesquisa, buscamos enfatizar a dinâmica inter-relação entre os elementos objetivos do espaço físico, material e econômico das migrantes e os elementos subjetivos do seu espaço individual que dizem respeito à sua história pessoal e nos falam de um processo de socialização.

Ou seja, elementos objetivos tais como: o acesso ao emprego e aos serviços públicos de transporte e saúde, as possibilidades de participação (ou não) de associações religiosas ou de lazer e de eventos culturais e, finalmente, as políticas de migração do país. No que tange aos elementos subjetivos do espaço das migrantes, identificamos: a história de vida pessoal e a cultura de origem, o estado de espírito, os hábitos, os valores e as convicções.

Tomamos de Robert Park[116] o termo *psicofísico* que o autor utilizou ao se referir à cidade. Para pesquisar a cidade, segundo Park (1979) é preciso entendê-la como um mecanismo psicofísico, como uma unidade geográfica, ecológica e econômica. Como área

116. Considerando a importância desse conceito para nossa pesquisa, retomamos nessa instância alguns elementos desenvolvidos no capítulo 1, ponto 1.3.2.

cultural, segundo o autor, acaba sendo caracterizada pelo tipo peculiar dos seus habitantes, ao ponto de ela ser do jeito que se manifesta nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam, incluindo "os de fora".

Disso decorre que cada habitante da cidade conformará o seu espaço que o caracteriza e o "individualiza" no processo social, parafraseando Elias (1994). Assim, haverá sempre uma dimensão coletiva presente ao analisar a produção do espaço individual e vice-versa.

> *Para as que somos solteiras é muito difícil essa cidade. Difícil sair e poder participar de algo onde a gente tenha chances de conversar com um rapaz. Como que eu vou conhecer alguém assim? Onde que posso falar com pessoas da minha idade? Ainda com essa cobrança toda de ficar seis dias na semana trancada no trabalho. Mas eu sinto vontade de ter alguém na minha vida...* (Lucía)

> *Na casa da Marta se fazem muitos almoços aos domingos. Lá você sempre vai encontrar com mulheres migrantes que trabalham em casa [...] mas o que eu não gosto é de ter que suportar o marido dela [brasileiro] com os amigos, que acham que como a gente está aqui sozinha [sem marido] a gente está afim de ficar com eles. Isso me irrita muito! Acabo que muitas vezes fico o domingo todo no trabalho, com muita pena de perder a chance de encontrar com as amigas* (Maria)

Entendemos que o espaço psicofísico se modifica ao longo do processo de socialização e, no caso das migrantes, no seu processo de ressocialização ao chegar a Brasília. Isso porque elas sofrem constrangimentos, contradições ou "tragédias" (Simmel, 2005a), ao se debater entre a sua vida subjetiva – mundo interior e seus conteúdos – e o mundo exterior.

De acordo com Ostrowetsky (1996: 10) o espaço está em toda parte e não é a cidade, mas a formações sociais e os seus regimes de propriedade que deveriam *a priori* dar o tom às relações sociais e as suas formas concretas.

Daí que defendemos a ideia de que o espaço psicofísico não pode só ser caracterizado, explicado pela cidade ou o bairro onde se estabelece a migrante. Isso porque reconhecemos que se trata de um espaço próprio, individual, mas que está afetado por: (a) uma situação estrutural econômica e política do país de origem e de acolhida, (b) lógicas de interação urbanas próprias à cidade, (c) uma língua materna e outra adotada no país de acolhida, (d) a possibilidade ou não de participar em atividades fora do trabalho assim como as chances de acesso a meios e dispositivos de comunicação, (e) a pertença a uma classe social afetada pela condição de serem mulheres migrantes sozinhas com um status migratório e profissional específico.

Abordamos no seguinte ponto a dimensão da pertença a uma classe social a partir de uma perspectiva weberiana, pois isso nos permite incluir na discussão de classe a problemática da honra e do status, elementos que se tornam chaves na hora de esse grupo de migrantes narrar a sua experiência migratória em Brasília na condição de trabalhadoras domésticas.

5.1.2 Classe, honra e status

A concentração de mulheres migrantes nos trabalhos do setor de serviços domésticos e de cuidados não só se explica pelas decisões por elas tomadas (projeto migratório, diferenças no nível do salário com relação ao país de origem, relações e contexto familiar), mas também resulta dos processos de seleção e de discriminação baseados na classe social, sexo, grupo étnico, status profissional ou

migratório, que por sua vez se sustentam numa naturalização das diferenças (Comas d'Argemir, 2009: 184).

Para muitas, a tarefa de *cuidar* dos outros e da casa inicia-se desde criança, algo comum para as meninas nascidas em contextos como o do grupo aqui estudado.

> *Quando meu padrasto saía para trabalhar eu cuidava dos meus irmãos, mas eu era uma criança e não sabia da responsabilidade que tinha..... Cuidei dos meus irmãos até os 14 anos junto com o meu padrasto.* (Lucía)

Ou seja, a origem social dessas mulheres migrantes aparece como um marcador que as distingue e as condiciona para desenvolver determinadas tarefas, como a de cuidar dos outros. Algo que o resto da sociedade, e até elas próprias, podem chegar a assumir como sendo uma tarefa natural por serem mulheres e pertencer a um determinado estrato social.

Na perspectiva weberiana as classes não são comunidades, mas bases possíveis e frequentes de ação comunal. Ou seja, existe uma classe quando o grupo em questão possui em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, e por sua vez essa oportunidade está determinada: pela presença/ausência de um volume e tipo de poder, pela posse de bens ou habilidades passíveis de gerar rendimentos (Weber, 1969: 58-59).

Nesse sentido, o que as migrantes aqui estudadas, na situação de ausência total de propriedade de bens, têm a oferecer é o seu trabalho acrescido da sua condição de migrante pobre, com pouca (ou inexistente) educação formal e sem família no Brasil que possa demandar *tempo* gerando tensões com a demanda de trabalho. Podemos estabelecer um diálogo entre essas condições em que se encontra o grupo de migrantes e aquilo que Weber (*ibidem*) deno-

mina de "situação de classe". Pois, mesmo que possa parecer um paradoxo, consideramos que essas condições pouco vantajosas, ou situação de classe que as caracteriza, se tornam uma vantagem competitiva no mercado de trabalho – a partir da perspectiva de certo tipo de empregador – quando se as compara com as trabalhadoras domésticas nacionais.

Note-se que o grupo aqui estudado mora ou já morou no lugar onde trabalha e tem poucas atividades fora desse espaço, fato que resulta num aumento na utilidade total sobre o serviço recebido pelo empregador em função das horas extras diariamente trabalhadas pelas mulheres sem remuneração extra. Ainda que aconteça uma diminuição gradativa da utilidade marginal (i.e. a utilidade gerada pela *qualidade* do seu trabalho por cada hora a mais trabalhada), desde uma perspectiva unicamente economicista, resultará num maior benefício final para o empregador.

> *O meu quarto, não é meu quarto... nele só durmo... só posso entrar às 9 e meia ou 10 da noite, para deitar, acordo 6 da manhã... e só trabalho o dia todo. Faço o meu café da manhã em 10 minutos, e o meu almoço a mesma coisa... [Minha chefe] está o tempo todo me pressionando, pedindo coisas, acrescentando mais e mais.* (Carmen)

> *Eu sinto asfixia de estar trancada. Preciso sair aos finais de semana. Às vezes a gente está a fim de dormir mais um pouquinho.... por exemplo agora; me ligaram, pediram para eu voltar hoje, sábado, e dormir na casa... e eu tinha planos de sair com minha irmã, ouvir música, descansar. E como a gente trabalha na casa... aí eles dispõem do tempo da gente. Te falam: "mas só se você puder..." mas eu não posso dizer não..... Eles me tratam bem, não tenho queixa disso, mas o horário eles não respeitam. E a gente não tem como fugir disso.* ***Quando se mora no mes-***

> ***mo lugar do trabalho é assim, eles pagam e a gente está para servi-los.*** (Maria)

Podemos identificar nessa situação o que Weber (1944: 63) denomina de "poder de disposição", ou seja, a possibilidade de dispor, seja de fato ou garantida de qualquer outro modo (coerção, por exemplo), sobre a força de trabalho. Estamos perante uma relação assimétrica onde se põe de manifesto o interesse de classe, um interesse que pode assumir diversas formas, já que se constitui pela interação e discussão das experiências cotidianas e as interpretações que delas se fazem (Bottomore, 2001).

> *Depois de um tempo com a família peruana, troquei de emprego. Fui trabalhar para uma diplomata brasileira durante vários anos. Tudo estava muito bem. Depois casei e fiquei grávida. Mesmo assim continuei trabalhando e cuidando da filha da diplomata, uma criança um pouco malcriada, mas com o tempo eu consegui dar conta. Na hora do nascimento do meu filho, a senhora me propôs mudar para Suíça junto com ela, para continuar cuidando da filha e da casa. Viajamos, mas... a situação foi piorando já que a menina estava com ciúmes do meu bebê. Ela, a senhora, começou a dizer que não estava dando certo, que não iria funcionar. Assim, pediu para eu retornar para Brasília, e voltei a morar com meu marido e cuidei do meu bebê* (Mariana).

Quando conhecemos Mariana, a senhora diplomata estava prestes a retornar da Suíça. Mariana mantém uma relação boa com a senhora, segundo nos explicou, por isso lhe propôs voltar a trabalhar para ela, mas em Brasília. No entanto, Mariana esclarece:

> *Agora estou bem, claro que sinto muita falta de ter meu salário, contudo isso de não ser mais a empregada de alguém me faz sentir*

> *bem, pois faço limpezas* [diarista] *sempre que surgem, mas não fico só numa casa. Também trabalho bastante na minha casa, eu cuido sozinha de tudo e, além disso, faço doces que vendo na vizinhança, ao menos para ter um dinheirinho meu* (Mariana).

Vai se conformando assim uma ordem social onde a distribuição da "honra social" ou prestígio social (Weber, 1969: 58) deixa praticamente 'vazia' a profissão de trabalhadora doméstica. Contudo, salienta Weber, "a honra de *status* não precisa necessariamente estar ligada a uma 'situação de classe" (p. 65).

> *Por exemplo.... agora estamos aqui [no Pontão[117]] e de todas as pessoas que estão nas outras mesas* ***nenhuma*** *percebe que eu trabalho em casa de família. Neste momento eu sou uma a mais no grupo que aqui está* (Carmen).

> *Eu já rejeitei um emprego porque a senhora queria me obrigar a usar uniforme. Olha, as chefes peruanas [*foi uma entrevista para trabalhar com uma família peruana*] adoram isso, fazem questão que a gente esteja de uniforme. Sabe por quê? Porque elas têm medo que as visitas da casa não percebam quem é a senhora e quem é a empregada* (Carmen).

No cotidiano do trabalho, não só se dá uma luta pela sobrevivência e pela realização de projetos e sonhos, mas também em algumas delas há uma angústia pela falta de igualdade de "estima social" (Weber, 1969: 65). No dia-a-dia sentem, sofrem e isso parece alimentar muito mais a motivação em recuperar certo prestígio social

117. Área de lazer na beira do Lago Paranoá em Brasília, que Carmen conheceu pela primeira vez depois de três anos trabalhando na cidade, na ocasião de um de nossos encontros.

no país de origem para elas próprias e para a família. É como se em Brasília já não houvesse chances enquanto continuarem a trabalhar no serviço doméstico. E mudar de emprego parece algo impossível.

Trabalhar, lutar hoje para outorgar – e em alguns casos *devolver* – essa honra e estima social aos filhos e filhas, assim como também às vezes ao marido/companheiro, através de envio de dinheiro para que estudem, para que consumam e assim depois no futuro (aquilo com que elas sonham) voltar e 'usufruir' dessa honra que não tinham ou não têm. Trabalhar em Brasília torna-se o meio de obter ou recuperar um status, independentemente de que isso possa vir a acontecer ou não.

> *Quando eu voltar, vou pedir para minhas duas últimas chefas fazerem uma carta de recomendação, mas como* ***cozinheira*** *e* ***não*** *como* ***empregada doméstica****. Não é por mentir, mas sei que lá [no Peru] isso me dá outro lugar do que dizer que em Brasília eu fui empregada doméstica. Melhor dizer que eu trabalhei como cozinheira de diplomatas.* (Maria)

Dentro do que possamos identificar como uma mesma classe social estaria a profissão de trabalhadoras domésticas, cozinheiras em casas de famílias, jardineiros, etc... Porém, existem nuances, da mesma forma que acontece com outros grupos sociais, que se referem ao desenvolvimento do *status* que, na linha de Weber (1969: 67), entendemos tratar-se de uma questão de estratificação baseada na usurpação.

Ou seja, no cotidiano do trabalho, essas migrantes relatam momentos de orgulho quando são elogiadas pelos convidados dos chefes pela qualidade do jantar que elas preparam. Haveria certas tarefas associadas a recompensas especiais pela possibilidade de interagir com convidados detentores de um altíssimo grau de honra

e estima social (ministros, diplomatas, por exemplo). E, de acordo com elas, isso as torna especiais e diferentes da trabalhadora doméstica brasileira. Assim, cozinhar para jantares ou eventos importantes lhes devolve certo status "usurpado" durante a maior parte do seu tempo de trabalho e, às vezes, também no tempo de lazer.

Significa dizer que não sempre elas se sentem "desacreditadas" ou estigmatizadas; por momentos algumas sentem que conseguem passar à categoria das pessoas "desacreditáveis", servindo-nos de conceitos goffmanianos. Ou seja, na hora da interação seja no âmbito do trabalho ou de instâncias de lazer, as migrantes, como qualquer pessoa, buscam manipular a informação sobre aquilo que as "marca" socialmente. Evidentemente que as possibilidades reais de manipular tal informação muitas vezes são poucas, pois há as características daquilo que não pode ser escondido: os traços físicos, o jeito de falar ou vestir, por exemplo.

> *Quando estava esperando a Amelia chegar, fiquei sentada num ponto de ônibus, sabendo que nesse já não param os ônibus. Parece que era um ponto antigamente, mas agora já não mais. Aí..... eu via as pessoas passar caminhando e olhavam para mim. Todo mundo passava e olhava, mas ninguém falava nada... Eu comecei a rir e pensava, "esses brasileiros devem estar pensando 'coitada dessa indígena, ela não sabe que aqui não passam mais ônibus'"[risos!]* ***Mas é claro que eu sei!*** (Teresa)

Por isso Goffman chama essa informação de "social", pois ela:

> assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem. [...] A informação social transmi-

> tida por qualquer símbolo particular pode simplesmente confirmar aquilo que outros signos nos dizem sobre o indivíduo, completando a imagem que temos dele de forma redundante e segura (Goffman, 1988: 53).

Repare-se que, no exemplo dado por Teresa, não são "os brasileiros", cidadão local, que olham para ela e pensam: "coitada dessa indígena". Essa é a leitura que a própria Teresa [sujeito da suposta estigmatização] faz do que os outros estariam interpretando. Para além de estigmatizar-se a si própria, ela também estigmatiza ao outro que ela identifica como "os brasileiros". Pois, na sua leitura, eles olhando para ela estavam demonstrando sentir compaixão e ignorar que ela já sabe e domina essa informação do local.

Retomando nossa reflexão sobre a usurpação do status que afeta à profissão de trabalhadora doméstica, cabe salientar que as habilidades como a de ser boa cozinheira que caracteriza a muitas migrantes peruanas que trabalham neste setor são valorizadas no mercado de trabalho como sendo inatas a pessoas dessa origem social e cultural. Ou seja, não seria, neste caso, um reconhecimento a um tipo de qualificação formal, mas um reconhecimento a algo esperado já delas por serem mulheres, trabalhadoras domésticas e peruanas. Desenvolvemos esse assunto no próximo ponto.

5.1.3 Espaço de formação e qualificação

O espaço onde uma pessoa realiza a sua formação profissional condiciona bastante a sua capacidade de "fazer valer" no mercado de trabalho as qualidades técnicas adquiridas (Narotzki, 2009). No entanto, se a pessoa nem sequer frequentou um espaço de formação institucionalizado, as possibilidades de ser valorizada no mercado de trabalho são praticamente inexistentes.

O grupo de migrantes por nós estudado encaixa-se no que correntemente denominamos de trabalhadoras com escassa ou nenhuma qualificação formal, porque podemos fazer a distinção entre a existência de, por um lado, um espaço formal, público, institucionalizado de formação, onde "a aprendizagem aparece reconhecida, sancionada pelo conjunto da sociedade" (Narotzky, 2009: 200) e, por outro lado, de um espaço "informal" de formação, geralmente associado ao espaço doméstico e privado, onde "as transferências de conhecimento não têm valor 'universal', não são reconhecidas nem possuem o aval do Estado ou a sociedade no seu conjunto" (*ibidem*).

> *Eu adoro cozinhar, os senhores gostam muito do que eu faço. Quando vêm as amigas da senhora tomar o chá em casa, todas elogiam sobretudo o meu bolo de chocolate. A senhora já me disse que eu deveria fazer o curso da "Cordon Bleu" em Lima. Isso me ajudaria a melhorar a apresentação dos pratos [...]. Você já ouviu falar dessa escola? A Cordon Bleu? Só tem em Paris e depois no Peru. Falam que é cara, mas quem sabe o senhor não me ajuda a arrumar uma bolsa de estudos?... Vou pedir, ele consegue bolsas de estudos para todo mundo, não só os filhos, o sobrinho, agora a namorada do sobrinho foi para Nova Iorque....*(Maria)

As dez migrantes entrevistadas possuem habilidades técnicas, específicas e muito necessárias para o trabalho que desempenham em Brasília, porém adquiridas no espaço do doméstico e privado, portanto, podemos falar, seguindo a perspectiva de Narotzky (*op. cit.*), de uma formação "invisível". Dialogando com a fala anterior da Maria, poderíamos dizer que ela domina quase todo o conteúdo, falta só um pouquinho do que a "Cordon Bleu" ensina; porém, ela aprendeu em casa, com a mãe, e no próprio trabalho.

Note-se que quando tais habilidades são reconhecidas, apreciadas pelo empregador, resulta-lhes como sendo "naturais" dessas mulheres, porque faz parte da cultura e da origem social da qual elas procedem. As peruanas são boas cozinheiras, fiéis por serem menos sindicalizadas, dedicadas e determinadas a mudar de vida, segundo nos falava um dos empregadores de origem europeia[118].

No entanto, observe-se que todas essas "qualidades" apontadas, assim como as capacidades dessas migrantes de incorporar como profissão aquelas habilidades aprendidas em casa, na sua cultura de origem, apesar de hoje lhes permitirem trabalhar e ter um salário que não conseguem ter no país de origem, acabam descriminando-as, confinando-as a essa profissão e não outra, que até para elas próprias carece de honra social.

> *Não pretendo voltar a trabalhar como empregada.... fico mais um ano ou ano e meio... tenho meu projetos para lá... de comida ou negócio de roupas... mas eu tenho certeza que voltar para o Brasil a trabalhar em casa... nunca mais voltaria...* (Maria)

5.1.4 O estigma e a discriminação: o sofrimento de "las cholas"

No marco da nossa pesquisa, entendemos que essas mulheres migrantes, chegando a Brasília, um espaço completamente novo, tomam "posse" dele e ao fazê-lo não só deixam suas marcas no espaço por elas produzido como também são marcadas por esse. Passam a ser um habitante a mais de uma cidade que muda e por sua vez as transforma, que as "absorve" em diversos graus, integrando-as, rejeitando-as, mas que dificilmente as ignora.

118. Cf. capítulo 2, ponto 2.3.1.

Retomando e apropriando-nos da proposta de Goffman[119], quando o migrante e o nativo se encontram na presença imediata, um do outro, "ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma" (1988: 23). A questão passa por como definir quem pode ser considerado *habitant* da cidade e quem está habilitado a ser chamado de *barbare*; ou seja, quem detém a marca do igual ou normal, e quem carrega a marca do diferente e estranho (Vidal, 1996: 47). Isso porque interessa compreender como esse contato entre "hóspede" (*barbare*) e "anfitrião" (*habitant*) se vivencia, se explica e se sente, se nega e se afirma, se *encena* e se traduz no novo contexto de interação.

Na interação de uma conversa – entre o que Goffman chama de *contatos mistos*, na troca de olhares, nos silêncios – se reafirmam pré-noções tanto de um lado quanto do outro. Quem carrega o peso de um estigma (marcas no seu próprio corpo, forma de falar), isto é, aquele que se sente em condição inferior ou de diferença com relação ao *outro*, experimenta um estar 'em exibição' numa cena que lhe causa forte sensação de não saber aquilo que os outros estão "realmente" pensando dele. Ou, até, pode responder antecipadamente através de uma capa defensiva fornecedora, quem sabe, de um certo conforto ou sensação de 'dar conta' da cena (Goffman, 1988: 22-26).

Dito de outra forma, a presença de esse/a outro/a nos coloca de imediato perante um espelho que constantemente está projetando a nossa capacidade de aceitar novas formas de alteridade. Isso tanto do ponto de vista daquele que 'recebe' quanto daquele

119. Goffman está falando dos "normais" e os "estigmatizados".

que 'chega'. Ou seja, a capacidade de aceitar outras formas de vida é colocada em questão não somente para o habitante local, mas também para o próprio sujeito migrante que chega e passa a ser diferente do resto, tanto do lugar que o acolhe quanto os outros que deixa para trás.

> *Lá no Peru, em Lima, as pessoas discriminam. Olha para a gente que vem do interior, que somos camponeses, de um jeito ruim. Por exemplo, quando eu vou visitar minha família, fico muito nervosa no aeroporto quando chego em Lima.* ***Não acontece comigo aqui no Brasil,*** *aqui não, mas lá, parece que o policial a quem devo que entregar os documentos me olha como dizendo* ***'vamos a ver... aquí viene esa cholita'*** [risos]. ***Eles discriminam muito.*** (Teresa)

Pode-se entender que, no caso, as denominações *barbare* como do *habitant*, ao se deparar com o que Goffman denominou de "contatos mistos", na verdade vão interatuar em função da *significação* atribuída à situação. Os significados que toda ação, todo ato de interação, detêm para um indivíduo são resultado de processos de interação prévios (o já vivido) e da interpretação própria (*self interaction*, manipulação de significados), também formada no contexto de interação social (Blumer, 1998).

Entendemos que Goffman pensa um ser humano ativo (agente), que leva adiante estratégias para (sobre)viver com os seus recursos, fraquezas e possibilidades contextuais: "na frente dos outros somos vulneráveis a que suas palavras e gestos traspassem as nossas barreiras psíquicas [...] mas também temos recursos para fazer vulneráveis os outros" (Goffman, 1983: 4). Significa dizer que essa presença corporal nos "encontros mistos" não só oferece riscos, mas também possibilidades de ação.

> *Nossa língua é o quéchua, entre nós aqui* [Brasília] *falamos sempre quéchua. Quando chegamos pela primeira vez em Lima, eu sentia muita vergonha de falar porque as pessoas ficavam me olhando de um jeito.... e eu sabia que era porque estava falando errado. Depois sim, com o tempo me acostumei a falar o castelhano.*
> *Mas eu tento manter minha língua, sempre falei quéchua para minhas filhas. Elas entendem tudo, mas não gostam de falar, me respondem sempre em castelhano. Acho que elas sentem vergonha, por causa de nós "cholos" sermos muito discriminados em Lima.* ***Aqui*** *[Brasília]* ***nem tanto, eu não sinto tanta vergonha quando preciso falar português, fico nervosa sim, mas não me sinto tão mal assim como me aconteceu no início lá.*** (Teresa)

O problema da discriminação e o racismo no Peru, entre os próprios peruanos, se constitui como um dos mais graves conflitos sociais[120]. Para Cardoso de Oliveira (2000), o problema social da discriminação dentro das fronteiras do próprio país é um elemento que deve ser levado em conta na dinâmica do processo identitário.

A discriminação para com as "cholas", resultado do racismo que impera na sociedade peruana, isto é, do peruano para com o peruano, faz com que muitas das migrantes entrevistadas manifestassem se sentir muito mais aceitas em Brasília do que em Lima. A questão da discriminação que podem sofrer em Brasília passa mais por uma questão de relação de trabalho, onde elas sentem muito mais o estigma pela condição de serem empregadas domésticas do que pela condição de serem migrantes.

120. Assunto que já abordamos no capítulo 2 e no 4.

> *A senhora quase não fala comigo, na verdade é uma vida de muita solidão. A senhora sinto que discrimina bastante, assim como os filhos, só me falam quando estão saindo de casa e falam "tchau, Teresa"; é tudo o que me falam.*
> *Já me aconteceu de ouvir um barulho dentro da casa, vou ver o que está acontecendo, e encontro a senhora que estava de volta, mas que nada tinha me falado.*
> *O senhor não, ele é muito diferente. Está muito pouco em casa por conta do trabalho, mas quando vem é muito atencioso. Ele fala comigo. Teve uma vez que veio a mãe dele da Argentina, "la abuelita", mas agora já foi embora. Com ela era ótimo, falávamos bastante, ela era uma companheira. Aí fiquei muito triste quando foi embora, de novo* ***voltava a me sentir completamente sozinha no meio dessa gente****. Foi 'la abuelita' quem me disse que os senhores estão muito contentes com o meu trabalho, fiquei surpresa, pois para mim ninguém fala nada.* (Teresa)

A possível discriminação pelos habitantes locais, pelo fato de serem estrangeiras, de falar diferente e ter traços indígenas, por exemplo, parece não ser muito sofrida por elas e isso pode ser explicado, em certa medida, por sua escassa participação em atividades fora do trabalho e, notadamente, consideramos que seja pelo contraponto que elas fazem com as situações de discriminação antes sofridas no país de origem ou no âmbito da relação patroa/empregada.

A marca do sofrimento por serem discriminadas dentro do próprio país, pelo fato de serem "cholas", ou seja, indígenas (ou descendentes de indígenas) provenientes de áreas rurais e migrantes na grande cidade, afeta a interpretação que elas fazem no presente sobre a discriminação.

> *Aqui na América Latina, as pessoas que têm a possibilidade de casar com alguém de uma classe superior, com um trabalho melhor e que, portanto, melhoram de posição, se sentem como*

> *se fossem rainhas e os outros* [as empregadas] *os vassalos. São muito classistas... classificam as pessoas.* (Carmen)

Observe-se que Carmen começa falando "das pessoas" e aos poucos passa a falar de um contraponto feminino que, entendemos, faz alusão direta à figura "da senhora" com quem elas interagem mais no contexto do trabalho no tempo presente em Brasília.

> *Elas classificam muito. Pensam... que pelo fato de a gente trabalhar como empregada doméstica... para elas, é ser uma pessoa ... como uma pessoa* ***o mais inferior possível.*** *E elas assim se sentem lá em cima.*
> *Às vezes eu penso... para mim… essas mulheres tem a autoestima TÃO BAIXA* [dá ênfase] *que para se sentir superior às outras, tratam mal a empregada, aquela que eles consideram inferior ... é a única explicação que acho para isso...* (Carmen)

A questão passa pelo fato de que no seu presente em Brasília se sentem menos "cholas" e bastante mais anônimas ou menos estigmatizadas a partir desse ponto de vista. No entanto, a situação de confinamento em que vivem e o vazio de honra e status social da profissão afetam muito a experiência de trabalho e migração na cidade.

> *Aparentemente... numa hora te tratam bem.. outra mal... te perguntam 'O QUE VOCÊ SABE FAZER?* [tom forte e sério], *você sabe cozinhar... Ah bom.. mas... TAMBÉM USA UNIFORME! O uniforme é indispensável'.... Mas por quê?!! O uniforme não faz as coisas … e às vezes… é como botar uma etiqueta na pessoa, uma marca. Olhem para mim, eu sou a senhora da casa, aquela ali é a empregada. Isso, sinceramente, isso... é uma* ***discriminação****. É como se estivessem te dizendo o tempo todo 'você é inferior, você é menos do que nós'.* (Carmen)

5.1.5 A construção do/a outro/a

Arauco tiene uma pena
más negra que su chamal,
ya no son los españoles
los que le hacen llorar,
hoy son los propios chilenos
los que le quitan su pan.
Levántate, Pailahuan.
Arauco tiene una pena – Violeta Parra

A alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano, pois, de acordo com Beauvoir (1976: 18), nenhuma coletividade vai jamais se definir como *Uma* sem de imediato colocar o *Outro* na sua frente. E esse outro, assim como o si próprio (*self*), terão sempre alguma(s) qualidade(s) que os particulariza, algum adjetivo para nomeá-la(s) e que, muitas vezes, acaba se tornando um estigma; i.e., uma marca característica que os inclui ("nós") ou os exclui de um determinado grupo ("ele/as") ou categoria.

> O termo "categoria" é perfeitamente abstrato e pode ser aplicado a qualquer agregado, nesse caso a pessoas com um estigma particular. Grande parte daqueles que se incluem em determinada categoria de estigma podem-se referir à totalidade dos membros pelo termo "grupo" ou um equivalente, como "nós" ou "nossa gente". Da mesma forma, os que estão fora da categoria podem designar os que estão dentro dela em termos grupais (Goffman, 1988: 32).

O outro com relação ao nós, e ao eu, pode por momentos ser aquele que faz parte do nosso grupo de referência. Nem sempre o outro é o completamente diferente, nem sempre o outro será "o espanhol" co-

lonizador, como diz Violeta Parra. Ou seja, nem sempre o outro será o cidadão local (habitante de Brasília) ou os empregadores com quem se estabelecem relações mais verticais do que de pares.

> *Nós, como estrangeiras que somos, temos de aguentar bastante coisa, calar a boca em muitas ocasiões, coisa que não ocorreria se eles tivessem contratado uma brasileira. As brasileiras ... elas sim, vão se queixar caso não respeitem os seus horários, não vão ficar caladas. Além disso, eu também sinto medo de mudar de emprego. É o mesmo que já me aconteceu no trabalho anterior de não ter um bom salário, mas quando você se acostuma à relação com a família, aos hábitos deles, a gente sente medo de mudar. Porque você mora na casa, então nunca sabe como será essa relação com eles, como você vai ser tratada.* (Diana)

Também o outro pode ser outras migrantes, provenientes tanto de outros países como também do Peru. A própria família deixada no país de origem pode se tornar por momentos esse outro com quem as migrantes se contrapõem pelas diferenças nos valores, nas crenças como consequência das mudanças que elas vão experimentando durante o processo migratório. Também o sujeito masculino pode se tornar o outro; ou seja, aquele abstrato a que as migrantes às vezes fazem referência como "o(s) homem(ns)".

> *Eu como mulher espero que o homem que está do meu lado possa dizer também* 'olha, eu estou aqui, para te apoiar, te defender...' *simplesmente tenho me sentido muito sozinha... pois não tenho visto esse homem do meu lado, que me defenda... simplesmente venho ficando sozinha, para me defender... e aí me pergunto... puxa vida... sou homem ou sou mulher? [risos]* (Eloisa)
>
> *Os homens são muito dominantes, creio que mais ainda aqui,*

nesta região... Aqui na América do Sul.. mas na América Central também... (Diana)

Nessa linha, observemos que "uma categoria, então, pode funcionar no sentido de favorecer entre seus membros as relações e formação de grupo mas sem que seu conjunto total de membros constitua um grupo [...]" (Goffman, 1988: 33). Além do mais, seguindo o pensamento de Goffman, levando em conta a ambivalência do vínculo que as migrantes podem estabelecer com o grupo de outras migrantes, com grupos deixados nas comunidades de origem ou com a própria família, é compreensível que possam ocorrer oscilações no apoio, na identificação e participação.

Eu e a Maria, a gente estava no Conjunto Nacional no domingo com a Emilia. Daí ligamos para a Amelia, que estava com a Teresa, por aí perto na Igreja, e vieram também se reunir com a gente. Foi legal, ficamos lá conversando durante a tarde, após comer uns salgados na Rodoviária. A gente brinca e diz que o Conjunto Nacional é a sala da nossa casa! (Carmen)

Faz poucos dias me ligou a Amelia e me disse "você vai embora em setembro?" *Aí eu fui bem sincera, disse que estava cansada disso tudo.... Amelia me sugeriu,* "não, vamos procurar juntas um outro emprego". *Mas... como eu já te falei eu não quero mais essa vida para mim. E falei isso, fui bem sincera. Depois de alguns dia, Amelia voltou a ligar, tocando no mesmo assunto. Para resumir, eu acabei a conversa dizendo* "ninguém pode ser feliz longe da sua família, longe dos filhos", *e contei para ela todos os meus projetos que penso levar adiante retornando ao Peru. Sinceramen-*

> *te, creio que isso a deixa furiosa, sempre está me dizendo a mesma coisa* "espera, espera mais dois anos, chegando lá, podemos trabalhar juntas, você não vai esquecer de mim. Não vai?" (Carmen)

> *Cansei, sim, cansei de no meu tempo de descanso ficar sempre com elas [outras migrantes]. Só se fala em trabalho, da família, da saudade, e isso cansa... tenho ficado mais na minha, gosto de ler e às vezes fico deitada lendo, descanso um pouco e não fico sempre na mesma.* (Carmen)

Dão-se, portanto, "ciclos de incorporação" (Goffman, 1988: 47) onde tanto se aceitam oportunidades de participação no grupo como também podem rejeitar-se e voltar a aceitá-las, como tinha sido feito anteriormente. Inclusive, acrescenta o autor, "haverá oscilações correspondentes nas crenças sobre a natureza do próprio grupo e sobre a natureza dos normais[121]" (*ibidem*).

5.1.6 A cidade: o isolamento

Aqui en la soledad prospera su rebeldía.
En la soledad Ella prospera.
The New Mestiza – Gloria Anzaldúa

As mulheres geralmente são pensadas, tanto no âmbito científico como fora deste, no contexto familiar. E a família é a primeira

121. Tal como mencionado em nota rodapé anterior, Goffman está falando dos "normais" e os "estigmatizados".

instituição onde as relações sociais de gênero se organizam. Daí que se torna difícil compreender o lugar da mulher no mercado de trabalho sem levar em conta a organização do núcleo familiar nos espaços doméstico e privado (Nogueira, 2001).

No caso por nós estudado, o lugar dessa mulher migrante no mercado de trabalho é no espaço doméstico-familiar-privado do empregador. Portanto, a trabalhadora doméstica migrante desempenha seu trabalho nesse espaço, onde algumas também moram, mas que de fato para elas não se configura como seu próprio espaço do doméstico-privado.

Seria para elas este espaço de trabalho um espaço público, pois nele elas são avaliadas, recebem ordens, são remuneradas, cumprem horários geralmente não claramente definidos? Daí a complexidade da vivência, do sentimento de isolamento. O espaço cotidiano em que vivem e trabalham é um espaço muito restrito, de confinamento, onde só se interage com integrantes da casa, e a comunicação com o "fora" não é fluida, sendo até muito dificultosa para algumas.

A isso devemos acrescentar o contexto da cidade de Brasília, que torna a experiência de migração muito específica, pelas características históricas e urbanas da cidade. Em 1962, na ocasião da sua primeira visita à cidade, Clarice Lispector escrevia:

> Não chorei nenhuma vez em Brasília. Não tinha lugar. É uma praia sem mar. Em Brasília não há por onde entrar, nem há por onde sair. [...] Uma prisão ao ar livre. De qualquer modo não haveria para onde fugir. [...] A cidade de Brasília fica fora da cidade. [...] Essa beleza assustadora, esta cidade, traçada no ar. [...] é o lugar onde o espaço mais se parece com o tempo (Lispector, 1980: 81-84).

Brasília, como toda cidade, oferece chances, em maior ou menor grau, de ser percorrida, de ser vivenciada. Quem mora na cida-

de precisa percorrê-la, pois, para nela viver, é preciso apropriar-se e atravessá-la em todo sentido não só do ponto de vista físico. O fenômeno da mobilidade espacial dentro de uma cidade envolve as mais diversas práticas, tais como: "a mudança do lugar de residência, o trajeto cotidiano casa / trabalho, a ida eventual ao mercado ou aos espaços de lazer. São diversos deslocamentos condicionados por diferentes mecanismos, que ampliam ou bloqueiam o acesso à cidade" (Lago: 2010: 421).

> *Depois de um tempo de ter chegado, é como que me desiludi um pouco... Porque nem sempre se tem dinheiro para gastar, e aqui tudo é muito caro. E a gente não faz a menor ideia de que essa cidade é* ***projetada para andar só de carro, não para pedestres.*** *Então aí é que está a* ***frustração.*** *Você pode claro pegar um ônibus e se deslocar pela cidade... mas aqui tudo é tão caro, os pontos de ônibus são muito distantes um do outro, às vezes os carros demoram muito a passar, e também quando passam, se vão lotados, não param ....* (Elena)

No entanto, já no caso de muitas dessas migrantes, ao ficarem morando e trabalhando no mesmo local, "perdem" a instância que o resto dos trabalhadores têm de voltar para casa, para outro bairro, espaços onde podem assumir outros papéis diferentes daquele de ser trabalhadora doméstica, por exemplo, ser mães, esposas, namoradas, vizinhas, participantes da igreja, líder comunitária, estudantes, empreendedoras, etc...

De igual forma, o fato de estar confinadas a morar num espaço de poucos metros quadrados, que seria o quarto delas, faz com que nas horas de folga muitas vezes elas precisem sair do quarto para preparar algo para comer ou simplesmente mudar de ar em algum espaço da casa que lhes seja permitido circular. Isso dificulta muito

a possibilidade de por algumas horas deixar de ser "a empregada" da família, o que gera frustração, cansaço, desmotivação e autoafirmação do estigma social provocado pelo "vazio de honra" que essa profissão acarreta.

Cabe salientar que, mesmo por outras e diversas razões, a situação de escassa mobilidade/deslocamento na cidade não é exclusiva delas, mulheres migrantes em Brasília. Situações semelhantes acontecem com outros trabalhadores, pois, de acordo com Lago (2010),

> Estudos recentes têm indicado uma crescente imobilidade pendular dos trabalhadores pobres no interior das metrópoles brasileiras. A explicação mais recorrente para esse fenômeno seria o aumento das tarifas dos transportes coletivos muito acima da variação da renda desses trabalhadores, reduzindo as possibilidades de circulação e, portanto, de acesso ao trabalho, comércio e serviços. [...] Em síntese, há evidências de uma reconfiguração espacial tanto do mercado de trabalho quanto do mercado imobiliário, sustentada por processos de (des) valorização e segmentação do território e marcada por novas barreiras e novos fluxos intraurbanos (Lago: 2010, 421-422).

Sobre esse assunto Maria e Diana comentam:

> *Minha irmã está querendo alugar um quarto numa cidade satélite. É que a gente não aguenta.... são muitos anos, morando, trabalhando, TUDO no mesmo espaço. Mas fica difícil. Olha só, nós pesquisamos alugar um quarto em São Sebastião. O custo mensal é de 200 reais. Daí você deve acrescentar as passagens das duas para virmos trabalhar, o que dá uns 80 reais por mês. Aí já temos 280. Depois a comida, o jantar nós vamos ter que pagar, depois mais uns 15 reais, no mínimo, para alguma despesa no final de semana. Isso dá uns 150 reais por mês*

> *que precisamos somar aos 280. Fora que é preciso equipá-lo com colchão. Isso tudo é dinheiro que a gente perde de guardar ou para pagar dívidas.* (Maria)

> *O que eu faço para me sentir melhor, é que diariamente – sempre que posso – por volta das 5 da tarde, saio para fazer caminhadas, assim 6 da tarde já estou de volta, tomo um banho, faço o jantar e assim vou até os senhores acabarem, lavo a louça, etc... 10 ou 11 da noite. A caminhada me faz bem, porém não deixa de ser uma atividade que também faço sozinha.* (Diana)

Também observamos em algumas migrantes uma mudança nas suas concepções do urbano, do bonito, do conforto para a casa e da dificuldade de voltar a se adaptar na hora do retorno.

> *Eu penso que vou sofrer quando voltar. O dia que eu voltar, eu já não poderei desfrutar mais disso, do verde de Brasília nessa época de chuva. Voltar lá [Lima] é voltar para a cidade suja, a poeira por tudo que é canto. A Teresa, por exemplo, mora numa casa, que é um grande quintal, e você vai passando por um corredor onde tem uma porta de entrada, uma do lado da outra. Ou seja, são muitas famílias que moram lado a lado, todo mundo amontoado e só lá no fundo que ela mora.* ***É difícil se acostumar depois de andar por essa cidade, que ninguém diz nada.*** *Se você não faz coisa errada na rua, você anda tranquilo, você olha e consegue enxergar longe. Olhe para lá! Olha como dá para ver os lagos bonitos daqui [estávamos na Asa Norte]. Eu gosto disso, se um dia eu for embora para meu país, vou sentir falta disso.* (Amelia)

Retornar para as migrantes não se conforma só como um sonho, também no fundo é uma decisão difícil pela dificuldade em

"se acostumar" novamente com as lógicas de convívio do seu país de origem. Em diálogo com isso, podemos entender junto com Jardim (2007: 210) o retorno como experiência de alteridade e de estranhamento; um estranhamento que começa mesmo antes de retornar, já no momento em que a migrante – tal o caso de Amelia – começa a imaginar como será voltar para o Peru.

Acontece também em algumas uma valoração pelo tempo disponível para a introspecção, pois, mesmo tendo poucos momentos de descanso, algumas das que estão sozinhas, sem a família, tal como Carmen, sentem que ganharam um pouco de tempo para refletir e pensar na própria vida. Por isso ela diz que nem tudo em Brasília é negativo, e, com base nisso, nós acrescentamos que nem sempre os momentos de solidão se tornam experiências necessariamente negativas.

> *Aqui conheci pessoas boas, e isso tem me ajudado a refletir e ver outros lados da minha situação aqui. Foi assim, sabendo do interessante do teu trabalho, que eu decidi começar também a escrever sobre minha própria vida. Coisas que lembro, que doem, mas que eu tinha como que apagado da minha vida.* ***Agora, aqui, nesses momentos de sofrimento, tenho tido mais tempo para mim mesma e estou como que voltando a recuperar a minha infância assim como outros momentos da minha vida.*** (Carmen)

Observamos, também, o quanto elas tentam desenvolver estratégias que lhes permitam a realização de outras funções mesmo morando e trabalhando no mesmo lugar. Tal o caso de Carmen que começou a escrever sobre sua vida, pois *"um dia eu gostaria de que meus filhos pudessem ler sobre minha vida"*, ou também daquelas que costuram roupas ou tecem para vender para outras colegas, ou das que preparam jantares na casa do vizinho ou do amigo dos "senhores" nos dias de folga.

Para quem tem acesso a Internet, a instância de falar pelo *skype* ou *MSN* com a família no país de origem lhes permite nem que seja por alguns minutos voltar a sentir-se mães, namoradas, irmãs, filhas. Desenvolvemos, no próximo ponto, a questão sobre a participação dos meios de comunicação na produção do espaço das migrantes.

5.1.7 Os meios de comunicação: desafiando os limites do isolamento

> *No Peru antes eu tinha um telefone comunitário. Porque tinha uma pequena loja, e na porta estava o telefone, era público. Quem queria ligar devia usar moedas. Esse era o telefone que usávamos, nós e muitíssima gente do bairro. Agora não mais, porque em casa há telefone, inclusive hoje meu marido tem fax por conta do seu trabalho, e eles [marido e filhos] têm celular. Agora, com os celulares, já tiraram o telefone comunitário, claro, já não é bom negócio. Parece que também lá todo mundo tem celular, que nem aqui em Brasília.* (Amelia)

As experiências vividas durante o processo migratório pelas mulheres migrantes aparecem afetadas pelas possibilidades – passadas e presentes – de acesso a meios e dispositivos de comunicação. Tal acesso, no presente vivido na cidade, dá-se em diversos graus, dependendo seja diário ou somente nos dias de folga, se acontece de forma gratuita ou deve ser pago, se a migrante possui o conhecimento necessário para fazer uso e apropriar-se da tecnologia ou se tem a possibilidade de aprender com alguém (outras migrantes, integrantes da família para quem trabalha, etc).

> *Comecei a usar o celular aqui, foi no meu primeiro emprego que eu ganhei um. Mas eu não sabia como usá-lo!!! Eles que me ensinaram. O problema era que no começo eu não tinha costume e*

o deixava sempre dentro do meu quarto. Aí eles me ligavam e eu nunca respondia, porque, claro, esquecia dele [ri muito].
Agora já acostumei. O senhor em cuja casa trabalho agora liga sempre para me avisar se vem ou não para o almoço.
Meus filhos também agora têm celular e o meu marido também [todos no Peru]. Isso é bom porque, sobretudo no início, eu sofria demais, sentia muita saudade. Aí eu ligava nem que seja uns minutinhos e já.... passava aquela angústia.
Hoje com meu marido falamos a cada 15 dias. Ele me liga pela noite, diz que é para ouvir minha voz... [chora] (Amelia)

Estou contente ***agora de ter a tevê, porque não tinha, e ela me acompanha, é uma companhia.*** *Por que antes o senhor me falava para eu ir na sala e assistir a tevê, quando ele não estava em casa, mas eu não gosto, não queria mexer nas suas coisas. Então não assistia. Agora sim,* ***já tenho minha tevê no quarto.*** (Carmen)

No meu emprego anterior tinha tevê no quarto e com cabo, então podia ver vários canais. Aqui não, tenho muito poucos. Mas o senhor me falou que vai comprar uma antena para que eu possa ver outros canais. (Teresa)

Estou bem sim, ***assistindo à tevê do meu país pelo computador.*** *Olha só!, que triste! Você* ***sabia que a casa do cônsul do Peru no Haiti foi destruída?*** *... que pena...* [semanas após o terremoto de Haiti]. (María)

A relevância de analisar essa relação que as migrantes estabelecem com as possibilidades de usos e apropriações que os meios de comunicação lhes oferecem passa por compreendermos que esses podem ser pensados como modos de constituição e reconhecimento de laços com o outro, com o ambiente (Dutra e Russi, 2012) e, portanto, modos de constituição do espaço das migrantes em Brasília.

> ***Aprendo português ouvindo o rádio e assistindo tevê.*** Gosto ***de ler***, então à medida que vou lendo trato de ***pronunciar da mesma forma que vejo que fazem na tevê ou no rádio.*** (Eloisa)

Nesse sentido, é importante compreender as apropriações sobre os dispositivos mediáticos em dois sentidos. Por um lado, ver, escutar, falar de notícias e, por outro, tornar esses dispositivos próprios, usando-os, por exemplo, escrevendo e-mail, copiando receitas, aprendendo a língua para melhor interagir, etc... Por isso, falamos de dinâmicas e conjuntos de estratégias distintas cotidianas *sobre* e *com* os meios de comunicação que acabam constituindo o espaço de cada uma para além dos limites do local de moradia-trabalho (Dutra e Russi, *op.cit.*).

Do grupo das dez migrantes entrevistadas, uma delas – Maria – foi a única que teve a chance de ter um computador no quarto, fato que passou a identificá-la de forma diferenciada dentro do grupo das migrantes, pois isso não ocorre normalmente[122].

> *Ganhei um computador! [dos chefes] Estou contente..., mas, sinceramente, às vezes sinto vontade de jogá-lo fora. Por que é muito devagar… ao mesmo tempo o prefiro, por que a tevê que tenho só permite ver programas brasileiros.* ***Já me acostumei com a Internet. É uma grande companhia ter Internet,*** *pois eu navego .. pesquiso… Às vezes fico até 11 ou 12 da noite.* (Maria)

> *Agora também falo com meus irmãos pelo skype. Porque como a Maria tem o computador, eu vou ao trabalho dela, falo e lhe pago.* (Lucía)

122. Não só do grupo das dez por nós escolhido, mas o grupo extenso, de várias migrantes peruanas e de outros países. Maria passou a ser *aquela que tinha computador* no seu quarto.

> *Você já usou o skype alguma vez? Já ouviu falar? Nossa! Eu conheci outro dia com a Maria. Ela me ajudou e falei com minha mãe pelo computador!* (Elena)

Essa diferenciação da Maria com relação ao resto, por conta de possuir um computador no seu quarto com acesso a Internet, aconteceu no quarto ano de trabalho em Brasília e faz com que ela comece a interagir mais e diferentemente com os "outros" que estão "fora" (família, contexto do país de origem e do Brasil por conta das notícias, amizades, namorado, etc...).

> *Eu passo muito bem, me divirto à noite... entro na Internet para ver notícias do meu país... gosto disso para estar informada do que acontece no meu país. Também com minha irmã nos conectamos para saber* ***quanto está a cotação do dólar. Sabia que agora o dólar está baixando muito? Estou pensando em comprar euros.*** (Maria)

A interação com o que acontece "do lado de fora" passa a ser não só nos dias de folga quando consegue sair do quarto e da casa onde trabalha, já que o acesso a Internet lhe permite desafiar os limites do isolamento. Para as outras, que não dispõem de acesso a Internet no trabalho, fazê-lo aos finais de semana de certa forma também lhes permite desafiar tais limites. Contudo, nem sempre o desafio acaba se concretizando do jeito que elas esperam.

> *Tentei buscar se achava na Internet a escola de Lima onde eu estudei, ou colegas dessa época. Mas nada, não consegui nada... procurei no Google.* [comento-lhe que há um Google específico do Peru, para quem sabe aí ela possa achar alguma coisa] *Tem Google do Peru? Olha só, não faço a menor ideia. Como te falei, acabo de começar a mexer nisso da Internet, e poucas*

> *vezes, nem todo final de semana vou me conectar. Antes, em Lima, nunca tinha encostado a mão num computador... pior ainda, não pegava escada rolante, aquelas do shopping ou da rodoviária, pois tinha medo. Agora em Brasília não tive jeito, precisei começar a fazer essas coisas. Mas com Internet não é fácil, me sinto frustrada, pois às vezes consigo abrir o e-mail, outras vezes não e fico com vontade de ler as mensagens que minha filha me manda.* (Teresa)

> ***Quero pegar da Internet receitas de comidas e sobremesas, que eu vi que tem muita coisa na Internet**. Gostaria de levá-las para o Peru, pois lá para mim será muito difícil poder me conectar. Me falaram que era para salvar os documentos num pendrive, mas, eu não tenho.* [comento-lhe onde pode comprar um] *Sim, mas o **problema é que eu não sei usar essa coisa**. Não **sei como se faz para criar um documento, um arquivo**.... Eu entro e vejo que está tudo no menu, que estão as opções, mas não sei como fazer.* (Diana)

Daí que salientamos que o ato de se conectar e navegar pela Internet, ele próprio, não produz o significado esperado, "alguma coisa" precisa acontecer para que signifique do jeito que a migrante espera. No entanto, mostra-se uma sensação de "avanço" com relação ao "antes [...] nunca tinha encostado num computador". Por momentos, é como se o "não ser", "não pertencer", "não saber", "não participar" de muitas vivências cotidianas não fosse uma experiência nova e única aqui em Brasília. Para muitas delas, ficar "por fora" de muita coisa do contexto em que viviam é algo incorporado na identidade delas.

> *Creio que saber lidar com computador.... eu sei.... digamos.. 5%, sim, só 5% do que realmente é o computador. Me expli-*

> *cam algo no meu trabalho.. mas não é como ter a possibilidade de que te expliquem duas, três, ou quatro vezes. Me falam uma vez como funciona e pronto....Eu não posso atrapalhar depois, imagina* ***EU*** *indo cada vez que quero navegar incomodar a "señorita" ou o senhor que chega muito cansado. Não posso fazer isso, sei que não devo fazê-lo.* (Maria)

Sentirem-se aceitas, fazendo parte desse espaço dos computadores, dos celulares etc é importante. Porque perante os de lá [os que ficam no Peru], agora elas também participam e "mexem" nesse mundo. Contudo, também nessa dinâmica aparece a complexidade nas relações de gênero, mais especificamente, a relação com o referente masculino que oprime:

> *Domingo fiquei conectada até uma da madrugada conversando com meu namorado [mora no Peru]. Sabes o que ele queria? Que eu lhe desse minha senha do correio [e-mail].*
> [Nós comentamos: Seu e-mail é algo privado, não é?]
> *Sim, eu sei que é meu, deveria ser só meu.... mas, ele insistiu. E eu lhe disse, "você já sabe qual é". Por que ele já sabe, porque é a data do meu aniversário, o dia do meu nascimento e o ano do meu nascimento. Eu sei que ele mexe e lê minhas mensagens.*

No dia-a-dia das migrantes, a interação com o "mundo de fora" através dos meios de comunicação dá-se de uma forma muito ativa, mesmo que esse acesso seja bastante restrito, ou limitado a um pequeno aparelho de tevê com acesso aos canais abertos. Tal interação acontece, pois, no sentido de que o indivíduo que "lê" a informação o fará carregado dos seus modelos e marcos interpretativos, elaborando, assim, leituras ou interpretações daquilo que acontece fora tendo como base seus modelos e valores culturais.

> *Gosto de ver as novelas, gosto da mulher brasileira, o jeito de se vestir, o quanto ela é elegante, as das novelas são muito bonitas. Mas os homens... acho que prefiro os peruanos... não sei dizer exatamente... também não tenho muitas chances de conhecer homens aqui.* (Lucía)

> *O problema é ter só acesso a canais abertos, como é meu caso. Por que se você ficar só com a tevê brasileira… Sobre meu país… nada, não se informa nada.* ***Para o Brasil o Peru não existe.*** *Creio que nenhum país existe aqui… exceto os Estados Unidos… Estados Unidos [pensa]… a China também… passam coisas da China às vezes.* (Eloisa)

Tais leituras permitem organizar as interações já vividas e as que irão ser vivenciadas. Ou seja, ao salientar "para o Brasil o Peru não existe", por exemplo, aparece uma tomada de consciência de um jogo presença – ausência. Tal ênfase pareceria evidenciar que algo diferente seria a experiência de migração se o Peru estivesse presente nas notícias. E, mais ainda, a referência ao silenciamento mediático parece reconhecer sobre o país de origem uma categoria de inferioridade com relação aos que, ao contrário, aparecem (Dutra e Russi, 2012). O mesmo poderia ser apontado quando se refere à "mulher brasileira" pelo modelo da telenovela, como sendo bonita e elegante; isso estaria trazendo o contraponto da mulher peruana, assim como do homem brasileiro vs. o homem peruano.

Nesse sentido, podemos nos perguntar: como lidar com esse silêncio nos meios de comunicação brasileiros sobre o lugar de origem das migrantes? Isto é, neste caso, o silenciamento mediático se combina e apresenta em diversas das entrevistas, onde observamos movimentos de leitura que confeccionam rituais de desterri-

torialização que desenham outra geografia (Dutra e Russi, 2012), novos "mapas simbólicos" em contraponto àquele geopolítico historicamente definido.

5.2 Migrantes desterritorializadas?

A noção de território traz junto as de espaço, fronteira, limites entre um "nós" e os/as outros/as. Apesar de todos os desdobramentos epistêmicos que possamos fazer tomando como ponto de inflexão esses conceitos, para efeitos de análise, partimos do pressuposto de que existem "estados com base territorial que delimitam suas fronteiras espaciais" (Jelin, 2000: 333). Isso porque é fato que todos vivemos de alguma forma, e em diversos graus, a realidade de nos sentirmos parte de um estado-nação que está convencionalmente delimitado por fronteiras.

> Fronteiras que separam, que outorgam identidades concretas, expressadas em passaportes e cartas de cidadania, em residências legais e em direitos legitimados pelo Estado. Que se materializam em mapas, na cartografia; também nos postos de fronteira, nas barreiras e nas patrulhas. Se – e quando – essas ações concretas estão ou não associadas a identificações subjetivas, a manifestações no plano do imaginário e no nível simbólico, são questões que devem ser abordadas na pesquisa específica (Jelin, 2000: 334)[123].

123. Tradução nossa do original em espanhol.

Cabe acrescentar que a noção de fronteira tem outros sentidos e não só esse primeiro mencionado, ou seja, trata-se de uma noção polissêmica. Pode justamente ser considerada a demarcação do território como uma ação que convida a ser ocupada, conquistada. Também está a fronteira que se vivencia, por ser cruzada de forma permanente: "o limite (*boundary*) separa, a fronteira (*frontier*) se ocupa, a 'zona de fronteira' (*border*) se vivencia" (*ibidem*).

De acordo com Jelin, desde uma perspectiva simbólica e metafórica, podemos dizer que "as fronteiras que separam uma nação de outra estão marcadas pela sexualidade e a imaginação de gênero, manifestas em estruturas de poder, regras da "normalidade" e a exclusão de Outro/as" (Jelin, *op.cit.*, p.342).

> *Meus irmãos, todos no Peru, me falavam sempre para voltar, e se preocupavam que eu ficasse '**solteirona**'. Quando souberam que eu estava com meu marido, que iria ganhar meu primeiro filho, isso eu tinha 30 anos, aí não mais. Eles ficaram calmos agora. Isso vem da família, na minha casa é assim, sempre teve essa coisa de que a gente precisava casar para ter filhos, pois não faz sentido a vida de solteira para nossa família.*
> *Quando eu engravidei, eu liguei para meu irmão mais velho, que sempre foi como nosso pai, após o falecimento do pai. Eu não sabia como dizer, o que dizer... era como um pecado! [risos] Mas ele falou "tá certo! e fico feliz que seu marido seja peruano". Aí foi que eu relaxei! [risos]. Ele me disse que era bom a gente casar, que é assim que se faz na nossa terra, mulher grávida deve casar... e além disso... eu já estava com trinta anos!* (Elena)

Portanto, neste marco conceitual, a simples mobilidade física, o deslocamento e o atravessamento das "fronteiras" não são suficientes para justificarmos a ideia de que ser migrante é ser, neces-

sariamente, um desterritorializado (Haesbaert, 2005: 43). Não é a ideia de "um Peru" que as mulheres carregam no seu trajeto de vida em migração. Elas vão desenhando diversas formas de viver esse país, sua cultura, seus valores da comunidade e, notadamente, da família. Reforçamos a ideia que elas desenham essa forma de viver a "sua cultura" no processo migratório, pois não existiria uma forma única, de fato há diferenças entre cada uma das migrantes, e o próprio percurso de cada uma delas vai sofrendo mudanças na medida em que seus valores e costumes vão se alterando.

Por isso defendemos a ideia de que não existiria nelas um estágio fixo, permanente e definido no tempo e no espaço de desterritorialização, de perda de um território de referência pelo simples fato de ser migrantes. Isso porque enquanto a migrante se desterritorializa, vai também desenvolvendo estratégias de novas territorizalizações, vai produzindo seu novo espaço com novos quadros de referências.

Para Haesbert (2005), o migrante carrega sempre uma dinâmica territorializadora, chegando ao ponto de configurar sua identidade na própria ideia de movimento, muito valorizada na sociedade contemporânea. Podemos, assim, considerar os/as migrantes como aqueles/as que ao produzir novos territórios podem tanto incorporar a riqueza da diversidade cultural como também viver mais o sentido da perda – não sou daqui e tampouco de lá (Jelin, *op.cit.*). Isto é, nem sempre a experiência migratória resulta num balanço positivo, de crescimento cultural; há também a experiência da frustração por não se sentir parte nem de uma cultura nem da outra, e por não se sentir aceito em lugar algum por conta do estigma de ser o/a diferente, o/a de fora, e ser aquele/a que foi embora e mudou: "já não é mais o/a mesmo/a".

> Eu quando morava na província usava "pollerón" [saia grande] e chapéu.

[Perguntamos: E em Lima não?]
Não, na capital assim que cheguei comecei a usar essas roupas de cidade, que nem agora.
[Você gosta mais assim como se veste agora?]
É que não faz tanto frio, e se usar "pollerón" e chapéu, sinto muito calor.
[Mas de que jeito você prefere mais se vestir? Como você gosta mesmo?]
Quando eu vou para 'mi pueblo', uso 'la pollera y el sombrero' [saia e chapéu]. Tenho uma pequena mala na casa da minha mãe com minhas roupas para usá-las lá, quando eu chego lá. Porém, nos últimos tempos que eu fui visitar minha terra, havia engordado e aí não dava para continuar usando, me sentia ***enorme*** *com aquele 'pollerón'. Minha irmã me falava, como você engordou! Porque ela é magrinha. Ela usa uma 'trenza' [trança], do mesmo jeito que usava minha mãe, duas tranças e seu chapéu.*(Amelia)

Amelia, para responder a nossa pergunta sobre como ela gostava de se vestir, falou exclusivamente do tempo passado dela em província, no interior. Observemos que no tempo presente, assim como no seu tempo passado em Lima, ela já não vestia mais a grande saia e o chapéu como se costuma ainda usar na sua comunidade de origem. Isso faz muitos anos, ela está com 50 anos e migrou para Lima aos 15, momento em que começa a mudar sua vestimenta. Agora usa "roupa de cidade". No entanto, observe-se que continua descrevendo aquele jeito de se vestir, dá detalhes na nossa entrevista de como eram essas saias, os tecidos coloridos e como elas as confeccionavam junto com a mãe.

Significa dizer que Amelia, ainda hoje, sem sequer morar no Peru, depois de vários anos em Brasília, continua desenhando novas territorializações com base naquelas lembranças da sua infân-

cia e sua primeira juventude. Isto é, sua aldeia (el pueblito) ainda hoje está sendo transformada e territorializada na vida da Amelia. Consequentemente, concluímos junto com Haesbaert (*op.cit.*) que o migrante pode ser visto como um desterritorializado, só se for considerado no sentido da perda de uma "experiência total" ou "integrada" do espaço, fruto, sobretudo, dos processos de exclusão socioespacial que ele sofre carregando sempre a identidade de ser o outro e a outra que vem de fora.

5.3 Reflexões finais do capítulo

O espaço produzido por essas migrantes tem a especificidade de estar sendo produzido por mulheres – dimensão de gênero – cuja profissão é a do trabalho doméstico – dimensão de status profissional. Como base nessa especificidade, podemos sustentar que identificamos processos de feminilização do espaço produzido e, consequentemente, processos de feminilização da própria experiência migratória. Ou seja, uma experiência de vida em migração fortemente pautada pela falta de mobilidade profissional a que essas mulheres estão condenadas, por possuir habilidades adquiridas num processo de formação não só "informal" como "invisível", justamente por ser feminino e acontecer exclusivamente no denominado "espaço reprodutivo".

É também um processo migratório pautado pelo vazio de honra e de estima social que carrega a identidade "trabalhadora doméstica" e, ainda, misturada a uma identidade estigmatizada que trazem do seu país de origem, por serem "cholas" e "serranas". Uma experiência de migração que é feminina, com claras marcas do que isso culturalmente significa em nossa sociedade: cuidar dos outros, sa-

crificar-se pelos filhos e pelo marido, viver confinadas a um espaço físico reduzido que acaba afetando a vida psíquica, afetiva da pessoa, numa cidade como Brasília que as acolhe melhor (ou menos pior) do que foram acolhidas em Lima, porém que mal "convida" a ser percorrida e a ser sentida.

No entanto, Brasília é atravessada nem que seja sempre no mesmo sentido, pelas mesmas vias e pelos mesmos meios, e que cada dia muda a experiência. Isso porque, "[...] o lugar das pessoas é a relação mesma. As pessoas umas incluídas nas outras localizam-se ou proporcionam lugar a si próprias, enquanto se irradiam e se penetram e se rodeiam mutuamente, sem que isso prejudique a nitidez da sua diferenciação"[124] (Sloterdijk, 2009: 543).

Disso decorre que a cidade é desenhada de formas muito específicas por cada uma dessas mulheres. A cidade e o mundo são lidos também através dos meios de comunicação, assim como através das falas cotidianas e das interações no âmbito dos contatos mistos entre o *habitant* e o *barbare*.

Nesse sentido, concluímos que na medida em que um território vai sendo ocupado, outro/s território/s vão sendo abandonado/s. Um espaço está sendo produzido, e tal produção não acaba nunca, porque ela acontece na dinâmica do passado e do presente, assim como na do futuro sonhado. Isto é, existe uma produção do espaço no contexto da dinâmica temporal da vida das migrantes, assunto que desenvolvemos no próximo capítulo.

124. Tradução nossa da edição em espanhol.

6.
A dinâmica do tempo-espaço na vida em migração

Na cidade a força é dos "lentos" (Santos, 1994), pois aqueles que andam depressa – os que só se deslocam de carro pelas vias "rápidas" da cidade – perdem a capacidade de enxergar as suas sutilezas. O olhar dessas mulheres migrantes, confinadas ao espaço de trabalho, é um olhar minucioso, típico daqueles que vêm de fora e enxergam diferente o "nativo", pois veem outras cores, outras formas; um olhar que busca compreender e se apropriar dos poucos momentos-espaços urbanos aos quais têm acesso.

> Nosso esforço deve ser o de buscar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade (Santos, 1994: 86).

Para essas migrantes, Brasília se contrapõe a "sua" ideia de cidade, os gostos e desgostos encontram seu ponto de comparação com o deixado no país de origem, com o presente vivido e o futuro sonhado. Tal como expressa Calvino nas *Cidades Invisíveis,* é preciso lembrar que "cada cidade se contrapõe ao deserto a que se opõe [...]" (Calvino, 2003: 24). E esse "deserto" vai sendo construído e transformado na memória individual das migrantes, que não deve ser entendida como algo isolado, mas sim em relação aos seus quadros sociais reais (Halbwachs, 1990, 1994), que servem de pontos de referência na reconstrução da memória.

A nova cidade de residência, Brasília, os percursos nela traçados, as pessoas nela encontradas, os objetos com que nela interagem, são justamente os que "desencadeiam" as lembranças dessa outra cidade anterior, dessas outras paisagens, outras experiências. E com base nisso elas vão narrando suas vivências atuais, suas histórias passadas e seus sonhos. Porque seu presente em Brasília é isso, uma aquarela onde se dilui o passado – lembrado no presente, afetado pelas expectativas para o futuro, e cujas tonalidades mudam, se alteram, e voltam a *ser* e *parecer* como antes, porém diferentes.

Neste capítulo, buscamos analisar como a dinâmica do tempo presente-passado-futuro aparece nas narrativas das migrantes para explicar suas vivências durante suas vidas de migrantes trabalhadoras domésticas na cidade de Brasília.

6.1 Histórias de Mulheres

> *Eu tenho uma história para te contar. Não sei se você quer que eu te fale agora, mas ontem não conseguia dormir enquanto lembrava e pensei:* ***isso devo contar para ela****, já que ela gosta*

de estudar as histórias das mulheres. [Claro! Conte-me logo, fiquei curiosa] *Aconteceu comigo que antes de eu vir para Brasília.....* (Amelia)

"Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada" (Sarlo, 2007: 10). A capacidade de lembrar, muitas vezes, acontece de forma quase automática, isso porque, "antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança 'vive' em estado latente" (Bosi, 1994: 51).

A lembrança é estimulada por elementos externos, às vezes, quase imperceptíveis. É estimulada pelos outros que perguntam ou que provocam porque *não* perguntam *nem* olham nos olhos, pelos cheiros da rua ou pelo próprio cheiro da migrante que se altera, pois, a comida muda, a língua muda, a cidade é outra; i.e., a lembrança é interação. O ar de Brasília se modifica, já que a cada minuto e instante vivido por elas o espaço em que vivem se transforma.

A memória possui um caráter social, no sentido de que ela existe em relação a pessoas, momentos, palavras, ideias. A memória de cada uma das migrantes vai sendo configurada a partir de uma memória coletiva que, seguindo a Halbwachs (1990), estaria demarcada pelo tempo e o espaço – esses dois últimos entendidos como construções sociais, e também pelas memórias individuais.

O exercício das migrantes de lembrar, de narrar e de projetar permite-nos analisar e problematizar sobre a riqueza dos sentidos por elas produzidos a respeito da experiência migratória em Brasília. Isso porque, seguindo a proposta metodológica interacionista, entendemos que indivíduos que moram numa mesma cidade ou num mesmo bairro podem ter visões de mundos diferenciadas, já que a natureza do meio em que se vive – nós denominamos o espaço psicofísico das

migrantes – é dada pelo significado que cada uma lhe confere (Blumer, 1998). Ou seja, os significados que elas outorgam ao seu passado, presente e futuro, nesse momento de vida de trabalhadora doméstica em migração. E, ainda, indivíduos que nascem numa mesma família – no grupo das dez migrantes temos o caso de quatro irmãs (Carmen irmã de Maria e Amelia irmã de Teresa) – têm matrizes de leitura e visões de mundo em comum, porém, também diversas, resultando em interpretações da experiência migratória diferenciadas.

Com base nisso, nos deparamos perante o desafio de analisar em detalhe os relatos que duas das dez migrantes nos fizeram, porque elas próprias, durante a pesquisa, mostravam interesse de ir além da instância das entrevistas compartilhando momentos que nos permitem analisar melhor suas vivências através dos seus depoimentos. Trata-se das irmãs Carmen e Maria; elas nos convidaram para almoçar e compartilhar a tarde algumas vezes em que os chefes de uma delas viajavam, e também quiseram sair juntas para visitar algum parque e não ficar só dentro da rodoviária ou de um shopping.

Tais movimentos de aproximação nos permitiram conhecer o ambiente físico do local de trabalho, inclusive o quarto onde Carmen e Maria dormiam-viviam. O fato de vivenciar algumas instâncias de lazer das duas, e já não só de forma pontual (com horário marcado para as entrevistas), nos ofereceu a oportunidade de experimentar com elas (as duas juntas, ou também cada uma por separado) momentos de empolgação, risos, assim como de tristeza pela saudade e pela falta de afetividade familiar.

Ou seja, tais vivências em comum conseguiram romper com a situação mais formal da pesquisadora que pergunta e a migrante que se prepara para dar respostas. Para aproveitar e analisar melhor esses momentos foi preciso adotar o tempo dos "lentos", parafraseando

Milton Santos, um ida e volta entre familiar e estranho, e percorrermos de forma minuciosa os seus relatos. Relatos intensos, com anedotas detalhadas, como procurando voltar a viver aquilo de que lembravam, e imaginando aquilo com que sonhavam. Nas próximas páginas apresentamos alguns fragmentos desses relatos.

6.1.1 Carmen. De micro-empresária têxtil a trabalhadora doméstica migrante

> *Em uma semana... comprei a passagem... deixei minha casa* [silêncio]*...porque perdi minha casa.... mudei meus filhos para um lugar muito pequeno hummmm* [chora] *encontrei meu filho chorando e.....* [chora] *isso foi uma quinta... que encontrei meu filho chorando* [chora].
> ***Eu*** *precisei reagir* [sempre chorando] *porque nesse dia, quinta, meu filho* [mais velho] *chorava por tudo o que estava acontecendo. No dia seguinte o levei para a psicóloga, sábado comemos juntos... segunda vim para cá... Brasília é minha casa... agora já não sei ... nunca mais....*[chora muito]

Conhecemos Carmen através de Amelia. No dia combinado para nossa primeira entrevista, uma hora antes, ligamos para seu celular para confirmar[125] e Carmen respondeu:

> *Estou indo sim, mas não poderei demorar muito, eu tenho um compromisso.*

125. Algumas migrantes não podem comparecer quando está chegando a hora da entrevista, pois surge alguma demanda extra no trabalho ou têm alguma "desculpa" provavelmente pela tensão que lhes gera ser interrogadas e falar das suas vidas.

Chegou na hora e ao local marcado. Começamos a conversar; nós começamos explicando melhor a nossa pesquisa e os motivos que nos levaram a morar no Brasil. Sentimos que aos poucos o clima da nossa conversa começou a ficar mais "leve", criando um ambiente de confiança. A partir disso iniciamos a entrevista; a primeira, que durou duas horas ininterruptas, fluiu bem. Num momento ela nos falou,

> *Estou me sentindo muito bem, tendo essa oportunidade de falar com pessoas simples que nem você. Será que podemos almoçar juntas?*

Nesse dia tocou em vários assuntos muito pessoais e acontecidos na sua vida, **todos tristes**, chorando durante a entrevista. Observe-se que a referência a se sentir bem por poder falar com "pessoas simples" decorre de estar sentindo muita dificuldade de se adaptar com a família de diplomatas para quem ela trabalhava nesse momento. Ao terminar, deixamos já marcado um dia para nos encontrarmos novamente, dessa vez com sua irmã Maria.

6.1.1.1 Origens

Carmen,filha de agricultores que acabaram migrando para a cidade em busca de meios de subsistência, nasceu numa cidade do interior do Peru, num contexto urbano, no entanto muito vinculado à cultura rural.

Seu pai, comerciante na cidade, faleceu ainda jovem em decorrência da sua dependência ao álcool. Carmen, a filha mais velha, foi a "escolhida" pelo pai para assumir a responsabilidade de "mãe" dos oito irmãos que nasceram depois dela. A mãe de Carmen, analfabeta, casou muito nova e a teve com só 15 anos.

> *Minha mãe era muito nova quando eu nasci... e na medida em que eu fui crescendo, assumindo responsabilidades, ela ia*

deixando tudo comigo, desde muito criança, e fui aprendendo a me comportar como adulta, como se a mãe fosse eu, não ela.

Carmen foi **criada para cuidar** dos outros, mas também com a determinação de melhorar de vida por conta justamente de sofrer muito desde pequena, de sentir a pressão da autoridade da figura paterna e da completa passividade da figura materna, que calava enquanto via a filha assumir mais e mais tarefas.

Claro, meus pais sempre me deram estudos, sempre estudei, mas também eu me sentia muito pressionada. Eu sou a filha mais velha. Desde criança fui assumindo o cuidado dos meus irmãos.
Eles queriam que eu estudasse, e de fato estudei. Mas ***voltava da escola e devia cuidar dos meus irmãos, da casa..... E comecei a trabalhar, e tudo continuava, o estudo e o cuidado da família além do trabalho.***
Até que ***chegou uma hora que eu não consegui estudar****... e o dinheiro já não era suficiente para pagar meus estudos... éramos muitos irmãos.. tenho mais oito.*

Os pais sempre lhe *"deram estudo"*, mas não o tempo necessário nem condições para se dedicar, e, depois, chegou a hora de largar o colégio para poder trabalhar mais e mais, e suprir as necessidades que o pai já não conseguia suprir. Sua mãe nunca saiu de casa para trabalhar; era Carmen que saía de casa, trazia o salário e cuidava do lar, com a única ajuda de sua irmã Maria, dois anos mais nova, com quem migrou primeiro para Lima e depois para Brasília.

Nesse sentido, foi justamente no denominado espaço "reprodutivo", na casa, com a família, que sem perceber Carmen aprendeu a ser adulta sendo ainda criança.

Sinto que pulei fases da minha vida, a adolescência, juventude, é como se de repente tivesse virado mãe dos meus irmãos, adulta....

Rapidamente ela incorpora então o **papel da mulher fornecedora e protetora**, mãe-irmã que educa, alimenta, dá carinho. Sem deixar de lado aquele papel supostamente "masculino", de sair de casa para trabalhar, trazer o dinheiro e ainda levar adiante o sonho de estudar.

Havia problemas em casa.... e quem botava as coisas na ordem era eu.... quem pagava as contas era eu... quem estudava era eu... quem cumpria horário era eu.

6.1.1.2 Educação, profissão e família

Já com 19 anos, Carmen conseguiu cursar dois anos de enfermagem, enquanto trabalhava como secretária numa escola e cuidava da casa, mas, num dado momento, ela não dava mais conta de continuar assim.

Nessa escola conheci um colega de trabalho, com quem sempre conversava, e lhe falei que iria deixar o instituto, porque não dava mais conta de pagar e do tempo...
Aí esse senhor me aconselhou me apresentar para o magistério público, então dava para trabalhar como professora suplente e durante as férias de verão permitiam fazer os cursos intensivos na universidade. Dessa forma eu poderia me formar, e não ficar sem completar os estudos superiores.

Carmen correu atrás desse projeto e foi aprovada para trabalhar numa escola perto da sua cidade:

> *Aí fiquei tão feliz... mas, ao mesmo tempo pensava,* ***como é que eu vou deixar os meus filhos... no final das contas meus pais também eram como filhos, não só meus irmãos****.*

Mesmo assim, ela estava disposta a sair para trabalhar na escola, pois sabia que precisava "vencer na vida" justamente por ter toda uma família sob sua responsabilidade. Contudo, quando saiu sua nomeação para professora suplente,

> *me senti tão feliz que pensei* ***dessa vez vou fazer algo por mim!***
> *Mas... meu pai não deixou, minha mãe não deixou.... Aí me senti tão frustrada, tanta raiva... pensei: vou embora para Lima. Minha irmã tinha acabado a escola secundária.. e ela falou: VAMOS!*

As **relações assimétricas** de **opressão** para o caso da Carmen e Maria, assim como também de outras mulheres em condições semelhantes, não aparecem na vida delas só na instância de trabalho ao se desempenharem como trabalhadoras domésticas. Tais **modelos** de relacionamento **autoritários**, hierárquicos e verticais, que criam **vínculos** de **dependência** extrema onde *sempre* elas são as que devem satisfação aos outros, começam desde cedo na própria família, e vão sendo reproduzidos naquela que elas formam depois (marido, filhos). Esses mesmos vínculos se estabelecem e se aceitam, por momentos se naturalizam, no âmbito do trabalho para com os "senhores".

> *Então, você acredita que eu falei "eu vou de férias"?... mas.. nunca mais voltei a morar na minha casa!*
> ***Senti que estava me libertando****.... Sempre continuava indo ver meus pais, meus irmãos. Cuidávamos deles, minha irmã também....*

Chegaram a Lima, Carmen e Maria, e ficaram na casa de uns tios. Carmen, dando continuidade ao seu papel de mãe de seus irmãos, começou a trabalhar vendendo roupas que os tios produziam e pagava um curso pré-vestibular para sua irmã Maria.

Maria acabou não passando no vestibular e começou a trabalhar. Alugaram um quarto para sair da casa dos tios, *"pois, como você já percebeu, Maria tem um gênio forte e começou a dar alguns problemas de convívio para meus tios"*. Até que Carmen fez 23 anos, casou e teve três filhos. Novamente dando continuidade ao papel de irmã/mãe, ela levou Maria para morar com ela, e aos poucos, na medida em que melhoravam as condições no seu trabalho, já como microempresária têxtil (seguindo o caminho que lhe ofereceram os tios), foi trazendo **todos** os oito irmãos para morar com ela na capital. Ela quis finalmente cumprir com seu papel e acabou criando todos, além de seus próprios filhos.

> *Desde o primeiro dia que eu conheci meu marido, falei que se ele me quisesse bem, devia aceitar meus irmãos. Que eu não os deixaria morando com minha mãe. O problema era que cada vez que ia visitá-los na província, eles choravam e me pediam para levá-los juntos. Eles estavam acostumados com eu ser quem os criava e não podia deixá-los.*

No momento de sua chegada em Lima, Carmen começou a trabalhar com os tios que fabricavam roupas e ela as vendia porta a

porta. Ela conta que sempre se deu bem, vendia tudo e foi juntando um dinheiro e aprendendo também a confeccionar roupas. O negócio com os tios foi crescendo até que Camen acabou tendo quatro "pequenas lojas de bairro" onde vendia o que fabricava junto com o marido.

Começaram aos poucos a ter problemas, até que, como nos conta Carmen,

> *E aí... em poucas semanas perdi tudo, até minha casa. Felizmente ficou algo para a passagem. Eu tinha uma empresa, têxtil, de confecções. Tive problemas com isso. Bom... agora o meu marido está recomeçando com a empresa... novamente. Tentamos guardar algo do dinheiro que envio daqui... porém, está difícil, meu salário também não é grande coisa e temos que pagar estudos para nossos filhos.*

Carmen comenta que Brasília nunca esteve nos seus planos.

> *Eu pensava em sair para Europa, Itália, Espanha,* ***esses lugares que ouvia que era bom para trabalhar****, que havia possibilidades de trabalho. Eu na verdade não tinha preferência alguma, só precisava sair, trabalhar onde eu pudesse tirar vantagem.*

A decisão de emigrar, ir para outro país, foi tomada num momento muito difícil da sua vida.

> *Era um momento que nunca pensei que passaria, que aconteceria comigo.... Então, precisava sair,* ***era a única opção****.*

A "única opção" para ela, pois, era evidente que seu marido não seria capaz de fazer isso, ficar longe do país, da família, trabalhando

no que fosse preciso. Carmen disse que além de ser mais fácil para a mulher arrumar um emprego no serviço doméstico, o marido não seria capaz desse sacrifício, de suportar o sofrimento.

6.1.1.3 Ser masculino *vs*. ser feminino

Carmen relatou outra frustração que sofreu com o pai, quando ainda morava no interior e que compreendemos lhe ter marcado muito.

> *Eu conheci uma senhora [uma professora], que o irmão dela era advogado e me ofereceu trabalhar com ele, que estava precisando de uma secretária. Meu pai* ***também não quis...*** *segundo ele, quando uma mulher é secretária... pior... num desses escritórios... onde a gente fica com o chefe.. bom.. você sabe... os homens são tão machistas que algumas vezes no caso do meu pai eu acho que ele foi ao extremo. Então, tudo isso era tanta pressão para mim... ainda somada à pressão do trabalho da casa.*

Para além desse sofrimento todo com o pai, ela parece também sofrer pelo silêncio da mãe completamente ausente e passiva perante a autoridade do pai – lembrando que a mãe de Carmen e Maria é analfabeta, algo que não é explicitado, uma vez que praticamente não se fala nela, uma mulher que ainda vive e mora no interior.

Em relatos como o que citamos a seguir, sobre o machismo, tal sentimento aparece de forma indireta. Segundo Carmen, se o **machismo** existe é por **culpa** das **mulheres**, porque são elas que ficam mais em casa. É o homem que sai mais para trabalhar, portanto as mães são as principais responsáveis pela educação dos filhos. Aquelas que têm recursos, acrescenta, pagam para que outras mulheres façam as coisas por elas e assim acostumam as filhas mulheres a não fazer e nada sabem da casa.

> *Porque o pai é machista, mas ele está mais na rua.* ***Quem decide mesmo que essa situação de machismo continue são as mães..*** *elas são as que não querem que seus 'filhinhos' não façam isso, elas que fazem por eles. Inclusive agora, com as filhas mulheres, as mães não querem que elas façam nada, só querem que elas estudem, se liberem, mas... não ensinam* ***nada*** *da casa. E a gente vê que tem mulheres que não sabem nem sequer ferver água.*
>
> *E isso é um erro também, penso que tanto homem quanto mulher devem se valer por si próprios. E não precisar sempre de ter que pagar alguém que faça as coisas por você.*
>
> *Parece-me que também temos ido para outro extremo, e isso é definido mais pela mulher dentro de casa.*

Entendemos que Carmen **introjeta** os valores do **modelo de família patriarcal**, mesmo tendo sofrido muito isso. Por momentos busca fazer movimentos e escolhas que a libertem de tais valores e práticas, como quando decide ir embora e ficar morando em Lima. Contudo, acaba incorporando a cultura de organização familiar que sempre teve na sua casa e que foi a responsável por atravancar-lhe seu crescimento profissional e pessoal.

6.1.1.4 Aquilo que marca: repensar seu "lugar" como mulher

Existem na vida de Carmen coisas que ela gostaria de mudar, voltar atrás e fazer diferente. Durante os anos que ficou em Brasília teve momentos de fortes depressões e alguns coincidiram com nossos encontros. Sugerimos-lhe escrever, qualquer coisa que fosse, nos poucos momentos que ela fica no seu quarto para descansar. Carmen começou a escrever sobre sua vida, porque assim, segundo nos explicou mais tarde, algum dia dará esse material para

os filhos lerem e assim ficar sabendo mais sobre ela, essa fase de sua vida e também da infância.

> *Sim, escrever é uma terapia..... Mas... creio que* ***há muitas formas de morrer****... A gente pode estar vivo, mas na verdade se sentir morto ou querer morrer para parar de sofrer.*
> *Às vezes penso que eu deveria ter sido mais egoísta... agora o que estou vivendo é muito duro para mim.... aqui no Brasil, na minha vida de fato... pensar nos meus filhos, só isso me dá forças.*

Ela não sente o apoio do marido, reconhece que é "um homem bom", porém sempre acostumado a que seja Carmen quem decide e resolve os problemas.

> *Mas agora eu não estou mais lá para tomar decisões, é com ele agora...*

Diz estar decepcionada com o marido, pois pensou que juntos, mesmo que separados geograficamente, sairiam dos problemas e dariam a volta por cima.

> *Mas ele sempre* ***procurou e procura se refugiar*** *em algo, em alguém. Agora parece que é uma religião. Para mim é muito decepcionante.* ***Dá impressão de que ele perdeu uma mãe e agora está à procura de um pai.***

Mesmo que Carmen fosse fazendo suas escolhas após ter saído da casa dos pais e migrado para Lima, e depois para Brasília, à distância ela parece continuar sentindo o peso de ser mãe de todo mundo, até do marido, e o fato de ter esse tempo de migração – para se afastar dos problemas "deixados" no Peru e analisá-los de

longe – faz com que ela tome consciência e reavalie qual é o seu lugar como mulher.

> *Pensei que sair e ficar longe ajudaria a ele amadurecer... mas* ***do que serve isso tudo se ao meu retorno ele pensar que voltou a mãe, mas não a esposa?***

Carmen explica que o que lhe dá forças é que ela criou seus filhos independentes, que eles sim têm amadurecido muito, e pensar nisso lhe deixa mais aliviada.

> *Os* ***filhos são a coisa mais importante na vida de uma mulher****, e é por isso que lutamos. Quer dizer... eu estou lutando por isso. Quando voltar,* ***voltarei com meus filhos e ele,*** *mas para mim já não voltará a ser como antes.*

No meio desses relatos intensos, onde se percorrem temas que mexem com sentimentos que doem, surge de repente – tanto em Carmen como em outras – a **preocupação com o corpo** delas, com a **aparência**. Isso nos surpreendia muito, mas depois nos perguntamos: por que uma trabalhadora doméstica – imigrante pobre e cheia de problemas familiares que a levaram a tomar a decisão de migrar – não se preocuparia com o lado de se cuidar para *ter uma aparência* para os outros e ela própria? Esse assunto nunca foi levantado por nós, em todos os casos foram elas que tocavam nisso.

> *A vantagem é a gente se manter... as pessoas me falam, mas você parece tão jovem, não parece que tem vários filhos... Tenho algumas amigas que estão mais gordinhas.. mas isso é uma natureza do corpo de cada uma. Mas é preciso se cuidar*

depois dos 40, eu ***tenho pânico de engordar****... mas felizmente até o momento não engordo.*

Interessante observar que esses comentários, à primeira vista "superficiais", surgem no meio de outros muito fortes que mexem muito com ela. Parecem-nos como pontos de fuga para dar conta de tantas emoções, o que não tira a relevância do assunto. Justamente, isso evidencia como é que, no caso, Carmen sustenta-se emocionalmente tantos anos longe dos filhos, da família, da sua vida; o quanto elas se interessam por outros assuntos para além da problemática financeira familiar. Ainda, como ela vai produzindo seu espaço durante esse processo de migração, pois cuidar do corpo é algo que para Carmen não fica só na fala. Compartilhamos almoços e algumas saídas com ela, e de fato ela faz questão de cuidar-se nas comidas, sempre chegava maquiada para nossos encontros, o batom combinando com a blusa ou os brincos.

6.1.1.5 Interações com outras migrantes: reflexos da autointeração

Um dia combinamos com Carmen de repetir um encontro feito com Amelia, Teresa e Maria. Pensávamos em marcá-lo já que tínhamos feito só um encontro com as cinco. Dias depois, Carmen me disse:

Não sei... acho que não vai dar. Maria está me dizendo que prefere um encontro num domingo eu, ela e você. Parece que o outro dia discutiu com Amelia no telefone. Então.. melhor deixar passar um tempo. Não vai dar para fazermos dessa vez as cinco.

Esses desentendimentos, ou "ciclos de incorporação" (Goffman, 1988:47)[126], não são periódicos entre elas, mas esporádicos. Já houve um certo atrito entre Carmen com Amelia, por exemplo. Em outra oportunidade, esta última nos falou que passou um domingo com Teresa consolando a Maria porque tinha brigado com Carmen... e assim por diante.

É preciso ter muita sensibilidade na hora de lidar com os encontros nos dias de folga entre várias migrantes. Nós já sugerimos que alguma vez nos encontrássemos com o grupo, mas deixamos nas mãos delas concretizá-lo definindo horário, dia, lugar e as pessoas que querem convidar.

Segundo Carmen nos comenta, elas passam às vezes muitos dias sem falar com ninguém, no máximo trocam algumas frases no trabalho com os patrões. Fora isso, há dias em que ela diz que praticamente não conversa e isso lhes afeta quando se encontram entre várias migrantes. A falta de convívio com uma das famílias para quem ela já trabalhou pode ser exemplificada no seguinte relato:

> *Um dia apareci na cozinha antes das nove horas (era o meu horário de início estabelecido), e a senhora me disse "não, não!* ***vai embora para seu quarto,*** *não quero que você trabalhe fora do seu horário".... mas eu me senti desprezada, como que fora do horário estabelecido (9h às 18h) eu não podia sair do quarto?, não é uma questão de respeito ao trabalho, pois eu moro ali e posso precisar ir na cozinha, e por que não conversar?*

Por isso, quando chega o dia de folga e, às vezes, os encontros entre várias migrantes, tudo pode dar certo; elas se sentem bem

126. Conceito analisado no capítulo 5, ponto 5.1.5 "A construção do/a outro/a".

de encontrar as colegas. Porém, podem ocorrer desentendimentos, tensões radicadas em outro cotidiano, de desprezo e isolamento a um horário (das 9h às 18h) e dormitório-casa, que se levam para essas instâncias e acabam redesenhando como desconfortável o único momento de encontro com aquelas que se configuram como "pares".

Mesmo tendo uma origem, um país e uma cultura comuns, isso não exime que as interações entre elas, por momentos, sejam conflitantes. Podemos observar diversas formas de interação: competição, de concorrência, solidariedade.

É muito interessante nos determos para analisar como Carmen faz toda uma leitura da situação por elas vivida – as migrantes trabalhadoras domésticas em geral – chegando a fazer um diagnóstico a partir dessas instâncias de interação durante o tempo de lazer. É importante avançar na avaliação que faz desse fenômeno migratório no qual ela própria está envolvida:

> *Sei que muitas das moças que vêm trabalhar em casa de família têm toda uma história de vida muito problemática. E mesmo querendo ajudar, nem sempre é possível. As pessoas só podem ser ajudadas quando elas querem, quando estão abertas para receber ajuda.*

Há um sentimento de empatia com outra que sofre tanto ou mais do que ela. Aparece **outra com mais problemas** que os dela, despertando uma vontade de **agir** sobre essa situação da outra, quem sabe numa **forma de agir, ou se aliviar pela impossibilidade de agir sobre a própria problemática**. Talvez a reflexão sobre a situação da colega seja muito mais **uma reflexão sobre si mesma**.

> *Observo em muitas das jovens do meu país, ou de outros tam-*

> *bém, que elas têm a autoestima muito baixa. A falta de confiança em si mesma é tão profunda, que levam isso como uma marca desde crianças…*
> *Nessa idade* [adulta] *é muito difícil de fazê-las entender o problema real que elas têm. No fundo disso tudo, parece que o único que procuram é causar pena, compaixão, meio que querendo dizer para todo mundo* "olhem para mim, que eu nada tenho". *Não será consciente, mas é o que acabam passando.*
> *Penso que isso acontece com* ***elas*** *por terem trabalhado a vida toda, desde crianças, como empregadas domésticas.* ***Diferente da gente****....* [ela e sua irmã]

Uma tentativa de se afastar do "objeto-problema" e de refletir a partir dele, sobre uma situação que a envolve, que a atinge; sobre uma "situação classe"[127], parafraseando Weber, da qual se diz não fazer parte, da qual se sente fora, como se fosse algo temporário, mas de fato a experiência de trabalhadora doméstica migrante em Brasília será um capítulo de sua vida.

> ***Essa vida não é para mim, acabou****. Vou embora daqui em alguns meses, não sirvo para isso.*
> *No Peru eu sempre tive uma moça ajudando na minha casa. Mas agora, eu aqui conhecendo essas moças, posso dizer que as mulheres que trabalham em casas esperam que os senhores para quem elas trabalham lhes resolvam a vida.*
> *Por isso lhes contam histórias e, em alguns casos, eles se comovem e lhes ajudam. A grande maioria espera receber presentes, coisas que os senhores já não utilizam mais, que são usadas.... aí fico pensando que elas desde pequenas* ***estão acostumadas com migalhas, quando recebem esse tipo de coisas se sentem bem.***

127. Conceito analisado no capítulo 5, ponto 5.1.2 "Classe,honra e status".

Questionamos se será mesmo que se sentem bem com isso... Não será que se trata de códigos de interação, de retribuir aos "senhores" de forma agradável, a esperada, quando esses lhe oferecem coisas que eles vão jogar fora ou dar?

> *Pois é, agora que me fala isso pode ser sim.... Mas... penso que na verdade* ***uma pessoa é explorada porque ela própria permite ser explorada....*** *Isso vai aos poucos, começam desde crianças, vão aceitando cada vez mais.*
> ***Para ter uma mudança real é preciso haver prevenção, para não acabar sempre como mães solteiras, dando continuidade sempre ao mesmo padrão de comportamento... de exploração.***

Resulta evidente que o perfil de Carmen não é aquele que normalmente imaginamos encontrar em alguém que trabalhe nessas condições. Justamente por isso, nos é muito interessante tê-lo analisado de forma mais minuciosa para buscar romper com o estereótipo que correntemente se tem da trabalhadora doméstica, migrante, pobre, com pouca ou nenhuma qualificação formal.

Apresentamos a seguir uma análise de Maria, irmã de Carmen. Tal como falávamos no início do capítulo, alguém da mesma família, criada nos mesmos valores e cultura, nos permite perceber as diferenças e semelhanças e, consequentemente, a relevância dessa análise minuciosa para as ciências sociais.

6.1.2 Maria. De camelô em Lima para "Natacha" em Brasília

Conhecemos Maria através de Carmen, sua irmã. A situação familiar de Maria (pais e irmãos) é a mesma antes relatada para Carmen. Ela é solteira, tem um namorado que deixou no Peru e,

segundo ela nos relata, *ele* não quer casar nem ter filhos.

> *Eu gostaria, mas ele não, porque ele já tem outra família, já foi casado e tem filhos... Minha mãe me diz sempre, "pensa bem, tem que resolver esse assunto, tem muitas moças que gostariam de casar com ele". Sabe por quê? Ele é policial, tem um emprego estável... aaah! Outro dia meu irmão me disse, que foi aprovado lá, lei, né?, que as viúvas dos policiais terão direito a um seguro de vida pago pelo Estado. Então, sei lá... acho que vou casar, quer dizer... tenho que falar com ele para quando voltar.*

Maria assumiu desde muito nova o papel de ajudar Carmen a dar conta da situação familiar. Para isso, ela ficou sempre responsável pela cozinha da família porque era o que ela sempre gostou de fazer. Maria não tem o perfil de "gestão" da situação e tomada de decisões, como ao contrário acontece com Carmen: *"Então, sei lá... acho que vou casar, quer dizer... tenho que falar com ele para quando voltar"*. Daí que ela acostumou com sempre levar adiante sua vida apoiada e apoiando sua irmã, fato que algumas vezes resulta em conflitos entre ambas pelas expectativas de uma sobre a outra, desejos que se compartilham – estar trabalhando de domésticas para melhorar de vida (a honra de status) –, porém nos projetos após esse momento é onde radicam e se ancoram os tensionamentos, que nem sempre são atendidos pela contraparte.

As duas migraram juntas do interior para Lima, e quase 20 anos depois, migraram juntas para Brasília.

> *Eu não podia deixar Carmen sozinha nisso. Como que eu ia ficar lá com todos os problemas que tínhamos, com que cara podia olhar para meus sobrinhos vendo sua mãe indo embora*

> *e a tia ficando..... e ainda... ficar fazendo o quê?! Eu trabalhava e morava com a Carmen. A gente perdeu tudo, então... o que eu faria da minha vida? Como iria sair disso? Pensei vir e trabalhar, para nos primeiros tempos contribuir para pagar dívidas. Agora estou começando a guardar dinheiro para mim. Sim... guardo porque tenho planos.*

Maria tem planos, vários, tais como: abrir um pequeno restaurante, arrumar uma casa que a família tem no interior para montar uma pousada, *"simples, para hippies, cobrando pouco, tipo 10 dólares a diária com café da manhã"*, fazer um curso de culinária, *"mas é caro, precisaria de uma bolsa"*. Esses planos vão mudando, exibindo nuances diversas na medida em que vamos tendo novos encontros e o "estado de espírito" dela muda, i.e. o estado migrante muda. Maria vai tecendo projetos de ser microempresária *"e não ter que depender mais de ninguém"*, porém sempre nos seus planos aparece Carmen como "protagonista" e ela como "coadjuvante".

Ela parece não dar contar de levar adiante um empreendimento por pequeno que seja sem sua irmã ao lado, porque o seu lugar desde criança no contexto familiar foi esse, apoio e dependência da sua irmã/mãe. Note-se que ela cria vínculos desse tipo com outros relacionamentos, tal o caso do namorado, enviando dinheiro para ele, sabendo que *"agora me falou que tem uma namorada lá, que eu sou culpada por ter ido embora, mas ele diz que assim que eu voltar lá ele larga a outra para ficar comigo"*. O estar e viver o espaço aqui e agora em Brasília é atravessado por essa matriz de relacionamento privado (no interior da família) e nos projetos que significam uma relação externa (diante dos outros).

6.1.2.1 Integração ao mercado de trabalho em Brasília: o recurso de serem "primas"

Maria veio para Brasília pelos mesmos motivos que Carmen, já que Maria trabalhava e morava com sua irmã. Elas tinham o contato de Amelia. Não se conheciam anteriormente no Peru. Ficaram sabendo dela e das chances de trabalhar aqui através do marido da Amelia que mora em Lima, com quem se conhecem por questões de trabalho no Peru.

> *Ele nos falou: lá está a "prima" de vocês, não se ganha muito, mas há chances de arrumar emprego.*

Na hora da sua chegada, diferentemente de Carmem que ficou hospedada com Amelia (no trabalho de Amelia, pois a chefe desta autorizou), Maria foi hospedada na casa de outra peruana (Elena) que mora em São Sebastião (cidade-satélite), que já casou e tem filhos. O recurso de se chamarem de "primas" entre elas deve-se a que, segundo nos explicaram, elas acreditam ser mais correto pedir para a patroa hospedar por uns dias e ajudar a arrumar um emprego a uma "prima" do que a alguém que mal conhecem.

A categoria "prima" é uma situação de classe ou, poderíamos dizer, uma preparação para ingressar nessa situação e estado de ser trabalhadora doméstica migrante. Além de ser verdadeiro ou não o laço familiar – fato que não nos interessa discutir aqui – esse estatuto de "primas" se estabelece e se fortalece num vínculo de interação que demarca o tipo de relacionamento entre todas aquelas que de alguma maneira ou outra pertencem à "classe" migrante-peruana-trabalhadora doméstica. A partir desses operadores de relação demarcam seus relacionamentos com Brasília, i.e., uma comunidade imaginada e de imaginários de primas que, embora

pouco conhecidas entre si, sentem-se e desenham o ato de fazer parte de um espaço e tempo que não lhes são alheios.

Há um elemento físico-jurídico que também faz parte de um estar e pertencer a este cenário migrante, porém ao mesmo tempo não é definitivo porque depende de um estado de graça ou graciosidade. Referimo-nos ao não desconhecido, entre as migrantes entrevistadas, "visto cortesia". Um visto que depende, como indica a nomeação, da cortesia; pois, na condição de trabalhadora doméstica, a migrante simplesmente recebe a cortesia que não obtém por conta própria, mas sim parece recebê-la em merecimento pelo ato filantrópico de alguém, seja o Estado ou o empregador (diplomata). Isso configura um sentido de estar "aqui" por cortesia, de alguém que é cortês mesmo que "ela" não possa falar nos horários fora daqueles destinados ao trabalho, que seu mundo seja resumido a um dormitório, que os horários de trabalho extrapolem as oito horas diárias e assim por diante.

Maria obteve seu visto cortesia estando em Brasília, mas só um mês e meio depois de sua chegada, momento em que arrumou seu primeiro emprego estável.

> *Na verdade, no início, arrumei um emprego – isso foi 15 dias depois de ter chegado – e eu tive problemas com a língua, acabei poucos dias depois de começar sendo demitida. Na primeira família pra quem trabalhei, o senhor me disse o primeiro dia para preparar o café da manhã. E eu não sabia o que era isso, pensei que era só fazer café, foi o que eu fiz. Depois me explicaram que tinha que botar tudo na mesa, café, suco, pão, tudo! A isso se chamava café da manhã. Eu não entendia o que eram as torradas, por exemplo.*

6.1.2.2 O vazio de honra: o mito da Natacha

Maria manifestou muitas vezes que teria preferido trabalhar em qualquer outra coisa no seu país a "não estar vivendo esta experiência de trabalhar em casa". Descobrimos através das migrantes (tanto Maria quanto outras) que no Peru existe o mito da "Natacha". No início de nossos encontros, ouvíamos, por exemplo, Amelia e Teresa brincar dizendo "vem cá, minha Natacha". O mesmo fazia Maria, mas Carmen, por exemplo, se incomodava com isso, já que as piadas eram em tom sarcástico. Na ocasião de uma entrevista Maria nos explicou:

> *No meu país, as empregadas são chamadas popularmente de "Natachas"* [conotação pejorativa, tom de voz irônico]. *Faz muitos anos* ***teve uma novela peruana*** *que fez o maior sucesso, onde* ***Natacha*** *era a* ***empregada doméstica*** *de uma* ***família*** *muito* ***rica****, e o filho do patrão acaba se apaixonando por ela.... e casam.*
> *Isso foi há muitos anos... muitos... mas como a novela fez tanto sucesso, às vezes a repetem na TV.* ***Embora a protagonista Natacha fosse bonita, o nome se tornou uma forma popular pejorativa de se referir às empregadas****.*

O problema de Maria é que, segundo ela relata, seu namorado lhe chamava de "minha Natacha", e sobre isso expressava:

> *Eu sinceramente sinto vergonha de que me chamem desse jeito. Eu falo para ele que se o nosso pai nos tivesse visto trabalhar assim, teria morrido. Tenho certeza de que ele teria preferido vender sua casa antes do que nos ver morando aqui para sermos empregadas.*

Aparecem neste relato vários elementos. Primeiro a questão da vergonha pelo vazio de honra e estima social que o trabalho doméstico tem para ela, pois ela não quer ser "Natacha", e menos ainda sentir que seu namorado assim a considera depois de ter migrado. Prefere ser camelô e vender roupas na rua a trabalhar no serviço doméstico, *à la Natacha*.

Depois, a relação com o masculino. Por um lado, seu namorado que zomba dela ao mesmo tempo em que lhe pede para enviar dinheiro; isto é, ele se aproveita da situação pela fraqueza de Maria em querer manter seu relacionamento a qualquer custo. Por outro lado, a figura de um pai falecido idealizado. Um pai que teve sérios problemas com o álcool, deixando os filhos nas mãos de Carmen, a filha mais velha, e que Maria imagina como sendo protetor, fazendo o que for para tirá-las dessa situação. Quando Maria faz fiz que "teria preferido vender a casa", refere-se a quando os problemas financeiros de Carmen surgiram até que perdessem tudo; as duas foram para o interior pedir para a mãe vender a casa e ajudá-las a pagar dívidas. A mãe se negou e não a vendeu. Nas interpretações analisadas, como um ato e dinâmica de causa-efeito, o acontecimento "não ter vendido a casa" conduz ao epílogo da situação atual, de trabalhadora doméstica, migrante e Natacha, com tudo o que isso implica, não só agora, porém nos projetos de vida e retorno.

Entretanto, do grupo das dez migrantes, Maria era a que mais falava da vida que tinha antes. Não com aquela carga de angústia, tristeza que tinha sua irmã. No caso de Maria, **lembrar,** durante nossas entrevistas, era uma forma de fazer uma espécie de "viagem ao passado" buscando nos mostrar os encantos dessa vida onde ela não se sentia "Natacha".

> *Eu morava muito bem lá. Trabalhava e morava na casa da minha irmã. Tinha um quarto só para mim, que eu arrumei e*

> *decorei do meu jeito. Também* ***havia uma moça que trabalhava na casa, ela fazia todas as tarefas da casa.***
> *Mas... o trato era diferente,* ***a gente tratava ela de outro jeito diferente a como nós somos tratadas aqui.*** *Por exemplo, na hora do almoço, ela sentava na mesa com a gente.*
> *Lá, a gente tratava a empregada como se fosse da família, sentávamos na mesa todo mundo junto, colocávamos toda a comida na mesa, e cada um se servia. Depois, levantamos juntos, lavávamos a louça junto com ela, não deixávamos ela fazer tudo sozinha.*
> *Quando descansávamos, assistíamos TV, ela vinha e assistia junto. Lembro que assistíamos novela, ela gostava de assistir novela.*
> ***Eu vejo que aqui se marca muito a diferença.***

6.1.2.3 Os "nativos", a cidade e o racismo

Para Maria o problema que tem **Brasília** é que **deprime.** Sustenta esse sentimento para com a cidade dando-nos o exemplo de umas "amigas" [amigas dos chefes de Maria] que moram no Rio; disseram-lhe que lá é muito bom para viver porque tem a praia, tem lojas. Ela gosta de ir às lojas de Brasília, mas

> *o problema é que você precisa pegar o ônibus e não há lojas* ***pela cidade****, no bairro que eu trabalho* [e mora] *[Lago Sul] não há lojas. Gosto do Conjunto Nacional [shopping], mas acaba sendo sempre o mesmo lugar.*

A vivência do distante em si e o distante relatado como éden com relação ao presente no qual elas se encontram configura-se como algo que se contrapõe e desacredita mais ainda essa pouca

possibilidade de lazer. As lojas em Brasília (aqui-agora), após as manifestações gloriosas das do Rio, já não são as mesmas tornando-se repetitivas, aliás, a construção do espaço na monotonia vivida e revigorada pelo que se tem e que não poderá ser como "aquelas".

Maria diz conhecer São Sebastião, Taguatinga, Guará [cidades-satélites]. São Sebastião porque conhece uma peruana [Marta] que mora por lá, tem ido à casa dela para almoçar e passar o domingo. Taguatinga e Guará porque gostam de ir à feira e conhecer a parte dos comércios também.

> *Gostamos de ir para pegar ideias para quando voltarmos ao Peru e voltar a trabalhar nessa área.... E para passar o tempo... porque eu acho caro. Aos finais de semana, tricotamos, saímos...*
> *Em Taguatinga não é barato, é como no Conjunto Nacional.. o que fazemos é aproveitar as ofertas. Por exemplo, semana passada comprei uma blusa muito bonita, em oferta na C&A, bonita... mas precisa sempre ajustar... porque ficou muito larga.* ***Se eu estivesse no meu país isso não aconteceria.*** *No* ***Peru compro algo e fica sob medida.*** *Eu prefiro a roupa lá... a roupa peruana é exportada a nível mundial. É muito boa, o algodão é muito bom.*
> *Aqui no Brasil a lycra é muito boa, mas o resto não. Já o algodão peruano é reconhecido em nível mundial.*

Sobre as pessoas, os **cidadãos locais**, Maria diz: "não tenho queixas". Isso porque sempre que precisou perguntar alguma coisa, informação na rua, respondem e são amáveis. Contudo, ela salienta que o problema são os endereços em Brasília,

> *Mas o problema é que você pergunta na rua sobre um endereço, por exemplo, e muitas pessoas não sabem, e não sabem*

porque TUDO AQUI é complicado. Vai entender todas essas letras e números!

Maria aceita como natural que sua interação com os cidadãos locais se limite ao pedido de informação na rua. Não haveria outros motivos para ela interagir com pessoas da cidade. Ela vem trabalhando sempre para empregadores estrangeiros, suas amigas e conhecidas são todas migrantes trabalhadoras domésticas, um círculo amplo, porém restrito.

De acordo com ela, em Brasília, e por extenso fala do Brasil, o **racismo** é forte, "até demais". Questionamos qual a impressão dela com relação ao Peru:

> *Há no Peru uma pequena região com "negritos", mas são pouquíssimos, o que tem muito no Peru é combinação de todo tipo.... chineses..... há uma combinação, mas muito poucos "negritos", há mais indígenas... Mas, racismo existe sim no Peru... em todo lugar, mas aqui acho que mais. Por exemplo, os "limeñitos"* [habitantes de Lima] *como nos tratam? Nos chamam de "serranitos", mas quando a gente estuda a nossa árvore genealógica, a gente percebe que esses 'limeñitos', os ancestrais desses 'limeñitos' vêm da serra.....*
> *Aqui no* ***Brasil o racismo é violento,*** *forte.*
> [Você já sofreu isso aqui?, questionamos]
> *Não, não, comigo nunca. É* ***mais com os negros.***

Observa-se que Maria associa o racismo à cor preta/escura de pele. Para ela o racismo no Brasil é mais forte do que no Peru, simplesmente porque no seu país há "poucos negritos". Ela, por considerar que não se encaixa nesses padrões, **não** se considera vítima de racismo; são os *outros* os que sofrem por isso.

Podemos estabelecer um diálogo entre esse depoimento sobre o racismo com o anteriormente citado da novela e sua protagonista "Natacha". Veja-se que, tal como em muitos países da América Latina, no Peru aqueles considerados "brancos" não são discriminados e, além disso, são mediaticamente valorizados e suas imagens, suas vidas, estão sempre presentes nos meios de comunicação como modelos de beleza.

No caso específico da novela que Maria relata, o "branco" seria o filho do patrão e, portanto, aquele que possui o valor social e mediático. Natacha, a empregada, associada à mulher mestiça, *chola, serrana,* e desprovida desse tipo de valor, acabará ascendendo socialmente e um dia espera ser tratada diferente, tudo graças a um casamento que é do ponto de vista social muito significativo, porque é ela, Natacha, quem "sai ganhando".

Na novela a jovem muda de vida, fato que leva a pensar que na "vida real" muitas jovens trabalhadoras domésticas levam um sonho de Natacha dentro delas. Não temos elementos concretos, mas sim compreendemos – levando em conta a contextualização da situação vivenciada e os relatos das entrevistas – que no caso do grupo estudado de migrantes peruanas, todas chegam com uma determinação a Brasília, que é a de melhorar de vida, dar um lugar melhor aos seus filhos e sua família, assim como a elas próprias na hora de retornar. Elas provavelmente não têm o casamento sonhado que, sim, teve "Natacha", porém, poder-se-ia pensar que Brasília, e o trabalho que aqui encontram, dê um pouquinho desse sonho mítico da Natacha, de ascensão social na hora do retorno.

6.1.2.4 Discriminação: o uniforme e a briga pelo reconhecimento

Os relatos sobre situações no trabalho, sejam experiências avaliadas como positivas ou negativas, são recorrentes nas entrevistas. Isso não nos surpreendeu já que o espaço físico do trabalho é também o espaço onde a maioria do grupo mora. Para as que já saíram e estão morando nas suas próprias casas com a família, o trabalho foi algo que as marcou muito porque todas passaram pela situação de trabalhar e morar no mesmo lugar, somado ao processo de adaptação como migrantes a uma cultura bastante diferente.

Existem diversos assuntos levantados para falar da discriminação sofrida no ambiente de trabalho. Porém, houve *um* que foi um dos mais citados por todas e que chamou muito a nossa atenção pela dimensão dada por elas a isso. Trata-se do **uniforme**, da exigência (às vezes) ou insistência de alguns empregadores para que o uniforme seja usado.

Maria, particularmente, foi a que mais se mostrava irritada com o assunto, e orgulhosa de **nunca** ter aceitado usá-lo.

> *O uniforme para mim... é uma forma terrível de DISCRIMINAÇÃO! É como dizer o tempo todo para os outros, 'olhem, essa aqui é a minha empregada'.*

O uniforme parece fazer com que Maria se sinta mais estigmatizada por ser algo que para ela carece totalmente de status e a faz sentir um pouco mais "Natacha" e menos digna. Segundo Maria, ela chegou até a brigar com "a senhora", mas não se importa, se for preciso mudar de emprego, ela o fará. Ela **não aceita** usar algo tão "horrível" e que lhe causa rejeição.

> O pior era que o uniforme que ***ela*** queria que eu usasse era ***horrível***, de um tecido como toalha de mesa, era uma blusa, uma bermuda larga e uma gorra... horrível!
> *A senhora me dizia sempre que ela, que já foi secretária no Peru da ONU, sempre utilizou uniforme.... Mas, claro, como eu sempre lhe falava, '**senhora, não vai comparar um uniforme de escritório com um de empregada doméstica**'. **Porque lá no Peru, uma secretária não vai trabalhar com uma gorra na cabeça, ou com tecido que parece toalha de mesa.** Elas usam um conjunto tipo 'sastre', ou minissaia. E isso não pode ser usado para trabalhar dentro de uma casa.*

A distinção feita pelo uniforme (estigma), ao mesmo tempo em que as destaca as torna invisíveis, uma coisa, algo que deve ser reconhecido em seu devido momento e lugar; o encontro com a uniformizada é premeditado, é para saber quem demanda e quem acata "cortesmente". O uniforme diz, conforme os relatos supramencionados, sobre as possíveis projeções e sonhos que buscam abandonar o "vazio de honra". Ele se apresenta para Maria como uma marca não só de ser "a empregada da casa", mas como um signo que também a exclui de pertencer a certos grupos, profissões, e lhe usurpa qualquer chance de reconhecimento social, de recuperação de status, de mobilidade social.

> E são situações completamente diferentes. Uma secretária tem chances de ser promovida, desenvolver um dia outras funções. Mas ***uma empregada, onde pode ser promovida??! Eu não quero isso para minha vida, não vou trabalhar sempre nisso***.

Não aceita levar no seu corpo uma marca de uma situação que para ela é temporária, justamente porque migrar para Brasília se

faz com esse sonho de "dar um jeito" para melhorar de vida. Como mencionamos antes, ao não chegar para ela o sonho do casamento que Natacha conseguiu, corre atrás de outra forma, e aproveita a possibilidade que Brasília lhe oferece (talvez uma das poucas na sua vida) para dar um salto e deixar para trás esse pesadelo. Muitas das que têm filhos buscam ao menos evitar o pesadelo da pobreza e de "não ter nem poder" aos seus filhos e aos maridos. No entanto, entendemos que sempre há um sonho (ou vários) que opera como aliciente no dia-a-dia nessa cidade, porque sonhar e projetar faz parte desse presente vivido e ajuda a entender como as migrantes vão produzindo o seu espaço.

6.2 Sonhos de Mulheres: ficar, retornar... envelhecer

O tempo presente de todas as migrantes está marcado pelo dilema constante entre ficar mais um tempo, ficar para sempre, retornar logo ou retornar mais à frente. Como e onde envelhecer? Em que condições? Com quem? ..... *"Aos poucos vamos nos acostumando a ficar longe"*, diz Amelia, porque para ela no início era muito duro, pensava na família, em voltar permanentemente. Isso a deixava cansada, triste, muito estressada, todo dia pensando, pensando e tendo consciência da impossibilidade de retornar ao menos por uns anos. Porém *"é incrível como a gente se acostuma, já não penso nisso o tempo todo, já não sofro tanto"*.

Depois de alguns anos, o dia-a-dia está mais configurado por pensamentos que visam a projetar empreendimentos na hora de retornar, imaginar o futuro dos filhos que hoje estudam para um dia ser profissionais; porque aí está um dos principais pontos para sair desse lugar que hoje elas detêm na sociedade: investir hoje nos filhos para mais à frente recuperar – também elas como mães de

profissionais – um lugar com mais status no contexto social delas deixado no país de origem.

> *O **dia** que meu filho **passou** no* **vestibular** *para medicina, meu marido reuniu a família toda em casa e falou: "quero que todos saibam que me filho **vai ser médico**". Quem me contou foi a minha irmã, e disse que foi muito emocionante... eu gostaria de ter estado nesse dia...*

Maria, que não tem filhos, diz que está guardando dinheiro para levar adiante um empreendimento, porque *"eu não posso voltar como uma derrotada, preciso juntar mais, nem que seja chegar aos dez mil dólares"*.

Todas em maior ou menor grau têm seus sonhos bastante claros, e parece ser que disso se alimentam nos momentos de muita solidão. Ao terminar as entrevistas sempre questionávamos se elas tinham nesse momento um sonho que fosse o mais presente (no sentido de "forte") e que gostariam de compartilhar conosco.

Para Amelia, sonhar representa "*Voltar e **viver ao lado do meu marido e meus filhos***". Ela nunca voltou desde sua chegada ao Brasil em 2004, porém seu marido e seus filhos vieram visitá-la em 2010. Ou seja, eles se reencontraram seis anos após sua saída do Peru, e o motivo da viagem é que o marido *"tinha que vir por questões dele com a igreja lá, porque ele está bastante avançado, já trabalha junto ao pastor. Mas continua também com o trabalho dele de antes"*.

Ela sonha, também, em ver sua casa, já que o estudo dos filhos está garantido, um já se formou e o mais novo está na faculdade de medicina. O seu interesse em ver sua casa e "suas coisas" advém de ela ter enviado dinheiro sistematicamente desde sua chegada a Brasília para reformar a casa. Construíram um andar com quartos para alugar. Ela pensa em viver disso na hora do seu retorno.

Por enquanto, já estão alugando quartos, mas ela não sabe direito o que fazer com o dinheiro, diz que acredita que o marido está guardando. Agora o salário dela é enviado para pagar a faculdade de medicina do filho mais novo, já que *"meus filhos não conseguiram passar na universidade pública, ali só estudam os ricos"*.

Para Teresa, sonhar significa nunca acontecer que "***nem minhas filhas, nem minha neta precisem um dia trabalhar em casa,*** *como acontece comigo. Sofremos...* ***sofremos humilhação****..."*. Ela manifesta sempre sentir-se humilhada e discriminada nos seus trabalhos. Seu grande medo é que elas acabem no trabalho doméstico. As duas filhas trabalham no Peru, e, mesmo que ganhem pouco, Teresa se sente aliviada que não trabalhem "em casas"[128].

O sonho de Elena é de que seus filhos, que são brasileiros, nascidos em Brasília, "***possam fazer faculdade****. Tomara que eu possa dar a chance para eles, acredito que sim... quem sabe estudem e* ***se deem bem na vida****"*. Ela, antes de migrar, era estudante e trabalhava como artista amadora. Isso tudo já não está mais nos projetos dela: "antes sonhava em um dia ser cantora profissional, agora nem me lembro disso".

O que resta para Elena é que ao menos seus filhos se deem bem na vida, que tenham a oportunidade de adquirir sua formação no

128. Após ter finalizado a fase das entrevistas, mantemos o contato com alguma delas pelo telefone. Fiquei sabendo por Teresa que em outubro de 2011 veio a Brasília sua filha mais nova, que tinha acabado seu curso técnico de auxiliar de enfermagem. Tivemos oportunidade de conhecê-la e uma das coisas que mais nos chamou a atenção foi algo que sua filha nos mencionou: *Eu fico feliz de ver minha mãe agora, mesmo que ela sinta saudades da gente. Antes, quando morava em Lima, ela sempre estava triste, com roupas muito velhas e feias. Agora ela se veste muito melhor, comprou algumas roupas, mais modernas, com algumas cores. É triste não tê-la em casa, mas é muito bom vê-la desse jeito.*

âmbito do "formal" e do reconhecido pela sociedade, para não mais ficarem restritos à qualificação "informal" a que os pais [Elena e o marido] ficaram limitados.

Elena casou com um peruano que conheceu em Brasília; ele veio como cozinheiro para a embaixada do Peru. Atualmente eles têm um quiosque na rua onde vendem salgadinhos, refrigerantes e doces. Ela nos conta que após o nascimento dos filhos o **marido não a deixa mais trabalhar em casas**. Às vezes faz algumas diárias, porque precisa de dinheiro, mas ele não o quer. Houve momentos em que um grupo de amigas de Elena, todas trabalhadoras domésticas migrantes (dentre elas Maria e Carmen), se juntaram e reuniram um dinheiro para ajudá-la, pois estava grávida do quarto filho e passando necessidade.

Os sonhos da Carmen se referem ao passado perdido. Ela quer "*recuperar nem que seja algo da minha vida, ter meu próprio negócio, voltar a viver.... **Parar de morrer aos poucos**.... **Devolver aos meus filhos a chance de sonhar**, de estudar*". Eles evidenciam toda a angústia que ela sente, a dor[129] por ter perdido sua vida anterior de microempresária que deu certo após tanto sacrifício, de ter perdido a sua casa que construiu como queria, de ter tirado os filhos da escola particular, e de hoje ter de morar longe deles. Ela sonha em parar de morrer aos poucos, porque é isso o que sente no tempo presente. Sente o dever de dar aos filhos o que ela não deu conta de manter, e de certa forma se culpa por ter pensado a vida toda sempre nos outros e nunca em si própria, *"deveria ter sido mais egoísta"*.

129. Carmen foi uma das migrantes que adoeceu mais vezes durante nosso tempo de pesquisa. Existem pesquisas que exploram essa relação recorrente de problemas de saúde física e psíquica com a condição de ser migrante. A falta de referências familiares, afetivas, culturais, as situações limites a que muitos migrantes devem se submeter causam efeitos tais como o que Jabur (2008) denomina de "processo de desvinculação social e psíquica".

Maria sonha em casar e "***voltar a ser dona da minha vida***, *não viver como agora sempre em função do horário, do espaço dos outros*". Maria sonha em "voltar a ser dona da sua vida", mas também em casar com o namorado com quem mantém um vínculo de dependência pouco equilibrado. Ela está cansada do presente vivido nestas condições de confinamento, morando no mesmo lugar onde trabalha. Também mostra muita mágoa para com a família que, segundo ela, não a apoiou para estudar. Os sonhos de Maria falam mais de voltar ao passado do que se projetar.

Marta *não fala* dos sonhos, mas dos **medos**. "*Todo mundo sonha.... só que* ***eu me acostumei a não pensar muito nisso... melhor não. Sofro menos assim****... Quando era nova tinha o sonho de viajar pelo mundo, sair, deixar para trás... Hoje penso que um dia voltaria, talvez pra perto da minha irmã, sobrinhos...* ***aqui tenho medo de envelhecer, sinto-me sozinha***".

Ela prefere não sonhar porque assim "sofre menos". Casou com um brasileiro, não tiveram filhos. Seu casamento não lhe fez sentir menos solidão. Ela planeja em voltar a morar com sua irmã e sobrinhos no Peru, quando não der mais para trabalhar por conta da idade. Marta não sente a confiança nem a contensão necessária para querer ficar e envelhecer junto do marido em Brasília.

Também Diana sonha em "fugir" da solidão, não por estar casada ou longe de filhos e marido, pois ela é solteira. Sonha em "***formar*** *uma* ***família, ter meu próprio espaço, não morar mais com desconhecidos*** *para quem trabalho...*". É recorrente, tanto em Diana como nas outras, a vontade de deixar a vida que elas têm no presente.

Para ela a falta de espaço próprio, físico e afetivo, lhe afeta muito apesar de ela ser ainda muito jovem (29 anos). Decidiu experimentar e migrar para ver se conseguia dar uma virada em sua vida. A sua única chance de migrar era aceitando um trabalho como empregada

doméstica, e pensou que mesmo assim seria uma forma de conhecer outro país, outra cultura. No entanto, seus depoimentos falam da existência de fortes barreiras que demarcam fronteiras sociais étnicas e que lhe dificultam sua integração à vida cultural da cidade.

Para Eloisa falar em sonhos lhe gera muitas dúvidas. "*Não sei ao certo.... sonho com voltar ao meu país, mas quando penso o que seria de mim lá, se vou me acostumar... Aí acordo. Penso em deixar esse trabalho e sinto pena. Me acostumei com a família, com a vida que levo com eles.* ***Às vezes penso, será que eu perdi os meus sonhos?*** *Mas... creio que gostaria de um dia* ***encontrar um verdadeiro companheiro de vida****, um homem honesto, é só isso que peço".*

Eloisa não rejeita seu trabalho, leva muitos anos trabalhando para a mesma família, migrou junto com eles da Argentina para o Suriname e depois para Brasília. Poder-se-ia dizer que é a única que aceita um pouco mais o seu tempo presente. Ela se "acostumou" porque se sente como parte desse grupo familiar, mesmo que seja a empregada. Seu sonho é conhecer um homem honesto. Não fala tanto dos filhos ou dos estudos, como outras, já que, segundo nos falou somente uma vez, os filhos que estão em Lima não se deram bem nos estudos e ainda não têm emprego.

Da mesma forma que Eloisa, Lucía também sonha em "***conhecer alguém que valha à pena****.... sei lá... quem sabe acreditar novamente, conseguir me apaixonar por alguém, ter filhos. Eu gostaria que acontecesse no meu país".* Solteira, como Diana, Lucía sonha mais com a dimensão afetiva do que com a material: conhecer alguém que valha à pena, já que ela teve uma grande decepção amorosa antes de decidir migrar. No entanto, seria melhor que esse alguém morasse no Peru, que isso lhe acontecesse no Peru. Isso porque em Brasília ela não se vê namorando, aqui não há tempo, nem há chances de conhecer rapazes.

Antes de casar, o ato de sonhar, para Mariana, era pensar em juntar dinheiro para *"**mudar de profissão,** talvez fazer um curso, ou abrir uma lojinha"*. Hoje, já casada e com filhos, morando em Brasília, fazendo alguma ou outra diária e o resto da semana cuidando da casa, dos filhos e do marido, Mariana já não se lembra de sonhar com algo para ela, pois "***sonho com o futuro dos meus filhos, não com o meu. Não quero que eles fiquem sem estudo***". Significa que para os filhos pode sim haver chances, e vale à pena sonhar, mas não mais para ela. Mariana desistiu do seu sonho, mas agora desenvolveu a capacidade de sonhar através de outros, porque sua vida presente é isso, cuidar dos outros: filhos e marido.

Observamos que nos planos de muitas das migrantes estão os filhos e o desejo de que "se dêem bem na vida", para que "não sofram humilhação", como acontece com elas. O sonho do retorno ao país de origem, junto à família, sempre está presente, porém é um sonho que "anda" lado a lado do medo de envelhecer sozinha, de não dar conta de devolver aos filhos a capacidade de sonhar para que não passem o que elas hoje passam.

Contudo, esse medo não as paralisa, mas as faz agir, sair da "zona de conforto" onde fica o resto de suas famílias, para trabalhar num lugar-espaço desconhecido e assim um dia mudar a realidade em que vivem.

Significa dizer que, junto aos sentimentos de tristeza, saudade, medo, cansaço, humilhação, convivem e são presentes os de esperança, vontade de fazer e de mudar, determinação. Mesmo que sonhar as faça sofrer, elas sonham, cada uma a seu modo, porque se projetam outras vidas, já que nunca sonham com a mesma que levam agora.

6.3 Reflexões finais do capítulo

Ao mesmo tempo em que as migrantes vão gerando mudanças no espaço em que vivem, vai acontecendo uma mudança temporal muito específica nessa experiência de vida. Isso porque a migração, no caso delas, se constitui num presente vivido que permanentemente aponta para um antes e um depois da viagem. Tal vivência do temporal acarreta particularidades à produção do espaço porque há sempre presente um sentimento de vivência provisória que não deixa de ser ilusória e que jamais se afirma como permanente, porém isso pode durar de forma indefinida (Sayad *apud* Oliveira, 2005: 164).

Da mesma forma, Brasília no tempo presente das migrantes se interpreta em contraponto às suas ideias de como deve ser uma cidade (o transporte público, os serviços públicos de saúde, os espaços de lazer, a rua, as pessoas). Também as expectativas delas com relação à própria vida nos falam de ganhos, conquistas e frustrações passadas, assim como de relações intrafamiliares e afetivas no país de origem e no de destino. Os relatos de Carmen, por exemplo, sobre os motivos de sua migração para Brasília, dão a impressão de que para ela não havia muita escolha, era *ela* quem devia reagir e continuar sendo o eixo das decisões e o sustento da família à distância.

Nesse sentido, todas vão reconfigurando o *seu lugar de mulher*; i.e., como esse lugar já foi, está sendo e esperam que seja algum dia quando os filhos se formem, quando morem junto ao marido novamente, quando encontrem o bom companheiro de vida, "alguém honesto".

O lugar delas hoje e no futuro sempre se constrói em relação a pessoas, espaços, funções na família e na sociedade em geral. Esse lugar se explica e se relata muito em relação ao domínio "masculino"

e ao do trabalho, seja de forma explícita ou implícita. Quando nos referimos ao "domínio masculino" não estamos apontando exclusivamente para o sexo de integrantes da família, mas, notadamente, para as condutas consideradas "masculinas" que detêm alguns integrantes do núcleo familiar.

Repare-se que o espaço do trabalho e a relação com o masculino são, geralmente, vivenciados como os domínios da "autoridade", e se constituem como seus pontos fortes de referência, mesmo morando longe das "figuras" masculinas que tanto marcaram suas vidas, e inclusive sendo elas hoje as que lhes enviam dinheiro.

Também esse lugar de mulher fornecedora da família se conforma em função de projetos para quando *deixem de ser* trabalhadoras domésticas, quando mudem de vida, sempre com muitas dúvidas sobre *o que será delas*. Hoje são elas que *cuidam* e *servem* aos outros, amanhã será que haverá alguém que se preocupe com elas?

Conclusão

Ao longo do nosso estudo, buscamos caminhar entre teorias, depoimentos, análises e reflexões para compreender como essas dez mulheres migrantes peruanas, trabalhadoras domésticas, vivem e significam a experiência de migrar para a cidade de Brasília. Os modos de integração ao mercado de trabalho e à cultura da cidade em geral podem ser caracterizados pelas formas que vão dando ao seu espaço de vida nessa cidade, seja tanto pela dimensão objetiva do espaço quanto pela subjetiva. Por isso é que falamos na produção do espaço psicofísico[130] de cada uma delas.

Salientamos o fato de que, embora tenhamos delimitado o nosso universo de análise em profundidade às vivências de dez mulheres migrantes, entendemos que o cerne das discussões e reflexões levantadas nesse trabalho podem contribuir como subsídios para a compreensão do fenômeno da migração internacional feminina

130. Capítulo 5, ponto 5.1.1

a trabalho, sem por isso pretender desconhecer as especificidades do nosso estudo. Optamos por elaborar ao fim de cada capítulo uma reflexão geral do que foi tratado ao longo do texto, o que, de certa forma, vai constituindo conclusões parciais.

Contextualizamos o fenômeno migratório de mulheres latino-americanas buscando trazer algumas características da cultura de origem das migrantes[131], assim como elementos das migrações internacionais femininas em geral[132], as migrações dentro da região[133], o Brasil como país de imigração[134] e as migrações para Brasília[135]. Foram definidas três premissas de trabalho no intuito de poder avançar para chegar a descobrir os efeitos sociais associados das ações dessas migrantes, compreendendo e problematizando o sentido por elas próprias dados a tais ações, buscando, com isso, num cenário de pesquisas futuras, termos a capacidade de formular outras novas premissas que permitam avançar mais e melhor na produção de conhecimento sobre a migração feminina tanto no Brasil quanto na região.

As teorias mobilizadas, as escolhas feitas durante todo o processo de pesquisa e a própria construção do objeto de estudo procuraram captar um saber que é coletivo e que detém todo um histórico no âmbito do campo da sociologia. Daí a nossa preocupação, no primeiro capítulo, de recuperar um pouco desse saber fundador da

131. Capítulo 2, ponto 2.1.2; Capítulo 4, ponto 4.1;

132. Capítulo 2, ponto 2.2.1 e 2.2.2.

133. Capítulo 2, ponto 2.1.1

134. Capítulo 2, ponto 2.1.3

135. Capítulo 2, ponto 2.1.4; 2.3.1 e 2.3.2.

sociologia das migrações e procurar ao longo do texto adequá-lo ao nosso objeto.

Entretanto, cabe salientar também que as formas dadas a esse estudo refletem não somente a nossa condição de pesquisadora mulher e migrante, mas, notadamente, os percursos de estudo feitos durante os quatro anos de doutorado: as disciplinas cursadas, as leituras e as discussões em sala de aula, assim como no âmbito da orientação. Por isso, compreendemos que para chegar a construir o nosso "pensar sociológico" nos apropriamos e ressignificamos o pensar de outros: autores, professores e colegas.

Dessa forma, chegamos nessa instância de conclusão, de balanço do trabalho feito, e levantamos a seguir várias questões que para nós se tornam muito significativas, não somente por se constituírem como *descobertas* desse processo de pesquisa, mas notadamente pelo potencial que apresentam para futuras pesquisas que pretendemos continuar levando adiante.

Em primeiro lugar, salientamos que cada uma das dez mulheres desse grupo de migrantes **faz da sua ação de migrar um meio para *mudar* suas vidas**. A decisão de migrar é tomada por elas segundo nos relatam, mas também como consequência de um contexto familiar que se apresenta passivo perante os problemas de falta de emprego e carências materiais. Esse contexto familiar, fortemente androcêntrico, lhes outorga o *lugar* na família de serem as que sustentam e as que saem para tentar "salvar" o grupo familiar de problemas materiais que enfrentam. Isso porque, segundo elas, e no contexto da **divisão** internacional **sexual de trabalho**, para a mulher é mais fácil migrar, pois, culturalmente, há maiores chances de achar emprego em residências familiares nos lugares de destino.

As mudanças esperadas na vida dessas mulheres podem acontecer diretamente com elas assim como indiretamente, através do

potencial de mudança de vida que possam deter outros integrantes da família (filhos, maridos, etc.) a quem elas enviam o dinheiro produzido por seu trabalho. A contribuição monetária enviada à família na origem dá-lhes condições de acesso ao consumo de bens materiais (tangíveis) tais como a reforma da casa familiar e a compra de eletrodomésticos, produzindo-se uma forte expectativa de **mudança** do **status familiar** no âmbito da **comunidade de origem.** Ao mesmo tempo, pode contribuir também para a aquisição de um capital cultural mais sólido, através da possibilidade de acesso à educação formal de filhos que permanecem dependentes dessas mulheres migrantes.

O sonho de muitas delas é um dia ver seus filhos sendo profissionais, pessoas "bem de vida", tendo um status social diferente ao de suas mães e, consequentemente, que lhes permita "usufruir" dessa vida "bem sucedida". A nossa pesquisa mostra que há distâncias entre o projeto de vida que sustenta a decisão de migrar e a sua efetiva realização, que muitas vezes encontra limites objetivos de realização. Assim, nem sempre, por exemplo, vão dar conta de "empoderar" seus filhos no grau que elas esperam, ou de abrir o pequeno negócio e se tornarem microempresárias – segundo podemos interpretar nos seus próprios relatos. Essa constatação comprova sem dúvida que migrantes não são "aventureiros"; são indivíduos que elaboram um projeto de vida, que geralmente pressupõe inserção efetiva na lógica do sistema tanto para si como para familiares. São então indivíduos inseridos numa estratégica social mais do que individual.

Observamos que em todas as migrantes há uma **atitude de renúncia no tempo presente** para obter a **estima social** tão desejada **no tempo futuro**, incluindo as que moram com suas famílias em Brasília (Elena, Marta e Mariana) e as solteiras (Maria, Lucía e

Diana). Entendemos a "atitude" tal como foi definida por Thomas e Znaniecki[136] em *The Polish Peasant* (*apud* Chapoulie, 2001), ou seja, como processo de consciência individual que determina as atividades dessas migrantes no seu cotidiano de vida em sociedade.

Nenhuma delas considera que sua vida no momento presente seja do jeito que elas esperavam, pois *todas*, ao falar dos seus sonhos o fazem através dos filhos (as que são mães) ou projetando mudanças consideráveis de vida e, inclusive, buscam "apagar" os sonhos por trás dos medos. O acontecido com a filha de Teresa[137] – que chegou recentemente a Brasília após ter se formado num curso técnico de enfermagem no Peru e que acabou trabalhando também com empregada doméstica nesta cidade – evidencia a **complexidade** do fenômeno **do "empoderamento" pela** "simples" **transferência de renda**. Assim como o acontecido com Maria, que recentemente retornou ao Peru e teve frustradas suas tentativas de se tornar uma empreendedora e microempresária independente.

A frustração que elas e suas famílias experimentam é muito forte, ao se deparar com situações como a da jovem que detém seu diploma na mão e que não garante o emprego e a vida sonhada por toda a família. Todas as expectativas estão postas sobre ela[138]. Ou,

136. Capítulo 1, ponto 1.3.1.

137. Cf. Capítulo 6, nota rodapé 130.

138. Cabe salientar que existe um desconhecimento e, talvez, uma homogeneização dos processos por parte das migrantes, pensando que um diploma de um país serve, e será aceito, automaticamente em outro. Ou seja, observamos elementos imaginários de horizontalidade, pois parece que acreditam que em todos os lugares os sistemas são os mesmos. Isso configura outro elemento a mais do distanciamento entre o imaginado e pensado e o que acontece de fato na dinâmica desse tipo de experiência migratória.

no caso de Maria, as expectativas estão no pequeno negócio que ela montar para assim gerar renda e emprego não somente para ela como também para outros integrantes da família.

Interessante fazermos um parêntese para refletirmos sobre esse **sentimento de medo** que, no capítulo 4, definimos como sendo um **sustento da** atitude de **servidão**. O escritor Eduardo Galeano escreve sobre o que ele intitula *"Janela sobre o medo"* e que consideramos ilustrar muito bem a situação dessas mulheres migrantes:

> El hambre desayuna miedo. El miedo al silencio aturde las calles. El miedo amenaza: [...] Si habla, tendrá desempleo. Si camina, tendrá violencia. Si piensa, tendrá angustia. Si duda, tendrá locura. **Si siente, tendrá soledad**. (Galeano, 1993: 154, grifos nossos)

Consideramos que, assim como acontece com esse grupo de dez mulheres, o mesmo se passa com muitas mulheres de diversas origens sociais, culturais e profissões: são ***criadas para cuidar e servir***. Ao longo do processo de individualização, podem chegar a questionar esse lugar reservado para elas na nossa cultura de matriz patriarcal[139]. No entanto, existem elementos culturais como o **medo** à autoridade – geralmente identificada com o *ser masculino*, ou com a mulher "branca" que detém a autoridade no espaço do trabalho doméstico – que mantém ainda reféns muitas mulheres à atitude de **servidão**[140].

Por outro lado, observamos que a vida profissional desse grupo de mulheres – o status de trabalhadoras domésticas, diarista ou

139. Capítulo 2, ponto 2.2.1

140. A condição de serem trabalhadoras domésticas não explica por si só o sentimento de medo como sustento da atitude de servidão.

vendedora de rua – não dá conta do processo de autoidentificação por elas introjetado como sendo socialmente valorado e detentor de estima social. Tais valorações provocam um maior **dinamismo** no **processo identitário** que, nesse caso, se intensifica pelo **sentimento de vazio de honra**[141] **com relação a sua identidade ocupacional**, gerando o que a socióloga Silvia Rivera chama de "identidades múltiplas e situacionais"[142] (Rivera, 1996: 3).

Ou seja, não só identificamos uma **multiplicidade na autoidentificação** – "camponesa", "indígena", "peruana", "excelente cozinheira", "mãe", "estrangeira", "mulher pobre", "desempregada", "solteirona", "ex-artista", "namorada" – como também observamos nisso os efeitos daquilo que nos estudos de gênero se denomina de "interseccionalidade"[143]. Isto é, a **sobreposição de condições de vida** estigmatizantes e que referem a uma dimensão de **gênero** por cima da qual se sobrepõem a dimensão **étnica**, de **classe** e de **status**: ser mulher, migrante, pobre, com dificuldades de obter documentação, traços indígenas, carentes de educação formal ou sancionada pela sociedade, dificuldades com a língua, poucos conhecidos na cidade e um sentimento de muita solidão.

Como consequência disso tudo, dá-se uma completa **incapacidade** de **atingir** a **mobilidade profissional e social**[144] sonhada que conseguiu a protagonista da novela peruana, "Natacha"[145].

141. Capítulo 5, ponto 5.1.2

142. Capítulo 4, ponto 4.2

143. *Ibidem.*

144. Capítulo 4, ponto 4.4

145. Capítulo 6, ponto 6.1.2.2

Nisso pode se explicar a exacerbação de uma **atitude sacrificial** no tempo **presente** para, através dos filhos ou de um novo empreendimento com microempresárias, **se desfazer** dessa situação de **vazio de honra** e carência de estima social como resultado de serem mulheres trabalhadoras domésticas, pobres, migrantes.

Levando em conta tais considerações sobre as formas de viver esse tempo presente em Brasília, consideramos que a **migração** pode ser **compreendida** como **sinônimo** do conceito de "**sociação**"[146] definido por Simmel. Isso porque essas mulheres migrantes moram num estágio permanente de "vir-a-ser", já que tal construção do futuro sonhado para os filhos e para elas próprias está acontecendo *aqui e agora*, porém cheio de dúvidas. Elas não sabem até quando, para onde, nem de que forma isso tudo pode vir a acontecer, porque da forma que hoje acontece não é suficiente, não é o que elas esperam.

Contudo, *elas* continuam o movimento, produzindo **formas** que podemos identificar como sendo culturalmente **femininas** de **produção do espaço** em migração: a determinação por mudar de vida ajudando aos outros de quem elas *cuidam*, o sacrifício extremo no presente para devolver a *estes* a possibilidade de "voltar a sonhar", o uso do tempo de lazer para tarefas "produtivas" (escrever para um dia os filhos ficarem sabendo delas, tricotar para vender roupas, cozinhar doces para vender no bairro e assim conseguir um trocado, tirar receitas da Internet para levar quando retornar...).

Nessa vida de mulheres migrantes, elas vão tomando maior **consciência** das **diferenças** entre elas – bastante "ingas" e um

146. Capítulo 1, ponto 1.1

pouco "mandingas"[147] – e os "outros", dando-se processos sociais de **exclusão** e de **incorporação** e que Barth (2008) denomina de "fronteiras sociais étnicas"[148]. Falamos numa tomada de maior consciência das diferenças, porque o próprio processo de migração, o fato de tomar distância com sua cultura de origem, seus grupos de referência e seus afetos, assim como o contato com uma nova cultura e novos valores, vão produzindo mudanças no que as mulheres consideram o "outro". Isto é, os chefes (autoridade), o pai ou marido deixado no país de origem (autoridade que em alguns casos vai mudando o "peso" na vida delas), outras migrantes (relação de pares), cidadãos locais de Brasília, a família em geral (a quem deviam dar satisfação, mas agora nem tanto), os filhos (com quem estabelecem já não só relação de cuidado e proteção como também sentimentos contraditórios por serem as únicas fornecedoras materiais), e, finalmente, "os homens" como categoria abstrata que recorrentemente é mencionada nas entrevistas a quem elas parecem se contrapor na procura de "encontrar" e "delimitar" seu lugar como mulher após essa experiência migratória.

Esta é uma experiência particularmente "marcada" pela **cidade** de **Brasília** e pela condição em que todas elas vivem, ou já viveram, de **trabalhar** e **morar no mesmo local**, fato que habitualmente se denomina de "serviço doméstico interno". Essas migrantes, ao morarem no mesmo local em que trabalham, **perdem** o que normalmente os cidadãos de uma cidade têm, i.e., a possibilidade de vivenciar uma **alternância cotidiana** entre o **espaço público** e o

147. Capítulo 4, ponto 4.2

148. *Ibidem.*

espaço privado[149]. O local onde moram é o local de trabalho, portanto, espaço onde elas devem cumprir obrigações, são avaliadas, recebem ordens. Daí que sustentamos que esse espaço de trabalho-moradia assume muito mais características de espaço público do que de espaço privado. Nestes, elas estão sujeitas a códigos formais no cotidiano, impossibilitadas de criarem suas próprias referências a partir das condições objetivas do lugar.

Significa dizer que o **sentimento** de **isolamento** – que acompanha muito os migrantes em geral –, nesse caso, se acentua mais ainda pelo fato de se produzir um **autoconfinamento** no espaço físico do quarto (aliás, muito pequenos e com muito pouca luminosidade e ventilação), buscando com isso recuperar, nem que seja minimamente, o direito a ter espaço privado.

Além do mais, nos poucos momentos disponíveis para o lazer, elas costumam sair e, segundo expressam, as condições do transporte público e as distâncias para os deslocamentos não as ajudam a percorrer, a atravessar e (re)desenhar Brasília. Acabam visitando sempre os mesmos lugares, desenhando sempre do mesmo jeito a cidade, pois é a forma mais barata e de mais fácil acesso para elas. Por isso é que sustentamos que além da situação de confinamento em que vivem e trabalham, as **características** urbanas e históricas da cidade de **Brasília** potencializam mais esse sentimento de **isolamento**[150].

Um sentimento que por momentos é **desafiado** pelo acesso aos **meios** e dispositivos de **comunicação**, pensados no nosso estudo como modos de constituição e reconhecimento

149. Capítulo 5, ponto 5.1.6

150. *Ibidem.*

de laços com o outro, com o ambiente e, portanto, do espaço das migrantes[151].

As apropriações que cada uma das migrantes faz dos meios de comunicação variam segundo as possibilidades de acesso e o conhecimento para seus usos. Contudo, estamos em condições de sustentar que de forma geral tal acesso lhes permite desafiar – nem que seja por uns minutos – os limites da situação de confinamento em que moram. Isso sem esquecer que o ato de se conectar e navegar pela Internet, de ter acesso a fazer uma ligação pelo telefone, de ouvir notícias ou assistir a novela pela televisão, ele próprio não produz significado, isto é, algo mais precisa acontecer para que signifique do jeito que cada migrante espera.

Dito de outra forma, o simples acesso a ter um computador no quarto, uma tevê, um rádio, não elimina o sentimento de solidão e a situação de confinamento. Porém, sim permite desafiá-lo na medida em que cada uma delas dê conta de se apropriar e se sinta satisfeita com as possibilidades e os recursos disponíveis. Sempre levando em conta que tal **desafio é limitado e condicionado** pela **forma** com que cada uma delas **"lê o mundo".**

Nessas "leituras" e interpretações de suas vidas, as migrantes continuam o movimento e sobrevivem a Brasília, sobrevivem às pressões familiares, à demanda de filhos, maridos, pais. Podemos dizer que se trata de mulheres sobreviventes que, malgrado todas suas histórias passadas de sacrifícios e todas as limitações no tempo presente, ainda acreditam em poder mudar de vida.

Assim o movimento continua hoje em Brasília, antes em Lima, amanhã quem sabe onde? Mulheres que sonham, tomam decisões – sempre que seja possível – e assim conseguem ultrapassar

151. Capítulo 5, ponto 5.1.7

as "fronteiras do futuro" onde, parafraseando o poeta Mario Benedetti, nos deparamos com um controle estrito, pois são fronteiras aonde só chegam os sobreviventes.

Mulheres sobreviventes que, mais do que cuidar, *vivem* para *servir* e *lutam* para um dia *viver* as suas próprias histórias, já não mais as dos outros...

> *Tudo aqui.. eu sinto diferente..... eu sempre penso, já vai chegar o momento de ir embora e dizer "até mais, Brasil"!*
> *Mas.... também me pergunto.....*
> *Será que eu vou ter a mesma vida de antes? Como será? Será que vai ser pior.... vai ser melhor? Acho que pior....* (Maria)

Referências

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas:** tensões entre dominação/exploração e resistência. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009a.

_____. **Divisão Sexual do Trabalho e Trabalho Doméstico**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2009b.

ALENCAR-RODRIGUES, Roberta de.; STREY, Marlene Neves; CANTERA ESPINOSA, Leonor. Marcas do Gênero nas Migrações Internacionais das Mulheres. **Psicologia & Sociedade**, 21 (3): 421-430, 2009.

ANDERSON, Bridget. Reproductive Labour and Migration. 2001. Disponível em: **http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/WPTC-02-01%20Anderson.doc.pdf**, Acesso em: 10 de junho, 2010.

ARAÚJO, Josenilson G. de. **Trabalho Doméstico e Socialização**. Estudo exploratório sobre o tema em Brasília-DF. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, 2005.

BARTH, Fredrik. Les groupes ethniques et leurs frontières. In : POUTIGNAT, Philippe; STREFF-FENART, Jocelyne. **Théories de l'ethnicité**. Paris : Quadrige, PUF : 2008. p. 203-249.

BEAUVOIR, Simone de. **Le deuxième sexe** I. Les faits et les mythes. Paris : Gallimard, 1976 [1949]

BÉJAR, Giovanna. **La sombra del racismo peruano en los cuentos de Julio Ramón Ribeyro**. Canada, Mc Gill University. Thesis. Master's in Hispanic Studies. 2004.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil:** Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. 2007.

BISILLIAT, Jeanne (dir.). **Femmes du Sud, chefs de famille**. Paris : Karthala, 1996.

BLUMER, Herbert. The Methodological Position of Symbolic Interactionism. In: **Symbolic Ineractionism**: Perspective and Method. USA: Prentice-Hall, 1998 [1937]. p. 1-60.

BOSI, ECLÉA. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia.** São Paulo: Ática, 1993.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 693-713.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade.: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, (29), julho-dezembro, 2007, 91-109.

BUTLER, Judith; WEED, Elizabeth. Introduction. In: BUTLER, J.; WEED, E. (eds.). **The question of gender.** Joan W. Scott's Critical Feminism. USA: Indiana University Press, 2011. p. 1-8.

BUTLER, Judith. Speaking Up, Talking Back. Joan Scott's Critical Feminism. In: BUTLER, J.; WEED, E. (eds.). **The question of gender.** Joan W. Scott's Critical Feminism. USA: Indiana University Press, 2011. p. 11-28.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. 10ª Ed. [1964].

CALVINO, Ítalo. **Palomar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **As cidades invisíveis**. SP: Folha de S. Paulo, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Epílogo I. Fronteras, naciones e identidades. In: GRIMSON, Alejandro (comp.) **Fronteras, naciones e identidades**. La periferia como centro. Buenos Aires: CICCUS / La Crujía, 2000, p.321-332.

COLLIN, Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In : Hirata, Helena et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 59-66.

CHAPOULIE, Jean-Michel. **La Tradition Sociologique de Chicago. 1892-1961**. Paris: Seuil, 2001.

COHN, Gabriel. Apresentação. In: **Dicionário Crítico de Sociologia**. BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. São Paulo: Ática, 1993. p. XXV-XXX.

COMAS D'ARGEMIR, Dolors. Trabajo, economia sumergida y género. La atención a la dependencia. In: TÉLLEZ INFANTES, A.; MARTÍNEZ GUIRAO, J.E. (eds.). **Economía informal y perspectiva de género en contextos de trabajo**. Barcelona: Icaria, 2009. p.169-195.

CRENSHAW, Kimberle W. **A Intersecionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. 2004. Disponível em: **http://www.unifem.org.br/sites/1000/1070/00000011.pdf**, Acesso em: 6 de junho de 2011.

DE SÈVE, Micheline. L'intersectionnalité: féminisme enrichi ou cheval de Troie? **Labrys, études féministes**/ estudos feministas, juillet/décembre, 2011, n°20-21, Disponível em: **http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys20/franco/micheline.htm**. Acesso em: 7 de Janeiro de 2012.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: Revista **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, Brasília, set/dez 2005, p.561 a 584.

DÍAZ, Ariane. La madre emigrante paga mayor costo emocional que el varón. **Sociedad y Justicia. La Jornada**. Maio, 2011. Dis-

ponível em: **www.jornada.unam.mx/2011/05/10/index.php** , Acesso: 2 de junho, 2011.

DUTRA, Delia. Experiências e significados de ser migrante. Mulheres residentes em Aracaju e Caxias do Sul. In: DUTRA, Delia; MARINUCCI, Roberto; SANTIN, Terezinha L. (Org). Brasília: CSEM, 2011. p. 128-143.

_____. Latino-américaines à Brasília: l'espace psychophysique et l'isolement des immigrantes dans la ville. In : BAHAMMOU, Zouir (dir). **Migration, Insertion, Citoyenneté**: convergences des questions et diversité de réponses. Montréal : UQÀM, Les Cahiers de la CRIEC, 2011. p.130-135. Diponível em : **www.criec.uqam.ca/Page/Document/cahier/035.pdf**

_____. Projeto Pesquisa Mulheres Migrantes na Cidade. Brasília, CSEM, 2010a. Mimeo.

_____. Vivências de Mulheres Migrantes em Brasília: uma abordagem sociológica. **Fazendo Gênero 9**. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Universidade Federal de Santa Catarina. 23 a 26 de agosto de 2010b.

_____. Trabalhadoras Migrantes em Brasília: os modos de integração e a produção dos seus espaços na cidade. **34 Encontro Anual da ANPOCS**. 2010c. Disponível em: **http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=90**

_____. O migrante um sujeito que 'escapa' ao destino da maioria... Compreendendo a ideia de *liberdade* em Tocqueville. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 2009. Disponível em: **http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/14_6_2009_16_21_25.pdf**

_____. Quando a *cidade* é objeto de pesquisa. **Sociedade e Estado**. Vol. 22, No. 3, Brasília, set. 2007.

DUTRA, Delia; RUSSI, Pedro. Lecturas y significados: vivencias mediáticas de mujeres peruanas, trabajadoras domésticas, en Brasilia. In: COGO, D.; ELHAJJI, M.; HUERTAS, A. (orgs). **Diásporas, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. 2012. No *prelo*.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FALQUET, Jules. **De gré ou de force**. Les femmes dans la mondialisation. France : La Dispute, 2008.

FERRARI, Márcio. A metrópole móvel. **Pesquisa FAPESP**, junho 2011, p. 84-87.

FERREIRA, Ademir Pacelli. As questões do migrante na Psicologia e na Psicanálise. In SEYFERTH, G; PÓVOA, H.; ZANINI, M.C.; SANTOS, M. **Mundos em Movimento.** Ensaios sobre migrações. Santa Maria: Editora UFSM, 2007, p. 242-247.

FLEISCHER, Soraya Resende. **Passando a América a limpo**: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusets. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Antropologia, 2000.

FONTENLA, Marta Amanda. Patriarcado. In: **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2007, p. 256-258.

FORD HOULT, Thomas. **Dictionary of Modern Sociology.** New Jersey: Littlefield, Adams & Co. 1972.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Montevideo: Ed. del Chanchito: 1993.

GALINDO C., Luis Jesús. Etnografía. El oficio de la mirada y el sentido. In: GALINDO C., Luis Jesús (Coord.). **Técnicas de investigación en Sociedad, Cultura y Comunicación**. México: Addison Wesley Longman, 1998. p.347-383.

GAMBA, Susana B. (coord.) **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2007.

GARRETA BOCHACA, Jordi. **La integración sociocultural de las minorías étnicas:** Gitanos e inmigrantes. Rubí (Barcelona): Anthropos Ed., 2003.

GINÉS, María E. División Sexual del Trabajo. In: GAMBA, Susana B. (coord.) **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2007. p.99-102.

GIRARD, Christiane F. N. **Dossiê: Globalização e Trabalho**: perspectivas de gênero. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

_____.**Cidadania e cultura:** o universo das empregadas domésticas em Brasília: 1970-1990. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, 1993.

GOFFMAN, Erving. The Interaction Order. American Sociological Association, 1982 Presidential Address. **American Sociological Review**, 1983, vol. 48, No. 1, (February), p.1-17.

_____. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GRANAI, Georges. Técnicas de Investigación Sociológica. In: GURVITCH, G. (dir). **Tratado de Sociologia**. Buenos Aires: Kapelusz, 1962, p. 153-172.

GREGORIO GIL, Carmen. 'Trabajando honestamente en casa de familia'. Entre la domesticidad y la hipersexualización. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(3): 699-716, setembro-dezembro, 2007.

GUERRERO, Andrés. Postfacio. Ciudadanía, frontera étnica y binaridad compulsiva. Notas de relectura de una investigación antropológica. In: LENTZ, Carola. **Migración e Identidad Étnica**. La transformación histórica de una comunidad indígena en la sierra ecuatoriana. Quito: Abya-yala, 1997, p. i-xv.

HAESBAERT, Rogério. Migração e Desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (org.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35-46

HAJTÓ, Marguerite. Marguerites à la Maison: Les Domestiques Hongroises en Belgiques et leurs organisations, 1930-1949. **Migrations Société**, vol. 22, n.127, janvier-février, 2010. p.121-135.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. [1950].

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire.** Paris : Albin Michel, 1994. [1925]

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora. Reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Identidades e Mediações Culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 25-50.

HALPERIN DONGHI, Tulio. La crisis de la independencia. In: **Historia contemporânea de América latina**. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1998, p. 78-134.

HARDING, Sandra. **Ciência y Feminismo**. Madrid: Morata, 1996.

_____. Introduction. Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra (ed.) **Feminism and Methodology**. USA: Indiana Univ. Press, 1987. p.1-14.

HARRISON, Regina. La canción quechua: simbología e ideología de la mujer andina. **Cuadernos Hispanoamericanos**. N. 417, Marzo, 1985. p. 11-25.

HIRATA, Helena. *XI Conferencia Regional sobre a Mulher de América Latina e do Caribe*, Painel "Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socio-culturais à igualdade de gênero na economia". Conferência da Profa. Dra. Helena Hirata, Brasília, 14 de julho de 2010. Mimeo.

_____. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, No21, p. 24-41, jan/jun 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v 37, No 132, p. 595-609, set/dez 2007.

HOROWITZ, Irving L. Max Weber and the Spirit of American Sociology. **The Sociological Quarterly**, Vol. 5, No.4, 1964, p.344-354.

HUMAN RIGHTS WATCH. Slow Reform. Protection of Migrant Domestic Workers in Asia and the Middle East. April, 2010. Disponível em: **http://www.hrw.org/en/reports/2010/04/28/slow-reform-0**, Acesso, 19/05/2010.

JABUR, Pedro de Andrade Calil. **De migrante a "interno":** uma leitura sociológica do processo de desvinculação social e psíquica. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Outubro, 2008.

JARDIM, Denise F. Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras. **Cadernos Pagu** (29), julho-dezembro de 2007, p. 193-225.

JELIN, Elizabeth. Epílogo II. Fronteras, naciones, género. In: GRIMSON, Alejandro (comp.) **Fronteras, naciones e identidades**. La periferia como centro. Buenos Aires: CICCUS / La Crujía, 2000, p.333-342.

JUREIDINI, Ray. In the Shadows of Family Life: Toward a History of Domestic Service in Lebanon. **Journal of Middle East Women's Studies**. Vol 5, No.3, (Fall 2009), 2009. p. 74-101.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, Helena et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.

KITAHARA, Satomi Takano. O outro lado da migração Brasil-Japão: o caso das japonesas e nipo-brasileiras. PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (org.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 117-132.

KOSMINSKY, Ethel. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 15(3), setembro-dezembro, 2007.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro : Rocco, 1994.

LABELLE, Micheline . **Histoires d´immigrées**. Itinéraires d´ouvrières Colombiennes, Grecques, Haïtiennes et Portugaises de Montréal. Montréal : Boréal, 1987.

LABELLE, Micheline; FIELD, Ann-Marie; ICART, Jean-Claude. **Les dimensions d'intégration des immigrants, des minorités ethnoculturelles et des groupes racisés au Québec**. Montréal : CRIEC, UQÀM, 2007. Disponível em: **http://www.criec.uqam.ca/Page/Document/textes_en_lignes/dimensions_integration.pdf**

LABELLE, Micheline; ROCHER, François; ANTONIUS, Rachad. **Immigration, diversité et sécurité**. Les associations arabo-musulmanes face à l'État au Canada et au Québec. Québec : Presses de l'Université du Québec, 2009.

LAGO, Lucíana Corrêa do. As novas barreiras materiais e simbólicas à mobilidade na cidade. In: FERREIRA, A.P; VAINER, C.; PÓVOA NETO, H.; SANTOS, M. de O. (orgs.). **A Experiência Migrante**. Entre Deslocamentos e Reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 421-428.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos** Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris : Anthropos, 2000.

LENTZ, Carola. **Migración e Identidad Étnica**. La transformación histórica de una comunidad indígena en la sierra ecuatoriana. Quito: Abya-yala, 1997.

LISBOA, Teresa K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 15 (3), setembro-dezembro, 2007.

LISPECTOR, Clarice. LISPECTOR, Clarice. Brasília. In: **Para não esquecer**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 80-107.

LUMBRERAS, Luis Guillermo. Perú: segregación racista y marginalidad clasista. In: RIQUELME, H.U. **Buscando América Latina**: identidad y participación psicosocial. Caracas: Nueva Sociedad, 1990. p. 57-68.

LUTTERS, W.; ACKERMAN, M. **An Introduction to the Chicago School of Sociology**. 1996. Disponível em: **www.infoamerica.org/teoria/park1.htm**, acessado em: 29/6/2007.

MARIÉ, Michel. "Les terres et les mots", une trajectoire dans les sciences humaines. In : OSTROWETSKY, Sylvia (ed.). **Sociologues en Ville**. Paris : L'Harmattan, 1996, p. 31-43.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of Migration? **REMHU**. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. V. 15, No 29. CSEM, Brasília. 2007. pp.5-22.

MARTÍNEZ, Emilio. Robert E. Park y las Migraciones. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, No. 75, 2000.

MAYO-SMITH, Richmond. **Emigration and Immigration**. New York : Charles Scribner's Sons, 1890. [Primeira re-impressão 1968 Johnson Reprint Corporation, USA]

_____. Control of Immigration. **Political Science Quarterly**, Vol.3, N.1, 1888, p. 46-77.

MAZUREK, Hubert. L'intégration des pays andins, entre volontés et réalités. Journées d'études Jean Monnet : le modèle européen d'intégration régionale est-il exportable ? Centre d'Économie du Développement – Bordeaux, 2001. Disponível em : **www.mpl.ird.fr/crea/pdf/publi-monet.pdf**, Acesso em: 2 de fevereiro, 2010.

MILESI, Rosita; ANDRADE, William C. d. **Migrações Internacionais no Brasil**. Realidade e desafios contemporâneos. Instituto de Migrações e Direitos Humanos. Brasília, 2010. Disponível em: **www.migrante.org.br**, Acesso em: novembro, 2010.

MONTANER, Carlos Alberto. **Las raíces torcidas de América Latina**. Barcelona: Plaza & Janés Editores, 2001.

MORAES FILHO, Evaristo de (org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

MORATÓ, Cristina. **Viajeras intrépidas y aventureras**. Barcelona: Random House, 2001.

MUJERES MIGRANTES ANDINAS. Contexto, políticas y gestión migratoria. Unión Europea, Abriendo Mundos y Oxfam Gran Bretaña. Disponível em: **http://www.intermonoxfam.org/es/page.asp?id=387**, Acesso em: 14 de dezembro, 2010.

NAROTZKY, Susana. Trabajo a domicilio y trabajo doméstico en la globalización neoliberal. Del feminismo igualitarista a la ética del cuidado: situando la responsabilidad. In: TÉLLEZ INFANTES, A.; MARTÍNEZ GUIRAO, J.E. (eds.). **Economía informal y perspectiva de género en contextos de trabajo**. Barcelona: Icaria, 2009. p.197-217.

NEIRA, Hugo. El síndrome del caudillo autoritario. Entrevista de R. Oxandabarat. **Brecha**, Ed. Impresa. Montevideo, 31 de marzo de 2010. p. 27-28.

NEJAMKIS, Lucila. Políticas Migratórias y Prácticas Transnacionales de los Migrantes. Un estudio del Estado argentino. **REMHU**. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, No.35, p. 171-188, julho/dezembro, 2010.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo – Teoria e Crítica Social. In: NOGUEIRA, C. **Um *novo olhar* sobre as relações sociais de gênero**. Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001. p.131-169.

NUNES, Brasilmar F. (org.) **Brasília: A fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília. In: NUNES, Brasilmar F. (org.) **Brasília**: a construção do cotidiano. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 13-35.

IOM **Gender and Migration** News, April 2010, Disponível em: **http://iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/periodicals_and_newsletters/gender_bulletin_apr10.pdf**, Acesso, maio 2010.

OIT. Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor. **Questão racial, pobreza e emprego no Brasil**: tendências, enfoques e políticas de promoção da igualdade. Brasília: OIT, 2005.

OLIVEIRA, Paula Rebello M. de. O migrante, seu drama psíquico e a percepção das diferenças. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (org.). C**ruzando fronteiras disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 163-174.

OSORIO, Rafael G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília, 2009.

OSTROWETSKY, Sylvia (ed.). **Sociologues en Ville**. Paris : L'Harmattan, 1996.

OUTHWAITE, William ; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. **Introduction to the Science of Sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1942.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In: VELHO, Otávio G. (org.) **O fenômeno urbano**. RJ: Zahar, 1979. p.26-67.

_____. **Las migraciones humanas y el hombre marginal**. Disponível em: **www.infoamerica.org/teoria/park1.htm**, acessado em: 29/6/2007. [do original: *Human Migrations and the Marginal Man*. 1928. Tradução ao castelhano de Emilio Martínez, Profesor Titular de Sociología Urbana, Universidade de Alicante].

PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo Perspec.** V. 19, n.3, p. 23-33, jul/set. 2005.

PAVIANI, Aldo. Brasília: Cidade e Capital. In: NUNES, Brasilmar F. (org.) **Brasília**: **a construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 37-68.

PAZ, Octavio. **El Laberinto de la Soledad**. México: FCE, 1972 [1959].

PELLERIN, Helène. L'invention des catégories de la migration. Étude d'un processus social en Europe et au Canada. Conférence. Disponível em : **http://tv.uqam.ca/?v=52574**, Acesso em: 14 de janeiro, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, 2008, vol 11. Disponível em: **http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=70311249015.** Acesso em: 24 de junho de 2010.

_____. Recriando a (Categoria) Mulher? In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, p. 7-42. Disponível em : **www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/.../Adriana01.pdf**, Acesso em: março, 2012.

PORTES, Alejandro. Migration, Development and Segmented Assimilation : A Conceptual Review of the Evidence. ANNALS of the **American Academy of Political and Social Science** (AAPSS), 610, Março, 2007, p. 73-97.

_____. Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities. **The International Migration Review**, Vol 31, nº4, 1997, p. 799-825.

_____. Immigrant Enclaves an Analysis of the Labor Market Experience of Cubans in Miami. **American Journal of Sociology**, vol. 86, no.2, 1980.

PORTES, A.; FERNÁNDEZ-KELLY, P. Non Margin for Error: Educational and Occupational Achievement among Disadvantaged Children of Immigrants. **ANNALS, AAPSS**, 620, November, 2008.

POUTIGNAT, Philippe; STREFF-FENART, Jocelyne. **Théories de l'ethnicité**. Paris : Quadrige, PUF : 2008.

PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PÓVOA NETO, Helion. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 297-309.

RIBAS MATEOS, Natalia. **Una invitación a la Sociología de la Migraciones**. Barcelona: Bellaterra, 2004.

RIVERA, Silvia C. Desafios para uma democracia étnica y de gênero en los albores del tercer milenio. In: RIVERA, S. C. **Bircholas**. **Trabajo de mujeres**: explotación capitalista y opresión colonial entre las migrantes aymaras de La Paz y El Alto. La Paz, Bolivia: Mama Huaco, 1996. p. 01-69.

_____. Entrevista a Silvia Rivera Cusicanqui. 2008. Disponível em: **http://www.youtube.com/watch?v=hylI5sFIOYQ**, Acesso: maio 2011.

ROCA i GIRONA, Jordi. Reproducir la reproducción: mujeres migrantes y economía informal. In: TÉLLEZ INFANTES, A.; MARTÍNEZ GUIRAO, J.E. (eds.). **Economía informal y perspectiva de género en contextos de trabajo**. Barcelona: Icaria, 2009. p.153-168.

RONCADOR, Sônia. **A doméstica imaginária**: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999). Brasília: Ed Universidade de Brasília, 2008.

RUSSI, Pedro. **Meios de comunicação na migração.** Uruguaios no Sul do Brasil. Porto Alegre: Entremeios, 2009, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALA, Gabriela Adriana. Perfil educativo y laboral de los nuevos y viejos migrantes regionales censados en Argentina y Brasil. **Migraciones Internacionales**, Vol, 4, Núm.4, Julio-Diciembre de 2008. p. 73-106.

SÁNCHEZ BARRICARTE, Jesús Javier. **Socioeconomía de las Migraciones en un Mundo Globalizado**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo.** Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SASAKI, Elisa M. e ASSIS, Gláucia de O. Teorias das Migrações Internacionais. **XII Encontro Nacional da ABEP.** Caxambu, outubro de 2000.

SAYAD, Abelmalek. Uma família deslocada. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 35-51.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHUTZ, Alfred. **L'Étranger**. Paris: Allia, 2003.

SCHWARTZMAN, Luisa Farah. Does Money Whiten? Intergenerational Changes in Racial Classification in Brazil. **American Sociological Review**, Vol. 72, No. 6, Dec. 2007. p. 940-963.

SEPPIR. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. **Projeto de Trabalho Doméstico Cidadão.** Programa de Qualificação Profissional e Promoção da Igualdade de Oportunidades de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho. SEPPIR, 2009.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re) construção de identidades étnicas. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (org.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 17-34.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIMMEL, G. O conceito e a tragédia da cultura. In: Souza, J., Öelze, B. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 2005a, pp.77-105.

_____. O indivíduo e a liberdade. In: Souza, J., Öelze, B. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 2005b, pp.107-115.

_____. O Estrangeiro. In. MORAES FILHO, Evaristo de (org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 182-188.

_____. A metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G. (org.) **O fenômeno urbano**. RJ: Zahar, 1979. p.11-25.

SLOTERDIJK, Peter. **Esferas I**. Madrid: Siruela, 2009.

SOUCHAUD, Sylvain. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A.P; VAINER, C.; PÓVOA NETO, H.; SANTOS, M. de O. (orgs.). **A Experiência Migrante**. Entre Deslocamentos e Reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 267-290.

STEFANELLI, Laura. Domestic Work: A Case Study Of Foreign Women Working In Italian Households. In : BAHAMMOU, Zou-

ir (dir). **Migration, Insertion, Citoyenneté**: convergences des questions et diversité de réponses. Montréal : UQÀM, Les Cahiers de la CRIEC, 2011. p.185-198. Diponível em : **www.criec.uqam.ca/Page/Document/cahier/035.pdf**

TERRÉN, Eduardo. El análisis de la cuestión racial en el desarrollo de la sociología. In. TERRÉN, Eduardo (ed). **Razas en conflicto**. Perspectivas sociológicas. Rubí, Barcelona : Anthropos, 2002, p. 7-41.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária.** São Paulo: Polis, 1987.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America**. A Classic Work in Immigration History. Edited by Eli Zaretsky. USA: University of Illinois Press, 1996.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987. 4ª Edição, 1998.

VAGHI, Adriana. Tiempo. In: GAMBA, Susana B. (coord.) **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2007. p.318-320.

VARGAS LLOSA, Mario. **Elogio de la lectura y la ficción.** Discurso Nobel, 7 de diciembre de 2010. Fundación Nobel, 2010. Disponível em: **http://www.rtve.es/noticias/vargas-llosa-nobel-literatura/**, Acesso em: 10 de dezembro, 2010.

VIDAL, Daniel. Le territoire de l'altérité. In : OSTROWETSKY, Sylvia (ed.). **Sociologues en Ville**. Paris : L'Harmattan, 1996, p. 45-56.

WEBER, Marianne. **Weber: uma biografia**. Niterói, Rio de Janeiro:: Casa Jorge Editorial, 2003.

WEBER, Max. Classe, Status, Partido. In : Bertelli, A. ; PALMEIRA, M. ; Velho, O. (orgs.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. Rio de Janeiro : Zahar, 1969, p. 57-75.

_____. **Economia y Sociedad**. México : Fondo de Cultura Económica, 1944 [1922], Vol. I.

WOORTMANN, Klaas. **Religião e Ciência no Renascimento**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

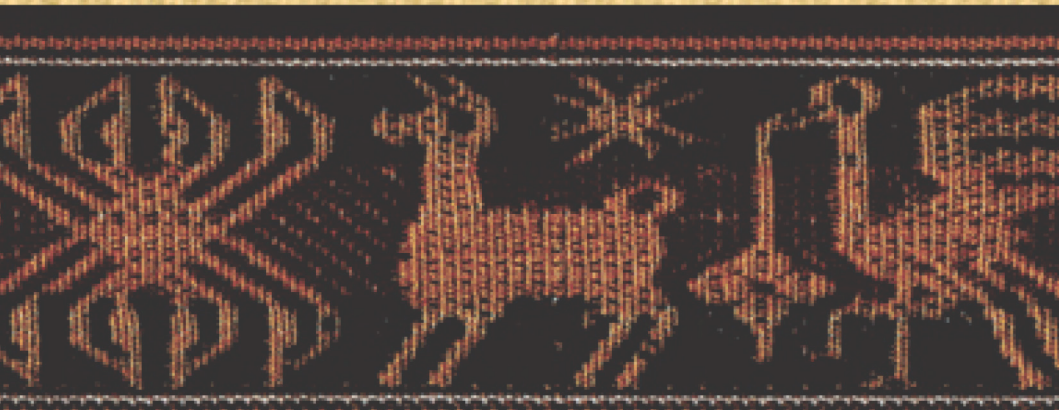
ZARETSKY, Eli. Introduction. In : Thomas W. and Znaniecki F. **The Polish Peasant in Europe and America**. USA: University of Illinois Press, 1996.

ZNANIECKI, Florian. **Las sociedades de cultura nacional y sus relaciones**. México: El Colegio de México, Jornadas 24, 1944.

Estamos diante do resultado de uma pesquisa original que oferece a possibilidade de tratamento de fenômenos contemporâneos, se calcando metodologicamente em recortes originais. De um lado, tratar aspectos da migração intercontinental na América Latina que, apesar do seu recrudescimento nessas últimas décadas, ainda carece de estudos empíricos mais profundos, especialmente na América do Sul. De outro, o recorte de gênero no tratamento da problemática migratória no continente se somando a uma boa quantidade de estudos feministas que vêm se desenvolvendo em nossos países. Finalmente, o foco sobre uma das modalidades de manifestação de processos de mudança social em curso no continente, onde assume formas peculiares.

A partir de um grupo de mulheres peruanas, as quais moram em Brasília e trabalham em serviços domésticos, construiu-se uma problemática onde, através de pesquisa empírica, decodifica-se o cotidiano na cidade e os mecanismos de interação social ali existentes. A base de referência do objeto da pesquisa é, portanto, a imigração feminina. Uma temática relativamente ainda pouco trabalhada, mesmo se considerarmos a tradição de estudos migratórios na sociologia. Metodologicamente, a abordagem centra no que a autora denomina de espaço psicofísico: *as motivações individuais, as relações familiares, a origem social e cultural, o grupo de referência, o status da profissão exercida, a experiência urbana no presente e passado e as relações sociais de gênero dentro e fora do núcleo familiar*. Percebe-se que o universo dessas mulheres migrantes é tratado de forma totalizante, cobrindo diversas dimensões de vida e que, no conjunto, são elementos de uma identidade em processo de adaptação.

A metodologia qualitativa utilizada no trabalho enriquece-o na medida em que nos mostra quase que corporalmente os efeitos de uma decisão aparentemente simples, porém plena de significados individuais, sobre a partida para o estrangeiro à procura de melhoria de vida. Os meandros através dos quais

os vínculos sociais se costuram dentro de um puzlle vão, aos poucos, tomando forma e sentido. Inclusive nos aponta para a especificidade de Brasília, onde as imigrantes transitam em ambientes também de estrangeiros, que guardam valores sacralizados e se reproduzem numa rígida estrutura social, com suas regras próprias de reprodução. É neste cenário, onde impera uma estabilidade mórbida, cuja estrutura tem forte dose de conservadorismo, que brotam as dificuldades de inserção social captadas na pesquisa pela estreita decodificação das subjetividades das mulheres entrevistadas. A densidade de algumas vai em paralelo à fragilidade de outras, e no fundo, estão refletindo certo comodismo e a reprodução estática dos códigos e das trajetórias nas sociedades tradicionais de origem. Isso é regra quase segura em ambientes conservadores onde certas personagens não se esforçam no desempenho de novos papéis sociais, pois obedecem as regras já escritas a priori. Outras personagens, ao contrário, estão em permanente conflito com o status quo, procurando novos caminhos, recusando a assumir e desempenhar um papel que foi escrito por outros. Querem construir a sua própria história e para isso vivem a grande aventura da vida, plena de contradição. O que é instigante nesse cenário é o recado dado de que ninguém escapa da sociedade, mesmo quando se decide partir ao estrangeiro, e viver nela pressupõe sempre uma dose de sofrimento, onde consciência e inconsciência se misturam num tempo que não se pode controlar.

Brasilmar Ferreira Nunes
Professor Titular do Departamento de Sociologia da UnB.
Pesquisador do CNPq e da FAPERJ.